



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RODRIGO MACHADO DA SILVA



ENTRE ANTIGOS E MINEIROS  
Diogo de Vasconcellos e a História da Civilização Mineira

MARIANA • MINAS GERAIS • BRASIL  
2013

RODRIGO MACHADO DA SILVA

ENTRE ANTIGOS E MINEIROS  
Diogo de Vasconcellos e a História da Civilização Mineira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, com requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Ideias, Linguagem, Historiografia

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.  
Helena Miranda Mollo

S581e Silva, Rodrigo Machado da .

Entre Antigos e Mineiros: Diogo de Vasconcellos e a História da Civilização Mineira  
[manuscrito] / Rodrigo Machado da Silva – 2013.  
193f.

Orientadores: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Miranda Mollo.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências  
Humanas e Sociais. Programa de Pós Graduação em História.  
Área de concentração: Poder e Linguagens.

1. Historiografia - Teses. 2. Civilização – Teses. 3. Minas Gerais – Teses.
  4. Romantismo – Teses. 5. História – Teses. I. Universidade Federal de Ouro Preto.
- II. Título.


Catálogo:  
[sisbin@sisbin.ufop.br](mailto:sisbin@sisbin.ufop.br)



**Rodrigo Machado da Silva**

"Entre Antigos e Mineiros: Diogo de Vasconcellos e a História da Civilização Mineira".

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

  
**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Helena Miranda Mollo**  
UFOP

  
**Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu**  
UFOP

  
**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Maria Ribeiro Viscardi**  
UFJF

## AGRADECIMENTOS

Hierarquizar os agradecimentos é sem dúvida uma das coisas mais complicadas de se fazer quando chega o momento. Durante o processo de formação e escrita de um pesquisador a passagem de pessoas em nossas vidas é sempre muito grande, principalmente aqui na Universidade Federal de Ouro Preto, que é um lugar muito diferente daquilo que canonicamente podemos considerar como normal. Sem sombra de dúvidas esses últimos dois anos e meio de mestrado foram mais do que especiais. Foi um novo fôlego para uma vida universitária que tem sido construída desde 2006, quando aportei em terras alterosas. Continuar na UFOP foi uma das decisões mais acertadas que fiz, pois pude prosseguir minha pesquisa com a calma que ela precisava. Para isso, o apoio da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior foi fundamental para o desenvolvimento do meu mestrado.

Quero agradecer inicialmente a pessoa mais importante para o desenvolvimento dessa dissertação: a minha brilhante orientadora Profa. Dra. Helena Miranda Mollo. Sua participação em minha vida acadêmica foi mais que importante, foi determinante. Ela que mesmo estudando um tema completamente diferente aceitou orientar um perdido graduando que queria estudar um importante nome da política e intelectualidade mineira, mas que não tinha muitos estudos sobre. Uma pesquisa “freelance” que inicialmente tinha poucas chances de dar certo (falta de bibliografia específica, fonte escassa, hipóteses incríveis e títulos mirabolantes de textos), mas que ao longo das iniciações científicas foi tomando corpo, apresentando suas potencialidades e se transformando em algo pertinente. Uma pesquisa simples, mas que com a paciência, dedicação e carinho da professora Helena chegamos ao mestrado e fomos premiados como a melhor monografia de bacharelado em História da Historiografia Brasileira, concedido pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia. Muito mais do que uma orientado e minha mentora, foi uma amiga e uma mãe, o que facilitou demais nosso trabalho.

Agradeço ao NEHM – Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade, grupo de pesquisa que faço parte desde o início de minha graduação, quando fui bolsista no projeto de constituição da biblioteca digital, e tive a oportunidade de neste ano de 2013 secretariar o Núcleo, através do programa de núcleos emergentes PRONEM “Historiografia e Modernidade: variedades do discurso histórico”, financiado

pela FAPEMIG, e poder desenvolver alguns projetos, bem como aprender a lidar com a burocracia da universidade, que embora não seja a coisa mais feliz de se trabalhar, é muito importante na vida acadêmica. Essa minha nova passagem pelo NEHM foi possível graças ao apoio dos coordenadores do núcleo, minha própria orientadora e também o Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo, que confiou no meu trabalho e dedicação. Se fosse por essa oportunidade, a fase final de escrita da dissertação e permanência em Mariana seria muito difícil.

Aos meus pais, dona Lourdes e seu Saturno, deixo um lugar de destaque. Eles que sempre me apoiaram incondicionalmente em todas as minhas escolhas e “seguraram minha onda” todos esses anos. Nunca deixaram de me atender quando precisei e depositam confiança nas coisas que faço. Agradeço também aos meus irmãos, Lucielle e Giovani, pelo companheirismo, mesmo longe e também pelo apoio, que também não medem esforços em ajudar nas horas que eu preciso.

Quero agradecer aos meus amigos de Pindamonhangaba (minha terra querida e amada), que mesmo encontrando pouquíssimas vezes por ano, ainda são pessoas que moram em meu coração. Agradeço especialmente aos meus amigos de Mariana, e esses são tantos que não será possível nominar todos. Às meninas da república Ploc e aos camaradas da Cangaço eu deixo todo o meu carinho, você sempre foram e ainda são muito importantes aqui em minha passagem na UFOP. Já para a minha eterna república Calangos eu deixo registrado todo o meu amor. Aprendi muito morando nessa casa, e mesmo passando todo o meu mestrado já fora, ainda aprendo muito. Agradeço principalmente o respeito que esses caras têm por mim e sempre será minha casa.

Morar em Mariana é uma aventura para qualquer um. Nem sempre (a minoria das vezes) conseguimos um bom lugar para viver. Eu posso categoricamente afirmar que tive. Ao me mudar para Passagem tive a felicidade de ser inquilino da Dona Sueli, que foi a melhor senhoria que tive/tenho. Sempre disposta a ajudar, nos momentos mais conturbados contei com a compreensão dela; ganhei muitos almoços nos solitários domingos de trabalho e também muitas tardes de conversa. Uma das pessoas que também merece destaque em meus agradecimentos é a doce Walquiria Rezende, que sem dúvida foi muito importante no processo de escrita de minha dissertação. E agradeço também ao meu grande amigo João Paulo Martins, que montou a “Aristocracia Passagensense” comigo. Uma grande pessoa, de um enorme coração. Companheiro pra todas as horas é um amigo que levarei para o resto de minha vida.

Uma das minhas maiores experiências ao longo do mestrado, sem dúvida, foi fazer parte do conselho editorial da Revista Eletrônica Cadernos de História. Um lugar onde aprendi muito sobre como funciona o “outro lado” da produção acadêmica. Não imaginava o quanto é dificultoso editar um periódico. No entanto, quando vemos cada nova edição no ar é algo extremamente gratificante. A Cadernos de História tem crescido muito nos últimos anos, recuperando a importância que tinha no momento em que foi fundada, e tenho muito orgulho de ter feito parte na história dessa revista que é feita por e para os alunos, uma conquista dos discentes de nosso departamento e desejo vida longa ao periódico. Mas não trabalhei sozinho. Agradeço todos os companheiros que dividiram o fardo comigo. Uma atividade como essa só dá certo quando se tem uma equipe forte e dedicada.

Deixo também o meu agradecimento especial para a minha amiga Natalia Casagrande Salvador, que sempre gentilmente traduziu meus resumos e os transformou em “abstracts”, inclusive desta dissertação. Com toda certeza essas intervenções foram fundamentais para o desenvolvimento do meu trabalho.

Enfim, infelizmente não dá para escrever todos os agradecimentos que eu gostaria porque o espaço é curto e este espaço se transformaria em capítulo, o que não vem ao caso. Para finalizar quero agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História pela oportunidade de desenvolver minha pesquisa aqui na minha casa, por me dar todas as condições de realizar um bom trabalho e parabenizo toda organização e crescimento que este programa nos apresenta hoje.

*Rodrigo Machado da Silva*

Mariana, 09 de novembro de 2013.

## RESUMO

A presente dissertação de mestrado apresenta em seu escopo central o estudo acerca dos projetos políticos e historiográficos de Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos (1843-1927), considerado um dos pioneiros da escrita da história erudita e sintética de Minas Gerais, no início do século XX. Este trabalho consiste em integrar uma análise pautada na interseção entre história política e história da historiografia. Nosso principal questionamento é: o que fazia Diogo de Vasconcellos aos escrever a história de Minas Gerais? Através do contexto de transferência da capital do estado, de Ouro Preto para Belo Horizonte, em 1897, procuramos compreender os elementos políticos e intelectuais que contribuíram para a formação da cultura histórica de Diogo de Vasconcellos, bem como os principais elementos discursivos que integram suas duas principais obras: *História Antiga das Minas Gerais* (1904) e *História Média de Minas Gerais* (1918), sobretudo a sua concepção de civilização. Além disso, a dissertação levanta a discussão acerca da constituição de um subgênero historiográfico que estava entre o memorialismo e a história erudita, no final do século XIX, e tinha como inspiração a estética romântica, predominante no oitocentos, fomentando a ampliação da escrita da história regional frente às produções de história nacional. Para Vasconcellos, Minas Gerais era o estado berço da civilização brasileira, e a história da nação deveria ser iniciado ali, e mobilizar os momentos de origem do estado era fundamental para a constituição da memória histórica mineira e nacional.

## PALAVRAS-CHAVE

História da Historiografia; Civilização; Diogo de Vasconcellos; Minas Gerais; Romantismo



## ABSTRACT

This dissertation presents in its central scope a study of the political and historiographical projects of Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos (1843-1927), considered one of the pioneers of scholarly and synthetic writing of Minas Gerais' history, at the beginning of twentieth century . This work integrates an analysis based on the intersection between political history and history of historiography. Our main question is: what was Diogo de Vasconcellos doing while writing the history of Minas Gerais? Through the context of the transfer of State capital, Ouro Preto to Belo Horizonte in 1897, we seek to understand the political and intellectual elements that contributed to the formation of Diogo de Vasconcellos' historical culture, as well as key discursive elements that comprise his two main works: *Ancient History of Minas Gerais* (1904) and *Middle History of Minas Gerais* (1918), paying special attention to his conception of civilization. Furthermore, the dissertation raises the discussion about the establishment of a subgenre that was among the historiographical memorialism and scholar history in the late nineteenth century, and was inspired by the romantic aesthetics , predominantly in the 1800s', encouraging the expansion of regional history writing, opposite to the production of national history. In Vasconcellos' conception, the State of Minas Gerais was the birthplace of Brazilian civilization and that's where the history of the nation should begin. Therefore, rescuing the origin of the State was crucial for the formation of regional and national historical memory.

## KEYWORDS

History of Historiography; Civilization; Diogo de Vasconcellos, Minas Gerais;  
Romanticism

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. A TRADICIONALIZAÇÃO DA REPÚBLICA: UM PROGRESSIVO OLHAR PARA O PASSADO .....</b>	<b>29</b>
2.1. Modernizar pra conservar: vivendo no limite da tradição .....	29
2.2. Um novo paradigma para Minas: o retorno ao século XVIII .....	56
<b>3. A CIVILIZAÇÃO COMO PROJETO: UMA QUESTÃO REGIONALISTA? .....</b>	<b>80</b>
3.1. A cultura historiográfica de Diogo de Vasconcellos .....	80
3.2. Uma voz para as Minas Gerais .....	92
3.3. O conceito de civilização em Diogo de Vasconcellos .....	107
<b>4. DIOGO DE VASCONCELLOS: O ROMÂNTICO TARDIO .....</b>	<b>123</b>
4.1. Do memorialismo à história empírica .....	123
4.2. Sinceridade, erudição e instrumentalidade na história .....	145
4.3. Diogo de Vasconcellos: um romântico .....	159
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>171</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>177</b>

"Minas como grande parte do Brasil interior é fruta que os bandeirantes produziram pro Brasil litorâneo. Mas o estado frutificou por si, paulista não tem mais nada com isso, frutificou pelos mineiros da mesma forma com que estamos frutificando pelos brasileiros e não por Portugal".

(Mário de Andrade)

## 1. INTRODUÇÃO

Afirmar, em um trabalho de história, que um personagem é um *homem* ou uma *mulher* “de seu tempo” é uma proposição vazia de sentido. Não existe uma pessoa que não viva o seu próprio tempo. Estamos imersos em ambientes discursivos constituídos por agentes que dialogam diretamente entre si, seja através dos meios de comunicação em massa, dos espaços acadêmicos de conhecimento, ou das relações pessoais do cotidiano. Os atos de fala são respostas a problemas específicos e variantes, compartilhados e defendidos por sujeitos imersos em diferentes tradições, mas que coabitam, por vezes, o mesmo espaço físico e cronológico, porém não necessariamente a mesma simultaneidade<sup>1</sup>.

Nesse sentido, o principal objetivo de nossa dissertação é compreender os elementos que se articulam na formação de diferentes tradições discursivas em uma sociedade marcada por um processo de transformação política e cultural à luz da historiografia de Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos (1843-1927) na passagem do século XIX para o XX. Propomos a utilização de um método de análise que se vale da interseção entre a história política e a história da historiografia para compreender a suposta relação que cada uma dessas instâncias têm entre si, e como forma e conteúdo são articulados na constituição dos argumentos históricos de Vasconcellos.

A pergunta fundamental que guia nossa investigação é: a quais tradições Diogo de Vasconcellos respondia ao escrever suas obras historiográficas? A possível resposta de autores clássicos para essa pergunta, tais como José Honório Rodrigues<sup>2</sup>, Oíliam José<sup>3</sup> e João Camilo de Oliveira Torres<sup>4</sup>, é que Vasconcellos estava inserido em um ambiente de valores arcaicos da sociedade brasileira e que tinha o passado colonial

---

<sup>1</sup> De acordo com Reinhart Koselleck, há três possibilidades formais de se experimentar o tempo. A primeira é a irreversibilidade dos acontecimentos. Uma vez que o fato acontece não é possível de revertê-lo, ele é irremediável. A segunda é a capacidade de repetição dos eventos, que pode se dar de inúmeras maneiras, tais como certa identidade entre eles, ao retorno de um conjunto de fatos, ou por meio de uma relação tipológica ou figurativa entre os fatos “repetidos”. A terceira é a destacada em nossa análise, que se refere àquilo que ele chama de “simultaneidade da não simultaneidade”. De acordo com Koselleck, em tal fissura temporal existe a possibilidade da convergência de várias camadas temporais que dependendo do agente histórico ou situação pode mobilizar distintos períodos de duração, tendo ou não relação umas com as outras. Cf: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.UERJ, 2006.

<sup>2</sup> RODRIGUES, José Honório. **História da Historiografia do Brasil**. 1ª Parte. Historiografia Colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

<sup>3</sup> JOSÉ, Oíliam. **Historiografia Mineira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959.

<sup>4</sup> TÔRRES, João Camillo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. v. 1. 3. ed. Belo Horizonte : Lemi; Brasília: INL, 1980.

como o paradigma desse arcaísmo. Não obstante, acreditamos que essa resposta é insuficiente para esclarecer quais eram as motivações e adequações da obra daquele autor frente ao mundo que vivia. O atraso pelo atraso não é uma resolução suficiente para esse problema. Havia questões políticas e intelectuais que pululavam na passagem do regime monárquico para o republicano no Brasil em que se percebem produções de narrativas sobre o remoto passado colonial no intuito de fortificar um tipo de tradição e promover um discurso para a *civilização*.

O advento republicano trouxe ao Brasil inúmeras transformações de ordens políticas, culturais e sociais. Em Minas Gerais o quadro de mudanças se estabeleceu pela parcial substituição da hegemonia política estabelecida com o novo regime, bem como por uma nova forma de se experimentar o tempo, mais especificamente em relação ao passado. Uma das marcas substanciais para essa transformação foi a transferência da capital, que no ano de 1897 saiu do município de Ouro Preto para a recém fundada Belo Horizonte. Modernidade e tradição mesmo definindo um antagonismo conceitual unem-se para formar a identidade do povo e uma memória coletiva para os novos tempos.

Diogo de Vasconcellos foi um homem que viveu nesse processo de transformação de paradigmas. Ouro Preto, a cidade que habitou a maior parte de sua vida e que ele tanto defendia nos finais do século XIX deteriorava-se. A antiga capital via outras regiões do estado se desenvolverem enquanto ela se encontrava em um desenfreado declínio político e econômico. Esta questão, a das transformações estruturais que ocorreram em Minas Gerais na passagem do dezenove para o vinte, foi bandeira para as principais facções políticas da época. Havia a ala modernizadora republicana, liderada por João Pinheiro da Silva, Crispim Jacques Bias Fortes e Antônio Olinto, que tinha o progresso e o desenvolvimento do estado como principais metas, transgredindo os valores empregados pelos grupos opositores, formados por conservadores tradicionalistas e ex-monarquistas, do qual Vasconcellos, Bernardo Pinto Monteiro e Nelson de Senna eram fortes integrantes.

No primeiro capítulo de nossa dissertação intitulado, “*A tradicionalização da República: um progressivo olhar para o passado*” procuramos demonstrar as relações e contradições existentes nos primeiros anos da República Velha no que tange às questões acima destacadas. Momento de importantes transformações que em nossa hipótese foram fundamentais para compor o arcabouço argumentativo que constitui as obras de Diogo de Vasconcellos. A modernização de Minas foi um processo polivalente que

perpassou várias camadas da cultura local, e nesse caso, a ouropretana é fundamental em nossa análise.

Em suas características arquitetônicas primordiais, Ouro Preto dos oitocentos, de acordo com Heliana Angotti Salgueiro, era muito mais uma cidade do século XIX do que uma cidade colonial. O município, ao longo de sua história, por mais que lhe fosse conferido narrativas que apontassem para a sua homogeneidade, a de uma paisagem colonial que envolvesse toda a cidade, tornou-se um mito do ponto-de-vista de uma cultura histórica que via a velha capital como uma das expressões máximas de um passado longínquo<sup>5</sup>. Sob um olhar atual, a autora observa que pouco restou da arquitetura doméstica simples, da rusticidade dos tempos da mineração. Mesmo que os projetos de melhoramento da cidade propostos no final do dezenove tenham ficado apenas no papel, é possível observar que não é apenas no século XX que Ouro Preto passa por modificações. Seu refinamento era necessário, tanto por motivos de organização urbana e salubridade, como por agenda política de conservação de uma elite no poder.

Desse cenário é que surge uma de nossas primeiras inquietações. Em meio às disputas acerca da melhoria urbana de Ouro Preto para manter a capital ou transferir a sede do governo para outro lugar: quais papéis e força teria o passado nesse movimento? Dessa maneira, as reflexões que seguem no primeiro capítulo da dissertação procuram entender a dinâmica de adaptação de discursos sobre o antigo e o moderno às necessidades pontuais da elite política e intelectual da época.

Vasconcellos como polígrafo unia política e letras em um projeto que buscava ao mesmo tempo modernizar e conservar os padrões da identidade mineira. Através de diversas frentes, seja em jornais, ações do Partido Conservador Mineiro ou no Partido Católico, e em sua escrita historiográfica, Vasconcellos conciliava seus projetos a fim de estabelecer um que fosse o ideal para a constituição de uma Minas Gerais moral, política e economicamente forte. Tristão de Athayde, em seu clássico texto *Política e Letras*, de 1924, apontava que o republicanismo trouxera para a literatura, e para as letras em geral, um caráter que oscilava entre o regionalismo e o cosmopolitismo,

---

<sup>5</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. V.4, p. 125-163, jan./dez. 1996, pp. 126-127.

marcas da modernidade nacional que se propunha no final do século XIX<sup>6</sup>, e o projeto político vasconcelliano seguia tal movimento.

Para um melhor delineamento de nossas investigações, tomamos como suporte heurístico de análise duas categorias que têm nos auxiliado a pensar nosso objeto principal de investigação: o projeto historiográfico de Vasconcellos em que se encontra a constituição da memória histórica de Minas Gerais. As categorias de análise adotada por nós são as de: *Culturas Políticas* e *Culturas Historiográficas*. O termo *Culturas Políticas* é carregado de variantes que dificultam a constituição de um bloco definidor homogêneo. Apontar precisamente práticas e costumes, e afirmar que elas fazem parte de uma cultura política partilhada por todos os membros de uma comunidade é extremamente falacioso, visto que os agentes sociais atuam em diferentes espaços simultaneamente. Gabriel Almond e Sidney Verba, referências clássicas para a definição da categoria *Culturas Políticas*, partem de uma proposição considerada behaviorista para compreender a relação do comportamento e crenças políticas de indivíduos/grupos no processo de funcionamento dos sistemas políticos e a socialização política. Os autores definiram *Cultura Política* como um conjunto de tendências de caráter psicológico dos integrantes de uma determinada sociedade em relação a sua política. Não obstante, tal qual nos apresenta Eliana Dutra, o modelo comportamentalista de Almond e Verba por mais que ainda seja relevante, abre margens para refutações que tendem a questionar o pragmatismo da relação entre comportamento, normas e valores na motivação dos atos políticos<sup>7</sup>.

Dutra chama atenção para a obra de Serge Bernstein, que trabalha com a ideia de que o termo *Cultura Política*, na historiografia, não é a mesma coisa que ideias ou forças políticas, e afirma que o lugar do historiador das *Culturas Políticas* é o de buscar respostas para os problemas que perpassam as motivações do ato político como um fenômeno que se refere a um conjunto de representações compartilhadas por um amplo grupo de uma determinada sociedade<sup>8</sup>. *Culturas Políticas* dentro de um campo de experiência apresentam-se como um conjunto de referentes formalizados por grupos institucionalizados, no seio de uma família ou tradição política, tal qual proposto por Jean-François Sirinelli. Em grande medida, o termo embora tenha em seu primeiro

<sup>6</sup> ATHAYDE, Tristão de. Política e Letras. In. CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história da República**. Recife: Editora Massangana, 1990, p. 236.

<sup>7</sup> DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas. Definições, usos, genealogias. **Varia História**. n. 28. Dezembro/2002, p. 16.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 24.

escopo uma larga abrangência analítica, trabalha com componentes bem pontuais, assim como expõe Dutra:

(...) entendemos que dentro da rubrica culturas políticas podem se abrigar estudos das implicações cívico-políticas dos fatos da tradição cultural; análises históricas das culturas políticas plebeia, monarquista, republicana, liberal, autoritária, socialista, comunista, anarquista, católica, nacionalista, milenarista, fascista, trabalhista, peronista, entre outras, na suas perspectivas, míticas, utópicas e imaginárias; na sua tradução doutrinária e ideológica; na sua relação com a memória, os símbolos, os ritos e as liturgias políticas; e nas suas expressões institucionais e organizadoras da vida numa sociedade política<sup>9</sup>.

15

Serge Berstein aponta que uma das principais críticas à categoria de Cultura Política, principalmente da abordagem dos politólogos norte americanos, se dá na noção de que Cultura Política liga-se à cultura global de uma determinada sociedade sem, contudo, confundir-se com ela, uma vez que seu campo incide exclusivamente sobre o político. De acordo com Berstein, tal proposição de Cultura Política não estabelece uma antinomia com essa possível cultura global, já que aquela está inserida no quadro das normas e nos valores que representam a sociedade em si, no seu passado e no seu futuro<sup>10</sup>. Para o autor, tal crítica toca dois pontos que são alheios à Cultura Política na visão dos historiadores. A primeira expõe a possibilidade de existência de uma cultura política nacional que fosse própria de cada povo e pudesse ser transmitida de geração em geração. A segunda hierarquiza tais culturas políticas nacionais, que alinharia as culturas de diversas nações em normas e valores ocidentais, que suporia um modelo acabado das sociedades modernas<sup>11</sup>.

Na perspectiva dos historiadores, aponta Berstein, é clara a ideia de que em uma nação há uma pluralidade de culturas políticas, mas se manifestam em zonas de abrangências que delimitam áreas de valores partilhados, que são por eles mesmos datados. Em um determinado tempo valores partilhados podem ser mais ou menos amplos, e as suas difusão determinarão a cultura política dominante, que atuará com mais ou menos força no bojo dos grupos que as mobiliza<sup>12</sup>. Ao passo em que um determinado valor apresenta-se como dominante não o atesta, naturalmente, como o único. Há uma série de outros elementos que são mobilizados ao mesmo tempo,

---

<sup>9</sup> Ibidem, p.27.

<sup>10</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 352-353.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 353.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 354.



podendo até mesmo, em alguns momentos, reforçar os valores do dominante. Isso é possível de ser notado na trajetória de Diogo de Vasconcellos. Há na passagem do dezenove para o vinte um predomínio da política republicana e de modernização a todo custo, o que não impedia que Vasconcellos fosse ao mesmo tempo um guardião das tradições e conservador. Os modelos não se anulavam.

Uma certa cultura política tem condições de estruturar comportamentos políticos individuais e, ao mesmo tempo, ela mostra-se como um fenômeno de ordem coletiva. Como propõe Berstein, a cultura política pertence a todos os grupos que de alguma forma comungam com seus pressupostos, que se utilizam do mesmo discurso, símbolos e participam dos mesmos ritos. No entanto, isso não quer dizer que esse compartilhamento de ideias deve ocorrer em uma mesma geração que viveram o mesmo tipo de experiência<sup>13</sup>. Quando nos deparamos com Vasconcellos e identificamos nele fortes traços românticos, mesmo no fim do século XIX, não o tomamos como anacrônico, mas como um intelectual que recupera uma estética que compõe seu espaço de experiência para então formular seu projeto político e historiográfico.

De fato, uma cultura política vê coabitarem em torno de seus principais temas gerações diferentes, para as quais as palavras não têm necessariamente o mesmo significado, o que explica as inflexões antes mencionadas. Mas, apesar das nuances que separam as pessoas que se reconhecem numa mesma cultura política e das diferentes formas de expressão dessa cultura, é nela que se baseia a identidade de um grupo. Ou seja, vista de fora, ela funciona como um marcador que a torna compreensível aos olhos dos contemporâneos, que permite compreender (e não raro prever) as reações de seus membros a um dado acontecimento e, conseqüentemente, evidenciar as razões de seu comportamento<sup>14</sup>.

Dedicamos, portanto, o capítulo à análise dos discursos que Diogo de Vasconcellos proferia no início do regime republicano para que a nova ordem pudesse então ser construída nos moldes conservadores monárquicos de outrora. Dois deles ganham destaque: o primeiro remete-se, como nos referimos no início desta apresentação, à transferência da capital mineira. Vasconcellos como um dos integrantes do movimento oposicionista à mudança usou seu cargo de Agente Executivo de Ouro Preto, entre 1892 e 1893, para realizar uma série de mudanças estruturais na cidade para que ela se adequasse ao modelo proposto pela modernidade republicana, dando assim

<sup>13</sup> BERSTEIN, Serge. "Culturas políticas e historiografia". In: AZEVEDO, Cecília... [et al.]. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 43.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 43-44.

condições para que a velha capital pudesse manter-se como sede administrativa do estado, reforcando suas bases e controle político mineiro.

O segundo refere-se aos bastidores da política local e o processo de organização das chapas opositoras ao Partido Republicano Mineiro, destacando o Partido Católico que tinha justamente Vasconcellos como seu principal líder. Em ambos os casos, o que se percebe é que ao mesmo tempo em que discursivamente Vasconcellos propunha a manutenção de um ideário tradicionalista, os meios para que isso ocorresse eram extremamente modernos, expondo uma contradição que identificamos como sintomática, e que definia o projeto elaborado por ele. O uso do passado é um deles.

A História, ao longo do século XIX, momento em que são formuladas as modernas diretrizes para o seu tratamento, delineava-se como uma disciplina com estatutos parcialmente definidos, visto que a história não se concretiza imediatamente como disciplina autônoma. Dentre uma das principais características formativas da história foi o da questão nacional<sup>15</sup>. As ideias de nação e de progresso articularam-se com uma produção historiográfica que atuou de acordo com as diretrizes do Estado civilizador<sup>16</sup>. No início do século XX, a noção de região ganhara força via autonomia dos estados favorecida pelo sistema federalista recém-implantado. A preocupação passava não apenas por construir o Estado Nacional, mas determinar a Nação através da história regional. Para Diogo de Vasconcellos a *História do Brasil* se constituía a partir da *História de Minas*. A República estava proclamada, nada poderia ser feito quanto a isso, mas deveria ser adaptada para que a tradição do antigo sistema se mantivesse. Na edição do dia 23 de abril de 1890 do periódico *O Jornal de Minas* foi reproduzido um discurso de Diogo de Vasconcellos em que ele dizia:

Está fundada a república, estão mudados os caminhos do destino; mas a minha experiência, os meus anos, a história a que todos os dias peço conselho e direção, vos avisam: estais firmes; vigiai pela pátria, que já saiu de nossas mãos para as vossas.

Sois, agora, a nossa alegria; sois a esperança: o Brasil vai remoçar-se em vossa idade, em vossas luzes, em vossos sentimentos.

Está fundada a república; está formada a definitiva aspiração dos povos da América; mas tende diante de vossos olhos, firme e inabalável, a imagem

<sup>15</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos históricos**, nº1, 1988.

<sup>16</sup> GONÇALVES, Sérgio Campos. O pensamento civilizador e a cultura historiográfica brasileira no século XIX. **Revista Fazendo História**. Ano I, Edição II, pp. 128-147, 2008, p. 143.

adorável deste homem que renasce de dia em dia nos filhos, que nascem; e viverá enquanto a humanidade for viva<sup>17</sup>.

A escrita da história, nesse sentido, além de possuir um caráter legitimador, de afirmação, pode também servir a um projeto regional que transcende as barreiras de um regime ou outro. Entendemos que, para Diogo de Vasconcellos, a sua narrativa não propunha defender a forma de governo, mas, frente à nova situação nacional, da exaltação da alteridade das unidades federativas, a história deveria servir a Minas como um todo. Era um espaço convergente de fatos e valores fundamentais para os olhos do leitor apreenderem a identidade mineira. A historiografia local passa a “eleger” os principais acontecimentos que figuravam seus tempos pretéritos, e o sentido da história era traçado a partir disso. No século XIX, momento em que a prática era dominada por memórias autobiográficas, estritamente regionalizadas, e com pouca coesão a uma história do estado, o final do oitocentos inaugurava a era da “história geral de Minas”, unindo as sub-regiões sob os mesmos signos, confluindo forçosamente um discurso de coesão, importante para ações políticas fora de Minas.

O passado minerador e a Inconfidência de 1789 se constituíram como os dois principais *topoi* da história do estado, principalmente a partir da fundação do Arquivo Público Mineiro, em 1895, e de sua revista no ano seguinte. Contudo, as formas dos intelectuais da época conceberem a inconfidência eram diferentes. João Pinheiro, por exemplo, um grande nome do republicanismo mineiro do início do regime via a inconfidência como o bastião do liberalismo republicano, inspirado na constituição dos Estados Unidos, que surgiu para combater a Monarquia e a religiosidade. Diogo de Vasconcellos, por sua vez, entendia a inconfidência como embrião da República, mas em hipótese alguma ela tinha como característica combater qualquer tipo de monarquismo, muito menos a religiosidade. Na visão dele, Tiradentes objetivava uma nação pautada na tradição e no cristianismo, e evocar tal imagem era fortificar essa característica no regime nascente: “*Estamos certos de que faremos a república voltar ao bom caminho. A nação é cristã; e o governo – ou far-se-á – à sua imagem – ou então... As urnas vão decidir!*”<sup>18</sup>.

O retorno ao século XVIII, sob a ótica de historiadores como José Honório Rodrigues, Oiliam José, João Camilo de Oliveira Torres, João Ribeiro, entre outros, é o

<sup>17</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. "23 de abril de 1890". In: **O Jornal de Minas**. Ouro Preto, 23 de abril de 1890. Ano XIII, n. 88. SIA-APM, Notação: JM-1242531; Filme: 064, p. 1. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=126611>

<sup>18</sup> Idem.

recorte mais comum da historiografia brasileira no século XX. Assim, é para Minas o momento inspirador do progresso que se consolidava cada vez mais no ideário político e intelectual do início do século passado. O setecentos guardaria os elementos fundamentais para que Minas saísse do momento de declínio econômico<sup>19</sup> do século XIX e restabelecesse a pujança.

Esse “retorno” ao setecentos não foi articulado de forma aleatória. Foi necessário servir-se de um passado bem pautado, onde as bases da civilização estavam bem fundamentadas. Um passado que tinha condições de dizer aquilo que Minas Gerais era em sua essência, onde o tempo e o espaço/paisagem eram harmônicas o suficiente para que na virada do século XIX para o XX os intelectuais mineiros pudessem se influenciar.

José Honório Rodrigues propõe, como observamos a pouco, que esse olhar para o passado denotava uma característica arcaica<sup>20</sup> da sociedade brasileira do início do século. Consideramos que a conclusão de Rodrigues é insuficiente para compreender esse tipo de historiografia que é marcante na obra de Diogo de Vasconcellos. Em um ambiente de transformações indefinidas como aquele posto pela proclamação do regime republicano o passado recente – monarquista – ainda estava muito próximo ao presente novo e conseqüentemente ao futuro – republicano – que se formava. Vasconcellos não poderia escrever a história do Império, pois ainda não era passado, bem como o século XVIII ainda era construído na cultura histórica mineira do XIX. Com isso, retomar os caminhos da civilização iniciadas no século XVIII era um movimento político-retórico consciente, no sentido de que não se constituiu como ingenuidade ou arcaísmo, mas como um artifício para se estabelecer uma nova forma de se apreender o tempo, tanto o passado quanto o presente.

*A História Antiga das Minas Gerais e a História Média de Minas Gerais*, de Diogo de Vasconcellos, são exemplos substantivos para se compreender a constituição do fazer historiográfico em Minas Gerais no início do século XX à luz dos *topoi* dos tempos de ouro. Mesmo havendo controvérsias, o historiador é considerado um dos pioneiros da escrita da história erudita mineira. Com a criação do Arquivo Público Mineiro, Vasconcellos foi um dos mais assíduos pesquisadores que além de ajudar na constituição do acervo da instituição, tinha um vasto conhecimento dos documentos ali

<sup>19</sup> Ver: GODOY, Marcelo Magalhães. Minas Gerais na República: atraso econômico, estado e planejamento. *Cad. Esc. Legisl.*, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 89-116, jan./jun. 2009.

<sup>20</sup> RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil* (Introdução Metodológica). 5ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 33.

depositados. Esses são os pressupostos que definem o segundo capítulo desta dissertação, “*A civilização como projeto: uma questão regionalista?*”

Procurar-se-á nessa parte da dissertação estudar o conceito fundamental em nossos esforços investigativos: *Civilização*. A intenção do capítulo é entender como surge e como foi empregado o conceito em Minas Gerais durante o recorte temporal analisado, destacando a obra de Diogo de Vasconcellos como uma das principais difusoras de tal conceito dentro da historiografia local.

Segundo Pin der Boer, há alguns conceitos que possuem um valor tão forte dentro das variadas esferas políticas e socioculturais, que seus usos são em diferentes línguas. *Civilização* é um desses conceitos-chaves que ultrapassam as fronteiras nacionais passando a ser entendido de forma bem abrangente em contextos transnacionais. Por vezes, propõe Boer, “civilização” tornou-se, sobretudo no século XIX, um projeto político e uma palavra de ordem<sup>21</sup>. É perceptível o dinamismo e as constantes mudanças semânticas do termo ao longo da história, que passou de “estático”, quando se referia à produção de gêneros alimentícios ou comunidades políticas, para uma ideia de “movimento”, de progresso, sobretudo com o advento da modernidade.

De acordo com Sérgio Gonçalves, o processo de *mundialização*, reveladora de uma cultura moderna globalmente aceita e assimilada, tem o termo *globalização* como uma forma de tradução, cuja ideia contém a mensagem que todos estamos em uma espécie de processo civilizatório, dos quais uns se encontram mais atrasados e outros mais adiantados. A cultura universalizada substancialmente é da civilização, e seu molde moderno forjou-se na Europa, e depois da Segunda Grande Guerra tomou uma roupagem também norte-americana. Gonçalves argumenta que a exportação desse processo, na modernidade, iniciou-se com as grandes navegações e foi intensificado com o processo de colonização, assim como no desenvolvimento de tecnologias de transporte e comunicação<sup>22</sup>.

A função do conceito de civilização, segundo Gonçalves, é expressar a consciência que o Ocidente possui de si mesmo, uma vez que o termo condensa tudo em que a sociedade ocidental se julga superior em relação às sociedades antigas ou a sociedades contemporâneas normalmente entendidas como atrasadas. Dessa maneira, o

---

<sup>21</sup> BOER, Pin der. “Civilização: comparando conceitos e identidades”. In: FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo (orgs.). **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Editora PUC/Edições Loyola/IUPERJ, 2007, p. 121.

<sup>22</sup> GONÇALVES, Sérgio Campos. **Op. Cit.**, p. 138.

conceito descreve como a sociedade ocidental representa o que lhe é especial e distintivo das demais e o que lhe orgulha<sup>23</sup>. Para Norbert Elias:

A sociedade ocidental, dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades mais contemporâneas ‘mais primitivas’. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de ‘sua’ tecnologia, a natureza de ‘suas’ maneiras, o desenvolvimento de ‘sua’ cultura científica ou visão do mundo, e muito mais<sup>24</sup>.

21

O projeto de se constituir a *Civilização Mineira*, nos fins do dezenove, seguiria esse mesmo caminho. Resgatar os louros do passado, constituir os mitos e heróis nacionais eram formas de reivindicar um lugar de destaque na organização política brasileira, e sobretudo, evidenciar a vitória sobre a barbárie. A promoção da região de Minas em um embate federalista para determinar o estado mais poderoso da República necessitava de um grande argumento, e a história forneceria esse argumento.

Boer argumenta que a análise comparativa é necessária para evitar abordagens monolíngüísticas<sup>25</sup>, nacionalistas e anacrônicas, possibilitando uma compreensão mais aprofundada do conceito estudado, e, neste caso, o de “civilização”. No entanto, uma comparação abstrata do conceito não substitui a pesquisa empírica<sup>26</sup>. Com isso, o historiador dos conceitos deve impor várias questões para ele – Onde? Quando? Por quê? Por quem? – a fim de se estabelecer minimamente a constituição de suas transformações semânticas. Dessa maneira, a história dos conceitos é fundamental para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

De acordo com Valdeci Lopes de Araujo, um dos grandes adventos da modernidade foi colocar o sujeito como produtor de conhecimento. Com a dualidade sujeito/objeto estabelecia-se a simplificação da linguagem como campo de estudo na historiografia. A linguagem antes era vista como apenas um veículo de comunicação de um mundo de objetos autônomos, ou um exercício de subjetividade intelectual ou coletiva. A história dos conceitos, como mostra Araujo, inovou ao considerar a

---

<sup>23</sup> Ibidem, p. 130.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> O que compreende-se aqui como abordagem monolíngüística é um tipo de estudo de história dos conceitos em que um determinado termo é apenas analisado levando em conta um idioma, desconsiderando as nuances provocadas por outras línguas em espaços geográficos distintos.

<sup>26</sup> BOER, Pin der. **Op. Cit.**, p. 127.

linguagem como fenômeno irreduzível a outras dimensões do real, ou seja, ela possui autonomia e condições de receber um tratamento teórico-metodológico específico<sup>27</sup>.

A história dos conceitos é entendida como um modo particular de história reflexiva da filosofia e do pensamento político e social, desenvolvendo-se a partir das tradições da filologia, da história da filosofia e da hermenêutica. As principais críticas dessa historiografia, de acordo com Marcelo Gantus Jasmin, voltavam-se para a baixa contextualização de ideias e conceitos utilizados no passado, dos anacronismos produzidos e na insistência metafísica da essencialidade das ideias. Na proposição koselleckiana, os conflitos políticos e sociais do passado devem ser descobertos e interpretados, pelos historiadores, através do horizonte conceitual da época, nos usos da linguagem, compartilhado e desempenhado pelos atores que participaram desses conflitos<sup>28</sup>. Por isso, o profundo estudo das fontes é fundamental para o desenvolvimento da história dos conceitos.

Para Koselleck, o estudo da linguagem utilizada na confecção do documento e o uso semântico das palavras empregadas são passos fundamentais para a sua análise. O sentido exato dos termos só pode ser apreendido a partir do contexto diário do sujeito estudado, assim como deve ser deduzido também da situação do autor e dos destinatários, ou seja, sua comunidade linguística<sup>29</sup>.

Koselleck ainda diz que os momentos de duração, alteração e futuridade contidos em certa situação política concreta são apreendidos por sua realização no nível linguístico. É, portanto, de grande relevância, tanto para a história dos conceitos quanto para a história social, saber a partir de que momento um conceito passa a ser empregado de forma rigorosa e torna-se indicador de transformações políticas e sociais de profundidade histórica<sup>30</sup>.

A batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições está presente, sem dúvida, em todas as épocas de crise registradas em fontes escritas. Desde a Revolução Francesa, essa batalha se intensificou e sua estrutura se modificou: os conceitos não servem mais para apreender os fatos de tal ou tal maneira, eles apontam para o futuro<sup>31</sup>.

<sup>27</sup> ARAUJO, Valdeí Lopes de. História dos Conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade Ibérica. **Almanack Braziliense**, v. 7, 2008, p. 48.

<sup>28</sup> JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. **RBCS**, vol. 20, nº 57 fevereiro/2005, p. 31-32.

<sup>29</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Op. Cit.**, p. 99-100.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 101.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 102.

Tendo isso em vista, discutiremos o conceito de civilização na obra de Vasconcellos. Nossa hipótese é que as *História Antiga das Minas Gerais* e a *História Média de Minas Gerais* são ensaios que inventariavam as principais memórias históricas mineiras, com o claro intuito de demarcar o lugar de Minas na história do país, ou pontuar que a história nacional parte do passado mineiro, o berço da civilização brasileira, segundo seu autor. Através da leitura das *Histórias de Minas Gerais*, de Vasconcellos, identificaremos como a palavra “civilização” aparece no texto do autor mineiro, procurando compreender o sentido empregado a ela e sua funcionalidade.

Identificamos dois elementos como chaves para aquilo que formou a identidade do mineiro construída pela escrita da história: o século XVIII e a mineração. Compreendemos que isso é historicamente constituído, bem especificamente com o surgimento do estado federal. O passado minerador era a principal “voz de Minas”, como propunha Alceu Amoroso Lima, elemento amalgamador do povo, que ao mesmo tempo conseguia trazer a homogeneidade que tanto se esperava, contava a história de apenas uma pequena parte do estado.

No segundo capítulo da dissertação nos propomos a pensar os lugares que essa escrita da história encontra naquele momento para seu desenvolvimento e legitimação. Instituições inéditas em Minas são fundadas com a incumbência de organizar o passado mineiro, arquivar os principais documentos disponíveis e dar condições para que os historiadores escrevessem a história da região. Ao longo de nossa pesquisa duas instituições se destacam: o Arquivo Público Mineiro (APM) e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG). Ambas eram de caráter extremamente republicano, e tinham a missão de constituir um discurso moderno para Minas, e contribuir para a civilização brasileira.

O problema posto pela história da historiografia quanto à forma de se analisar a escrita entre os séculos XVIII e XX no Brasil, de acordo com Francisco José Calazans Falcon, divide-se em três momentos: arcadismo, romantismo e cientificismo. De acordo com esse autor, tal divisão sublinha as características mais específicas de cada um desses movimentos de produção do discurso histórico, mas não é um recorte meramente cronológico ou temático. O que interessa em cada um desses momentos é a forma concretamente assumida pela intenção de fazer/produzir história em uma determinada época, local ou sociedade<sup>32</sup>. Manoel Salgado Guimarães preferiu trabalhar com as ideias

<sup>32</sup> FALCON, Francisco José Calazans. “Capistrano de Abreu e a historiografia cientificista: entre o positivismo e o historicismo”. In: NEVES, Lucia Maria Bastos das; GUIMARÃES, Lucia Maria



de Iluminismo e Romantismo, por estas sublinharem as formas historicistas/românticas em contraposição a uma forma iluminista de construir o conhecimento sobre o passado.

De acordo com Manoel Salgado, para se pensar o historicismo e uma escrita disciplinar e científica da história precisa-se levar em consideração dois elementos face à tradição filosófica das luzes. Para tanto, ele se apoia em autores como Friedrich Jaeger e Jörn Rüsen. Em primeiro lugar a tradição das luzes ensejou uma historização do homem e do mundo num processo de conquista do mundo histórico; e em segundo lugar, ainda marcado por uma tradição iluminista, a história torna-se progressivamente objeto da profissionalização e especialização.

Esse processo de historização significou a compreensão da vida humana através de transformações contínuas percebidas pelo “progresso”, o que é definido por Reinhart Koselleck como “coletivo singular”<sup>33</sup>, que emergia com o surgimento de um moderno conceito de história em face de um novo espaço de experiência fundado nas grandes transformações sociais na segunda metade do setecentos<sup>34</sup>. Segundo Manoel Salgado, tal conceito era pautado por três níveis de questões: os fatos ocorridos; a narrativa e o conhecimento científico. Esse singular coletivo permitia a possibilidade de se construir histórias particulares. Os eventos eram compreendidos como parte de uma história, que também organizava as condições do homem no mundo, aceito como um mundo histórico. A História tornava-se sujeito dela mesma.

Supor, contudo, esta relação entre Filosofia da História e o correlato nascimento do moderno conceito de História e o Historicismo do século XIX, não implica perceber uma continuidade sem quebras entre a preocupação filosófica com a História no século XVIII e a história como disciplina do século XIX<sup>35</sup>.

Há nessa perspectiva de Salgado dois possíveis regimes de historicidade que coabitam o mesmo tempo/espaço. Um que concebe a história mestra da vida e aquele que percebe a história, como disciplina, como uma narrativa e inteligibilidade de fatos

---

Paschoal; GONÇALVES, Marcia Almeida e GONTIJO, Rebeca. **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 151.

<sup>33</sup> Koselleck sugere que com a dissolução do topos *historia magistra vitae*, no século XVIII, houve a transformação do conceito de história, tendo seu significado, em alemão, separado por dois termos. De um lado *Historie*, aquela que designava o relato, ligado à narrativa histórica. De outro *Geschichte*, que fazia referência a história vivida, ao acontecimento. Dentro dessa pluralidade de histórias, que mobilizava diferentes e abundantes narrativas, aflorava a história singular, que mobilizava as histórias como peças de uma História universalizada. KOSELLECK, Reinhart. **Op. Cit.**, p. 51.

<sup>34</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, p. 69.

<sup>35</sup> Idem.

que não se repetem<sup>36</sup>. A história passa, nesse momento, a ser percebida como possível de ser realizada no futuro e a filosofia da história permite uma interpretação do devir histórico, que passa a ser experimentado a partir dessas sugestões filosóficas, imputando ao futuro um lugar privilegiado para se pensar o passado<sup>37</sup>.

Rodrigo Turin afirma que a ligação entre o historiador e a nação foi uma prática comum na historiografia brasileira do século XIX, que se formalizou no período imperial, e ganhou uma nova forma no republicano, evidenciando-se como uma nova maneira de escrever, e “*Ressaltando a sinceridade, a dificuldade e a utilidade do empreendimento, o autor procurava capitalizar a inserção de sua obra no espaço letrado*”<sup>38</sup>. Escrever a genealogia nacional, dessa forma, implicava em uma espécie de tomada pública que caracterizava o par autor-nação:

Ato essencialmente político, a escrita da história nacional reclamava por parte de seu autor a reflexão sobre esse vínculo visceral. Pode-se mesmo dizer que a própria possibilidade de se escrever a história da nação passava pelo estabelecimento prévio de uma relação entre a pessoa que escreve, o lugar que lhe é próprio e o projeto que defende<sup>39</sup>.

O terceiro capítulo de nossa dissertação, intitulado “*Diogo de Vasconcellos: O Romântico Tardio*” tem como objetivo lançar à luz algumas questões referidas ao projeto historiográfico de Diogo de Vasconcellos. Em face das transformações políticas e epistemológicas dos usos do passado, sobretudo, na virada do século XIX para o XX. Pretendemos analisar as características de um possível Romantismo Tardio em Vasconcellos partindo das categorias de *sinceridade, cientificidade e instrumentalidade*, detendo-nos no olhar conservador e tradicionalista na obra de Vasconcellos, e em sua contribuição para a ratificação da identidade mineira.

Rodrigo Turin aponta que uma prática corriqueira na escrita da história durante do século XIX era a dos autores, ao prefaciarem suas obras, vincularem suas próprias biografias à história da Nação. No regime republicano, diz Turin, essa prática é remodelada. Os prefácios geralmente traziam uma vinculação pessoal/nacional com a intenção de justificar a obra que se apresentava. Aquele era um espaço de qualificação da missão que constituía o ato da escrita, essencialmente político<sup>40</sup>. O autor destaca que

---

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>38</sup> TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, n. 2, pp. 12-28, março/2009, p. 14.

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> TURIN, Rodrigo. **Op. Cit.**, p. 14.

a própria possibilidade de se escrever a história da nação, naquele momento, passava por uma espécie de estabelecimento prévio de uma relação entre a pessoa que escreve, o lugar que lhe é próprio e o projeto que defende<sup>41</sup>.

Turin analisa a formação ética que modelou o trabalho do historiador oitocentista através das três categorias apresentadas (sinceridade, cientificidade e instrumentalidade) que se tornaram recorrentes nos textos historiográficos do século XIX, e que indicam os contornos que qualificam a restrição do sujeito enunciante. Tais elementos são constitutivos da prática historiográfica, indo ao encontro do tipo de relação estabelecida entre historiador, a história e o projeto de nação que se procurava instaurar naquela época<sup>42</sup>. Essas categorias também se vinculam a outros três requisitos básicos e importantes que davam forma ao ritual da escrita: o *sentimento pátrio*, o *domínio técnico-científico* e a *pertinência do produto em relação ao seu uso*.

Diogo de Vasconcellos surge como um dos pioneiros na prática da escrita da história mineira no alvorecer da República. Herdeiro de um tradicionalismo monárquico fica evidente nos discursos político e historiográfico dele a efetivação dessas categorias em sua produção acerca do passado do estado. A escrita da história vasconcelliana, porém, tinha o passado colonial como foco, pois a história mineira do século XVIII ainda não estava fechada. Era ainda necessário definir os marcos e os heróis daquele passado longínquo antes de resolver aquele passado próximo que era muito semelhante ao presente posto. Isto é, a história do Império não era tão diferente da República, e para diferenciá-las era necessário ter as origens mineiras bem definidas, por isso a história colonial assumiu papel de destaque na historiografia vasconcelliana.

Em um primeiro momento, se olharmos para o novo regime e o enxergarmos como uma ruptura brusca com o recém deposto, vemos a obra de Vasconcellos como uma manifestação historiográfica de um convertido, isto é, um ex-monarquista escrevendo para a legitimação da República. No entanto, se tivermos a clara noção que o ambiente político estabelecido no início do vinte ainda não tinha um sentido definido, a obra de Vasconcellos era uma reação a um contexto de sedimentação política, e de ruína de uma era antes tida como sólida por ele. Nossa hipótese é que Diogo é representante de um *Romantismo Tardio*.

Isto é um paradoxo, visto que os possíveis motivos do autor em escrever uma história sistemática de Minas Gerais não eram de caráter conservador-reacionário, de

---

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Idem.

tentativa de restauração de uma antiga ordem imperial. Mas o próprio movimento de se tirar do silêncio as vozes do passado, dar uma coesão à história e cultura mineira, e guiar o estado à *civilização*, ou além, conferir o germe da *civilização brasileira* a Minas Gerais era um projeto de caráter liberal, mas não necessariamente republicano, como podemos perceber em outras manifestações de produção historiográficas naquele momento. Para Vasconcellos:

A civilização, como sabemos, não descreve círculos perfeitos nem caminha por linha reta. Como a nau sobre o movediço das ondas, afasta-se muitas vezes do rumo, batida pelos temporais, e luta para salvar-se; mas afinal voltam-se-lhe os ventos favoráveis e ela ganha de novo o caminho e chega ao porto desejado. É, senhores, que com a humanidade se realiza o símbolo da barca agitada no mar de Tiberíades. Um ser incompreensível a conduz e dorme dentro dela, para despertar a tempo e reagir no desânimo geral, fortificando a nossa fé, serenando as borrascas e mostrando em fim de contas o caminho andado na traça dos almejados destinos. A esse caminho chamamos nós o progresso e a esse poder, que está acima da previsão e vontade dos homens, chamamos Providência, e nem outro nome lhe pode convir, em que pese aos incrédulos<sup>43</sup>.

Por fim, no terceiro capítulo da dissertação, exploraremos as diferentes culturas historiográficas vigentes no momento em que Vasconcellos montava seu projeto de escrever a História de Minas Gerais. Com isso, procurar-se-á distinguir os principais temas abordados pela historiografia mineira, e como eram trabalhados por Vasconcellos. Acreditamos que o autor apresentava-se como uma ponte entre os dois diferentes gêneros – memorialismo e história empírica -, que se complementavam e conferiam uma plasticidade em sua escrita, e que ao mesmo tempo gerava desconfiança quanto à veracidade dos fatos narrados por ele.

Nossa dissertação tem como objetivo principal compreender quais tradições Diogo de Vasconcellos respondia, nos fins do século XIX, ao elaborar seu projeto historiográfico. Em nossa hipótese, o autor mineiro converge diferentes culturas políticas e intelectuais em um projeto cujo objetivo era construir um discurso identitário para Minas Gerais no processo de transição do regime monárquico para o republicano, e através da idealização do conceito de *Civilização Mineira* definir os parâmetros para a escrita da história naquela unidade federativa, que era um paradigma, em sua perspectiva, para a escrita da história do Brasil.

<sup>43</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso de Inauguração do IHGMG. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Ano XIV. Bello Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1909, p. 215.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender os ambientes discursivos disponíveis para Diogo de Vasconcellos frente ao processo de transformações decorrente da queda do regime monárquico e ascensão do republicano e, a partir de sua historiografia, compreender a escrita da história regional mineira, bem como o uso do passado como um dos elementos constitutivos de experiência política sustentadora do progresso. Temos visto que poucos estudos se dedicam a esta questão, e acreditamos que o trabalho desenvolvido contribuirá significativamente para a História da Historiografia mineira, ainda pouco conhecida. Serão três capítulos que transitarão entre as categorias supracitadas, além de destacar o estudo do conceito de “civilização”, principal argumento para a confecção do estudo apresentado.

## 2. A TRADICIONALIZAÇÃO DA REPÚBLICA: UM PROGRESSIVO OLHAR PARA O PASSADO

### 2.1. Modernizar para conservar: vivendo no limite da tradição

Dedicaremos nesta seção à discussão sobre uma temática que acreditamos ser fundamental para o desenvolvimento do projeto intelectual de Diogo de Vasconcellos ao longo de sua vida: a interseção entre seu projeto político e historiográfico. Antes de nos aprofundarmos nas questões que estão diretamente ligadas à sua escrita da história não podemos deixar de evidenciar algumas de suas ações políticas, que, em nossa hipótese, plantam o gérmen de suas proposições em relação ao passado mineiro. As *Histórias de Minas Gerais*, sobretudo a *Antiga*, são respostas ao momento de transformações que o estado passava no final do século XIX. Era uma nova realidade que rompia com o tradicionalismo defendido pelo intelectual marianense. O que pretendemos mostrar nesta seção é que tal ruptura não marcava o fim das tradições mineiras do século XIX em detrimento do pretenso progresso do início do XX, mas surgiu como um catalisador das mudanças sociopolíticas necessárias para que Minas se inserisse na modernidade republicana. Dessa maneira, uma linha tênue foi traçada, onde o futuro dividia espaço com o passado.

A partir da tensão existente entre passado e futuro de Minas, sobretudo no início do século XX, dois temas, sintomas das mudanças sociopolíticas, se destacam na historiografia. São eles: *República* e *Modernidade*. Existe uma linguagem moderna e republicana naquele estado que tem tido importantes porta-vozes ao longo de sua história<sup>44</sup>. Para José Murilo de Carvalho, os termos modernidade e república são de difícil definição devido às mudanças semânticas que sofreram ao longo da história. Por vezes, esses conceitos se sobrepõem. Como aponta o autor, qualquer definição que se der de modernidade ocidental incluirá a ênfase na liberdade do indivíduo, independentemente do Estado e da Igreja, no espírito de iniciativa, e no desejo de mudança ou progresso. República, por sua vez, é ainda mais controverso. Essa ideia também se relaciona com a de liberdade, mas no sentido clássico, da liberdade dos antigos, que se baseia em uma visão holística da sociedade, valorizando a virtude cívica

---

<sup>44</sup> CARVALHO, José Murilo de. Trajetórias Republicanas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLIV, nº 2, julho/dezembro de 2008, p. 25.

antes do interesse individual. Não obstante, a República em Minas Gerais já era aquela que incorporava a liberdade dos modernos<sup>45</sup>.

A modernização e o ideário republicano não surgiram no Brasil apenas no limiar do novo regime. O avanço nas discussões acerca dessa nova forma de governo já estava posta desde ao menos 1870, quando foi fundado o Partido Republicano, movimento que ganhou força, principalmente, com a desestabilização do governo monárquico após a catastrófica Guerra do Paraguai (1864-1870). O grupo formador dessa linha de pensamento, conhecido como “geração de 1870”, tinha por objetivo implantar aquilo que Nicolau Sevcenko chama de plataforma de modernização e atualização de estruturas há muito “ossificadas” pelo regime imperial<sup>46</sup>.

Uma nova ordem político-econômica redefiniria os caminhos do novo governo. Sevcenko propõe que é nesse ambiente que se efetivava a abertura da economia aos capitais estrangeiros, a facilitação para bancos privados emitirem moeda, a promulgação da lei liberal das sociedades anônimas e a criação da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Esse é o momento que, para o autor, o Brasil entra na modernidade, embalado pelo desejo das novas elites em modernizar o país a qualquer custo<sup>47</sup>. Ilmar Mattos, por sua vez, afirma que novas formas de socialização urbanas, sobretudo, como o transporte de bondes e a imprensa, possibilitavam a circulação de ideias, valores e hábitos associados à noção de progresso e democracia<sup>48</sup>. Isso possibilitava a diversidade de projetos que oscilavam entre rupturas e continuidades com o passado. A questão nacional parecia ainda ser o grande problema a ser resolvido por políticos e intelectuais contemporâneos, que procurava inserir o país nos moldes civilizatórios do novo século, tentando aproximar a mais nova República a uma cultura *fim-de-século*, comumente resumida com a expressão *Belle Époque*<sup>49</sup>.

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> SEVCENKO, Nicolau. “Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **História da Vida privada no Brasil: da Belle Époque à era do rádio**. 3 ed. São Paulo: Comaphnia das Letras, 1998, v. 3, p. 14.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>48</sup> MATTOS, Ilmar Rohrlhoff de. Do Império à República. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989, p. 165-166.

<sup>49</sup> Podemos caracterizar a **Belle Époque** como um período marcado por um cosmopolitismo europeu que perdurou da década de 1870 até o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1919). Fundamentalmente, esse período designa uma mudança nos aspectos artísticos, culturais e políticos, estabelecendo novas formas de pensar e viver o cotidiano. No Brasil, esse período também é chamado **Belle Époque Tropical** e se estabeleceu, sobretudo, com a proclamação da República em 1889, e pretendia inaugurar uma nova era o país, minimizando tudo o que se remetia ao Império colonização portuguesa. Há uma supervalorização e tentativa de imitação da cultura europeia, sobretudo a francesa. Para saber mais sobre a estrutura política, social e intelectual desse período ver: SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1995. e

O final do século XIX foi marcado pela ascensão de novos grupos econômicos, bem como novos movimentos intelectuais, formando outros segmentos na composição social brasileira. Para Angela Alonso, o movimento intelectual de 1870 foi uma expressão dos anseios de grupos sociais que afloraram juntamente com o processo de modernização anteriormente apontado<sup>50</sup>. A crise estrutural na sociedade brasileira nos fins do oitocentos, causada pelo desgaste da Monarquia, conflitos com o exército, fim da escravidão, separação do Estado da Igreja, entre outras transformações<sup>51</sup>, atingiu grande parte dos grupos sociais, que não apenas forçaram o surgimento de novos segmentos, mas obrigaram a reorganização dos já existentes<sup>52</sup>.

Angela Alonso sinaliza uma questão que nos é muito cara, que se refere à ação política dos grupos intelectuais emergentes no final do dezenove. Como proposto pela autora, boa parte dos estudos interpretativos sobre a época assume a ideia de que o movimento de 1870 foi formado por intelectuais que produziam um conhecimento que era apartado do cerne do processo político. Há também uma forma interpretativa que identifica a elite intelectual como um grupo atuante para além de seus gabinetes, isto é, que interferiam diretamente na vida política da sociedade<sup>53</sup>. Tendemos, portanto, a pensar que essas duas formas não se excluam. Existe a possibilidade de desenvolver uma análise distinta das duas esferas, desvinculadas uma da outra. Por outro lado, assumir que os projetos intelectuais estavam intimamente ligados aos políticos é absolutamente plausível. O debate que nos propusemos aqui segue nessa direção, visto que, entre nossas hipóteses, os projetos de Diogo de Vasconcellos, sobretudo o historiográfico, estavam diretamente ligados, como peças de um ideário maior: historicizar a *Civilização Mineira*. Para Alonso:

Os autores das “obras filosóficas” e das “obras políticas” não são assim tão facilmente discerníveis. Empiricamente, os dois círculos são parcialmente sobrepostos, com membros duplamente alocados. A intersecção, no entanto, tem sido sistematicamente escanteada pelos intérpretes. Já o pressuposto da autonomia do campo intelectual é de validade duvidosa para o Brasil da segunda metade do século XIX. A separação entre um campo político e outro intelectual estava ainda em processo mesmo na Europa. Mesmo lá, onde já se

---

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso**: A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>50</sup> ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**. A geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 27-28.

<sup>51</sup> Sobre os fatores que contribuíram para a crise do Império na segunda metade do dezenove ver: COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 2ª Ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

<sup>52</sup> ALONSO, Angela. **Op. Cit.**, p. 28.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 29.



formavam instituições acadêmicas, a intervenção dos intelectuais na política era massiva<sup>54</sup>.

Visto isso, lançamos a hipótese de que a República chega a Minas Gerais com um ideal reformador, mas não interruptor. O novo regime foi instaurado no estado carregando junto a seu projeto político uma sensação de otimismo em relação ao alcance do progresso e da modernidade que poderia vir com o republicanismo. Para que isso se efetivasse, várias instâncias deveriam comungar com o mesmo objetivo. As novas elites tomavam as rédeas do jogo político, o que não excluía as antigas. No cenário intelectual ocorreu o mesmo. Um novo estado surgia. Minas não era mais uma peça subordinada do Império, passava a ser autônoma, com um discurso sobre si. Um novo passado deveria emergir, para que o futuro desejado pudesse ser justificado.

As linguagens republicana e moderna, na perspectiva de José Murilo de Carvalho, não são as únicas possíveis a serem identificadas em Minas Gerais. O autor afirma que a principal concorrente da linguagem republicana e moderna é a da tradição, a qual por muito tempo foi a única existente no estado, tornando-se, nesse passo, o estereótipo caricatural daquilo que ele chama de “mentalidade mineira”<sup>55</sup>.

Em um estudo clássico, José Carlos Rodrigues propõe que o tradicionalismo mineiro, ao longo do oitocentos, foi estruturado sobre três tipos de “mentalidades”: uma católica-conservadora; uma cientificista; e outra liberal. As duas primeiras, diz Rodrigues, eram heranças do passado lusitano. O autor aponta que a “mentalidade católica-conservadora” advém do espírito da Contra Reforma em Portugal, que teria grande influência na colônia. Esse período, que perpassa o período pombalino, é conhecido como *saber de salvação*<sup>56</sup>. Em Minas Gerais, a mentalidade católica-conservadora foi materializada a partir da arte barroca, que marcou a consciência mineira postulando uma vida voltada para a divindade e o sobrenatural. A denominação “mentalidade católica-conservadora”, segundo o autor, pode ser entendida como tradicionalismo, para que não fique apenas vinculada ao catolicismo e seu conjunto<sup>57</sup>, mas ficou ligada à intelectualidade por grande parte do oitocentos, e também fazendo

---

<sup>54</sup> Ibidem, pp. 29-30.

<sup>55</sup> CARVALHO, José Murilo de. Trajetórias Republicanas, p. 25.

<sup>56</sup> Luis Washington Vita propôs dois tipos de “saberes” à época. O primeiro é o “técnico”/“culto”, que diz respeito às ciências e a filosofia; o segundo é o de “salvação”, que faz referência a um outro mundo, à um poder divino. Ver: VITA, Luís Washington. **Antologia do pensamento social e político no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1968.

<sup>57</sup> RODRIGUES, José Carlos. **Ideias filosóficas e políticas em Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1986, pp. 123-124.

parte do ideário conservador no século XX. Isso pode ser notado em Diogo de Vasconcellos quando fala da influência e papel dos jesuítas na arquitetura barroca mineira:

A Companhia de Jesus, como se sabe, criada para fazer frente ao protestantismo, e sair à conversão dos infiéis, entre outros recursos característicos acertou de criar um estilo próprio nas igrejas, que houvesse de levantar, onde quer que estabelecesse colégios e missões. A renascença então dominante não lhe convinha por ser uma pedra de escândalo atirada por Lutero contra a Igreja Romana; e na verdade com razão, porque, embora cristianizadas, as formas pagãs nunca puderam expungir a eiva sensualista de sua origem<sup>58</sup>.

33

O cientificismo da era pombalina definiria, portanto, o segundo tipo de “mentalidade” brasileira. De acordo com Rodrigues, o ápice do projeto de Pombal se deu com a reforma universitária, em 1772. Por fim, a consciência liberal teve seu apogeu no Segundo Reinado, sustentada juntamente com a filosofia eclético-espiritualista<sup>59</sup>. O liberalismo aos poucos se tornou o pensamento dominante no século XIX. Para o autor, o clero brasileiro no período imperial tendia a assumir posturas liberais, o que era bem comum em Minas. A presença de membros do clero podia ser vista em movimentos como a Inconfidência e a Revolução de 1842, ambas de caráter liberal. O bispo de Mariana, Dom Antônio Ferreira Viçoso, assume o governo da diocese em 1844 justamente com a missão de promover uma reforma na Igreja e instaurar de modo mais incisivo o pensamento escolástico e tradicionalista, que tentava combater o anticlericalismo que assombrava a Igreja Romana em meados dos oitocentos<sup>60</sup>.

<sup>58</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. “As obras de arte”, In: DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim (org.). **Ouro Preto: cidade em três séculos; Bicentenário de Ouro Preto: Memória Histórica [1711-1911]**. Ouro Preto: Editora Liberdade, 2011, p. 150.

<sup>59</sup> A *Filosofia Eclético-Espiritualista*, segundo estudiosos do tema, foi o primeiro movimento filosófico brasileiro. A tendência dessa corrente era reunir em um bloco as teorias e variantes doutrinárias vigentes na tradição cultural brasileira. Era uma tentativa de conciliar valores tradicionalistas e anseios modernos introduzidos no país na primeira metade do século XIX. O ecletismo espiritualista funcionou como uma espécie de catalisador da reestruturação e sedimentação da consciência conservadora que se formava no Brasil na época. Sobre a Filosofia Eclético-Espiritualista ver: PAIM, Antonio. **História das idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1967.; BARROSO, Marco A. A influência do espírito ecletico para a filosofia no Brasil. **Revista Ibérica**, Ano I, Nº 3, Juiz de Fora, Março - Maio/2007, pp. 80-93.

<sup>60</sup> RODRIGUES, José Carlos. **Op. Cit.**, pp. 124-125. Ver também: GOMES, Daniela Gonçalves. **Ordens terceiras e o ultramontanismo em Minas**. Catolicismo leigo e o projeto reformador da Igreja Católica em Mariana e Ouro Preto (1844-1875) (Dissertação de Mestrado). Mariana: UFOP, 2009; CAMPOS, Germano Moreira. **Ultramontanismo na Diocese de Mariana. o governo de D. Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875)** (Dissertação de Mestrado). Mariana: UFOP, 2010.

É nesse ambiente que surge um intenso debate sobre a questão que envolvia a união da Igreja e do Estado, argumento fundamental para se formar no final do século XIX o Partido Católico, do qual discutiremos em outro momento deste capítulo. Tanto para o clero conservador, quanto para leigos ligados diretamente com a política local a união dessas duas esferas eram imprescindíveis para a manutenção da ordem. A princípio poderíamos supor que isso fosse um projeto governamental, que implicaria apenas ao regime imperial, mas houve ainda no início da República um grande número de membros da elite política católica que defendia a permanência da união entre Igreja e Estado.

A República, para os católicos, foi recebida como um ultraje à religião, subvertendo princípios fundamentais, tais como os sacramentos, sobretudo o casamento, que passou a ser regularizado pelo Estado após a proclamação. O tradicionalismo cristão, segundo Rodrigues, não compreendia o avanço das novas ideias políticas que se espalhavam pelo país. Houve, portanto, um rompimento entre a relação mantida pela Igreja e pelo Império forçado pelo autoritarismo do novo regime, mas que foi frequentemente confrontado pela tentativa tradicionalista de se manter o que havia sido construído por todo o dezenove<sup>61</sup>.

Outro aspecto da *tradição* também muito forte nas alterosas foi o peso das relações familiares no jogo político da província. Ângela de Castro Gomes propõe que em Minas, desde os tempos do Império, há um estilo familiar de se “fazer política”. A feição desse estilo, diz a autora, em muito se parecia com o restante do país, que cultuava a estrutura senhorio da terra/escravo. Ângela de Castro observa que foram muitas as “famílias governativas”, cada qual dominando uma porção local dentro do estado, atuando na esfera municipal<sup>62</sup>. Houve em Minas, dessa forma, uma longa tradição da manutenção de nichos familiares no poder, e que em grande medida tornaram-se modelos para seus membros em gerações futuras, bem como na própria forma de se governar na Primeira República<sup>63</sup>.

<sup>61</sup> RODRIGUES, José Carlos. **Op. Cit.**, p. 130.

<sup>62</sup> GOMES, Ângela de Castro. “Memória, Política e Tradição familiar: os Pinheiros das Minas Gerais”. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 79.

<sup>63</sup> A *Política dos Governadores* foi um pacto firmado pelo presidente Campos Sales vigente durante a Primeira República, sobretudo no período oligárquico, que consistiu no apoio total e mútuo entre o Governo Federal e os governadores estaduais. A União garantia a autonomia dos estados, e em contrapartida as unidades federativas articulavam bancadas pró-governo no Congresso, fazendo com que as duas esferas não enfrentassem qualquer tipo de oposição. Essa fase da história política do Brasil foi dominada pelos conhecidos “coroneis”, antigos chefes da Guarda Nacional, que em sua grande maioria

A história política de Minas é, num largo sentido, a história das grandes famílias e de suas parentelas, que se sucediam e se alternavam através do tempo nas tarefas de chefia política. O sentimento de “orgulho da linhagem” e de “interesse de família” eram marcas fortes do tipo de solidariedade que fundava a autoridade nessa província, bem como em muitas outras<sup>64</sup>.

Isso, em grande medida, resvala na própria biografia de nosso personagem, Diogo de Vasconcellos. Integrante da tradicional família setecentista, Vasconcellos tinha como modelos políticos seu bisavô Diogo Ribeiro Pereira de Vasconcellos e o seu tio-avô Bernardo Pereira de Vasconcellos, um eminente estadista na passagem do Primeiro para o Segundo Reinado. Os valores familiares por vezes fundiam-se à religiosidade formando o sustentáculo do tradicionalismo conservador. Para a historiografia, esse tipo de estrutura não cai completamente com a Proclamação da República, o que nos faz pensar na questão da permanência daquilo que entendemos como tradição. A relação que ele tinha com a história de sua família era ela mesma um constituinte de sua concepção de tempo e história.

Anos antes da proclamação da República, Diogo de Vasconcellos, em janeiro de 1887, publicou no jornal ouro-pretano *A União*, uma pequena biografia de sua avó materna Dona Henriqueta Firmina da Rocha, falecida dois anos antes. D. Henriqueta foi uma figura importante na vida de Vasconcellos, e ele carregava um forte sentimento em relação a isso. Os vultos do passado eram para Vasconcellos, fundamentais para a constituição da memória e identidade dos indivíduos na contemporaneidade. Registrar a vida dos grandes homens e mulheres do passado traria para o presente os ensinamentos necessários para se projetar um futuro que pudesse ser positivo. As histórias dos grandes personagens estavam ligadas à história da nação e das gerações. A vida de sua avó era para o autor da *História Média de Minas Gerais* o seu próprio passado.

Minha Avó era o meu passado: com ela desapareceu-me a derradeira visão de uma época, que só agora nas recordações, igualados à mentira dos sonhos, se povoa de suaves e longínquos fantasmas. Sepultadas com elas as tradições de minha infância e de minha mocidade, o que sobrevive é como o destroço dessas antigas estátuas: uma figura truncada de crenças extintas<sup>65</sup>.

---

eram proprietários de terras que controlavam com mão de ferro a política local, principalmente na esfera municipal.

<sup>64</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Op. Cit.**, p. 80.

<sup>65</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. “Biographia – 12 de Janeiro” (parte 1). In. **A União**. Ouro Preto, 19 de janeiro de 1887. N. 41. SIA-APM. Notação: JM-1241229; Filme: 058. Acesso: 03/12/2013. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=332>

Surge a partir dessa perspectiva, em Vasconcellos, a expressão de uma identidade subjetiva, que lançava para as memórias que tinha de sua avó as bases de sua formação. O falecimento de D. Henriqueta foi uma ruptura com o passado, mas que se transformava em memória. Para Maurice Halbwachs, a memória constitui-se da interação dos indivíduos entre si ou entre grupos, tendo as lembranças como resultado dessa interação. Mesmo que a princípio se considere a memória uma produção individual, seu meio de elaboração é fundamentalmente coletivo, visto que o indivíduo está imerso em constantes interações sociais. Um indivíduo não fica só “*senão na aparência, posto que, mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam pela sua natureza de ser social, e que em nenhum instante deixou de estar confinado dentro de alguma sociedade*”<sup>66</sup>.

Recordar da avó era um ato aparentemente individual, era resgatar vestígios do passado que estavam intimamente ligados ao âmbito familiar, que pressupunha uma relação privada em última instância. No entanto, narrar a experiência de uma vida e publicitar em um periódico era muito mais do que revistar a memória através de um ato de individualidade. A biografia de D. Henriqueta além de uma homenagem era uma forma de ordenar o tempo do Império através de um exemplo a ser seguido. Ao fazer isso, Diogo de Vasconcellos expunha a sua própria concepção de história naquela momento e, vinculava o seu passado à vida de sua avó e do Império.

Beatriz Sarlo argumenta que narrar a experiência está unido ao corpo e à voz, a uma presença que se faz real, do sujeito no passado. Segundo a autora, não há testemunho sem experiência, muito menos experiência sem narração. A linguagem, dessa maneira, liberta certo aspecto mudo da experiência, redimindo-a do imediatismo e do esquecimento, e traduzindo-a para algo que pudesse ser comunicável. A narração ainda inscreve a experiência na temporalidade, que na perspectiva de Sarlo “*não é a de seu acontecer*”, mas de sua lembrança, e que a cada repetição é passível de ser atualizada<sup>67</sup>. Para o pensamento histórico no século XIX isso se mostra bem claro.

As biografias no século XIX, e também nos primeiros anos do século XX foram marcas predominantes entre os letrados brasileiros. Tristão de Alencar Araripe atribuía a utilidade da história à função de explicar o presente e esclarecer o futuro da pátria, e “*desenhar*” a figura dos grandes homens servia de modelo ao patriotismo. Maria da

<sup>66</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p. 36-37.

<sup>67</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: Cultura da memória e guinada subjetiva. tradução Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 24-25.

Glória de Oliveira aponta que a vocação pedagógica do conhecimento do passado conferia legitimidade e força persuasiva às proposições de se escrever a história nacional, isso incluía a biografia<sup>68</sup>. A biografia, inserida em um tipo de programa que possuía o *topos* ciceroniano *historia magistra vitae* como pressuposto, servia para instruir a vida dos brasileiros no presente<sup>69</sup>.

A trajetória de vida de D. Henriqueta, traçada pelas penas de Diogo de Vasconcellos, ilustrava a formação de seu neto, tanto em quesitos políticos quanto religiosos, que sempre andavam juntos. A partir de D. Henriqueta, portanto, se poderia tirar lições de vida que cabiam ser seguidas naquele momento. Como aponta Maria da Glória Oliveira, o projeto de escrever sobre vidas, no dezenove, implicava buscar no passado e tirar do esquecimento os nomes de notáveis que prestaram serviços ao Império<sup>70</sup>. Vasconcellos imputava isso à sua avó.

Ninguém, pois, me levará a mal a menção dessa vida, embora humilde, mas longa; em que lições de virtudes podem colher-se, e aplicar-se à alguma coisa de social e útil. Não me parece destarte ridículo pagar em público o tributo, que em vão tenho querido amortizar no segredo de uma infinita saudade; e se ela afligia-se temendo morrer longe de mim, é justo que a cidade, onde nascemos, ouça de contínuo este soluço reboar mais demorado cerca de seu túmulo<sup>71</sup>.

D. Henriqueta ganha mais notoriedade no texto de seu neto não apenas por ser um exemplo de virtude a ser seguido. Ela mesma era testemunha dos acontecimentos mais notáveis da história do Império, atuando como coadjuvante na história do Brasil e assumindo, na perspectiva de Vasconcellos, um lugar de destaque. As datas surgem na biografia de D. Henriqueta como um instrumento de ligação entre sua vida e o Império. Segundo Vasconcellos, D. Henriqueta foi enviada para estudar em Macaúbas em 1808, no mesmo ano da chegada da Família Real portuguesa ao país, e casou-se em 1822, ano da Independência. Talvez essa informação pudesse ser apenas um detalhe irrelevante ao nos defrontarmos com o texto, mas ao associar as datas cria-se o efeito de paralelismo com a história nacional.

<sup>68</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **História**, São Paulo, v. 26, n.1, 2007, p. 159.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 160.

<sup>70</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. **Op. Cit.**, p. 163.

<sup>71</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. "Biographia – 12 de Janeiro".

Essa via de mão dupla evidencia o fato das datas evocadas por Vasconcellos não possuírem peso próprio, mas elas possuem sentido<sup>72</sup> que orienta o leitor e insere de forma clara a memória de sua avó no tempo do Império. Tal movimento é comandado pela linguagem. Segundo Alfredo Bosi é pela memória que as pessoas ausentes se fazem presentes. Para o autor, é a linguagem que permitirá a conservação e o reavivamento da imagem que cada geração tem da anterior. Bosi argumenta que memória e palavra são inseparáveis e dão condições para a constituição de um “tempo irreversível” ou uma espécie de reatualização do passado, pois: *“O diálogo com o passado torna-o presente. O pretérito passa a existir de novo. Ouvir a voz do outro é caminhar para a constituição de uma subjetividade própria”*<sup>73</sup>. Diogo de Vasconcellos ao ligar a vida de D. Henriqueta ao seu próprio passado e a sua própria subjetividade, também constituía o laço com a história nacional, marca do século XIX. Nas palavras de Mary Del Priori:

No século XIX, as biografias tiveram importante papel na construção da ideia de "nação", imortalizando heróis e monarcas, ajudando a consolidar um patrimônio de símbolos feito de ancestrais fundadores, monumentos, lugares de memória, tradições populares etc. (...) A biografia assimilou-se à exaltação das glórias nacionais, no cenário de uma história que embelezava o acontecimento, o fato<sup>74</sup>.

O texto apresentado por Diogo de Vasconcellos configura-se também como uma história do Império brasileiro. O historiador marianese parte da história particular de sua avó para expor, de maneira breve, os principais acontecimentos, na perspectiva dele, que constituíram o momento inicial daquele regime no país. D. Henriqueta não era uma simples mulher que assista de forma passiva o movimento de independência. Filha do conselheiro José Joaquim da Rocha, eleito em 1821 deputado às cortes representando Minas Gerais, tinha como horizonte a instabilidade política que pululava no Brasil e em Portugal. Assistiu no pai aos poucos despontar a ideia de separação do Brasil logo a partida da Família Real. Segundo o autor, a casa de sua avó, no Rio de Janeiro, era um dos pontos de encontro daqueles favoráveis a independência, incluindo o próprio D.

<sup>72</sup> BOSI, Alfredo. “O tempo e os tempo”. In: NOVAES, Adauto. **Tempo e História**. São Paulo: Cia. das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1996.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>74</sup> PRIORI, May Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 8.

Pedro, “que vinha de S. Cristóvão em trajes de provinciano: e não raro assentou-se à mesa do chá como se fora dos amigos íntimos de sua casa”<sup>75</sup>.

Uma das características de Vasconcellos é a busca pela ordem. Em sua perspectiva, e que pode ser observada nas suas principais obras historiográficas, a ordem é um dos principais fatores condicionantes para se alcançar a civilização. A ordem política gera, portanto, o ambiente favorável para se governar. Identificando o processo de independência como um momento de grande instabilidade, argumenta que a constituinte de 1823 não deveria ter sido convocada, visto que a “revolução” não tinha sido completada, ainda não havia bases sólidas para a afirmação constitucional do novo regime, transformando-se em um “perigo iminente”, uma vez que “as tiranias saem das forjas revolucionárias”. Para Vasconcellos,

A constituinte se transformara em convenção, e acabou por centralizar as paixões abrasadas e exigentes daquele período anormal, chegando ao ponto de estripar um tumulto de rua para sublevar um conflito de dignidade com o poder do Imperador. Mas a Monarquia, em que pese a demagogia, não é no Brasil um produto revolucionário, como foi a de Iturbide, nem o de um contrato social ou internacional, como a dos Orleans, ou do rei da Grécia<sup>76</sup>.

Não obstante, a dissolução da constituinte de 1823 era considerada pelo autor da *História Antiga das Minas Gerais* como necessária para a estabilização política do Império.

O ato, pois, de 12 de novembro de 18[2]3 parece-me assaz justificado e sustentável perante a razão: tanto que salvou o país, e a causa nacional em perigo de anarquizar-se no interior, e ser por isso mesmo atacada por uma invasão estrangeira, ou da Europa ou do Rio da Prata, que então à ordem tradicional de ódios juntava com suspeitas irreduzíveis a combinação monárquica em sua vizinhança<sup>77</sup>.

Defensor histórico da união entre Igreja e Estado, Vasconcellos também utiliza-se do espaço da biografia de D. Henriqueta para advertir sobre os problemas que o Padroado acarretou ao país. Na década de 1870, o historiador mineiro já havia defendido na câmara dos deputados os bispos Dom Vital e Dom Macedo na *Questão Religiosa*, na qual ele foi veemente contrário à intervenção do Estado na articulação da Igreja, o que não necessariamente significava a separação dos dois. O que estava em jogo era a autonomia administrativa de um em relação ao outro, mas com uma interface

<sup>75</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. “Biographia – 12 de Janeiro”.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Idem.



forte<sup>78</sup>. Diogo de Vasconcellos tentava demonstrar que essa preocupação sempre esteve no veio de sua família. Seu bisavô José Joaquim da Rocha e seu tio-avô Bernardo de Vasconcelos, segundo o historiador, foram homens que lutavam pelo bom diálogo entre Estado e Igreja, e sobretudo, pela autonomia eclesiástica<sup>79</sup>. Essa foi uma bandeira que Diogo de Vasconcellos levantou até os primeiros anos da República, quando ele ajudou a fundar, em 1891, o inexpressivo Partido Católico, em Ouro Preto.

Ao longo de nossas pesquisas acerca deste convicto monarquista foram raras as referências sobre a escravidão. Não nos é clara a posição de Vasconcellos quanto a essa questão. Há, portanto, uma importante menção a isso na biografia de D. Henriqueta. O autor destaca a uma passagem em que por volta de 1865, por ocasião de suas férias da Faculdade de Direito recebeu das mãos de sua avó a carta de liberdade dos escravos dela, o que foi, de acordo com o relato dele, motivo de festa em sua casa. Ele afirma que na sua infância ele ignorava as crueldades geradas pelo cativo, o que sugere que o ato de sua avó foi inspiração para que despertasse um suposto sentimento abolicionista nele, o que de fato não é possível afirmar categoricamente, visto que não possuímos nenhuma outra documentação consistente para confrontarmos. Vasconcellos sobre sua avó:

Sua casa a vi sempre como refúgio de aflitos; e ainda mesmo no tempo, quando era *imoral exemplo*<sup>80</sup> ter-se dó dos escravos, os que ali entravam não saíam sem conforto ou sem alívio. Seria hoje restaurar quadros de incrível miséria a ressurreição de episódios que assisti espavorido, em minha imaginação infantil, quando por ignorar ainda que a escravidão era um direito contra o direito, ficava estupefato diante dessas espantosas crueldades consentidas por Deus, que minha avó perguntava, em apóstrofes, onde estava? Nas férias do meu 1º ano acadêmico, vindo a Minas me entregara ela a carta de liberdade de seus pouco escravos, dizendo-me: "*guarda esta declaração: posso morrer antes que venhas formado. Por isso é com que posso gratificar aqueles que me têm ajudado a criar-te*". Mas o modo, por que guardei, foi chamado os libertos; e fazendo a casa desatar-se em festa, uma de minhas mais belas e queridas recordações<sup>81</sup>.

Vasconcellos fecha a biografia de sua avó com uma descrição detalhada dos últimos momentos dela e do instante em que soube de seu falecimento. A narrativa

<sup>78</sup> Sobre a participação de Diogo de Vasconcellos nos debates acerca da "Questão Religiosa" ver nossa monografia de bacharelado: SILVA, Rodrigo Machado da. **A Experiência do Passado**: A escrita da História como discurso da civilização (Monografia de Bacharelado). Mariana: UFOP, 2010.

<sup>79</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. "Biographia – 12 de Janeiro" (parte 2). In. **A União**. Ouro Preto, 26 de janeiro de 1887. N. 42. SIA-APM. Notação: JM-1241230. Filme: 058. Acesso: 03/12/2013. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=1537>

<sup>80</sup> Grifos do autor.

<sup>81</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. "Biographia – 12 de Janeiro" (parte 3). In. **A União**. Ouro Preto, 29 de janeiro de 1887. N. 43. SIA-APM. Notação: JM-1241231. Filme: 058. Acesso: 03/12/2013. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=1574>

romântica é carregada de um sentimento de triste lembrança da morte de D. Henriqueta. A reconstituição de seus passos de sua casa até o leito de sua avó recebe todo um tratamento que foge a uma descrição fria. O falecimento de D. Henriqueta fecha um ciclo de sua vida e nada mais, segundo ele, seria como antes.

No dia seguinte mal despertavam-se os primeiros rumores, abri a janela: ah! tudo me parecia mudado: a própria luz era diversa; ver o mundo figurava-se decapitado. Este fenômeno, que em todos nós se repete, quando perdemos qualquer pessoa cara, demonstra como a morte em verdade nos leva aos pedaços.

(...)

Não podendo ficar em casa, saí: a fonte corria como dantes; as aves galhavam nas árvores plantadas por ela, e os canteiros, que ela cultivava, reluziam indiferentes aos dourados lampejos do sol nado. Ao longe os sítios e os campos amados de outros tempos estendiam melancólicas as paisagens, que hoje [s]ó as crianças alegam sem saberem, que um dia também hão de aparecer-lhes como as vejo: arredores solitários de uma cidade em ruínas<sup>82</sup>.

O problema apresentado por Diogo de Vasconcellos ao longo da biografia de D. Henriqueta é o da ordem temporal. O lugar do autor frente ao seu tempo e ao passado é de distanciamento. Em 1887 ao vincular a sua própria história com a história de sua avó e a do Império ele atribui a morte de D. Henriqueta a essa ruptura. Isso é possível, em nossa hipótese, pois na perspectiva do autor, a Monarquia era um regime que possibilitava a constituição e manutenção da ordem, que no pensamento vasconcelliano era fundamental para a formalização da ideia de civilização e tradição.

Para Gerd Borheim há, em muitos casos, conceitos que vivem sob uma relação de aproximação e afastamento, em um jogo dialético que confere sentido ao conceito. Assim como nos campos magnéticos que possuem polos opostos que tendem a se atrair, as palavras, de acordo com Borheim, tendem a ser semelhantes. De acordo com o autor, o conceito de *tradição* só se manifesta radicalmente nele mesmo na medida em que se afasta da possibilidade de *ruptura*, seu contrário. A necessidade interna da tradição, dessa forma, só teria condições de se manter viva pelo recurso da ruptura<sup>83</sup>.

Comumente a ideia de tradição aparece atrelada à religiosidade, de práticas ou doutrinas que são transmitidas ao longo do tempo através de diversos meios, tais como pelo exemplo ou pela palavra. Mas o seu sentido e aplicação podem ser muito mais expansivos do que isso. De acordo com Kalina Silva e Maciel Silva, o conceito de tradição pode ser entendido, de maneira simples, como um produto que de certa forma

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> BORHEIM, Gerd A. "O conceito de tradição" In: BORHEIM, Gerd; et al (orgs.). **Cultura Brasileira: Tradição/Contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Funarte, 1987, p. 15.

continua e é aceito no presente. Grosso modo, aparece como um conjunto de prática e valores partilhados por um grupo<sup>84</sup>. Assim como observa Carolina Luvizotto, a tradição é um conceito dinâmico, e entende-se como uma orientação para o passado e organizador do futuro<sup>85</sup>.

Dessa maneira, a tradição reporta-se em vários sentidos. Seu caráter de repetição, segundo Luvizotto, tende a atuar como atualizador dos esquemas da vida, ou seja, ela se orienta para o passado, pois o próprio passado possui força e influência sobre as ações no presente. Ao mesmo tempo, a tradição organiza o mundo para o futuro, que não é concebido como algo que está distante ou mesmo separado. Através dos laços da tradição o futuro está ligado a uma linha contínua que o une com o passado e com o presente.

A compreensão do mundo é organizada pela tradição, pelo fato de ela ser fundamentada na superstição, na religião e nos costumes. A ordem social baseada na tradição expressa a valorização da cultura oral, do passado e dos símbolos enquanto fatores que perpetuam a experiência das gerações, e, nesse sentido, conhecer é ter habilidade para produzir algo e está ligado à técnica e à reprodução das condições do viver<sup>86</sup>.

Kalina e Maciel Silva, através das concepções de Dominique Wolton, apontam que a tradição cada vez mais é vista pelas ciências sociais como aprendizagem e reapropriação, e não mais como algo arcaico. Ao passo que as sociedades se transformam, as tradições são evocadas como suporte para as mudanças sociais. Isso evita uma ruptura profunda e radical, mantendo no próprio processo de transformação pontos de estabilidade<sup>87</sup>. Essa visão, por exemplo, confronta aquela apresentada anteriormente por Gerd Borheim. Ao nos depararmos com as proposições de Gérard Lenclud, não apontar categoricamente a tradição como ruptura fica ainda mais claro.

A tradição, para Lenclud, remete à noção de posição e de movimento no tempo. Ela aparece como uma permanência do passado no presente, como a tentativa de se manter vivo o legado de uma época que, em grande medida, já está esgotada. A tradição é, então, o antigo persistindo no novo<sup>88</sup>. Cabe notar que o autor fala de persistência e

<sup>84</sup> SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. "Tradição". In: **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

<sup>85</sup> LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, 65.

<sup>86</sup> Ibidem, 65-66.

<sup>87</sup> SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Op. Cit.**

<sup>88</sup> LENCLUD, Gérard. A tradição não é mais o que era... **história, histórias**. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013, p. 151.

não ruptura ou negação. Além disso, aponta Lenclud, nem todas as práticas advindas do passado são, necessariamente, da ordem da tradição. O pretérito não pode ser transmitido em sua integralidade, então a tradição opera como um filtro que seleciona a cultura que se quer do passado<sup>89</sup>.

Não é possível entender a tradição como algo concebido de forma passiva pelos homens do presente. A tradição é um entre vários pontos de vista em que os contemporâneos desenvolvem sobre o pretérito, ou seja, uma interpretação do passado a partir de um arcabouço linguístico e político da contemporaneidade. Para Marc Bevir, na tradição entendida como um conjunto de crenças não estáticas os indivíduos podem estender, modificar ou rejeitar uma tradição<sup>90</sup>. Para Borheim:

A tradição pode, assim, ser compreendida como o conjunto dos valores dentro dos quais estamos estabelecidos; não se trata apenas das formas do conhecimento ou das opiniões que temos, mas também da totalidade do comportamento humano, que só se deixa elucidar a partir do conjunto de valores constitutivos de uma determinada sociedade<sup>91</sup>.

Não obstante, tais valores podem por vezes ser construídos a partir de uma artificialidade, ou restritos a um pequeno grupo da sociedade que dita os caminhos da tradição. Eric Hobsbawm propõe que as tradições podem ser inventadas, formando um conjunto de práticas reguladas por uma série de regras e socialmente aceitas, que têm por objetivo principal impor determinados valores e normas de comportamento através da repetição, implicando uma continuidade com o passado<sup>92</sup>. Esse passado não precisa ser necessariamente longínquo. Todo movimento produz seu próprio passado a partir do momento em que se estabelece, e é a partir daí que as tradições inventadas surgem, impondo uma continuidade artificial com esse passado<sup>93</sup>.

Nesse sentido, ao serem inventadas, as tradições geram redes que permitem a operacionalidade prática daquilo que as formam, podendo ser modificadas ou abandonadas de acordo com as mudanças nas necessidades práticas cotidianas. Isso, de acordo com Hobsbawm, permite a inércia, a resistência às inovações, mas ao mesmo

<sup>89</sup> Idem.

<sup>90</sup> BEVIR, Mark. **A lógica da história das idéias**. Bauru: Edusc, 2008, p. 255.

<sup>91</sup> BORHEIM, Gerd A. **Op. Cit.**, p. 20.

<sup>92</sup> HOBBSAWM, Eric. "Introdução: A invenção das tradições". In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9.

<sup>93</sup> Ibidem, p. 10.

tempo possibilita adaptações frente ao cenário que se põe<sup>94</sup>. Visto isso, é possível se entender como “tradições monarquistas” atravessaram o republicanismo.

Na perspectiva de Hobsbawm, as tradições podem ser classificadas em três categorias: as que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou a integração de grupos reais e artificiais; as que criam ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade; e as que têm o propósito de socialização, inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento<sup>95</sup>. Essas categorias no momento em que são articuladas ou até mesmo postas em prática isoladamente são cristalizadas no bojo do comportamento da sociedade definindo-se, muitas vezes, como elementos fundamentais para a constituição da identidade de um grupo ou comunidade.

Definir a identidade<sup>96</sup> de uma região é uma tarefa muito difícil, que induz o investigador muitas vezes a propor hipóteses acerca de união de unidades regionais equivocadas. Em um estado como Minas Gerais, com suas largas dimensões territoriais e diversas sub-regiões políticas que o constitui, não nos parece possuir uma unidade cultural forte o suficiente para unir em um só discurso todo o estado.

Antonio Jorge Siqueira propõe que os discursos sobre as identidades regionais e nacionais estavam intimamente ligados, procurando reforçar os laços internos do estado. Na perspectiva do autor, o recurso da elite regional ao discurso identitário justificava-se, nesse sentido, frente a uma espécie de ameaça que a região sofria do nacional em um processo avassalador e triunfante de nivelamento hegemônico, de poder, de saber, de discurso e competências<sup>97</sup>. É nesse sentido que podemos compreender os receios das elites políticas mineiras em perder influência nas regiões periféricas do estado. Estabelecer uma ideia de união permitiria, em grande medida, desenvolver políticas que ou agradassem a todos os blocos ou, ao menos, chegassem a um senso comum, tal como poderemos observar mais adiante no caso da transferência da capital.

Marcos Lobato Martins argumenta que a regionalização em Minas foi um processo marcado por uma artificialização política, que teve seu ponto de efervescência

---

<sup>94</sup> Ibidem, p. 11-12.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>96</sup> Em sua *Mitologia da Mineiridade*, Maria Arminda do Nascimento Arruda entende "identidade" como sendo algo que sintetiza os traços sociais produzidos e incorporados por agentes determinados, e não como expressão acabada do próprio movimento da sociedade. Através da produção de significados culturais pelo pensamento mítico que o indivíduo estabelece seu repertório identitário. Ver: ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 257.

<sup>97</sup> SIQUEIRA, Antonio Jorge. Nação e Região: Os discursos fundadores. **Ciclo de Conferências Brasil 500 anos realizado pela Fundação Nacional de Arte - FUNARTE** - em sua quarta edição Nação e Região, no Rio de Janeiro, aos 11 de outubro de 2000, p. 5.

no momento de consolidação republicana. As sub-regiões do estado eram demarcadas principalmente levando em consideração as circunscrições eleitorais. Isso tem efeito na historiografia. O autor aponta que historiadores do desenvolvimento econômico de Minas, tais como Roberto Borges Martins e Douglas Cole Libby definem as zonas econômicas mineiras a partir do quadro de planejamento empregado pelo governo estadual ainda no final do século XX<sup>98</sup>. Nossa hipótese tende a seguir o pensamento de que esse processo foi mais arbitrário do que natural. Isso se torna mais evidente com o federalismo e o fortalecimento da história regional no final do século XIX, que passou a inculcar a ideia de autonomia do local, conferindo um passado próprio, não necessariamente desvinculado da nação. O regime republicano tomará essa tarefa como sua.

Segundo João Camilo de Oliveira Tôres, a República em Minas foi recebida sem agitação. O autor aponta que sequer houve demissões de funcionários do governo, a adesão ao novo regime foi total<sup>99</sup>. Com um dia de atraso, a notícia chegava a todas as regiões mineiras, tal como anunciava Julio Bueno no jornal *A Revolução*, da cidade de Campanha, a chegada do novo governo:

A hora já adiantada da noite do dia 16 do corrente chegou a esta cidade a notícia da proclamação da República no Rio de Janeiro. Alguns telegramas expedidos daquela capital aos chefes do partido nesta cidade causaram uma impressão profunda, indefinível. Não foi entusiasmo, nem júbilo o sentimento que se apoderou de nós nessa noite memorável; porém a estupefação, o pasmo. Debalde cada qual procurava arrancar do laconismo do telegrama o motivo de tão inesperado quão prodigioso sucesso<sup>100</sup>.

Os principais líderes do Partido Republicano Mineiro não se encontravam na capital Ouro Preto, nem mesmo o então nomeado governador do estado, José Cesário de Faria Alvim Filho. Dessa forma, o governo provisório nomeou Antônio Olinto dos Santos Pires como o chefe interino do executivo de Minas Gerais até a posse de Cesário Alvim. Em um texto de 1927, publicado pela Revista do Arquivo Público Mineiro, Antônio Olinto descreve a sua experiência com relação ao impacto que a proclamação teve na antiga capital mineira. O político revelou em seu escrito que toda a

<sup>98</sup> MARTINS Marcos Lobato. Regionalidade e história: Reflexões sobre regionalização nos estudos historiográficos mineiros. *Revista Caminhos da História*. v. 15, n. 1, pp. 137-138.

<sup>99</sup> TÔRES, João Camilo de Oliveira. *Op. Cit.*, p. 1210.

<sup>100</sup> BUENO, Julio. "Republica Brasileira - 15 de novembro". In: *A Revolução*. Campanha. 23 de novembro de 1889. N. 38. SIA-APM. Not.: JM-1235338; Filme: 014. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=4835>

movimentação pré-proclamação que acontecia no Rio de Janeiro era desconhecida do povo ouropretano. O dia 15 passou como um dia qualquer, sendo apenas na parte da noite é que Olinto recebeu um telegrama anunciando que a Monarquia havia caído<sup>101</sup>.

De acordo com o relato de Antônio Olinto, as primeiras horas da República foram marcadas por uma mistura de estados de euforia e apreensão. Havia um sentimento por parte dos republicanos de que a causa havia sido ganha e sem reversibilidade, mas que a recepção por parte de seus adversários poderia ser até mesmo violenta. Ao saberem das notícias vindas do Rio, os chefes conservadores e liberais dirigiram-se ao Palácio do Governo para pedir a João Batista dos Santos, o Visconde de Ibituruna, então presidente da província de Minas, que impedisse que os republicanos tomassem o governo, resistindo àquele ato. No entanto, o movimento republicano se fortificava cada vez mais, causando ceticismo em parte da bancada monarquista de Ouro Preto<sup>102</sup>. Quanto a Juiz de Fora e Barbacena os governos locais já eram republicanos, o que afirmava a hipótese de que a conquista da capital era mera questão de tempo. Na tentativa de acalmar os ânimos entre os adversários, o Visconde de Ibituruna enviou uma mensagem ao povo:

Pelo Imperador, de quem sou amigo, e pela monarquia de que sou adepto fervoroso, daria, de boa vontade, tudo o que me resta de energia e dedicação e até a própria vida; mas não se trata disso, presentemente. Que adiantaria ao Imperador e à monarquia a nossa resistência aqui? Poderia ela livrar o velho imperante do exílio, ou contribuir para restaurar a monarquia, que não encontrou uma dedicação, quando lhe faltou o apoio das classes armadas? A nossa ação, pelo sacrifício de algumas vidas, - desses moços quem, durante a propaganda, não hesitavam em oferecê-las à sua causa e que hoje, mais do que nunca, as dariam na hora do seu triunfo<sup>103</sup>.

Em São João del-Rei, a notícia da chegada do novo regime ficou a cargo do periódico propagador da ideia republicana, *A Pátria Mineira*. Na edição do dia 21 de novembro de 1889 o jornal destacava aquele número especial com a manchete: “*Viva o Independente Estado de Minas Geraes*”<sup>104</sup>. Assim como no caso da cidade de

<sup>101</sup> PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. A Proclamação da República em Minas Geraes: O 15 de novembro em Ouro Preto. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano 21, n. 2. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1927, pp. 153-154.

<sup>102</sup> Ibidem, p. 155-157.

<sup>103</sup> Visconde de Ibituruna Apud: PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. A Proclamação da República em Minas Geraes: O 15 de novembro em Ouro Preto. **Op. Cit.**, p. 157

<sup>104</sup> O jornal são joanense *A Pátria Mineira* quando destaca em letras garrafais “Viva o Independente Estado de Minas Geraes” não estava anunciando ali que Minas estava independente do Brasil, com se fosse um movimento localizado. Anunciava-se que a República havia sido estabelecida no Brasil, que ali sinalizava o início da federação, o que faria com que Minas não fosse mais uma simples unidade do país, mas um estado que proveria de uma Constituição e ditaria os próprios caminhos.

Campanha, a novidade só veio à tona na manhã do dia 16. De acordo com o jornal editado por Sebastião Sette, a população de São João reuniu-se na estação da estrada Oeste de Minas a fim de receber notícias definitivas acerca dos acontecimentos na capital do Império. Foi com a chegada do número do jornal *O Paiz* daquele dia que se pôde compreender as dimensões daquele “golpe de estado”<sup>105</sup>.

O novo regime já começava a escolher seus inimigos, exaltava seus aliados e postulava seus mitos. Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto e o Visconde de Ibituruna eram os alvos mais fáceis a serem atacados. O primeiro por ser o presidente do Conselho de Ministros que caiu junto com o Império, e o segundo por ser o último presidente da província. Segundo *A Pátria Mineira*, Afonso Celso tinha como o seu principal objetivo acabar com o Partido Republicano. João Batista dos Santos, por sua vez, era visto como um eminente político, justo e competente. No entanto, monarquista convicto, assim como observamos na citação acima, recebeu inúmeras críticas dos republicanos no final do período monárquico.

A princípio, o ambiente de ataques aos derrotados poderia parecer a chave para confrontos abertos entre republicanos e monarquistas. O cenário estava propício para resistências maiores e outros contragolpes. No entanto, a maioria dos adeptos ao antigo regime não manifestaram uma grande resistência. Em mensagem do Partido Conservador de São João del-Rei, Aureliano Mourão comunicava aos seus correligionários que o partido, naquela localidade, cooperaria com o governo provisório, uma vez que a ordem e o respeito às autoridades eram os princípios cardeais do partido. Mourão acreditava na possibilidade da construção de uma república em “*defesa e direção dos interesses conservadores da comunhão social*”. Professava em seu pequeno manifesto que era possível a união entre a nova ordem democrática recém estabelecida e o tradicionalismo de outrora.

Se o poder constituinte firmar no Brasil o regime fundamental democrático será, neste, muito mais ampla a órbita do partido conservador.

Terá ele de fortalecer-se e de constituir-se com importantíssimos elementos, que sustentarão a república conservadora, como visivelmente se acentua ser o movimento atual, em antagonismo aos matizes adiantados ultra democráticos e socialistas.

(...)

É este o proceder que o civismo nos dita e conseqüência dos nossos princípios, do lema da nossa bandeira:

<sup>105</sup> SETTE, Sebastião. "Viva o Independente Estado de Minas Geraes". In: *A Pátria Mineira*. São João del Rei, 21 de novembro de 1889. N. 28. SIA-APM. Not.: JM-1248832; Filme: 096, p. 1. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=111868>



Ordem e liberdade<sup>106</sup>.

O jornal *O Estado de Minas Geraes*, periódico oficial do governo mineiro, comemorava os êxitos que o golpe obtivera. A publicação chamou a atenção para a quantidade de adesões do povo e de membros dos partidos tradicionais. De acordo com o jornal, era dever de todo cidadão auxiliar o governo com seu apoio moral, contribuir com as forças que dispusessem para que a paz fosse mantida<sup>107</sup>. Antônio Olinto em mensagem publicada no jornal governista, dias antes, dizia que Minas orgulhava-se de contemplar, depois de um século de lutas pela democracia, a vitória contra o despotismo da casa de Bragança. O alferes Joaquim José da Silva Xavier era, portanto, o símbolo dessa luta. De acordo com o periódico, era através da união de todos os mineiros que o progresso e a civilização se manifestariam entre o povo<sup>108</sup>. Para o governo provisório:

Felizmente o povo tem compreendido a sua responsabilidade, favorecendo a missão pacificadora do governo, cujo empenho de honra é asseverar a liberdade em toda sua plenitude. E para isto, de seu lado igualmente compreende que seu papel, tão sublime quanto necessário, é o de simples expectativa no campo, em que se vai edificar o novo estabelecimento da pátria. Até hoje, no mais precário período, um só ato não há que se lastime de imperícia, ou de irritante prepotência. O governo provisório tem mesmo desmentido a história das revoluções, graças ao patriotismo esclarecido, senão à fase adiantada do progresso intelectual de nosso século<sup>109</sup>.

Com um tom claramente irônico, o jornal *O Movimento*, de Ouro Preto, lançado no congresso republicano de Juiz de Fora, a 15 de setembro de 1889, e editorado pelo ateu João Pinheiro da Silva também comemorava aquilo que declaravam ser o “*objetivo pelo qual lutou*”. O jornal rogava para si o papel de continuar a luta “*sacrossanta*” da liberdade, do progresso, do futuro do país, e honrar o passado mineiro, ou a “*Capitania*

---

<sup>106</sup> MOURÃO, Aureliano. "Ao partido conservador do 6º districto de Minas". In: **A Pátria Mineira**. São João del Rei, 21 de novembro de 1889. N. 28. SIA-APM. Not.: JM-1248832; Filme: 096, p. 3. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=111868>

<sup>107</sup> **O Estado de Minas Geraes**. Ouro Preto, 23 de novembro de 1890. N. 2. SIA-APM. Not.: JM-1262173; Filme: 056, p. 1.

<sup>108</sup> PIRES, Antonio Olinto dos Santos. "Atos do Governador do Estado de Minas Geraes". In: **O Estado de Minas Geraes**. Ouro Preto, 20 de novembro de 1890. N. 1. SIA-APM. Not.: JM-1262172; Filme: 056, p. 2. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=76903>

<sup>109</sup> **O Estado de Minas Geraes**. Ouro Preto, 23 de novembro de 1890. N. 2. SIA-APM. Not.: JM-1262173; Filme: 056, p. 1.

heroica, da província revolucionária, e do Estado Republicano de Minas Gerais”<sup>110</sup>, fazendo alusão aos episódios da Inconfidência.

A figura de Tiradentes aparece aqui como uma das centrais no processo que se seguia. Assim como *O Estado de Minas Geraes*, o periódico do Partido Republicano demonstrava o valor de um século de lutas contra a tirania. Esta luta, por sua vez, não parecia estar completamente ganha. A historiografia sobre o 15 de novembro insiste em pontuar que o processo de consolidação do regime foi relativamente lento. Ainda existia um grande grupo de ex-monarquistas que agiam como atravancadores dessa firmiação do governo, como poderemos ver mais adiante. Com isso, *O Movimento* “convocava” seus correligionários para o combate, de vida ou morte, para que não houvesse um retrocesso<sup>111</sup>.

Cabe notar que o jornal já traçava aquilo que seria uma importante marca para os políticos e intelectuais mineiros da República Velha: a exaltação de Minas Gerais como a peça mais importante do quebra-cabeça federativo do Brasil. O passado glorioso era resgatado como motivador para o progresso da nação encabeçado por Minas, vista ali como a mais rica terra brasileira.

O que cumpre agora é que para todos seja a Pátria um culto, o devotamento o móvel das ações e o bem público e o seu fim.  
É a hora das grandes almas; que todos saibamos ser cidadãos para que, na América do Sul, os Estados Unidos do Brasil tenham supremacia igual aos da América do Norte e, entre aqueles, o Estado de Minas Gerais se avanteje como é mister à mais rica e mais populosa porção da terra brasileira, a de maiores e mais sagradas tradições em todas as lutas da Liberdade<sup>112</sup>.

A *Folha Sabarense* acompanhava o discurso de seus colegas da capital. Luiz Cassiano Júnior escreveu na edição do dia 24 de novembro de 1889 um artigo em que o primeiro tópico é o vínculo que o ideário conquistado com a Revolução Francesa através de Tiradentes, o “*luminoso facho à civilização americana*” mantinha com a Inconfidência. Eram inspirados na queda da Bastilha que os inconfidentes davam seus primeiros passos em direção à liberdade<sup>113</sup>. Além disso, para esses republicanos havia

<sup>110</sup> PINHEIRO, João. "Os Estados Unidos do Brazil". In: **O Movimento**. Ouro Preto, 23 de Nov. de 1889. N. 42. SIA-APM. Notificação: JM-1233157; Filme: 001, p. 1. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=897>

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> Idem.

<sup>113</sup> CASSIANO JR. Luiz. "Viva a Republica!". In: **A Folha Sabarense**. Sabará, 24 Nov. de 1889. N. 24. SIA-APM. Notificação: JM-1260571; Filme: 318, p. 1. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=18462>

outro elemento que engrandecia ainda mais aquele ato revolucionário, que era o fato do golpe ter ocorrido sem derramamento de sangue.

Para o jornalista, a nova época democrática trazia consigo a possibilidade da implementação de leis que contribuiriam para a transformação do caráter do povo. Segundo ele, o regime monárquico era corrupto e por isso o povo vendia seu voto, caminhando muitas vezes de encontro com seus verdadeiros ideais. No entanto, aquele era um momento diferente, onde o povo eletrizava-se ao som da Marselhesa<sup>114</sup>. Essa comparação entre a Revolução Francesa e a Proclamação da República mostrava-se como um artifício de legitimação e construção de um mito em torno do próprio 15 de novembro. Um feito daquela proporção não poderia ser encarado apenas como uma quartelada, um movimento isolado de uma instituição que não estava totalmente de acordo com o golpe.

O novo regime foi bem recebido também por uma parcela de não-republicanos ou convertidos de última hora. Um dos casos mais significativos que nos deparamos ao longo da pesquisa é o de José Pedro Xavier da Veiga e seu jornal *A Província de Minas*. O jornalista é conhecido por sua forte atuação no Partido Conservador Mineiro durante o regime monárquico, mas durante a República prestou serviços igualmente importantes, sendo responsável pela fundação e organização do Arquivo Público Mineiro (APM), instituição de caráter fundamentalmente republicano. O periódico, identificado como órgão oficial do Partido Conservador teve suas atividades encerradas no dia 13 de novembro de 1889, e ressurgiu em 27 de novembro do mesmo ano com o nome de *A Ordem*, declarado imparcial.

A justificativa inicial para a troca do nome do periódico é bem coerente em relação aos acontecimentos que assolavam a nação na época. Com o advento do federalismo no país, as províncias passaram a ser chamadas de *estados*. As províncias representavam o centralismo monárquico e a falta de autonomia local, que deixara de existir, perdendo completamente, com isso, o sentido de ainda usar esse nome. Em contrapartida, mesmo com a conversão dos editores ao republicanismo, ainda assim de forma imediata, o periódico mantinha um lastro conservador na forma de se adaptar àquela realidade nacional. Xavier da Veiga seguia, da mesma forma que seus correligionários são joanenses, e propunha através d'*A Ordem* a constituição de uma República conservadora.

---

<sup>114</sup> Idem.

Em consequência dos últimos e extraordinários acontecimentos, os antigos partidos, quais se achavam organizados, desapareceram fatalmente, mas os princípios conservadores – bases de toda a ordem social – nunca, como agora foram tão necessários, tão salvadores e tão dignos de patrióticas adesões. Trata-se da reconstrução da pátria, e se aqueles princípios não lhe forma sólido fundamento – sob a forma que ditar a sabedoria dos legisladores constituintes – ter-se-á edificado na areia e a obra não resistirá à primeira lufada das tempestades<sup>115</sup>.

O apoio d’*A Ordem* em relação ao governo provisório era muito mais inclinado a um compromisso com as autoridades governativas do que com as posições políticas delas propriamente ditas. A República, para os editores do jornal, não deveria ser recebida com festa, mas de qualquer forma deveria ser respeitada. A partir daquele momento era de responsabilidade dos homens frente ao governo partilhar o ideário do novo regime, de restaurar sua legitimidade, avivar as origens do direito e assegurar solidamente o progresso e a regeneração nacional. Dessa forma, *A Ordem* respeitaria o governo recém empossado, mas não seria uma plataforma propagandista do projeto dele.

Em uma pequena nota n’*O Movimento* de 23 de novembro de 1889, Antonio Vieira da Rocha, escrevendo onze dias antes da proclamação declarava-se convertido, pois, segundo ele, a Monarquia era um regime corrupto, que sacrificava o Brasil em todos os sentidos. Para Rocha, aquele governo agia apenas sob interesses de particulares e não era patriótico. A República, dessa forma, poderia livrar o país daquele que se tornara um inimigo do povo: o Império. Comunicava que estava deixando o Partido Conservador, “*ao qual tão erradamente tantos anos infelizmente pertenci*”<sup>116</sup>.

Mello Viana, em Sabará, aderiu ao movimento com um manifesto bem menos exaltado do que o de Vieira da Rocha. A adesão ao novo regime era encarada por ele como uma forma de acompanhar o progresso material e moral do país. Era também uma forma de oposição a um governo impopular, e uma contribuição para que o povo pudesse ter força moral para exigir o cumprimento das leis a serem instituídas a partir daquele momento. O novo governo prometia ser uma importante solução para a retomada do progresso da propriedade e da família. A República despertava o

---

<sup>115</sup> VEIGA, Francisco Luiz da; XAVIER DA VEIGA, José Pedro. "A Ordem" In: **A Ordem**. Ouro Preto, 27 de novembro de 1889. N. 1. SIA-APM. Not.: JM-1242070; Filme: 063, p. 1. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=24240>

<sup>116</sup> ROCHA, Antonio Vieira da. "Sete Lagoas". In: **O Movimento**. Ouro Preto, 23 de Nov. de 1889. N. 42. SIA-APM. Not.: JM-1233157; Filme: 001, p. 3. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=201>

sentimento de individualismo, de democracia e de escape de uma época não tão próspera, para Minas, como foi o século XIX.

Também faremos um protesto contra abusos e contra os homens que não forem de acordo com o direito de propriedade e de família. Dando assim vivas ao governo que tiver patriotismo verdadeiro e que conseguir a felicidade dos brasileiros, ao lado destes estará sempre o inválido, que tomou a liberdade de expressar seus sinceros sentimentos<sup>117</sup>.

Circulavam por esta época também os jornais que tendiam a questionar os benefícios da proclamação. Um exemplo constituiu-se com *O Jornal de Minas*, veiculado na capital mineira, em que um dos editores era Diogo de Vasconcellos, que também ocupou posição de destaque no Partido Conservador Mineiro na segunda metade do século XIX. Da mesma forma que o editor d'*A Ordem*, Vasconcellos também teve uma significativa participação na política republicana, exercendo o cargo de agente executivo de Ouro Preto entre 1892 e 1893, e o de senador estadual de 1919 a 1927, ano de sua morte. Não obstante, a postura d'*O Jornal de Minas* estava inclinada muito mais em enxergar a República como um evento irremediável do que como um advento de prosperidade para o país, o que efetivamente não impedia que os elogios ao novo sistema fossem esboçados.

A proclamação, para *O Jornal de Minas*, foi um “incidente militar”. À primeira vista, esse “incidente” era fruto de um processo evolutivo de ordem política. Era dever do jornal e dos homens que o faziam contribuir com o governo republicano, mas não necessariamente o periódico e seus representantes teriam a obrigação de acatar com passividade a nova lógica política nacional<sup>118</sup>. Para o jornal, o Império desenvolveu uma missão histórica que deveria ser, a partir daquele momento, desempenhado pela República. Regime então mais adiantado e perfeito que o anterior, segundo o periódico, desenvolvido no “*seio fecundo da democracia*” sob orientação liberal, e o povo deveria ter fé na nova ordem que nascera meses antes.

A república está feita material e espiritualmente no Brasil; é irrevogável; é a nação. Mas a nação somos nós todos.  
É evidente que aqueles que chamam sobre nós a desconfiança do povo e que nos querem colocar à sinistra do governo, no papel de colaboradores apenas,

<sup>117</sup> VIANNA, Mello. "Adhesão". In: **A Folha Sabarense**. Sabará, 24 de Nov. de 1889. N. 24. SIA-APM. Notificação: JM-1260571; Filme: 318, p. 3. Disponível em:

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=90863>

<sup>118</sup> **O Jornal de Minas**. Ouro Preto, 02 de janeiro 1890. N. 1. SIA-APM. Not.: JM-1242335; Filme: 064.

em passividade humilde, esses republicanos têm mínima e confusa noção do sistema republicano. Fazem-nos lembrar aquela oligarquia de oficiais que se chamavam curacas, diretores do povo do Peru, ao tempo em que vigorava o extravagante socialismo dos Incas, tão parecido com o positivismo<sup>119</sup>.

Diogo de Vasconcellos e os editores d'*O Jornal de Minas* não confiavam no retorno da Monarquia, mas propunham a construção de uma República conservadora, que ficasse mais próxima dos partidos tradicionais.

53

Os que antes do tempo, prematura e inoportunamente sonham com a divisão de partido, quem sabe! visam acaso já as cadeiras da constituinte? Mas sem os *aderentes*, sem nós todos *vencidos*, só com uma força poderia contar, a força oficial<sup>120</sup>.

Parece-nos lícito afirmar que o ambiente de conflito que se instaurava apresentava-se, fundamentalmente, como a expressão de um turbilhão de novas ideias em relação às expectativas construídas em torno da República. As formas de explicar o acontecimento de 1889 surgiam das mais variadas ordens. *O Jornal de Minas* sustentava o discurso da inevitabilidade da República através da ideia de que ela era fruto de uma evolução política estabelecida pelos partidos monarquistas. O retorno ao Antigo Regime se apresenta como algo impossível de acontecer. A questão desta inevitabilidade é muito cara para homens como o pernambucano Joaquim Nabuco, monarquista, liberal e abolicionista, características que não se excluem mutuamente.

Em um discurso como embaixador da República brasileira nos Estados Unidos, Joaquim Nabuco confessa aquilo que não era segredo: que antes da proclamação era, sim, um defensor da Monarquia, esperançoso com a reorganização do regime em um futuro próximo, e lutava para que houvesse uma restauração, e por dez anos ainda militou pela causa imperial, até que, depois da morte de Saldanha da Gama, resolveu afastar-se da direção do Partido Monarquista.

Nesses cinco anos, entretanto, eu fiz pela história da Monarquia mais do possam ter feito todos os outros homens que a servem, e que (*palmas, muito bem*) levantando os homens de Estado do antigo regime no pedestal que eles hão de ficar, e elevando ao Imperador, ao mesmo tempo que por piedade filial cumpria um dever para com a memória de meu pai, um monumento que o máximo esforço da minha inteligência e da minha dedicação me permitiam levantar-lhe... (*muito bem*)<sup>121</sup>.

---

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> Idem. *Grifos do jornal*.

<sup>121</sup> NABUCO, Joaquim. "A República é Incontestável". In: **Discursos Parlamentares**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 97.

Joaquim Nabuco tinha uma vasta noção de que, após a queda do monarca a restauração, mesmo que temporária, parecia ser impossível. No entanto, isso não era motivo o suficiente para que ele largasse a causa e se convertesse imediatamente para o Partido Republicano. O Império havia deixado um legado que não deveria ser abandonado. A postura de Vasconcellos assemelhava-se e muito à de Nabuco. Como veremos mais detidamente adiante, o político mineiro não abandona a política imediatamente, ainda procura manter acesa a chama da Monarquia, de uma forma ou de outra. Em 1890 funda o Partido Católico; entre 1892 e 1893 torna-se agente executivo da capital do estado, ainda com suas convicções inabaladas, mesmo que as ponderações surgissem ao longo do tempo.

Na obra *Minha Formação*, Nabuco afirma que a queda do Império havia posto fim à sua carreira, e a Monarquia deveria ser, então, o último contato com a política. No último capítulo do livro, "Os últimos dez anos", relata como agiu, entre 1889 e 1899, frente às transformações políticas nacionais, que o afetavam diretamente. 1889 e 1890 foram marcados pelo 15 de novembro e pelo 13 de maio; 1891 pela morte de Dom Pedro II; 1892 e 1893 é o momento de um retorno misterioso e indefinível da fé; de 1893 a 1895 sofre com a revolta e a morte de Saldanha da Gama<sup>122</sup>.

Os últimos dez anos são assim o período em que o interesse político cederá gradualmente o lugar ao interesse religioso e ao interesse literário até ficar reduzido quase somente ao que tem de comum com eles... Quando digo interesse político, quero dizer o espírito político, porquanto a emoção, a parte que tomo na sorte do país aumenta com as peripécias, as contingências, os vórtices dos novos dramas<sup>123</sup>.

A última década do dezenove também foi fundamental para a carreira política de Diogo de Vasconcellos. Aquele foi um momento de reorganização de seu projeto político a fim de minimizar as perdas advindas da queda do regime monárquico. Embora ao longo de seu mandato como agente executivo de Ouro Preto ele demonstrasse lampejos liberais, ainda era um eminente líder das fileiras conservadoras do estado, defendendo a tradição e a religião, pensamento que ia de encontro aos impulsos progressistas e laicos dos liberais, jacobinos e positivistas<sup>124</sup>.

<sup>122</sup> NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Introdução de Gilberto Freire. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2001. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira), p. 239.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 242.

<sup>124</sup> Uma vez destituída a Monarquia, precisava-se definir o paradigma republicano a ser adotado. José Murilo de Carvalho aponta que esse era um problema, pensado pelos intelectuais republicanos da época,

Uma significativa marca desse conservadorismo é a luta política travada por Diogo de Vasconcellos no cenário republicano mineiro. Em oposição ao novo governo de Minas Gerais, Vasconcellos articulou a composição de chapas que viessem a enfrentar a ordem liberal e laica que se instaurava no país naquele momento. Uma série de estratégias e alianças foi realizada entre 1890 e 1891 com a intencionalidade de manter (ou restaurar) posturas tradicionalistas na direção do estado, herança de um ultramontanismo<sup>125</sup> que o acompanhava pelo menos desde a década de 1870, e que se efetivaram no combatido Partido Católico, em 1890.

A chapa surgiu com a intenção de ser forte oposição ao Partido Republicano Mineiro. O Partido Católico, tendo o católico fervoroso Diogo de Vasconcellos como um de seus principais articuladores, apresentou-se como um grande fracasso no combate das ideias laicas<sup>126</sup> impostas pela República. A querela entre os defensores e contrários à

---

que fora enfrentado de uma maneira diversificada. O autor de uma maneira esquemática, recorrente na historiografia sobre a primeira república, apresenta três tipos de manifestações republicanas que podiam ser identificadas naquele momento: o liberalismo, o jacobinismo e o positivismo. A primeira posição, segundo o autor, era encabeçada pelos grandes proprietários de terra de São Paulo, que desde os primeiros anos da década de 1870 já se encontravam com o Partido Republicano organizado. A centralização monárquica já não dialogava com os interesses desse grupo, e o republicanismo de ordem federativa estadunidense era o ideal a ser seguido. José Murilo de Carvalho afirma que nos finais do oitocentos o darwinismo social era a postura liberal mais comum no país, influenciando muitos, entre os quais o republicano paulista Alberto Sales. A segunda posição republicana perceptível nos primeiros anos do regime foi o *jacobinismo*. Este modelo era o mais radical dentre os três apresentados aqui. Há nesse grupo uma forte crítica ao passado Imperial brasileiro, argumentando que o fator preponderante para o atraso do Brasil frente ao resto do ocidente era a própria Monarquia. O xenofobismo também era uma marca do jacobinismo, principalmente no que se diz a respeito à figura do português. A república deveria ser construída, organizada e controlada por brasileiros e a Nação era a Nação de brasileiros. Ala radical, que via no centenário da Revolução Francesa o momento perfeito para se efetivar a Revolução Brasileira. A terceira e última posição era a *positivista*. A República era de face positivista por excelência, que deveria ascender em detrimento da Monarquia, tendo como resultado o *progresso*, impossibilitado pelo Estado imperial. Outras duas e importantes idéias positivistas eram a secularização do Estado e a implementação da ditadura republicana. Paradoxalmente, e destacado por Carvalho, os militares foram os mais simpáticos ao positivismo, mesmo que um governo militar, de acordo com a tese comtista, significasse o retrocesso da sociedade. Acredito que seja digno de nota o fato do Rio Grande do Sul ter sido, talvez, o maior adepto ao movimento, e Minas Gerais o menor. Ver: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p 92-96.

<sup>125</sup> O termo **Ultramontano** teve origem na França na primeira metade do século XIX, e tinha como característica a classificação de pensamentos cuja tendência era defender a centralização do poder papal e sua infalibilidade.

<sup>126</sup> Emanuela Ribeiro propõe que o processo de secularização a partir de uma definição de Peter Berger, que entende a secularização como um processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos. Esse processo atinge várias instâncias da vida social na história ocidental moderna, passando pela retirada das Igrejas cristãs de áreas que eram estavam sob sua influência, separação da Igreja e do Estado, expropriação das terras da Igreja, emancipação da educação do poder eclesiástico, uma diminuição do impacto representativo dos conteúdos religiosos nas artes, filosofia, na literatura e, principalmente com a ascensão da ciência como um campo autônomo e secular do mundo. Há ainda, uma secularização das ideias/consciência, isto é, cresce uma perspectiva de se voltar para o mundo e para a própria vida dos indivíduos sem se a utilização de interpretações religiosas. RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional**. Práticas e estratégias intelectuais. 1889-1930 (Tese de doutorado). Recife: UFPE, 2009, p. 19.



existência desse partido opositor teve como principal palco as páginas dos periódicos ouropretanos *O Movimento*, e *O Jornal de Minas*, periódico defensor das causas conservadoras e católicas.

Os partidos conservadores de oposição ao governo de Minas procuravam encontrar brechas para se articularem contra o novo regime. Aproveitaram, sobretudo, as discussões acerca da separação entre Igreja e Estado para se fortalecerem. Acusavam o Estado de ateuista, protestando contra a obrigatoriedade do casamento civil, por exemplo. Sob a bandeira da “restauração”<sup>127</sup>, antigos chefes monarquistas, o clero local e republicanos descontentes transformaram a questão religiosa uma importante arma política, fundando, dessa forma, o Partido Católico<sup>128</sup>. Embora fosse formado por fortes nomes da política do estado na época, o partido foi facilmente desarticulado, não antes de receber fortes críticas por parte dos líderes do PRM.

A fundação do Partido Católico embora também fosse uma reação ao republicanismismo não se manifestou da mesma forma que o Partido Monarquista paulista e o Centro Monarquista carioca. Antes de tudo foi um partido que tinha interesses específicos que não eram tão locais como se pode imaginar. O projeto político que se propunha estava muito mais ligado a uma tentativa de conciliação entre a Igreja e o Estado do que restaurar o regime anterior. Os movimentos católicos surgem para barrar a onda laicizadora que começava a dominar a elite positivista, evolucionista e anticlerical. Isso, de acordo com Teresa Malatian, ameaçava a sobrevivência da Igreja Católica no país, visto que a deixava em pé de igualdade com as Igrejas Protestantes, bem como da retirada de seus privilégios frente a sua atuação como organizadora da sociedade e legitimadora do Estado.

Um novo projeto de hegemonia da Igreja na sociedade civil se articulava em substituição àquele vigente desde a sociedade feudal, quando a Igreja detinha amplo controle sobre as atividades dos súditos, inclusive sobre as econômicas. Tal projeto visava estabelecer o “poder indireto” da Igreja e coincidiu com a estratégia de firmar concordatas com os Estados carentes de legitimação<sup>129</sup>.

A Igreja Católica frente à nova conjuntura política do país via-se em um cenário caótico. De um lado ela não defendia o regime deposto, muito devido à conturbada

<sup>127</sup> Nós não concordamos com esse termo, mas antes de discutirmos a aplicabilidade dele continuaremos a usá-lo, a fim de facilitar a compreensão prévia.

<sup>128</sup> REZENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação de estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, p. 61-62.

<sup>129</sup> MALATIAN, Teresa M. **Os Cruzados do Império**. São Paulo: Editora Contexto, 1990, p. 16.

relação entre ela e o Estado durante o desdobramento da Questão Religiosa, no início da década de 1870. De outro lado a República tentava reduzir a influência da Igreja na organização e opinião pública. Contudo, o episcopado brasileiro havia adotado o projeto de romanização do clero, a fim de ampliar as fileiras de fieis, indo de encontro ao crescente movimento laicizador liberal, a Igreja se predispôs a uma reconciliação com o Estado<sup>130</sup>, que surtiu resultado ao longo da primeira metade do século XX, mas que teve uma ligeira resistência no início do regime<sup>131</sup>.

O Partido Católico surge em Minas Gerais como alternativa para os eleitores mais conservadores em seguir uma chapa que não fosse completamente republicana. Vale evidenciar que para o Partido Católico embora fosse contrário ao Partido Republicano Mineiro não era uma chapa contrária ao regime, mas apenas alguns setores dele. Seus membros eram remanescentes de várias bancadas, desde republicanos históricos descontentes com o rumo que o governo tomava a monarquistas convictos que não queriam perder postos na política local. Assim como propõe Maria Efigênia Lage de Resende, o partido foi criado por um grupo que não se submeteu às decisões tomadas no Congresso republicano de 15 de agosto de 1890, em Juiz de Fora. A autora defende que a derrota do Partido Católico em grande parte se deve ao seu enfraquecimento provocado quando parte de seus principais membros incorporaram o situacionismo ao ingressarem no Centro Político de Ouro Preto<sup>132</sup>, bem como pela manipulação dos resultados eleitorais<sup>133</sup> pelos situacionistas<sup>134</sup>.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>131</sup> Sobre essa questão consultar: DIAS, Roberto Barros. "DEUS E A PÁTRIA": Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930) [Dissertação de Mestrado]. João Pessoa: UFPB, 2008; CUNHA, Tiago Donizette da. Igreja e Política durante a Primeira República: o caso do cônego José Valois de castro. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano III, n. 7, Maio. 2010

<sup>132</sup> As alianças políticas que definiriam quem seria da situação e quem seria da oposição variavam de modo bem curioso. Exemplo disso pode ser verificado em uma carta recebida por Diogo de Vasconcellos com o remetente de Antonio Olinto. Na carta, a qual não tivemos acesso à resposta, Olinto chamava atenção de Vasconcellos para a necessidade de se montar uma chapa opositora ao grupo de Cesário Alvim, forte o suficiente para derrubá-lo nas eleições que se seguiriam à 1890. Interessante notar que o que estava em jogo não era o tipo de política a ser defendida, mas quem deveria estar no poder ou não. Aqui a expressão "o inimigo do meu inimigo é meu amigo" faz sentido. Cesário Alvim, presidente do Estado por indicação era republicano convertido, o que causou uma cisão no PRM, provocando o desagrado do grupo de Olinto, republicano histórico e jacobinista. Então, a união de Olinto com o grupo de Vasconcellos, monarquista declarado e opositor a todo e qualquer governo, era o caminho natural a se seguir. A coligação deixaria, então, a oposição mais forte. Não obstante, como podemos observar, Vasconcellos optou pela não aliança e seguiu com a ala católica como oposição à Alvim e a Olinto. Ver: OLINTO, Antonio. **Carta à Diogo de Vasconcellos**, 27 de novembro de 1890. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Arquivo 4 – Gaveta 2 – Pasta 8.

<sup>133</sup> Em uma carta enviada para o bispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta, a 12 de janeiro de 1891, Diogo de Vasconcellos relatava as dificuldades que o grupo católico enfrentava para se consolidar. O fracasso nas eleições e a forte debandada de membros do partido preocupava Vasconcellos, que mesmo convicto de suas ideias temia pelo futuro da organização. Diz o fundador do Partido Católico: "Depois da

Embora Maria Efigênia Lage afirme que a organização do partido se deu após o Congresso de Juiz de Fora, acreditamos que seu projeto se deu anteriormente a isso. Um dos documentos localizados durante nossas investigações foi uma pequena nota assinada por Bernardo Pinto Monteiro e Diogo de Vasconcellos, datada de 9 de agosto de 1890. Trata-se da reprodução de uma carta endereçada ao bispo de Mariana, Dom Silvério. O documento é um recorte de jornal localizado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), mas não é possível saber a qual periódico o fragmento pertence, pois não foi mantida essa informação no recorte encontrado. A carta se revela um manifesto daquilo que seria futuramente o Partido Católico. Junto a ela estava uma lista de nomes, que, segundo o documento, era dos candidatos para as eleições de 25 de setembro de 1890. A partir desse curto texto é possível compreender qual era a agenda que aqueles homens defendiam para fazer a organização católica triunfante:

Atendendo que o puro ideal católico seria partidário restrito, e convindo nas atuais emergências reunirmos todos os elementos tendentes ao nosso fim, foi nosso pensamento encetar a luta com caráter essencialmente democrático, reivindicando-se antes que tudo a soberania do povo conculcada (sic), e por isso exigindo-se de nossos candidatos o compromisso de restabelecerem a plena liberdade da Igreja, tal como aceitou-a a Pastoral Coletiva<sup>135</sup>; e acabam

---

*eleição de 15 de setembro, fui um dos poucos que não desanimaram, me parecendo que embora inútil, o pleito eleitoral servia as nossas vistas no futuro. De todas as partes do Estado, porém, recebi cartas desanimadoras, dizendo que sem uma lei garantidora não havia mais quem fizesse sacrifícios. Nesta Capital amigos assim [ ]; e se não desisti foi para não dar-me por vencido. Entretanto o governo, tendo refocado o regulamento, em vez de garantias, condensou a fraude, tirando-lhe os meios de prova que a eleição da Bahia revelou, e mandando que as atas sejam apuradas parcialmente [fl. 1] pelas Intendências Municipais, de sorte que a Intendência da Capital não fará mais do que apurar, não atas de eleição, mas contas enviadas das referidas apurações. Já vê V. Exa. que não era possível a menor dúvida". VASCONCELLOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. Carta à D. Silvério Gomes Pimenta. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Arquivo 4 – Gaveta 2 – Pasta 8.*

<sup>134</sup> REZENDE, Maria Efigênia Lage de. **Op. Cit.**, p. 65.

<sup>135</sup> A Pastoral Coletiva, de 19 de março de 1890, foi uma resposta do episcopado brasileiro, dirigida ao clero e a população, como um ato político e demonstração de coesão dos religiosos nacionais contra os estamentos políticos e intelectuais da República que pregavam e ratificavam a separação Estado/Igreja. De acordo com Edgar da Silva Gomes, as dirigências do novo regime não tomou nenhuma medida que fosse de encontro à Pastoral, optando pela diplomacia a fim de evitar qualquer tipo de conflito maior entre as instituições. Segundo o autor, possivelmente essa foi uma estratégia pra manter o povo, em tese de maioria católica, ao lado da República. Por outro lado, a Igreja alertava os fieis sobre a nova situação que a religião se encontrava no país naquele momento frente à laicização do Estado, e a Pastoral servia como uma espécie de primeiro passo para o desenvolvimento do processo de romanização instaurado pelo episcopado para manter os velhos e rebanhar novos fieis. Ver: GOMES, Edgar da Silva. **A Separação Estado - Igreja no Brasil (1890)**: uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca (Mestrado em Teologia Dogmática). São Paulo: Centro Universitário Assunção. Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora Assunção, 2006. Ver também: SANTOS, Israel Silva dos. A Igreja Católica na Bahia da Primeira República (1890-1930). **Revista Aulas**, n. 4, abril/julho, 2007, pp. 1-24.

de reclamar os Senhores Bispos em seu monumental e sublime protesto de 6 de agosto, dirigido ao Ditador<sup>136/137</sup>.

Na carta, os autores afirmam que aquela era uma medida que tinha por objetivo “*corrigir*” a República, que havia se desviado de sua índole, e os candidatos a serem lançados pela legenda católica eram todos advindos das matrizes históricas, indo de encontro à falsa política, que, segundo eles, se instaurava no país. Esse movimento reacionário tinha como propósito imediato alertar para os males que a nova ordem impunha ao povo, e que a organização cristã vinha para “purificar” aquilo que foi falsificado pelo governo. Importante notar o que se propunha ali não era uma “restauração”, mas a intenção era a transformação da República em um regime cristão. Poder-se-á notar em outros momentos desta dissertação que mesmo monarquista, o intento de Diogo de Vasconcellos não era dar um passo para trás e voltar para o Império, mas era de transformar a República em um Estado com uma característica mais conservadora, como eram os partidos tradicionais de outrora.

Conforme propomos acima, o Partido Católico sendo formado a partir de uma coligação de políticos advindos de fileiras antes antagônicas gerava intensas críticas dos grupos opositores. Tal questão fica clara na querela entre os dois principais periódicos de cada facção. O jornal de João Pinheiro acusava os líderes oposicionistas de serem confusos em ideias, origens, meios e fins. Ainda após as eleições de 15 de setembro de 1890, a chapa de oposição sequer havia estabelecido um nome. Um dos maiores pontos de crítica dos republicanos aos católicos era a falta de coerência interna, chamada de “*contradição por base*”. O *Jornal de Minas* era um herdeiro do antigo periódico ouropretano *O Liberal Mineiro*, editado por Bernardo Monteiro, que ainda no tempo do Império sustentava a separação da Igreja em relação ao Estado, a liberdade de cultos, e o casamento civil. Essas eram reformas que, segundo o *Movimento*, era o que o gabinete Afonso Celso sustentaria para salvar a Monarquia. Isso reforça a nossa hipótese de que o que era fundamental naquele momento era mais a posição política que poderia ser alcançada do que propriamente a defesa da religiosidade ou a “ideologia” seguida pelo partido.

Apoiados em uma chapa fraca, dizia o *Movimento*, desorganizada e sustentada por pessoas que não faziam jus à crença católica, o *Jornal de Minas* fazia, então, uma “*criançada*” ao tentar sustentar uma chapa como aquela.

---

<sup>136</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Arquivo 4 – Gaveta 2 – Pasta 8.

<sup>137</sup> Referência ao Marechal Deodoro da Fonseca, então presidente do Governo Provisório.

Certo é que são os homens da fé; mas levaram-na até a tolice. Entretanto o fato é que no mundo pensante eles não encontraram em número suficiente quem quisesse representar o clericalismo, como não encontraram no dia da eleição quem pudesse torná-lo, já não dizemos vencedor, mas ao menos digno de aparecer<sup>138</sup>.

O *Movimento* afirmava que os oposicionistas lançavam mão de meios detestáveis, tipicamente monarquistas, para fazer campanha, com um claro tom depreciativo ao antigo regime. O *Jornal de Minas*, segundo os redatores do periódico republicano, fazia uma campanha de modo sujo, com a mesma “*podridão que gangrenou o império*”<sup>139</sup>. Para o *Movimento*, os oposicionistas, sobretudo Diogo de Vasconcellos, apelavam para os púlpitos das igrejas, para ameaças de excomunhão, e jogo desleal no combate aos governistas, segundo a visão do grupo ligado a João Pinheiro. Ainda afirmavam que por tal ação, o próprio *Jornal de Minas* tinha vergonha de assumir o verdadeiro caráter religioso e tinha vergonha de chamar a chapa de católica, chamando apenas de chapa de oposição.

Ora o *Jornal de Minas* teve a sua sustentação no clero, o Sr. Diogo de Vasconcellos pleiteou a eleição desde abril fazendo circulares aos vigários para cuidarem com afinco da qualificação; os vigários saíram à campo com as mãos ameaçadoras para fulminarem o raio da excomunhão (é bonito mas é triste) no esforço da sustentação dos candidatos indicados.

Está na consciência de todos que os pouquíssimos votos alcançados resultaram do trabalho dos religiosos cabos eleitorais; entretanto, e é este o ponto capital, apesar de tudo isto, o próprio *Jornal de Minas* parece ter vergonha de aceitar para a sua chapa o nome que as circunstâncias todas lhe indicavam e que todos julgavam que devesse ter<sup>140</sup>.

<sup>138</sup> PINHEIRO, João. "Não foram correctos". In: **O Movimento**. Ouro Preto, 01 de outubro de 1890. N. 91. SIA-APM. Notificação: JM-1233206; Filme: 001, p. 1. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=1950>

<sup>139</sup> Diogo de Vasconcellos vai à público na edição d'O Jornal de Minas de 9 de junho de 1890 comenta o curioso episódio sobre sua intimação para se apresentar ao Chefe de Polícia de Ouro Preto, a 31 de maio do mesmo ano. Vasconcellos foi acusado de usar o editorial do jornal para difundir textos de agitação contra o governo republicano, causando a desordem. Ele se defendia dizendo que a República estava segura, que não era contra o governo que se manifestava, mas o que estava sendo feito era apenas propaganda política. Vasconcellos dizia: "*Dignificando, pois, e confessando sem temores, nem hesitações, seu amor às tradições, e o patriotismo dos dois antigos partidos, convencemos a uns que não têm direito de oprimir, e a outros que não temos por onde envergonharmo-nos. E se toda nessa propaganda consiste nos meios suasórios, nas demonstrações à pura inteligência, somos por isso mesmo quem mais tem cooperado no serviço racional da república, tirando-lhe todo caráter de incompatível à consciência dos homens verdadeiros*". VASCONCELLOS, Diogo de. "9 de junho de 1890". In: **O Jornal de Minas**. Ouro Preto, 09 de junho de 1890. N. 120. SIA-APM. Not.: JM-1242563. Filme: 064, p. 1. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=123540>

<sup>140</sup> PINHEIRO, João. "Por Que?". In: **O Movimento**. Ouro Preto, 05 de outubro de 1890. N. 92. SIA-APM. Not.: JM-1233207; Filme: 001, p. 1. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=1970>

Por essa afirmação d’*O Movimento*, o *Jornal de Minas* parte em defesa de Diogo de Vasconcellos. Os editores do jornal conservador acusavam o *Movimento* por violar as regras de uma polêmica em alto nível. Ao citarem Diogo de Vasconcellos, o periódico republicano estaria quebrando com o código de “imparcialidade” jornalística. O *Jornal* discordava dos apontamentos feitos pelo *Movimento*, nos quais dizia que o ex-monarquista havia lançado circulares em prol da chapa oposicionista apelando para os preceitos da religiosidade, usando o clero como cabo eleitoral que se apoiava em ameaças aos fieis na tentativa de angariar votos. Na edição de 6 de outubro de 1890, o *Jornal de Minas* publicou uma dessas circulares expedidas por Vasconcellos para provar aos leitores do jornal que as acusações feitas pelo lado republicano eram descabidas.

61

“MARIANA, 27 DE MARÇO DE 1890.

- Rvmo. amigo e sr. – Vindo a esta cidade, acertei, de acordo com os nossos amigos aqui residentes, de solicitar à v. revm. se interesse, perante a junta de alistamento eleitoral nessa paróquia, afim de serem incluídos todos os cidadãos que estiverem no caso de nos auxiliarem para uma boa e definitiva organização de nosso Estado.

É natural que as juntas encarregadas desse momentoso serviço precedam com toda isenção, desde que não há hoje paixões partidárias, que influam nos atos políticos; mas, como v. revm. é quem mais pode conhecer o pessoal dessa localidade, será um colaborador utilíssimo, desejando eu que, apurados quantos puderem ser analisados, Minas figure, como deve, ostentando a grande força política de que dispõe.

As questões religiosas, que têm de ser ventiladas exigem que desde já preparemos o terreno em que vamos estabelecê-las. Será um serviço inexcusável prestado por v. revm. tomar a peito o alistamento de seus amigos. Sempre com estima. – De v. s., amigo obrigado e criado. – Diogo de Vasconcellos”<sup>141</sup>.

Dessa maneira, o Partido Católico articulado por Diogo de Vasconcellos tentava impor ao estado de Minas Gerais princípios advindos do passado monárquico. A República não era o pior dos problemas que deveriam ser combatidos, pelo contrário, o PRM era encarado, mesmo a contragosto, como uma evolução da trajetória dos partidos tradicionais. Não obstante, o novo regime estava subvertendo uma ordem da qual Vasconcellos era um fervoroso defensor. Manter a religião ligada ao Estado era fundamental para que tanto Minas quanto o Brasil pudessem permanecer no bom caminho para o progresso. A nova forma de governo era suportável desde que se

<sup>141</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. *apud*: **O Jornal de Minas**. Ouro Preto, 06 de outubro de 1890. N. 216. SIA-APM. Not.: JM-1242743; Filme: 065. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=26580>

portasse realmente como uma herdeira da antiga. E no caso mineiro, outra defesa que se deveria fazer para além da manutenção desse conservadorismo religioso era a de se manter a capital do estado em Ouro Preto.

A questão da transferência da capital, por sua vez, fez emergir outra importante reflexão: a transformação do espaço e do tempo em Minas Gerais, sobretudo, para a população de Ouro Preto. Não queremos afirmar que esse evento seja o único responsável por tais transformações, mas nossa hipótese é que ele contribui de maneira substancial para que tais mudanças fossem possíveis. Tanto defensores da transposição da capital, quanto os da permanência tinham como discurso o sincretismo entre tradição e modernidade, mas cada um com argumentos bem diferentes.

Esta dissertação não se propõe discutir, de maneira aprofundada, os debates políticos mobilizados no início da década de 1890 acerca deste tema<sup>142</sup>. O que se pretende é uma breve explanação acerca do impacto simbólico que a transferência causa na intelectualidade mineira, sobretudo em Diogo de Vasconcellos, e como isso foi pensado. Propomos de antemão, argumento que nos acompanhará por todo o segmento do trabalho, que a saída da sede administrativa do governo mineiro da cidade de Ouro Preto foi a principal influência para que Vasconcellos iniciasse o seu projeto de escrever a História de Minas Gerais. Em nossa hipótese, essa seria uma forma de expurgar os fantasmas deixados pelo vazio político, econômico, populacional e cultural que tomou conta do município.

A polêmica sobre a transferência da capital mineira teve grande destaque durante a Assembleia Constituinte estadual, em 1891. Estava ali em jogo uma grande disputa política entre as novas e velhas lideranças que mobilizavam argumentos dos quais transitavam entre a técnica e a subjetividade. A maioria dos congressistas, afirma Silveira Neto, eram favoráveis à mudança, posto que fosse um histórico ideal republicano. No entanto, havia uma grande parcela de não-mudancistas que se mobilizava para tentar prevalecer o valor tradicional que Ouro Preto carregava<sup>143</sup>. O ideal de uma capital nova, moderna e republicana surgia para combater a antiga, arcaica e monarquista.

---

<sup>142</sup> Recentemente publicamos um artigo que trata deste assunto mais detalhadamente. Ver: SILVA, Rodrigo Machado da. A Caducidade das Disposições Transitórias: o polêmico debate a respeito da transferência da capital mineira (1890-1893). **Outros Tempos**, vol. 09, n.14, 2012. p.72-97.

<sup>143</sup> NETO, Silveira. **Instituições republicanas mineiras**. Belo Horizonte: Editora Lemi; FDUFGM, 1978, p. 27.

A República carregava em seu projeto inicial uma carga de otimismo e de ideal progressista que tinha no futuro o lugar onde se efetivaria a nova ordem e um novo padrão de civilização. O infante regime despertava uma percepção de que se vivia o marco zero de um novo tempo<sup>144</sup>, e a expectativa de modernização do país era latente. Buscava-se, portanto, a superação da herança colonial, e vislumbrava-se o progresso. A imagem da cidade ganha notoriedade nesse processo por simbolizar através de sua geografia a passagem do tempo. Ouro Preto, com seus casarões do século XIX, ruas de pedras e símbolos coloniais era a figuração do que a República não poderia ser. Dessa maneira era mister para os entusiastas do progresso houvesse essa ruptura com a Imperial Cidade. Além disso, como afirma Berenice Martins Guimarães, com a República instaurada era preciso em Minas um centro político-administrativo que pudesse unificar as elites políticas em seu entorno, evitando o separatismo e a continuidade da influência de outros centros, tais como o Rio de Janeiro e São Paulo<sup>145</sup>. Para João Camilo de Oliveira Tôres:

Minas precisava de uma verdadeira metrópole, impossível em Ouro Preto; os mineiros continuariam saindo de Minas, as figuras mais dotadas largando a província em busca de melhores oportunidades, se não houvesse uma cidade grande que acolhesse os talentos (...) o Rio ou São Paulo ficariam sendo as verdadeiras capitais de Minas, enquanto não houvesse um centro econômico e cultural, social enfim, que comandasse a província<sup>146</sup>.

Para os entusiastas da mudança, a capital mineira deveria partir de um marco zero, ser planejada, simbolizando o início absoluto e sem máculas de um projeto civilizador, que se intentava empreender. Já pra os não-mudancistas, que tinha Diogo de Vasconcellos como um dos grandes porta-vozes, caberia remodelar Ouro Preto, apagar de sua materialidade as marcas que recordassem um passado aviltante, e sustentar o progresso sobre a imagem da tradição que a antiga Vila Rica espelhava<sup>147</sup>.

Vasconcellos defendia que, embora tivesse um caráter expressamente político, manter a sede do governo mineiro em Ouro Preto era fundamental por questões históricas. Como veremos em capítulos posteriores, Ouro Preto se tornava uma

<sup>144</sup> JULIÃO, Letícia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. **História** (São Paulo) v.30, n.1, p.114-147, jan/jun 2011.

<sup>145</sup> GUIMARÃES, Berenice Martins. “Minas Gerais: a construção da nova ordem e a nova Capital”. In: **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 8, nº 2/3, maio/dez, 1993, p. 17.

<sup>146</sup> TORRES, João Camillo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, 1962, p. 12.

<sup>147</sup> NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: A Construção de uma Cidade Histórica, 1881-1933**. (Dissertação de Mestrado em História).Campinas: Unicamp, 2007, p. 37.



sinédoque para Minas. Vasconcellos prefigurava em sua defesa da cidade aquilo que discutirá em sua historiografia. Ouro Preto, para ele, era o modelo que todo o estado de Minas Gerais deveria seguir. Ali era o berço da civilização mineira e onde se promulgava todas as leis. Foi nas ladeiras daquela cidade que os inconfidentes se revoltaram contra a tirania, e por isso a capital deveria ser ali mantida. No entanto, sua luta foi insuficiente.

Vanuza Braga aponta que a mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte não representou uma ruptura novo/velho, moderno/antigo, mas uma recomposição que dava forma a outra dualidade: tradição/futuro. O passado colonial representado por Ouro Preto e pela Inconfidência Mineira não foi abalado, mas foi utilizado como uma hábil solução. De um lado, tinha-se por objetivo neutralizar disputas políticas que enfraqueciam o poder do estado; de outro, conseguiram construir um discurso de consagração de Ouro Preto como *cidade-relíquia*<sup>148</sup>, uma vez que era ali que se havia forjado o sentimento de liberdade e a luta pela independência nacional, assim como onde se havia fundado um conjunto arquitetônico de notável valor artístico<sup>149</sup>.

A saída da Capital de Ouro Preto trouxe para a localidade implicações negativas que impactaram no funcionamento do município, principalmente no âmbito econômico. Como boa parte da população mudou-se da cidade junto com os órgãos oficiais do estado, os que haviam permanecido precisavam encontrar novos caminhos para dinamizar as estruturas da velha cidade. Além de construir uma imagem de cidade como um centro cultural e patrimonial que deveria ser explorado, outras ações entraram em pauta para retirar Ouro Preto do ostracismo econômico que entravam no final do século XIX.

A questão da mudança da capital mineira é um dos principais exemplos de como o antigo e o moderno são articulados no processo de consolidação do regime republicano, e como os vários discursos progressistas são postos em pauta no estado de

---

<sup>148</sup> No final do século XIX e início do século XX houve o que consideramos como momento inaugural da historiografia “profissional” em Minas Gerais. Inúmeras instituições que tinham como meta organizar e escrever o passado mineiro foram criadas nesse momento, tais como o Arquivo Público Mineiro (APM) e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG). Juntamente com esse movimento fortaleceram-se os mitos mineiros que reforçavam as ideias liberais formadoras do republicanismo brasileiro. É desse movimento que a imagem de Tiradentes como o grande herói da nação se estabeleceu, e Ouro Preto tornava-se um lugar de peregrinação civil, um ambiente de expressão da liberdade, tanto mineira quanto nacional.

<sup>149</sup> BRAGA, Vanuza Moreira. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança. o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto** (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2010, p. 30.

Minas Gerais. Republicanos de todas as vertentes e ex-monarquistas tendiam a expor suas ideias com o objetivo similar, o de colocar Minas na vanguarda da nação, mas os argumentos eram colocados de maneira bem opostas. Com isso, foram moldados projetos de identidade, conferindo assim a possível unidade temporal, geográfica, política e cultural mineira. O século XVIII então reassume um papel preponderante em tais formulações, assim como veremos na próxima seção.

65

## 2.2. Um novo paradigma para Minas: o retorno ao século XVIII

De acordo com José Murilo de Carvalho, o Império brasileiro em sua organização política combinava inúmeros elementos importados que serviam de referência. O constitucionalismo inglês, as formas administrativas francesas e portuguesas, e a descentralização provincial anglo-americana eram os principais pontos de referência para a organização do Estado monárquico. Isso, de acordo com o autor, era uma forma de garantir a sobrevivência da unidade política do país, estabelecendo um governo que mantivesse a união das províncias e a ordem social. Carvalho diz que é apenas no final do Império que questões como a formação da nação e a redefinição da cidadania, por exemplo, começam a ser discutidas<sup>150</sup>.

Havia no limiar do regime republicano brasileiro, como propõe Irlen Antônio Gonçalves, uma relação íntima entre as propostas educativas e de instrução com as propostas de constituição de uma nação civilizada<sup>151</sup>, sendo que a garantia da ordem social e da formação técnica da população eram alcançadas via necessidade de educar e instruir o povo. Dessa forma, a agregação do povo à nação se fazia presente, perpassando os discursos de intelectuais, políticos e legisladores, que de certa forma estavam interessados em pensar a educação nos primórdios da república<sup>152</sup>.

---

<sup>150</sup> CARVALHO, José Murilo. **Pontos e Bordados**, p. 90-91.

<sup>151</sup> Minas Gerais no final do século XIX encontrava-se em uma profunda crise econômica e política. Essa situação era materializada, segundo André Coura Rodrigues, no cotidiano das cidades, visível pelas condições de miséria e ignorância da grande parte da população, sobretudo a mais pobre. Essa constatação fortaleceu a certeza de líderes políticos e de intelectuais republicanos da necessidade de desenvolver uma política que transformasse a decadente realidade mineira. Dessa forma, a educação para esses intelectuais passava a ser um meio estratégico para se efetivar essa transformação, um “verdadeiro recurso civilizatório”. Ver: RODRIGUES, André Coura. **Manuais didáticos e conhecimento histórico na Reforma João Pinheiro**. Minas Gerais, 1906-1911. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009, p. 24.

<sup>152</sup> GONÇALVES, Irlen Antônio. Os projetos de educação dos republicanos mineiros. **Pensar a educação, pensar o Brasil - 1822-2022**. s/d, p. 1-2.

No estado de Minas Gerais, assim como em outras partes da nação, o discurso pró-educação efetivava-se no discurso de intelectuais e políticos do início do novo regime. Diogo de Vasconcellos, ao justificar a importância de sua *História Antiga das Minas Gerais*, em uma carta endereçada a Avelino Fernandes, dizia que a intenção de publicar a sua obra não era para obter títulos, mas fazia para o melhor interesse dos estudantes. Mesmo não sendo considerado pelo Conselho Superior da Instrução Pública de Minas como um livro apropriado para o uso em sala de aula, foi aceito para ser publicado pela Imprensa Oficial do Estado por ser, segundo o parecerista Nelson de Senna, uma leitura útil<sup>153</sup>.

66

A história de nossas localidades, recomendada por último às escolas primárias, graças à clarividência de um Ministro, digno deste nome, é a fonte inesgotável de energias morais, necessárias ao despertar da infância, com tanto que seja verdadeira e sincera<sup>154</sup>.

Baseando-se nos trabalhos de Oiliam José e de Tocary Bastos e Thomas Walker, Irlen Gonçalves aponta que antes de 1870 havia em Minas Gerais alguns republicanos isolados. Intelectuais influenciados pelo norte-americanismo e pelos ideais ainda advindos da revolução francesa. Apenas com a chegada do Manifesto Republicano à província é que a campanha republicana começa a ganhar adeptos, assim como o surgimento de simpatia e adesão<sup>155</sup>. Tal como aponta o autor, os fatores que contribuíram para o surgimento da República, em Minas, foi o descontentamento dos católicos com a política imperial, principalmente a partir da *Questão Religiosa*, e de uma legislação sobrecarregada de usurpações dos direitos da Igreja; a divulgação do ideal republicano por via de inúmeros jornais que circulavam em todo o estado; assim como a organização de clubes republicanos locais<sup>156</sup>. Mesmo assim, é a partir de divulgação “boca a boca”, que o ideal republicano é manifestado naquele estado.

Recuperando o que propomos na primeira seção, João Camilo de Oliveira Torres afirma que o novo regime chegou em Minas sem provocar grande alarde. Antonio Olinto dos Santos Pires, político designado pelo Governo Provisório a delegar os

---

<sup>153</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. **Historia Antiga das Minas Geraes**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1904, p. 417-418.

<sup>154</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. “Prefácio”. In: RESENDE E SILVA, Arthur Vieira de. O município de Cataguazes: Esboço Histórico. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Ano XIII - 1908. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1908, p. 646.

<sup>155</sup> GONÇALVES, Op. Cit., p. 3.

<sup>156</sup> Idem.

primeiros atos do governo até a posse do governador Cesário Alvim, em texto de 1927, relatava esse ambiente relativamente tranquilo:

Cheguei ao Palácio às 8 horas da manhã e já encontrei algumas pessoas à minha espera. Entre elas, achavam-se o sr. Barão de Saramenha, chefe liberal prestigioso, proprietário do órgão do partido na imprensa, capitalista e presidente da Câmara Municipal. Comunicou-me ele que havia convocado, para aquele dia, uma sessão extraordinária da Câmara, a fim de me dar posse do governo, como era de praxe; e, bem assim, que convocara a população para dar solenidade àquela sessão, e, depois, aclamarem-me Governador da Província, como facultava o dec. n. 1 do Governo Provisório<sup>157</sup>.

67

Não obstante, afirma Berenice Martins Guimarães, mesmo aparentando um ambiente calmo, tanto em Minas quanto em outras partes do país, a República foi acompanhada de inúmeras tentativas de golpes, conflitos e confrontos entre as elites políticas na disputa pelo poder que se organizava. Dessa forma, no intuito de garantir a ordem interna e a autonomia do estado frente à Federação, desencadeava-se um processo de conciliação política entre as várias facções que, nesse contexto específico, de acordo com a autora, dividiam-se em três grupos: os republicanos históricos, os liberais ou evolucionistas, e os monarquistas, que, em parte, aderiram ao regime quando proclamado<sup>158</sup>.

Os republicanos históricos se concentravam nas regiões cafeeicultoras do estado, Sul e Zona da Mata, e monarquistas e adesistas na região central, na antiga região mineradora. Na montagem da primeira chapa eleitoral para a confecção da Constituição estadual de 1891 foram excluídas as lideranças das regiões cafeeicultoras instaurando, dessa forma, a dissidência<sup>159</sup>, manifestada na realização de congressos e montagem de

<sup>157</sup> PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. **Op. Cit.**, p. 165.

<sup>158</sup> O primeiro grupo, de acordo com a autora, era formado por positivistas não-ortodoxos que tinham feito uma interpretação revolucionária do positivismo. Para esses homens o recurso às armas era a única saída possível para a derrocada do Império. Em Minas, os principais representantes desse grupo eram Antonio Olinto e Lúcio de Mendonça. O segundo grupo também era formado por positivistas não-ortodoxos, mas que adotaram uma postura mais liberal. Absorveram o discurso republicano, no entanto, esvaziaram o sentido revolucionário do discurso, sendo para ele a República algo naturalmente dado, necessário e resultado do progresso da humanidade. Os principais representantes mineiros desse grupo foram: João Pinheiro, Silviano Brandão e Felício dos Santos. Por último, os monarquistas eram contrários à mudança do regime, mas muitos deles aderiram ao regime assim que instaurado, definindo uma política de situação. Cesário Alvim, Afonso Pena e José Pedro Xavier da Veiga são os Principais nomes desse ala. Ver: GUIMARÃES, Berenice Martins. **Op. Cit.**, p. 17-18. Ainda havia os monarquistas que não mantiveram seu discurso imperial, contrário ao novo regime e defensor de um ideário restaurador. Diogo de Vasconcellos pode ser identificado como um dos representantes deste grupo.

<sup>159</sup> Cesário Alvim havia sido indicado para ao governo de Minas pelo marechal Deodoro da Fonseca. A república no estado, como afirma Maria Efigênia Lage de Rezende, iniciava-se sob o comando de um republicano não-histórico, vindo das fileiras liberais. A liderança republicana do estado não participou da decisão da escolha de Alvim. Com isso, instaurou no estado uma tensão entre os republicanos “adesistas” e os “exclusivistas”, compostos pela ala dos republicanos históricos que almejavam todo o poder àqueles

chapas alternativas. A dissidência dos republicanos históricos, diz Cláudia Viscardi, uniu-se a antigos monarquistas e católicos (um dos mais influentes era Diogo de Vasconcellos), descontentes com a laicização do Estado, mas foram derrotados<sup>160</sup>, tal qual pudemos observar na primeira seção deste capítulo.

Viscardi aponta que os anais da Constituinte ilustram as divergências estabelecidas entre os dois grupos, manifestando-se, sobretudo, em dois momentos: o do estabelecimento da autonomia municipal e na mudança da capital do estado. A primeira assumiu uma dupla importância no período: no caráter *econômico*, na medida em que possibilitava a retenção de recursos excedentes de agroexportação cafeeira nos municípios produtores. No caráter *político*, fortalecia-se o poder dos coroneis locais, que tinham por base o município. Já a questão da transferência da capital, a divisão interna do estado se mostrou muito mais nítida. Os políticos da Zona da Mata e do Sul de Minas intencionavam esvaziar seus opositores através da retirada da capital de Ouro Preto. No entanto, foram derrotados na tentativa de transferir a capital para Juiz de Fora, principal centro econômico da Zona da Mata<sup>161</sup>.

Berenice Martins afirma que a primeira tarefa imposta à elite mineira foi a organização de uma ordem na região, que era disputada, então, pelos três blocos. Sobre o assunto, Oliveira Torres diz:

O problema que surgia para aqueles mineiros tranquilos era o seguinte: os primeiros anos da República seriam forçosamente de revoluções e crises. A ordem seria mantida com dificuldade. Ora, quanto mais depressa se organizasse o Estado de Minas Gerais, com seus poderes próprios e funcionando por si e independentemente da influência do governo central, a velha província estaria garantida em meio à conturbação geral. Salvar Minas da desordem e dar-lhes uma boa constituição, eis o problema<sup>162</sup>.

Marcelo Magalhães Godoy propõe que havia na passagem do século XIX para o século XX uma consciência do atraso relativo de Minas Gerais, e de sua suposta condição de subdesenvolvimento. Esta constatação estimulava a construção de planos para a superação dessa condição, articulando políticas que concebesssem e efetivassem

---

que não haviam se convertido de última hora. Oliveira Tórres propõe que mesmo havendo grupos contrários à posse de Alvim, a sua nomeação foi recebida com agrado, e até mesmo com certo entusiasmo, por todo o estado de Minas. Sobre o assunto ver: REZENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação de estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982 e TÔRRES, João Camilo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. v. 3. 3. ed. Belo Horizonte : Lemi; Brasília : INL, 1980.

<sup>160</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, pp. 39-56, 1995, p. 44.

<sup>161</sup> Idem.

<sup>162</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. *Apud*: GUIMARÃES, Berenice Martins. **Op. Cit.**, p. 18.

projetos para o desenvolvimento regional mineiro. De acordo com essa perspectiva, tal consciência é constituída no século XX, pois a primeira década do regime republicano foi a que marcou uma série de conflitos internos das elites mineiras, que não se entendiam como uma entidade regional comum<sup>163</sup>.

Na perspectiva de Bernardo Mata-Machado há em Minas uma intensificação das tradições políticas advindas do século XVIII, que teria como "missão" dar condições de estabelecer os paradigmas necessários para o estabelecimento de certa ordem no estado. A mineração impôs a Minas uma herança barroca, no que tange aos aspectos artísticos, e a produção dos primeiros burocratas, no plano político<sup>164</sup>. John Wirth, por sua vez, estabelece uma noção de "*cultura cívica*" na província ligada diretamente à expansão da atividade mineradora do século XVIII<sup>165</sup>. Para Mata-Machado, considerar a tradição política herdada do tempo da mineração possibilita a compreensão de uma clivagem das elites políticas mineiras, que ele divide em um grupo de políticos "nacionais", e um que detém um poder enraizado na ordem local e regional. Aquilo que o autor denomina de "grupo dos notáveis" concentram-se na esfera federal do poder, advindas de famílias tradicionais<sup>166</sup> mineradoras do Centro do estado. O segundo grupo é dividido em dois: a elite política das regiões cafeeiras, Zona da Mata e Sul de Minas, e o coroneis do sertão<sup>167</sup>.

O retorno ao século XVIII não se limita à ordem de constituição das famílias dirigentes do estado. Por mais que essa lógica seja pertinente para a compreensão da composição administrativa de Minas no estabelecimento da República, a recuperação desse passado setecentista estabelece-se fundamentalmente no âmbito do discurso político-intelectual naquele momento. Imersos a desordem imputada por um futuro incerto, o passado emerge como um sustentáculo da ideia de progresso em Minas no início do século XX.

<sup>163</sup> GODOY, Marcelo Magalhães. **Op. Cit.**, p. 100.

<sup>164</sup> MATA-MACHADO, Bernardo. O poder político em Minas Gerais: estrutura e formação. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, 2 (1), jan/abr 1987, p. 95.

<sup>165</sup> WIRTH, John D. Minas e a nação: um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937. In: FAUSTO, Boris (dir). **O Brasil Republicano**. 2ª Ed. t. 3v. 1: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1977, p. 87.

<sup>166</sup> Cid Rebelo Horta, com o texto considerado como um clássico, *Famílias governamentais de Minas Gerais*, propõe que a política mineira é comandada desde o século XVIII por um grupo reduzido de famílias, e isso se estendia até meados do século XX, pelo menos, e que se revezavam no poder. Através de descendência direta, a liderança passava de pais a filhos, articulados com elos de afinidades através de casamentos, entrelaçando antigas famílias com as outras, definindo uma rede de laços não necessariamente aparentes, por mudanças de nomes, mas a linha de parentesco permanece. Cf: HORTA, Cid Rebelo. *Famílias governamentais de Minas Gerais*. **Análise & Conjuntura**. Belo Horizonte, 1 (2): pp. 11-142, mai/ago, 1986.

<sup>167</sup> MATA-MACHADO, Bernardo. **Op. Cit.**, p. 96.

João Pinheiro Silva, nos estudos desenvolvidos por Guilherme Meirelles Costa, estabelece um discurso de retorno ao século XVIII fazendo referências à Inconfidência Mineira, o grande evento do setecentos, exaltando os feitos dos conjurados, ou inspirando-se constantemente a Constituição dos Estados Unidos. Para Pinheiro e seus correligionários, a ideia de República que se formava entre a intelectualidade republicana mineira advinha dos princípios embrionados na conjuração de 1789.

(...) afora todo o empenho posterior para a criação de uma mística em torno da Conjuração Mineira, esta deixou marcas que influenciaram na formação republicana de João Pinheiro. Partimos da elaboração sobre a existência de uma utopia mineira. Eminentemente personagens da vida política do Estado, nos séculos XIX e XX, ligar-se-iam ao ambiente das Minas do século XVIII e à Inconfidência. Percebemos aí, um caminho fértil de investigação para apreender o sentido do Republicanismo na formação política de João Pinheiro<sup>168</sup>.

Meirelles propõe que houve neste momento uma releitura da Inconfidência mineira, que visava ou combater a Monarquia, ou estabelecer um simbolismo que pudesse instalar no imaginário social como forma legitimadora do novo regime e ajudando a redefinir a identidade coletiva<sup>169</sup>.

João Pinheiro, líder republicano, a 21 de abril de 1890 proferiu um discurso em celebração ao primeiro aniversário, no novo regime, da morte de Tiradentes, que como afirmava Pinheiro era o *protomártir* que lutou e morreu por ela, dando o seu “*sangue generoso*”. Pinheiro argumenta que a Inconfidência além de ser um mito mineiro pode ser também lida como um *topos* que organizava e dava sentido ao passado do estado naquele momento. Essa era uma temática que perpassava qualquer tipo de segmento partidário, pois retornar ao alferes Joaquim José da Silva Xavier e a paisagem de Minas do dezoito como o berço das revoltas contra a tirania era compartilhada por muitos. Além de a Inconfidência ser um tema compartilhado por diferentes segmentos políticos e intelectuais, o significado que o episódio para o contexto de consolidação do regime republicano era igualmente diferente e disputado pelos grupos políticos da época. A República era um fato, restava definir o verdadeiro processo que se desembocava naquele momento.

---

<sup>168</sup> COSTA, Guilherme Meirelles da. **A formação política de João Pinheiro da Silva** (Dissertação de Mestrado em História). Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 90..

<sup>169</sup> *Ibidem*, p. 3.

Então, ficou a tirania vencedora da liberdade e da República, mandando estrangular o generoso filho do povo que o queria emancipar; mas, hoje a República ressurgida e triunfadora pelo concurso de vossos camaradas do exército e da armada, tendo expulso do solo do Brasil os descendentes dos perseguidores de seus filhos, reata o fio das mais puras e gloriosas tradições do passado, conformando-se com os destinos de todos os povos que vivem em terras americanas e sob o céu do Novo Mundo<sup>170</sup>.

No mesmo dia, Diogo de Vasconcellos pronunciava o seu discurso, representando a imprensa mineira, acerca da mesma temática. É possível perceber que os elementos principais são os mesmos, mas o desfecho que o ex-líder monarquista promulga para a constituição da República brasileira é diferente da que estava presente no discurso de João Pinheiro.

O Brasil, na concepção de Vasconcellos, era o espaço e o ar necessário para a expansão europeia. Os antepassados que iniciaram a história do país eram os filhos heroicos do império romano, plantando as crenças e esperanças nas gerações mais novas, a que ele vivia naquele momento. A aproximação do presente com a antiguidade, elemento caro ao pensamento histórico de Vasconcellos, e considerar o país como um herdeiro da Europa era forma de ainda vincular a história da nação brasileira com a portuguesa, elemento combatido por Pinheiro e os republicanos.

Tiradentes era quem desenvolvera as ideias liberais que se espalharam por todos os cantos agitando a mocidade, que estava colhendo os frutos daquelas ideias. Vasconcellos reafirmava a luta contra o despotismo, mas não contra a Europa, e desse embate era construído a liberdade nacional. Tudo isso sobre o altar da velha e amada Ouro Preto. *“Foi aqui que a liberdade, como em segunda Belém, nasceu oculta; e é aqui... sim! É aqui, que se um dia morrer [a liberdade], morrerá ainda às claras, em campo aberto, como seu pai e seu mártir!”*<sup>171</sup>.

A República estava fundada, dizia Diogo de Vasconcellos, formando a definitiva aspiração dos povos da América. Mas como ele mesmo salientava, o novo regime no qual se referia era a Pastoral Coletiva, cristã como a de Tiradentes, cujo símbolo devia ser, segundo ele, o dogma fundamental da ciência religiosa. *“Estamos certos de que faremos a república voltar ao bom caminho. A nação é cristã; e o governo – ou far-se-á*

---

<sup>170</sup> João Pinheiro da. “Ordem do dia à Guarnição da capital de Minas Gerais”. **O Movimento**. Ouro Preto, 21 de abril de 1890. Ano II, n. 71. SIA-APM: Notação: JM-1233186; Filme: 001.

<sup>171</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. "23 de abril de 1890". In: **O Jornal de Minas**. Ouro Preto, 23 de abril de 1890. Ano XIII, n. 88. SIA-APM, Notação: JM-1242531; Filme: 064, p. 1. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=126611>



– à sua imagem – ou então... *As urnas vão decidir!*”<sup>172</sup>. Tentava-se unir aqui tanto o caráter histórico do evento de 1789 e todo o misticismo construído ao redor de Tiradentes, como levar essas questões para o âmbito da política, lembrando que a Pastoral coletiva a qual o editor d’*O Jornal de Minas* se refere é a mesma que servirá de argumento para a proposição da chapa católica naquele mesmo ano.

*O Movimento*, do dia 21 de abril de 1890 dedicou-se mais em comemorar a data do que *O Jornal de Minas*. Nesse dia, o *Jornal* não foi publicado, e no dia seguinte ele só faz uma pequena menção à data, mas não como forma de comemoração; apenas informava que na cidade de Mariana o *Club Cláudio Manoel da Costa* havia feito uma festa em comemoração à participação do poeta, nascido naquela cidade, no movimento da Inconfidência. Apenas no dia 23 é que então o discurso citado de Diogo de Vasconcellos é publicado. Diferente daquele periódico, que com sua publicação do dia 21 é todo dedicado ao evento. Com isso, podemos perceber que a relação d’*O Movimento* com a República se deu de forma muito mais estreita do que *O Jornal de Minas*, o que parece ser justificável frente ao ideal adotado pelos dois periódicos respectivamente. O impacto histórico da Inconfidência e o apelo retórico que vem com ele é fonte inalienável para os republicanos históricos.

O 21 de abril tornava-se a data da glória. Todo o passado republicano e suas lutas tinham o 21 de abril como o momento símbolo de sua vitória. O século XVIII deu início ao processo quase religioso da efetivação daquele ideário. Foi naquele tempo que, segundo A. Maia, foi plantada a “*semente que se fez planta; e a planta cresceu e se fez arbusto; e o arbusto se fez árvore largamente copada abriga-se hoje um povo inteiro, esquecido das antigas lutas, unânime e no patriotismo, a entoar louvores ao glorioso mártir, cujo sangue nos redimiu*”<sup>173</sup>. Maia prossegue seu pequeno texto comparando Tiradentes a Jesus Cristo, e que era preciso curvar-se diante daquele assim como se curvaria ao Cristo bíblico. As metáforas religiosas continuavam com Joaquim Gonçalves Ferreira:

Corramos ao *altar* da liberdade, e nele depositemos também a nossa modesta florinha.

(...)

O pensamento grandioso que se resolvia na mente desse povo era a inspiração que emanara de mais de um coração brasileiro, que o amor da Pátria santificou; era a inspiração sublime que emanara de mais de um

<sup>172</sup> Idem.

<sup>173</sup> MAIA, A. “Vinte e Um de abril”. In: **O Movimento**. Ouro Preto, 21 de abril de 1890. Ano II, n. 71. SIA-APM: Notação: JM-1233186; Filme: 001.

patriotismo, que se *evangelizou* depois no sofrimento e na dor; era a irradiação *divina* que iluminara o espírito de mais de um patriota como os patriarcas de sua liberdade e que a ingratidão escolheu depois para símbolos de atroz martírio<sup>174</sup>.

José Pedro Xavier da Veiga, por sua vez, afirmava que Minas era o lugar onde estavam mais radicadas as tradições nacionais, que podiam vir à tona com a descentralização política. Para o primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro, enquanto vigorou a tirania da metrópole, os mineiros mantiveram uma postura de "Inconfidência" permanente, protestante e conspiradora, que teve em 1789 o momento de mais alta indignação do povo. Dessa forma, diz Cláudia Callari, era claro para Xavier da Veiga a necessidade de Minas recuperar o posto proeminente que ocupava no século XVIII<sup>175</sup>.

Xavier da Veiga é facilmente identificado no grupo dos monarquistas convertidos. Anteriormente à proclamação da República, o político e intelectual era um importante nome ligado ao Partido Conservador Mineiro, proprietário no jornal *A Província de Minas*, denominado órgão oficial do partido. Marisa Ribeiro Silva aponta que durante a publicação de seu periódico, no Império, não há referências de Tiradentes como o grande herói da nação. Para Xavier da Veiga a independência brasileira não se estabeleceu como forma de ruptura, mas foi um processo de continuidade do projeto civilizatório português. Portugal possuía a imagem de mãe-pátria, a origem e o exemplo de civilização que deveria ser seguido. Seu discurso é modificado e adaptado ao contexto republicano, em que ele destacava a ruptura com a metrópole exploradora e despótica, e postulando a Tiradentes um lugar de destaque ao papel de herói republicano<sup>176</sup>. Utiliza-se de seu conhecimento histórico para adaptar um discurso antes monarquista para um adequado à nova ordem.

(...) se o generoso povo mineiro, até então sinceramente monarquista em sua grande maioria, lamentou a 15 de novembro o grande desgosto que acabava de golpear o venerando Pedro II, banido da pátria que ele muito amava e sempre buscou servir devota e honradamente, nem por isso considerou essencial à felicidade do país a da dinastia deposta; e menos acreditou, no seu bom senso conhecido, que o bem-estar e a prosperidade nacional fossem incompatíveis com o regime republicano nascente, que era, afinal, o de todos os povos livres da América e a realização dos planos patrióticos dos heróis

<sup>174</sup> FERREIRA, Joaquim Gonçalves. "É hoje o dia de nossas glórias!". In: **O Movimento**. Ouro Preto, 21 de abril de 1890. Ano II, n. 71. SIA-APM: Notação: JM-1233186; Filme: 001. (*grifos nossos*).

<sup>175</sup> CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 40, 2001, p. 76.

<sup>176</sup> SILVA, Marisa Ribeiro. **História, Memória e Poder**: Xavier da Veiga, o Arconte do Arquivo Público Mineiro. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 112-113.

mártires da Inconfidência Mineira, realização que surgia com sinceras promessas de justiça para todos, de concórdia social geral na família brasileira e de supremo esforço pelo bem público<sup>177</sup>.

Xavier da Veiga foi nomeado pelo governador do estado, Crispim Jacques Bias Fortes, para ocupar o posto de primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro. Para ele, o novo regime rompia com o centralismo e a apatia letárgica que contaminava todos os estados da nação até aquele momento. Dessa forma, emergia a necessidade de cada unidade da federação desenvolver sua autonomia, de organizar de maneira séria e sistemática os seus Arquivos. No Império, os documentos mineiros, segundo Xavier da Veiga, estavam jogados a esmo em arquivos locais, o que dificultava o estudo da história de Minas. O historiador, apontam Bruno Medeiros e Valdeci Araujo, traçava naquele momento os caminhos para uma nova história regional, na qual criava uma mútua dependência entre os estados federativos e as condições para a escrita de suas histórias. De acordo com os autores, na visão de Xavier da Veiga o crescimento do passado aceleraria o processo histórico, desenvolvendo as condições necessárias que possibilitariam a escrita da história local<sup>178</sup>.

O autor das *Efemérides Mineiras* encontrava-se em meio a um ambiente de tolerância política estabelecida entre conservadores e republicanos. Segundo Edilane Carneiro e Marta Neves, essa convivência perdurou no período monárquico e foi decisiva na composição de forças inauguradas na nova ordem republicana. Os monarquistas, tal qual ele mesmo havia sido, atuaram tanto no processo de redefinição dos instrumentos jurídicos do estado, quanto na ocupação de cargos públicos de direção<sup>179</sup>. Dessa maneira, Xavier da Veiga se elege senador constituinte em 1891, foi membro da comissão responsável por emitir o parecer sobre o anteprojeto da primeira constituição republicana mineira, e em 1895 assume a organização e a diretoria do Arquivo Público Mineiro.

Xavier da Veiga e Diogo de Vasconcellos partilhavam certo ideário: a construção do saber histórico passava por um processo de reconhecimento de seu significado e lugar pela elite mineira<sup>180</sup>, um lugar de destaque no discurso político. O

---

<sup>177</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da – **Efemérides Mineiras 1664-1897**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998, p. 980.

<sup>178</sup> MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdeci Lopes de. A história de Minas como história do Brasil. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. XLIII, 2007, p. 30-31.

<sup>179</sup> CARNEIRO, Edilane Maria de Almeida; NEVES, Marta Eloísa Melgaço. “Introdução” In: VEIGA, José Pedro Xavier da. **Op. Cit.**, p. 24.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 26.

passado naquele momento era revelado como um propulsor da nacionalidade, e, mais do que isso, da regionalidade. Iluminar os tempos pretéritos tinha a finalidade de salvaguardar o passado do esquecimento. Em um ambiente de transformações que alteravam a percepção de tempo de seus contemporâneos; conhecer, guardar e escrever sua história dava um sentido político para presente.

A transferência da capital deixou um enorme vazio entre a intelectualidade ouropretana. A modernidade imediata que a República trouxe e que pouco se poderia fazer contra despertou a necessidade de se voltar para o passado e ressaltar aquilo que possibilitou que Minas fosse a cabeça da civilização brasileira. O presente era novo demais para ser explicado a partir dele mesmo. O passado, então, era um elemento que poderia ser mais palpável, e através de sua narrativa era possível dimensionar aquilo que se estava vivendo no final do século XIX. Vemos então reforçada nossa hipótese de que no momento em que os republicanos afirmavam que o projeto iniciado pelos Inconfidentes se concretizava em 15 de novembro de 1889 era uma maneira de se inserir no tempo e fabricar um elo direto e inalienável com a história. O mesmo vale para os ex-monarquistas, que, sob a bandeira do Partido Católico, investia na proposta de deixar o regime republicano o mais próximo possível do monarquista, para que aquela nova realidade política não fugisse do arcabouço de experiência daqueles homens órfãos do Imperador.

Ouro Preto passava a se reinventar como cidade “histórica”. Caion Meneguello Natal propõe que com a consolidação de Belo Horizonte a antiga capital adquiria uma nova concepção de si mesma. A cidade não deveria se impor como uma mutação material, mas deveria trazer as marcas do passado em seu traçado, em sua arquitetura, e nos arriscamos a dizer que no discurso sobre si mesma. O autor afirma que Ouro Preto assumia, através dos signos de sua memória histórica, um tradicionalismo que deveria ser reforçado como peça fundamental na constituição da identidade brasileira e mineira, sobretudo<sup>181</sup>. Tendo isso em mente é possível perceber o valor empregado ao século XVIII como marca do ainda presente de Ouro Preto<sup>182</sup>. As comemorações do bicentenário do município são emblemáticas nesse sentido. Em 1911, entre os dias 7 e 9 de julho, a cidade parou para celebrar a data. Era um momento de reafirmação de valores, exaltação da história local, bem como uma forma de fazer do passado o progenitor do progresso. Durante as festividades foi lançado o livro *Bicentenário de*

<sup>181</sup> NATAL, Caion Meneguello. **Op. Cit.**, p. 81.

<sup>182</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Op. Cit.**, p. 126-127.

*Ouro Preto (1711-1911): Memória Histórica*, em que importantes nomes da intelectualidade mineira da época, como Nelson de Senna, Lúcio José dos Santos, Mario de Lima, Benedito José dos Santos, Cláudio de Lima, Augusto Velloso, Diogo de Vasconcellos, Rodolfo Jacó e Furtado de Menezes elaboraram ensaios sobre a antiga capital com o intuito de endossar a invenção de seu passado. Era um momento de se estabelecer, também, uma conexão histórica entre Ouro Preto e Belo Horizonte<sup>183</sup>. De acordo com Natal:

76

Dessa forma, os fantasmas da transferência da capital, que envolviam Ouro Preto, seriam exorcizados: esta não seria mais uma cidade renegada, inferiorizada, esquecida, mas sim o suporte moral da cidade moderna, a raiz da mineiridade. Desse modo, aliava-se um discurso progressista, em prol de Belo Horizonte e, portanto, da cidade moderna, a um discurso de conservação da tradição, tendo em vista a cidade de Ouro Preto. Passado e futuro eram, então, vistos como a face de uma mesma moeda: enquanto Belo Horizonte representava o espírito empreendedor do mineiro, o desenvolvimento econômico, o progresso científico, Ouro Preto representava a raiz desse progresso, o nascedouro da identidade mineira<sup>184</sup>.

Para homens como Diogo de Vasconcellos, Ouro Preto era o berço de tudo. Foi lá que verdadeiramente nasceu Minas e a partir dali se construir a identidade mineira. Dentro da nação, Minas era uma pequena pátria, berço dos grandes homens que lutaram contra a tirania, e a antiga capital era o centro dessas atividades, onde as leis foram promulgadas, os principais governadores atuaram, e as municipalidades se inspiraram. Ouro Preto era a cidade inabalável pelo tempo, palco das tradições, local em que se encontravam as origens daquela unidade federativa, e por isso o seu valor histórico era tão grande, e tal valor deveria suplantar a acentuada queda do poderio político e econômico que o município enfrentava naquele momento. Essa questão fica bem visível ao nos depararmos com o discurso de Vasconcellos na ocasião do banquete comemorativo dos duzentos anos daquela cidade.

Terra sem Município é feitoria de aventureiros. Município sem eleição, latifúndio de senhorios. Mil vezes, portanto, afortunado foi o dia em que Minas, deixando de ser colônia-fazenda do Rei, transfigurou-se em partição integral do Reino, rasgando, por aí, avante a estrada do porvir e sentindo os primeiros toques de chamada ao exercício da autonomia<sup>185</sup>.

<sup>183</sup> LIMA, Kleverton Teodoro de. “Reconstrução identitária de Ouro Preto após a mudança da capital”. In: **Anais do II Encontro Memorial do ICHS**. Mariana, 2009, p. 9.

<sup>184</sup> NATAL, Caion Meneguello. **Op. Cit.**, p. 102.

<sup>185</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. “Discurso no dia 08 de julho de 1911”. In: DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim (org.). **Ouro Preto: cidade em três séculos; Bicentenário de Ouro Preto: Memória Histórica [1711-1911]**. Ouro Preto: Editora Liberdade, 2011, p. 303.

O cenário que se admirava naquele momento era o passado, que pertencia de forma vivaz à memória e à consciência de todos. E durante aquela festividade eram reunidos dois poderes que, nas palavras de Vasconcellos, eram necessários à ordem: o município e o estado. Ambos traziam consigo a altivez do passado, sendo que o estado era uma espécie de criador das origens de todo o povo que ali habitavam, e o município era o local onde esse estado era posto como um elemento constituinte do fenômeno social<sup>186</sup>. Em grande medida o que estava sendo colocado ali era justamente a conexão entre território, poder e povo. Esses elementos deveriam sempre andar juntos, pois o espaço era um dos constituintes do povo, não havia povo sem um espaço determinado, e o espaço é a própria personificação do povo. Em outros momentos desta dissertação, ao analisarmos as obras de história de Vasconcellos, a fusão entre espaço e população torna-se mais clara, sendo um dos elementos centrais na constituição da chamada civilização mineira por Vasconcellos.

Diogo de Vasconcellos aproveitava o momento para lamentar a perda da capital, que havia se sacrificado para manter o governo lá, bem como invocar o progresso de Minas. O orador afirmava que Ouro Preto era forte na consciência de nunca ter ofuscado as aspirações de seu povo, ou como ele dizia, “*poluindo as insígnias de sua primazia*”, mas via florescer e prosperar o estado – republicano, diferente ao qual serviu -, mas que no passado foi berço de mártires e não recusaria em dar sua própria vida<sup>187</sup>. Não era raro o autor da *História Antiga das Minas Gerais* utilizar esse tipo de argumento. Quando os debates sobre a mudança da capital acalentavam os ânimos na Assembleia Constituinte, Vasconcellos como presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto enviou uma carta ao Congresso argumentando acerca do porque das discussões não terem mais validade naquela altura. E para exaltar os sacrifícios enfrentados pelo município ele dizia:

Esta cidade não quer outra coisa. A sua missão cumpriu-se formando a grande família do povo mineiro. Se, pois, ainda é necessário o seu sacrifício à bem deste povo, do qual foi, é e será sempre a cabeça e o braço, curvar-se-á como a mãe legendária que rasgou os seios da própria vida para sustentar a seus filhos; mas esta dor carece, todavia de ser justificada e a justificação

---

<sup>186</sup> Idem.

<sup>187</sup> Ibidem, p. 304-305.

neste caso é a lei indubitável, a lei enfim que não admita um só defeito: a soberania, portanto, imaculada do povo<sup>188</sup>.

Já no discurso de comemoração do bicentenário ouropretano:

Mãe separada de tantos filhos que amou, longe do esposo, a quem sempre fora fiel, pôde ver se lhe embranquecer a cabeça, diminuir as forças, depauperar o corpo, mas intangíveis conservará o coração e a alma. Sacrificará tudo, resignada, menos a dignidade no infortúnio<sup>189</sup>.

Embora tenha perdido seu “*diadema*”, nem mesmo “*debaixo de ruínas*”, a cidade poderia perder a “*auréola imperecível de sua missão histórica*”. Diogo de Vasconcellos reafirmava o projeto de imputar a Ouro Preto todo o perfil de cidade histórica, imutável e com um lastro eterno com os primórdios da civilização. A maneira de resgatar a importância da cidade e construir em torno dela um discurso de insuperabilidade era adotar o artifício retórico de se igualar às cidades antigas da Europa de outrora. Dessa forma, Ouro Preto como um monumento antigo se tornava clássico, insuperável, o que atenuava o problema da perda de poder, mas não se distanciava de um mundo mais moderno, pois ela também fazia parte dele como elemento sincrônico. “*As cidades antigas, berço das nações, são lastros conservadores que resistem à dissolução, padrões genuínos em que se aferem os caracteres de um povo na inconstância dos tempos*”<sup>190</sup>. Para Vasconcellos, comparar Ouro Preto com as cidades antigas e recuperar o “*laço misterioso das tradições*” era o exemplo de como atingir a liberdade e o progresso da nação. O caminho para isso era conhecer seu próprio passado. Minas chegaria a esse patamar ao compreender Ouro Preto como o lugar máximo para isso.

Deus não há de permitir, mas se, por uma fatalidade que ninguém antecipa, as nações modernas retrocedessem, como a Europa já retrocedeu, à ignorância e à barbárie, Minas, de sua parte, como naqueles tempos, achará, nas suas cidades antigas, os monumentos e ruínas para reaver também os modelos e os pergaminhos pelos quais lhe renasçam as artes e os esplendores da civilização<sup>191</sup>.

---

<sup>188</sup> OURO PRETO. Livro de Registro de Ofícios e Portarias expedidas pela Câmara Municipal. (Correspondência do Dr. Diogo Luís Almeida Pereira de Vasconcelos).1892 a 1893. 251f (Folhas 216 a 251 em branco). Termos de abertura e de encerramento. Microfilme: volume 0213. Caixa 22 L 1.

<sup>189</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. “Discurso no dia 08 de julho de 1911”, p. 305.

<sup>190</sup> Idem.

<sup>191</sup> Idem.

O povo, portanto, para Vasconcellos, não poderia deixar que o despotismo ou as invasões bárbaras desgastassem suas antigas cidades até que encontrassem a morte, permitindo a queda da civilização. Eis que o orador exalta o mineiro, pois estes viviam e sempre viveriam para defender as tradições, para ratificar os ensinamentos da história, e manter acesas as chamas de um passado glorioso que não deveria ser esquecido. Consolidava naquele momento o seu projeto de escrever a história de Minas, que já havia começado anos atrás, e que se empenhava fortemente para a sua expansão.

Tomar o passado colonial como paradigma, em nossa hipótese, não era um retrocesso ou uma visão arcaica do mundo<sup>192</sup>. Diogo de Vasconcellos não se apropriava do século XVIII como espelho de seu tempo, eram realidades diferentes, mas era lícito, para ele, buscar no passado glorioso o fio condutor do progresso. O século XIX, tido pela historiografia como um período conturbado da economia mineira, foi parcialmente ignorado por toda uma cultura política e historiográfica que precisava formar um lastro forte com suas origens. Como mostramos acima, a República era uma nova realidade que ao ser incorporada pela sociedade deveria ter ao mesmo tempo um senso de ruptura com a ordem ultrapassada, mas com um vínculo estreito com a sua própria história. Dessa forma, estabelecer um parentesco com os construtores da *civilização* no século XVIII era um artifício retórico consciente para o projeto que estava sendo posto ali. A escrita da história foi uma ferramenta fundamental para que isso fosse possível. Exploraremos no próximo capítulo como a historiografia mineira do *fim-de-século* se comportou frente a esta problemática.

---

<sup>192</sup> Cf: RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil.**



### 3. A CIVILIZAÇÃO COMO PROJETO: UMA QUESTÃO REGIONALISTA?

#### 3.1. A cultura historiográfica de Diogo de Vasconcellos

Abrimos esta seção recuperando o questionamento clássico de Michel de Certeau que sempre paira sobre os investigadores da escrita da história: “*O que fabrica o historiador quando ‘faz história’?*”<sup>193</sup>. Uma pergunta capciosa, mas pertinente como chave de leitura para a compreensão de projetos escriturários nas mais variadas épocas e sociedades. Mais do que um jogo de influências, a escrita da história é resposta a um ambiente político e intelectual específico, e deve ser interpretado tendo isso como pressuposto. Nesse sentido, transferimos a indagação de Certeau para a nossa pesquisa: O que fabricava Diogo de Vasconcellos quando “fazia história”?

Tal qual insistentemente destacamos no primeiro capítulo desta dissertação, o ambiente político despertado pelo advento republicano direcionou a elite mineira a traçar um projeto sócio-identitário para o seu presente através do resgate do próprio passado, abrindo uma larga disputa sobre o conhecimento dos tempos pretéritos e a forma que isso chegaria à sociedade local da época. Mitos e mitologias foram forjados, *topoi* desenvolvidos e cânones estabelecidos. O conjunto da obra de Diogo de Vasconcellos foi elaborado nesse ambiente de constituição sobre quais caminhos a história de Minas deveria percorrer. Um projeto escriturário que do ponto de vista historiográfico foi inédito em seu tempo, e em alguns aspectos talvez até mesmo insuperável, com um significativo valor estético e analítico.

Acreditamos que Diogo de Vasconcellos em sua obra abriu uma nova forma de se pensar a história de Minas Gerais. O trabalho erudito desenvolvido pelo autor era desde sua época reconhecido como um dos mais aprofundados na prática. Entretanto, seu estilo marca algumas contradições internas que tornam seu texto peculiar em vários aspectos. Verdade e invenção atuam lado a lado em todo o momento de seus escritos, artifício retórico que despertava o desgosto de uns e admiração de outros.

Francisco Iglesias chamou atenção para essa relação entre forma e conteúdo na obra de Vasconcellos, bem como a possível contradição que isso, por ventura, gera em sua narrativa. A escrita da história vasconcelliana é um amálgama de fundamentos empíricos, fontes que não são exploradas devidamente e por estudos anteriores que ele

<sup>193</sup> CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

conheceu. Embora estes sejam muito pouco evidenciados nas *Histórias de Minas Gerais* podemos destacar referências como as de Cláudio Manuel da Costa, José João Teixeira Coelho, André João Antonil, Rocha Pita, Pedro Taques, Frei Gaspar da Madre de Deus, entre outros. Raramente o historiador marianense cita os autores ou as fontes consultadas, que por sua vez são preenchidas por relatos imaginados por ele mesmo. Um dos trechos da *História Antiga das Minas Gerais* em que isso fica evidente refere-se a narrativa sobre a suposta Batalha da Cachoeira entre paulistas e emboabas.

81

(...) Passado, porém, um dia, ouviu-se um grande alarido do lado do sul. Eram os emboabas de Ouro Preto, que desciam, ao mando de Sebastião Carlos Leitão. Os paulistas, acudindo ao novo perigo, enfraqueceram a linha do Jardim, e as hostes do ditador, por ali penetrado, vieram travar a batalha no centro do arraial, cujo recinto se converteu num circo de feras, tal o furor dos combatentes. Pelejou-se peito a peito. Menos hábeis os paulistas em tiros de fogo, excediam em muitos os europeus, se brandiam as armas brancas, os machados e as foices. As armas de tiro, espingardas e flechas pouco espaço achavam na luta, na qual os paulistas, com seus músculos rijos, criados à mercê das intempéries e afeitos às agruras do sertão, nada cediam ao inimigo. Ébrios de sangue, cegos de raiva, despertava-se neles de momento a natureza dos tigres. A ação tornou-se bárbara, medieval, sangrenta e os dois exércitos ter-se-iam exterminado, se uma outra bala não ferisse já muito tarde o ditador (Manuel Nunes Viana), homem afoito e valoroso, mas todo incapaz de reger com calma e boa direção os movimentos de uma grande batalha<sup>194</sup>.

Para Iglésias, esses são traços de um historiador fundamentalmente inserido na tradição romântica, e segundo o autor essa é a maneira mais adequada de ler Diogo de Vasconcellos, ainda hoje.

Esse traço, entre outros, confere à sua construção a característica da historiografia tipicamente romântica. De certo, é no romantismo que se deve enquadrá-lo, com o gosto da evocação do passado, certo culto ou respeito ao vivido, com minúcias descritivas de quem tivesse presenciado a cena, que apresenta como fazem os ficcionistas, chegando a diálogos. (...) Apesar de conter esses traços, ultrapassa o nível de simples cronista, pois o autor sabe captar o essencial e fazer a crítica<sup>195</sup>.

Como produção historiográfica, as *Histórias de Minas Gerais* carregam ainda hoje grandes potencialidades referenciais. Para um estudioso das Minas setecentistas, como já destacamos, os trabalhos de Diogo de Vasconcellos são indispensáveis. Mas até que ponto o autor em seu projeto escriturário superou as tradições memorialísticas de sua época e confeccionou uma narrativa que pode ser caracterizada como original? O

<sup>194</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. *Historia Antiga das Minas Geraes*, p. 230.

<sup>195</sup> IGLESIAS, Francisco. Reedição de Diogo de Vasconcelos. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Vol.1, 4ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974, p. 19.

debate posto aqui, portanto, gira em torno da constituição daquilo que chamaremos agora de culturas historiográficas.

Esta é uma categoria que permite, de forma efetiva, que o investigador do tempo volte seus esforços para um determinado período e construa a partir de elementos discursivos um modelo de análise e compreensão da história da sociedade estudada. No entanto, afirmar categoricamente como um grupo concebe a história em seu tempo é algo falacioso em última instância. Acreditamos ser ainda insuficiente dizer que cultura historiográfica é a forma escriturária de registrar a identidade histórica de uma comunidade, ou talvez dizer que é a forma de registrar o tempo.

Nossa relação com o passado torna-se conflituosa na medida em que nos defrontamos com problemas da ordem temporal e buscamos a qualquer custo explicar nossa situação no mundo a partir de análises densas do pretérito. Ao passo que buscamos orientação no passado, ele parece não ser mais um vetor que tenha condições de fazê-lo. A historiografia em alguma medida aparece como um gênero de escrita que ao longo do tempo pretende realizar tal orientação, com as variações que cada contexto proporciona. Astor Diehl, pesquisador que há anos tem trabalhado com questões voltadas à teoria historiográfica, define cultura historiográfica como a maneira do historiador apresentar o passado, que leva em consideração a representação historiográfica de um determinado contexto<sup>196</sup>.

Substancialmente, a cultura historiográfica nos moldes de Diehl é uma representação teórica do passado, de características socioculturais, instituições e estruturas de pensamento<sup>197</sup>. A cultura historiográfica nesse sentido equivale dizer que é a interseção entre a forma que o passado é utilizado em um determinado tempo e espaço, bem como os métodos de pesquisa e construção discursiva que formam o pensamento histórico<sup>198</sup>. Diehl entende por cultura historiográfica todas as formas de representação do passado, que para ele é muito mais abrangente que a historiografia

---

<sup>196</sup> DIEHL, Astor Antônio. Considerações para uma teoria da cultura historiográfica. **História Revista**, 7 (1/2): 79-116, jan/dez, 2002, p.85.

<sup>197</sup> DIEHL, Astor Antônio. **A Cultura Historiográfica Brasileira**. Do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 11.

<sup>198</sup> NASCIMENTO, George Silva do. Cultura historiográfica e Cultura histórica: conceitos antagônicos ou complementares? In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (orgs.). **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edefop, 2009, p. 3-4.

pura e simplesmente, uma vez que a cultura historiográfica abarca diferentes áreas das ciências humanas<sup>199</sup>, problema em voga atualmente.

O conhecimento histórico é a soma de inúmeros fatores cujo objetivo final é a compreensão das singularidades do homem no tempo, articulando a duração e aquilo que podemos chamar de prova documental<sup>200</sup>. Na ponta de sua pena, o historiador analisa traços da memória, identidade e cultura das sociedades tendo em vista suas especificidades. Assim como não se pode ter uma visão única sobre o pretérito, as formas de registrá-lo também são variadas. Em nossa perspectiva, as disputas políticas e intelectuais pelo passado sobressaem-se frente à questão da teoria sobre o próprio passado. A cultura historiográfica, portanto, em hipótese alguma se mostra estática.

Hoje vivemos um momento em que somos seduzidos pela memória, que vem acompanhada por aquilo que se pode entender como uma monumentalização das formas de relação com o passado. A recordação, a necessidade de sempre nos lembrarmos de tudo é a marca de nossa contemporaneidade. Para Manoel Salgado:

Este imperativo nos leva a compulsão pelo arquivo e pelas tarefas de arquivamento, fazendo-nos esquecer que, se tudo está arquivado, anotado, controlado e vigiado, a história como criação não é mais possível, transformando-se o passado em espelho do próprio arquivo, transmutado em lugar de verdade, reificado e historicizado<sup>201</sup>.

Hans Ulrich Gumbrecht em certa medida tem uma visão semelhante quanto a forma contemporânea de ver o papel da história e da historiografia. Para o autor alemão estamos em um momento em que não é mais possível aprender com a história. Somos fascinados pelo passado, queremos sempre de alguma forma viver o passado, mas ele não tem mais condições de ser um instrumento pedagógico orientador para o presente. Mas na historiografia como disciplina, diz Gumbrecht, ainda se fala na possibilidade de se aprender com esse passado como um fator imprescindível para a legitimação da

<sup>199</sup> DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**. Memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002, p. 206.

<sup>200</sup> PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Como (re)escrever a história do Brasil hoje. **História & Perspectivas**, Uberlândia (40): 151-175, jan.jun. 2009, p. 152.

<sup>201</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 28.

própria disciplina<sup>202</sup>, senão ela não faria mais sentido. Mas no cotidiano isso não é mais tão evidente.

Esta é a cultura historiográfica de nossa contemporaneidade? A simultaneidade histórica e a experiência larga do tempo é a forma hodierna de se lidar com o passado que desmobiliza o aprendizado a partir da “prioridade temporal”. Depois de se aprender com a história nos resta a tentativa de uma experiência direta com ele, e retirar o espelho posto entre ele e o presente<sup>203</sup>.

O projeto escriturário que Manoel Salgado afirmou que em nossa contemporaneidade faliu, isto é, aquele em que se acreditava poder fazer da escrita do passado uma mimese de acontecimentos de outros tempos<sup>204</sup>, ainda podia ser identificado em historiadores como Diogo de Vasconcellos. Talvez seja efetivamente um exagero dizer que a historiografia vasconcelliana pretendia ser uma mimese do passado, mas de certa forma o seu compromisso com a verdade nos faz crer que ao menos queria narrar o passado, parafraseando Ranke, como realmente foi, ou ainda talvez conceber o passado como algo que ainda poderia ser reavivado no presente. Mas os limites dessa verdade são porosos.

A *História Antiga das Minas Gerais* começou a ser escrita, como relata Diogo de Vasconcellos, no ano de 1898. Esse foi o momento em que o autor experimentava um grande vazio político provocado por uma de suas maiores derrotas: a transferência da capital de Minas Gerais, de Ouro Preto para Belo Horizonte, em 1897. Vasconcellos foi um homem que vivia a tradição. Católico fervoroso, monarquista convicto e um dos principais articulistas no Partido Conservador no Império, e do Partido Católico na República, passou grande parte de sua vida em Ouro Preto. Seu pensamento político era baseado na ordem conservadora mineira e, sobretudo da antiga capital. Ouro Preto era símbolo da história e da civilização mineira. Era a partir dali que a identidade do estado se constituía e, portanto, dali que Minas deveria ser governada. Com a saída da capital daquele município o elo político com o passado foi rompido.

---

<sup>202</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Depois de ‘Depois de aprender com a história’. O que fazer com o passado agora?”. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 26.

<sup>203</sup> MOLLO, Helena Miranda. “Formas e dúvidas sobre como aprender com a história: um balanço”. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 19.

<sup>204</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória”, p. 29.

(...) dando a esta comemoração<sup>205</sup> um prestígio sem termo, nem precedentes em outra parte, a multidão inumerável, que, atraída dos mais longínquos lugares, percorre e anima as praças e ruas, visitando os monumentos de arte e os sítios sugestivos do passado, as cerimônias religiosas, os templos abertos, os hinos triunfais, as aclamações entusiásticas, milhares de corações, enfim, radiantes de amor por amor à casa materna em dias natalícios, glórias são que não exaltam somente Ouro Preto, mas toda família mineira, da qual sois o digno e venerado chefe<sup>206/207</sup>.

Despertava na virada do século a necessidade de recolocar a antiga capital em evidência, não mais política, mas cultural. A cidade era um símbolo de um passado arcaico que deveria ser superado. No entanto, a intelectualidade do estado, sobretudo Vasconcellos, buscou construir um discurso sobre o passado ouropretano que pudesse suprimir o suposto arcaísmo do município e transformá-lo em monumento. Isso era possível na medida em que se constituía um discurso de que Ouro Preto, mesmo não gozando da centralidade política, era guardião das tradições e valores mineiros. As marcas do passado deveriam ser estampadas na arquitetura da cidade, sendo assim um atributo fundamental para que Ouro Preto se manifestasse como elemento símbolo da identidade regional<sup>208</sup>. Para além da questão material/arquitetônica, a constituição de uma cultura histórica mineira deveria ser efetuada a partir dali.

Olhar para o passado e encontrar nele os elementos da identidade de um povo era tarefa que o historiador deveria desenvolver de maneira mais íntima, ou seja, a proximidade do autor com o passado narrado conferia à história quase que um sentido autobiográfico. A experiência do autor, o compromisso com a verdade, com a nação e o conhecimento das fontes formavam a relação entre obra e historiador. Não era mais aquele memorialismo que tendia a ser a escrita da história da região a partir da própria história de quem a escrevia, mas as memórias de um passado longínquo tornavam a ser entendidas como peças constitutivas de sua história. Ele não viveu aquilo que era narrado, mas o que foi narrado ainda fazia parte da realidade do autor. O passado ainda estava lá. Na ocasião de uma visita à Capela de Santana, na cidade de Sabará, Vasconcellos relata:

Como quer que fosse, pelo que de mais certo ouvimos, visitamos nesta crença a Capela de Santana. Emoção igual só teríamos quando visitássemos uma necrópole de cidade extinta.

<sup>205</sup> Bicentenário da cidade de Ouro Preto, em 1911.

<sup>206</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. "Discurso no dia 08 de julho de" 1911, p. 303.

<sup>207</sup> Fazendo referência ao presidente do estado de Minas Gerais na época, Júlio Bueno Brandão.

<sup>208</sup> NATAL, Caion Meneguello. Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica. **Urbana** - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. 1, 2006, p. 6.

Pelas inscrições do sino grande, fundido no Sabará em 1751, e pela do Portal gravada em 1747, a Capela não é a mesma da primitiva época; mas as cinzas, que contém, valem toda antiguidade.

(...)

Fazia então a mais bela tarde de março (28 de 1898). Ruas e calçadas inteiras desapareciam ali no matagal enredado: e paredões derrocados sem número jaziam no degredo absoluto das grotas.

O silêncio nos abafava, interrompido apenas pelo soído dos insetos e o tropel dos cavalos. Apeamo-nos no adro, único ponto em que restavam algumas casas fechadas, como túmulos, albergues em que todavia se ocultam os últimos descendentes dos que viram Arthur de Sá, no auge de sua glória, estrear naquele berço o império de Minas!

(...)

Absorvidos em profunda melancolia, ajoelhamo-nos, e fitamos a imagem de Santana. Estava a Santa na idade em que conhecemos nossa avó, a mesma carinhosa expressão, imagem dulcíssima da nossa mais pungitiva saudade. Um clarão mavioso embebia-se do sol ardente no dourado velho do altar, e dava-lhe um tom de divindade, que não se sente nos mármoreos soberbos e nas grandezas materialistas do culto na Candelária.

(...)

Evocamos então a época dos bandeirantes, a primeira tarde do descobrimento. A noite descia impregnada dos aromas acres de aroeiras e alecrins selvagens, e a memória do Borba<sup>209</sup>, ligando as duas eras das esmeraldas e do ouro, como aquele rio que tínhamos ao lado, gemendo e passando, mas sem se extinguir jamais, refletia os fantasmas da história!<sup>210</sup>

A citação é longa, mas elucidativa quanto ao caráter formativo daquilo consideramos ser a cultura histórica de Diogo de Vasconcellos. Embora o passado fosse, para o historiador, algo vivo, que de alguma forma era possível ser contemplado, ele não existia mais. No entanto, era a evocação desse mesmo passado que mantinha as tradições vivas, que fosse capaz de fortificar, se não criar, a identidade do povo mineiro e impulsionar para a civilização. A sua narrativa é envolvente, possui uma grande carga romântica, performática e melancólica. Essa é a marca de sua ligação com a história, expandindo as fronteiras entre memória, erudição, verdade, imaginação e sensibilidade.

Vasconcellos integra um grupo de historiadores classificado por Oíliam José em sua *Historiografia Mineira*, como “historiadores clássicos”. De acordo com o autor, este período se estende de 1870 a 1910. Consiste no momento em que começaram a ser publicadas as primeiras obras de maior densidade analítica. É nessa fase que, segundo Oíliam José, os Arquivos do estado passam a ser melhor organizados e explorados viabilizando a escrita da história regional mineira. Duas instituições destacam-se nesse processo: o Arquivo Público Mineiro (APM) e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG)<sup>211</sup>. Ainda nessa proposição, a escrita da história mais

<sup>209</sup> O Tenente-General Manuel de Borba Gato.

<sup>210</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. *Historia Antiga das Minas Geraes*, p. 182-183.

<sup>211</sup> JOSÉ, Oíliam. *Op. Cit.*, p. 85.

abrangente de Minas só começou a ser produzida quando os pesquisadores passaram a ter acesso aos documentos, que múltiplos e minuciosos ofereciam novos e desconhecidos testemunhos sobre o passado colonial mineiro.

Conheceram-se as fraquezas e virtudes dos Governadores de Minas, vieram à luz traições e misérias de brasileiros que capitularam em face do poderio luso; levantou-se o véu que impedia fossem analisadas as minúcias do volumoso processo instaurado contra Tiradentes e os demais inconfidentes; e vislumbrou-se a coragem moral com que alguns mineiros se opuseram ao arbítrio de governadores sem moral<sup>212</sup>.

87

Mesmo com a instauração de uma historiografia pretensamente mais complexa, havia certa restrição aos autores da época. Em face da rica variedade de documentação os historiadores mineiros, de acordo com José, não souberam ou não puderam aproveitar todos os ricos filões que as fontes confiam, sendo que a dificuldade em interpretá-los à luz da paleografia era um dos principais problemas enfrentados. Os documentos aparecem nos textos sem receber maiores críticas, ser ter a veracidade verificada ou se os relatos possuíam conteúdos falsos<sup>213</sup>. Essa é uma crítica que sempre caiu sobre a historiografia vasconcelliana.

A escrita da história no século XIX e também no início do século XX travou um intenso embate em defesa da construção de identidades nacionais e regionais. A narrativa historiográfica articulada com o desenvolvimento de arquivos, museus e institutos de pesquisa, afirmam Álvaro Antunes e Marco Antonio Silveira, agiam concomitantemente, isto é, suas transformações se davam simultaneamente e influenciavam umas as outras, fazendo-nos supor que a constituições dos mais variados *lugares de memória*<sup>214</sup>, embora diferentes, eram indissociáveis<sup>215</sup>. A profunda mobilização de documentos evidenciava a preocupação dos historiadores da época em estabelecer uma orientação sobre o passado pautado na erudição e na verdade.

A nova historiografia nascente, em Minas Gerais, possuía características, que se não inéditas, tomavam um maior corpo frente à cultura historiográfica tratada aqui. A história erudita seguia, em Minas, dois caminhos que embora aparentemente possam ser diferentes, completavam-se na proposta de registrar o passado mineiro. Por vezes tais

<sup>212</sup> Ibidem, p. 86-87.

<sup>213</sup> Ibidem, 87.

<sup>214</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

<sup>215</sup> ANTUNES, Álvaro de Araújo; SILVEIRA, Marco Antonio. Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais. **Revista Eletrônica Cadernos de História**. Ano II, n.01, março de 2007, p. 2.



propostas, em Vasconcellos, podem ser encontradas ao mesmo tempo. De um lado o documento como expressão da verdade toma um lugar de destaque na narrativa histórica; de outro a emergência da memória como fator relevante para se apreender o passado também é mobilizado ao longo da narrativa. Ou seja, em nossa hipótese, o final do dezenove além de marcar o lugar do possível início da profissionalização<sup>216</sup> da história, não rompe com as formas mais tradicionais de registro do passado. A *História Antiga das Minas Gerais* fica entre a ciência e a memória.

Mas que tipo de cientificidade é possível de se identificar em Diogo de Vasconcellos? Tal resposta é muito menos clara do que se supõe, mas indica muito sobre a cultura historiográfica do autor aqui estudado. O seu apreço e cuidado com a erudição, o zelo pelo arquivo e a busca pela verdade histórica pode colocar Diogo de Vasconcellos no caminho de um possível positivismo. Há uma forte tendência pragmática em sua compreensão da história, bem como uma função pedagógica bem definida, que em sua concepção é um elemento formativo de identidade. Nesse sentido, o regionalismo ressalta como motivador da escrita da história, e esta como um dos caminhos possíveis de constituição moral do indivíduo mineiro.

A história de nossas localidades, recomendada por último às escolas primárias (...) é fonte inesgotável de energias morais, necessárias ao despertar da infância, com tanto eis que seja verdadeira e sincera. (Testis temporum, lux veritatis).

Não há meio de se elevar o nível dos costumes, tão pouco de se restabelecer os das virtudes, como abrir francamente o inquérito do passado, enchê-lo de luz e tirar dele a lição prática de seus acontecimentos.

A história local, que aos espíritos fúteis, poderá parecer mesquinha, tem toda a vantagem que se deseja para que não se conforme o antigo ditado, que Plutarco lembra na vida de Arauto, que – filhos desgraçados fazem o elogio dos pais<sup>217</sup>.

Há no projeto historiográfico de Vasconcellos um programa definido quanto a utilização da narrativa. Para ele, mesmo que a crítica documental fosse fundamental para se apreender os vestígios do passado, ela se compreende fria na medida em que o historiador abdica do recurso da narrativa. Vasconcellos então opta por substituir as

<sup>216</sup> Tomamos aqui a expressão “profissionalização” da história o movimento constituído no dezenove que tinha como premissa a investigação histórica baseada fundamentalmente na crítica documental densa. Acreditamos ainda na impossibilidade de encarar a história, nesses moldes, como uma prática expressamente científica, nem mesmo os historiadores como intelectuais que atuavam exclusivamente com o estudo da história, mas por falta de uma expressão que melhor defina a prática historiográfica naquele momento, em Minas Gerais, utilizaremos a categoria “profissionalização” para melhor localizar o que estamos considerando o grupo de historiadores clássicos sugerido por Oiliam José.

<sup>217</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. “Prefácio”, p. 646.

macronarrativas pelo destaque aos indivíduos e suas ações no tempo e no espaço, pois, “as memórias, as biografias dos homens ilustres, encerram em síntese, alguma coisa mais preciosa que a narração inerte e fria dos tempos e dos acontecimentos”<sup>218</sup>. Isso se evidencia no destaque que o autor dá aos vários e pequenos esboços biográficos dos primeiros desbravadores, famílias fundadoras e homens ilustres de Minas Gerais, em suas *Histórias*.

A partir da experiência dos antepassados poderia se tirar o valor e a utilidade da história para o presente, e ao mesmo tempo se poderia compreender a vivacidade da história e suas manifestações na própria formação do povo. Para ele, o principal serviço instrutivo da história, nesse sentido, não estava na relação entre os fatos, que podemos entender aqui como sendo a narrativa, e a pintura dos caracteres, entendida como a descrição pura. A história mostra-se valorosa, “a mais humana das ciências”, na medida em que através da narrativa se encontre a unidade dos acontecimentos.

Vasconcellos em seu discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, em 1907, expôs seu vasto conhecimento sobre a produção historiográfica e filosófica de seu tempo. Contra determinismos e fatalismos, e em defesa de uma civilização nos trópicos – que discutiremos mais detidamente na próxima seção -, o historiador lança mão de um diálogo crítico com autores como Volney, Vico, Kant, Voltaire, Montesquieu, Thiers, Guizot, Bossuet, Comte, entre outros. Frente a tal questão o seu caráter conservador, tradicionalista e católico ganha espaço, ou se ressalta, fazendo-o rejeitar as diversas doutrinas filosóficas, principalmente o positivismo, e vale-se daquilo que ele chama de “*hermenêutica do cristianismo*” para encontrar uma ordem social, política e religiosa que o racionalismo não conseguiria resolver.

Nestas condições, rejeitando-se todas as doutrinas, inclusive a de Bossuet, que prega um fatalismo da Providência tão igual como o dr. Hegel, confundindo-se ambos não tanto na forma, senão em fundo com as noções panteísticas da velha escola Alexandrina, o remédio parece-me deparado no uso da hermenêutica do cristianismo, buscando-se com ela a solução desejada<sup>219</sup>.

A partir dessa hermenêutica do cristianismo, o autor propõe a constituição de três verdades fundamentais que, então, impõe sentido à história: a verdade religiosa, a verdade filosófica e a verdade política. A verdade filosófica é, para Vasconcellos,

<sup>218</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso de Inauguração do IHGMG, p. 214.

<sup>219</sup> Ibidem, p. 217.

aquela formada pela “tríplice ciência das coisas intelectuais, morais e naturais”, e tem por objetivo lançar a história para um futuro aberto de possibilidades. Ela é naturalmente contrária à verdade religiosa, que se fundamenta no conhecimento de Deus, e tem por objetivo último voltar-se para o passado. Essas duas verdades disputam o domínio da verdade política, detentora da ordem.

(...) e a ordem não é senão a liberdade do direito natural do povo associado à soberania exercida pelo poder público: o que basta dizer, para se compreenderem as tremendas perturbações do mundo, quando a soberania, sacrificando a liberdade, excede a sua competência e entrega-se de corpo e alma, como instrumento de ação espoliativa, aqui a uma, ali á outra daquelas duas rivais, que intentam o império dos espíritos<sup>220</sup>.

90

Neste ponto podemos perceber a ligação entre o projeto historiográfico e o projeto político de Diogo de Vasconcellos. A sua escrita da história mineira tem um claro e forte teor político. A história além de despertar uma função pedagógica de conhecimento sobre o passado deve, ela mesma, contribuir para estabelecer no presente os melhores caminhos que o Estado deveria seguir. Retomando a questão do destaque das biografias de homens ilustres das Minas Gerais feita por Vasconcellos, salta aos olhos a admiração que ele tinha pelos governadores de Minas, responsáveis por instaurar a ordem nas terras alterosas, fundamental para inserir o estado no rol das casas civilizadas.

A chegada do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho às Minas, em 1709, por exemplo, é considerada positiva por Diogo de Vasconcellos, considerando-o uma espécie de herói civilizador que foi capaz de iniciar a centralização administrativa de Minas, e se consolidaria mais tarde no governo do Conde de Assumar.

Antônio de Albuquerque, pacificador das Minas, fundador dos municípios, não fazendo mais, contudo, que amoldar às leis positivas do Reino a República municipal preexistente e já esboçada nas relações do povoado, confirmou, mais uma vez, na história, a experiência que mostra a ilusão dos homens e a sorte das coisas. Sim, o homem põe e Deus dispõe. Não há política segura e perfeita, se não deixa livre a espiral divina do progresso ou se fecha caminho à evolução pacífica e natural das massas<sup>221</sup>.

Além disso, o tema da justiça e administração da colônia também se mostra importante para Vasconcellos como mecanismo para se pensar a ordem política através do conhecimento do passado. Em seu artigo *Linhas geraes da administração colonial*.

<sup>220</sup> Ibidem, p. 218.

<sup>221</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. “Discurso no dia 08 de julho de 1911”, p. 304.

*Como se exercia. O Vice-rei, os Capitães-generaes, os Governadores, os Capitães-móres de Capitánias e os Capitães-móres de Ilhas e Cidade*, apresentado no Primeiro Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ocorrido entre os dias 7 e 16 de setembro de 1914, no Rio de Janeiro, o autor faz um panorama acerca das medidas tomadas por Portugal, nos primeiros anos de colonização, a fim de estabelecer a ordem administrativa do novo território.

Ainda sobre a relação entre os diversos projetos mobilizados por Vasconcellos na passagem do dezenove para o vinte, a questão religiosa aparece, também, como um elemento importante para a compreensão da história. O cristianismo é capaz de separar as três verdades supracitadas direcionando-as cada uma para o espaço que as convêm, estabelecendo a paz e a liberdade sem o prejuízo da providência. Esse é o caminho que leva a humanidade à civilização, pois:

Doutrinas que negam o livre arbítrio, doutrinas que negam o instinto da perfectibilidade, tão falsas como a negação da providência, podem tudo conseguir, menos senhores, a verdadeira filosofia da história, banhada pela luz da experiência.

Pesquisar, portanto, nas páginas descritivas do passado as sínteses, que a Providência extraiu dos acontecimentos, distinguir e conhecer a lição que essas sínteses encerram e autorizam proclamar o triunfo infalível da virtude sobre o vício, do direito sobre a tirania, eis, senhores, portanto, a crítica em sua elevada missão criadora.

É por isso que a história não pode deixar de ser severa, leal e verdadeira. De todos as províncias do saber é a que está em terreno contestado, no dizer Macaulay; é a que é disputada pelos partidos, e sempre no perigo de ser investida pela imaginação apaixonada<sup>222</sup>.

O século XVIII, como marca do tempo, possuía um significativo papel na construção da identidade do povo mineiro. O discurso de civilização e progresso que se constituía após a chegada da República no país tinha, para Minas, sua fundamentação no Setecentos, que se transformou em uma espécie de tempo lendário, depósito da tradição e berço dos heróis. Salvar as ladeiras de pedra, os cantos de Cláudio Manuel e seus penhascos, a arte barroca pelos olhos de Aleijadinho e a luta pela liberdade através dos Inconfidentes não era um movimento que se possa chamar de anacrônico, mas uma sobreposição de dois tempos que não se anulavam.

A cultura historiográfica de Diogo de Vasconcellos constitui-se, portanto, na fusão de elementos políticos e religiosos como plataformas para se compreender o passado e trazê-lo para o presente vigente. O passado estava vivo e era passível de ser

<sup>222</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso de Inauguração do IHGMG, p. 218.

contemplado, mas já não existia mais. A escrita da história contribuía para ordenar esse mesmo passado que não estava completamente resolvido. A entrada na modernidade republicana dependia da ordem temporal no estado projetando, conseqüentemente, à civilização mineira.

Diogo de Vasconcellos naturalmente não inventou, em sua época, um tipo de cultura historiográfica única. Ele partilhava de uma linguagem política e intelectual difundida em todo o território nacional que procurava definir os parâmetros para a escrita da história a partir de particularismos latentes ao regionalismo. A busca pela construção da história do Brasil a partir da história de Minas não era exclusividade daquele estado, nem da produção vasconcelliana. Na passagem do século XIX para o XX havia uma intensa disputa sobre o conhecimento do passado, e Vasconcellos era um dos representantes. A história, para ele, era vista como elemento fundamental para a formação dos valores morais do povo, que compõem a civilização. Ele caracteriza isso via história mineira.

No entanto, como isso se caracterizava em partes do país? Para respondermos a esta questão, antes de analisarmos o conceito de civilização em Diogo de Vasconcellos, é necessário fazer uma rápida digressão e compreender o debate acerca da autonomia da escrita da história regionalista frente à história nacional, na segunda metade do século XIX, ou como a história nacional poderia ser escrita a partir de uma historiografia local/regional e erudita. O papel dos institutos históricos e arquivos foram fundamentais para isso. Dedicaremos a próxima seção para levantarmos tal debate.

### **3.2. Uma voz para as Minas Gerais**

Ao longo dos anos a história da historiografia tem esbarrado em alguns obstáculos acerca do como caracterizar a escrita da história entre as décadas de 1870 e 1930 desvinculando, sobretudo, de uma tradição que associa sempre a operação historiográfica ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como observa Rebeca Gontijo, houve um grande hiato principalmente entre o movimento conhecido como “geração 1870” e a década de 1920, quando o movimento modernista começa a despontar como um importante indicador cultural brasileiro<sup>223</sup>. De acordo com José

---

<sup>223</sup> GONTIJO, Rebeca. Tal história, qual memória? Capistrano de Abreu na História da Historiografia Brasileira. *Projeto História* n° 41. Dezembro de 2010. p. 496.

Murilo de Carvalho houve em nossa tradição historiográfica no século XX duas formas de se estudar a história intelectual do Brasil naquele momento

O primeiro possuía uma longa tradição entre os estudiosos. Pautava-se no pressuposto de exatidão na interpretação do autor estudado. Havia um esforço histórico em situar o autor em seu contexto, ou seja, estudando o autor de maneira isolada o pesquisador conseguiria extrair os dados desejados com maior eficácia. Havia também os que ao invés de estudar os autores de forma individualizada procuravam considerá-los em grupos, caracterizando-os a partir de correntes de pensamentos específicas<sup>224</sup>, muitas vezes até mesmo imóveis. Em grande medida, a autoria de textos e livros era objeto mais profundo de estudos, isto é, a obra era analisada a partir de seu autor. Questões sobre recepção, linguagem e texto eram minimizadas frente a quem escrevia.

O segundo, diz Carvalho, estava muito mais próximo das ciências sociais e menos abrangente por não se preocupar com as histórias gerais das ideias ou em grupos de autores de uma temática. Esse tipo de abordagem inspirava-se na sociologia do conhecimento proveniente de Marx e Mannheim. Segundo José Murilo, nessa forma de análise há um esforço sistemático em interpretar as ideias (socialismo, liberalismo, positivismo, etc.) como ideologias vinculadas a interesses de grupos, classes sociais e até mesmo do estado<sup>225</sup>. Embora a abordagem pautada na sociologia do conhecimento trouxesse contribuições importantes era também limitada. A ênfase que se dava ao autor era transplantada para o contexto, que se definia em termos de modo de produção ou conflitos de classes, sendo o contexto determinante para o pensamento.

Quando nos deparamos esse mesmo recorte tempo (1870-1930) no campo da história regionalista esse problema se torna ainda mais complexo. Os estudos de história da historiografia regionalista é uma subárea de nossa disciplina relativamente recente. Delimitar um espaço que não o nacional por vezes implica em critérios que ressaltam suposto reducionismo analítico, bairrismos ou ignorância em relação a outros contextos singulares. Em nossa perspectiva, desse modo, estudar uma historiografia regionalista não é desprezar a questão nacional, muito menos outros contextos particulares, pelo contrário, eles dialogam e disputam o conhecimento do passado nacional a partir do seu próprio.

---

<sup>224</sup> CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n°1, 2000, p. 123.

<sup>225</sup> *Ibidem*, p. 124.

A partir da década de 1990, a historiografia brasileira tem proposto novas formas de abordagem em relação ao estudo do regional. A história regionalista passa a ser vista não como um particularismo apartado do cenário nacional, mas integra um conjunto de problemáticas que podem ser confrontado sem necessariamente ter sempre o centro como objeto primeiro de estudos, ao passo que não se descola de forma alguma de uma história nacional. As histórias econômica, demográfica, social, etc., são os campos que mais se destacam entre as pesquisas que tem a região como foco<sup>226</sup>. Sandra Jatahy Pesavento ainda destaca que a história de cunho regional aparece na maioria das vezes apoiada em interesses de grupos que ocupavam o poder.

94

(...) pode-se dizer que a história foi sempre um dos campos preferidos de recrutamento dessa categoria de intelectuais defensores do sistema, uma vez que se desincumbe da tarefa de resgatar para a classe dominante um passado que a enobreça, pleno de atos de bravura e honradez, aos quais no presente ela dá continuidade<sup>227</sup>.

O debate acerca do regionalismo apresenta-se, em nossa pesquisa, para levantar outro debate que também possui um espaço ainda reduzido na historiografia contemporânea. Propomos-nos a discutir o papel daquilo que chamaremos de escrita da história regionalista como produtora do conhecimento sobre o passado a partir do ponto de vista de um projeto político mais restrito que não se caracteriza em uma redução. Deste modo, ao nos defrontarmos com a historiografia de Diogo de Vasconcellos, cuja cultura historiográfica pautava-se em resgatar e resolver um passado aberto e projetar os caminhos da civilização, e que era feito sob a ótica mineira de uma “hermenêutica do cristianismo”, o que isso quer realmente dizer?

A historiografia mineira no final do século XIX começou a experimentar novas formas de se relacionar com as transformações do tempo. O estado passava por significativas e rápidas mudanças e a sua história deveria, dessa maneira, acompanhar esse dinamismo. Os estudos históricos baseados na análise sistemática dos documentos mostravam-se, como destacava Augusto de Lima Júnior na década de 1950, um meio “*para melhor servirmos à nossa Pátria*”<sup>228</sup>. Embora ainda se buscasse constituir a história da nação, a região também ganhava um lugar de destaque, e cada vez mais

<sup>226</sup> Cf. AMADO, Janaína. "História e Região: reconhecendo e construindo espaços". In: SILVA, Marcos A. **A República em migalhas: História regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

<sup>227</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. "História regional e transformação social". In: SILVA, Marcos A. **A República em migalhas: História regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 73.

<sup>228</sup> LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Notícias Históricas** (de norte a sul). Rio de Janeiro: Livros de Portugal S. A., 1953, p. 7.

tomando um espaço de autonomia. A memória e a identidade do povo estavam guardadas nas “*atas descritivas do passado*”, e os historiadores deveriam preparar as gerações futuras através da experiência dos antepassados.

Como dos sepulcros silenciosos e tristes, e da terra pávida e aparentemente estéril das necrópoles, enseiva-se a identidade de nossa mente, e avigoram-se nossas ideias e virtudes pela memória feliz de nossos antepassados, a ponto que se diga e com razão, que os mortos governam os vivos, assim também, senhores são dos arquivos empoeirados, dos monumentos carcomidos e atas do passado, que se irradia a continuidade anímica de nossa existência coletiva, iluminada pelos votos e testemunhos tantas vezes dolorosos da velha experiência<sup>229</sup>.

95

Começava, portanto, a fortificar uma cultura historiográfica que buscava estabelecer os parâmetros para se compreender a história de Minas através da compilação de documentos, sobretudo do passado colonial, e transformá-lo em conhecimento pedagógico e discurso político para o novo Estado que surgia pós-proclamação. Em meio a disputas pela hegemonia política, em âmbito nacional, cada unidade federativa lançava mão de seus projetos identitários. A história potencializava-se como um dos vetores que contribuíram para estabelecer as particularidades regionais.

Como ressalta Bruno Franco Medeiros, a nova situação republicana emergente em 1889 trouxe a oportunidade para que as antigas províncias se fortificassem e ampliassem sua autonomia frente ao poder central, característica do federalismo. Mesmo compondo um sistema meta-histórico “nação”, os estados passavam a construir suas histórias através de uma “*modernidade conservadora*”, que subsidiava a formulação de uma identidade que atendessem aos anseios políticos que surgiam no limiar do século XX<sup>230</sup>. Arquivos Públicos e Institutos Históricos surgiram, portanto, com a missão de institucionalizar a memória histórica local e escrever, a partir daquela perspectiva, a história nacional. Esse movimento tem o seu auge justamente no período entre 1870 e 1930, onde se percebe um hiato em relação aos estudos da escrita da história no Brasil.

Em Minas Gerais, a cultura historiográfica que se estabeleceu visava assegurar um lugar privilegiado no cenário político nacional. Reconstruir e rememorar o passado de glória e poder de Minas advindos do século XVIII fazia parte de um projeto que tinha como foco encaixar o estado em um processo de civilização comparável com os

<sup>229</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso de Inauguração do IHGMG, p. 214.

<sup>230</sup> MEDEIROS, Bruno Franco. História, Memória e Identidade no Arquivo Público Mineiro. **Anais do I Encontro Memorial do ICHS**, 2006, p. 1.



povos da antiguidade clássica, e que definiria o caráter do povo mineiro<sup>231</sup>. O Arquivo Público Mineiro foi a primeira grande instituição encarregada de produzir os subsídios para se estabelecer o contato com o passado do estado. Fundado no ano de 1895, é uma instituição oficial, que tinha por característica primeva acumular, ordenar e metodizar os elementos que fazem parte do processo histórico nos limites do estado.

Por tudo isso, o Arquivo Público Mineiro, agora fundado, é instituição que consagra sentimentos e ideia popular. Modesto nas suas proporções aparentes, modesto pelo local e meios de instalação, nem assim deixa de ser importante e precioso sob vários aspectos. Bastará dizer-se que no acervo, ainda não ordenado, dos documentos que contêm, estão não só, em original e impressos, atos constitucionais, legislativos e governativos concernentes ao Estado e as antigas Província e Capitania mas também outros títulos históricos de nossa existência já duas vezes secular, honríssimos padrões que, si recordam gemidos de opressores e soluços de mártires, relembram também, e em maior copia, ações heroicas, cometimentos de patriotismo intemerato, sublimes voos do pensamento iluminado e inolvidáveis revoltas da dignidade humana<sup>232</sup>.

96

A situação federalista abria o grande precedente para que as histórias regionais construíssem a ideia de que a província/estado era o principal representante da história nacional. Embora com o advento republicano a regionalidade passasse a ganhar maior notoriedade, não era um fenômeno exclusivo do final do século. O Rio Grande do Sul e a Bahia, por exemplo, já em meados do dezenove lançavam as suas primeiras instituições com a missão de salvaguardar o passado glorioso da região e projetá-lo como paradigma da civilização nacional.

Na segunda metade do século XIX, a província de São Pedro, hoje Rio Grande do Sul, instaurava a sua versão regional do IHGB. De acordo com Luciana Fernandes Boeira, o tipo de história produzida no Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP) assemelhava-se muito à “matriz” carioca. O modelo que se buscava em instituições como essa era o das academias europeias de letrados, cujo espaço de criação era preenchido por membros eleitos e pertencentes a uma elite intelectual que era, segundo a autora, herdeira de uma tradição iluminista, característica fundamental para se pensar a criação de instituições similares no país<sup>233</sup>.

<sup>231</sup> Idem.

<sup>232</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. Palavras Preliminares. **RAPM**, julho a setembro de 1896, fascículo I, p. III.

<sup>233</sup> BOEIRA, Luciana Fernandes. Quando historiar é inventar a nação. uma reflexão sobre o espaço de atuação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro na construção da ideia de nação brasileira no século XIX. **A MARGem** - Estudos, Uberlândia - MG, ano 1, n. 1, jan./jun. 2008, p. 87.

De acordo com Boeira, o IHGPSP inseria-se no contexto de invenção de uma ideia de Brasil e do homem civilizado brasileiro nos mesmos moldes do europeu, e procurava inserir/ligar a história do Rio Grande do Sul à ideia de nação brasileira, assim como a criação de um sentimento de identidade nacional que pudesse unir todo Império. No entanto, cabe notar que o apelo regionalista é forte na instituição. O rio-grandense era visto como valente e heroico defensor tanto de sua província quanto das fronteiras do Império<sup>234</sup>.

Ainda havia, segundo a autora, uma clara noção de *historia magistra vitae* entre os membros do IHGPSP, que se filiava a noção de história processual. A história, então, possuía a função de corrigir os erros do passado e formulava os exemplos a serem seguidos pelos homens e mulheres do presente. No IHGPSP a narrativa produzida remontava tanto aos fatos colhidos no passado quanto aos do presente. A relação do autor com o espaço onde os fatos eram narrados mostrava-se fundamental para compreender aquilo que era relatado. Viver no mesmo lugar da história narrada traria uma maior experimentação do tempo<sup>235</sup>.

Por fatos históricos, parece claro que o Instituto trabalha com a noção de que estes seriam documentos escritos acerca da história do Rio Grande e que poderiam servir como base para se contar e conhecer a história provincial. A etnografia, a etnologia, a estatística e a geografia física seriam importantes auxiliares para se entender a história do Estado, bem como a geografia política, que seria a ciência incumbida de estudar e entender a atualidade<sup>236</sup>.

No estado da Bahia pode-se notar situação semelhante, mas com algumas particularidades dignas de nota. A primeira experiência baiana de um instituto ocorreu no ano de 1856 com a fundação do Instituto Histórico da Bahia. A instituição nordestina, assim como a sulina, possuía em seu programa uma interseção entre interesses nacionais e regionalistas. A história do Brasil deveria ser contada a partir das particularidades de cada província. O Brasil despontava-se como um país imenso, o que dificultava a escrita de uma história geral. O IHB fora fundado, então, com o propósito

<sup>234</sup> Ibidem, p. 88.

<sup>235</sup> Essa postura assemelhava-se muito à cultura histórica de Diogo de Vasconcellos. Para ele o passado estava vivo, quase possível de ser apalado. Narrar os acontecimentos do passado de onde eles ocorreram era experimentar de forma mais íntima a história. Avistar a paisagem e descrever os fatos relevantes que ali ocorreram ampliava a relação sensível do autor com a história.

<sup>236</sup> BOEIRA, Luciana Fernandes. **Op. Cit.**, p. 89

de registrar a história da Bahia, e assim somar as do restante do Império<sup>237</sup>. Essa primeira experiência encerrou-se no final da década de 1870. Anos depois, em 1894, uma segunda agremiação foi fundada, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB).

O caso baiano é emblemático por se tratar de uma organização que surgiu para tentar resolver através da história do estado o problema do declínio econômico e político que a Bahia passava nos primeiros anos do regime republicano. Como apresenta Rinaldo Leite, o estado notabilizou-se como um dos grandes sustentáculos do regime imperial, *status* que era visto com muito orgulho por seu povo. No entanto, os rearranjos operados após a proclamação o estado passou a perder notoriedade frente às outras unidades da federação, como São Paulo e Minas Gerais<sup>238</sup>. As elites baianas, portanto, reuniram-se em um projeto historiográfico que reivindicava o respeito por suas tradições históricas como reconhecimento do direito de recuperar um lugar de destaque no cenário nacional.

A disputa pela hegemonia nacional era uma característica que pode ser percebida em toda historiografia regionalista até a década de 1930. O IGHB se aproximou da historiografia rio-grandense, mineira e paulista, por exemplo, ao reivindicar para o seu estado os maiores feitos no processo de formação do território nacional, ou o processo de civilização no país a partir de grupos baianos. Enquanto o Rio Grande atribuiu a civilização aos *Farrapos*<sup>239</sup> e os paulistas, corroborados pelos mineiros inicialmente, aos *Bandeirantes*<sup>240</sup>, os baianos se reconheciam como os promotores da grandeza nacional. Rinaldo Leite traz o exemplo do historiador Teodoro Sampaio que questionava a exclusividade paulista em relação às entradas e bandeiras, sugerindo que Salvador, assim como também Recife, foi o ponto de partida para a expansão territorial do Brasil.

---

<sup>237</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. Memória e identidade no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923): Origens da Casa da Bahia e celebração do 2 de julho. **Patrimônio e Memória**; UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, jun. 2011, p. 57.

<sup>238</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>239</sup> Sobre isso ver: LAMB, Nayara Emerick. **História de Farrapos**: biografia, historiografia e cultura histórica no Rio Grande do Sul oitocentista. Rio de Janeiro: UERJ, 2012; e FLORES, Moacyr. **A Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

<sup>240</sup> Sobre isso ver: ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. (Tese de Doutorado em História). São Paulo: USP, 1985; BLAJ, Ilana. **Mentalidade e sociedade**: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial. *Revista de História*, São Paulo, n° 142/143, 2000; e FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870 1940). São Paulo: Editora UNESP, 2002.

Da Bahia, no centro, saíram os conquistadores e povoadores de Sergipe; saíram os descobridores do São Francisco para cima do grande *Sumidouro* (cachoeira de Paulo Afonso); saíram os primeiros povoadores afazendados nos sertões do Piauí. Sertanistas, oriundos da Bahia, deitaram raízes até aos sertões do Ceará para além dos Cariris e da Serra do Araripe; entraram pelos fundos do Maranhão, uma vez transpostos o S. Francisco e o caudaloso Parnaíba; foram, pelos campos dalém do Espigão Mestre, até beberem das águas do médio e baixo Tocantins, cruzando-se com as bandeiras paulistas; foram os batedores dos sertões mineiros no rio Pardo, no Jequitinhonha e no Mucuri; foram ainda como aventureiros, os chamados *mboavas*, para além do Rio das Velhas, disputar e tomar aos paulistas as minas de ouro que estes descobriram.

Foi na Bahia que saíram os conquistadores e principais povoadores do Rio de Janeiro com Mem de Sá.

Foi da Bahia o grosso da população mineira, que lavrou o ouro, quando os paulistas, desenganados, mudaram o rumo das suas impávidas *bandeiras*, buscando Goiás e Mato Grosso<sup>241</sup>.

99

Outro exemplo que trazemos aqui é o maranhense, que se aproxima ao baiano. A historiografia do Maranhão também se manifesta nos fins do dezenove e início do vinte com a missão de atenuar a condição de decadência da região. Alguns periódicos como *A Alvorada* e a *Filomatia* preocupavam-se em fundar “*os alicerces do pedestal do grande edifício de nossa regeneração cultural*”, como dizia Antonio Lobo. Através de instituições como a Academia Maranhense de Letras, Oficina dos Novos e do Instituto Histórico do Maranhão, a elite intelectual do estado traçava os caminhos da história maranhense, e registrava os vultos e fatos notáveis do passado e a conservação de seus monumentos.

Assim como para Diogo de Vasconcellos, em Minas Gerais, que projetava o indivíduo como um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento da história mineira, os membros do instituto maranhense evidenciavam o papel dos grandes nomes da história daquele estado. A *Balaiada*, guerra civil que eclodiu na província do Maranhão entre os anos de 1838 e 1841, aparece também na cultura historiográfica maranhense como um dos vetores da história do estado, assim como para Vasconcellos a *Guerra dos Emboabas* foi um dos definidores da entrada de Minas na civilização. A historiografia mineira, por sua vez, não se constituiu para retirar o estado de um estágio de decadência, mas para lançar as bases para uma nova modernidade e posição de liderança nacional. Embora sectários da *historiografia bandeirante*, os intelectuais mineiros procuravam, tais quais gaúchos e baianos, posicionar Minas na vanguarda nacional. São Paulo trilhava por caminho semelhante.

<sup>241</sup> SAMPAIO, Teodoro. Apud: LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. Op. Cit., p. 64.

Inaugurado em 1894, um ano antes do Arquivo Público Mineiro, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) constituiu-se como um importante espaço para a formulação ideológica das elites paulistas no final do século XIX. Um lugar onde se pretendia projetar a memória do estado e defender as tradições da “civilização bandeirante”. Como apontam Antonio Ferreira e Marcelo Mahl, um dos primeiros pressupostos defendidos pelos membros do instituto paulista foi o de imputar à história uma posição privilegiada frente aos demais saberes. Entendiam o passado como um amplo espaço de homens e ações adormecidos pela distância temporal e esquecimento<sup>242</sup>.

100

As histórias regionalistas na passagem do século XIX para o XX possuíam o claro objetivo, assim como apontamos anteriormente, de recuperar e reabilitar um passado decadente, ou legar à região um espaço de poder. No primeiro número da Revista do IHGSP o instituto deixava claro seu objetivo, ou projeto historiográfico, ao propor que “a história de S. Paulo é a própria história do Brasil”. De acordo com Ferreira e Mahl, havia nesse projeto de se deslindar o passado um anseio de se revelar uma espécie de panegírico da civilização paulista. O instituto de São Paulo valer-se-ia, portanto, dos mesmos meios que seus congêneres para realizar tal operação. O sistemático uso do documento e a patrimonialização do passado registrando-o e corrigindo-o, era o meio para isso.

A necessidade de uma associação que promovesse os meios de estudar tantos documentos com os quais se pode vir a conhecer a origem dos mais importantes feitos dos nossos antepassados, ou esclarecer noções errôneas sobre fatos que merecem ser devidamente conhecidos, era uma destas lacunas que se afigurava difícil de ser preenchido<sup>243</sup>.

Diferente dos outros institutos históricos regionais, o paulista com o intuito então de propagar a “missão paulista” e lançar-se como os principais formadores da cultura brasileira postavam-se como rivais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sediado no Rio de Janeiro. Enquanto outros institutos tinham a agremiação carioca como referência, a paulista preocupava-se em não se filiar aos concorrentes<sup>244</sup>. Para o IHGSP a história nacional deveria ser escrita tendo como perspectiva o exemplo

<sup>242</sup> FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente. Preservação e patrimônio no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1937). **Patrimônio e Memória**; UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, jun. 2011, p. 4.

<sup>243</sup> Ao leitor. **Revista do IHGSP**. São Paulo. v.I, 1895, p. I.

<sup>244</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 126.

dos paulistas. Dever-se-ia buscar no passado fatos e vultos da história de São Paulo que fossem significativos para a constituição de uma historiografia fundamentalmente paulista, mas que englobasse o país como um todo<sup>245</sup>.

Os institutos históricos regionais para firmarem as especificidades históricas dos estados que representavam elegiam os elementos que definiam os laços identitários do presente com o passado. Enquanto o Rio Grande do Sul destacava a história dos *Farrapos* e os mineiros os *Inconfidentes*, os responsáveis por cumprir esse papel em São Paulo foram os *Bandeirantes*. Segundo Lilia Schwarcz, o próprio bandeirantismo se tornou metáfora de uma identidade paulista. Com a pujança política e econômica do estado no final do século XIX caberia, de acordo com a autora, ao IHGSP a tarefa de restabelecer os símbolos de cultura e civilização que ficavam concentrados na corte, por grande influência do IHGB. Na próxima seção verificaremos como a questão da civilização é estabelecida em Minas Gerais através do projeto historiográfico de Diogo de Vasconcellos.

Como pudemos perceber a partir de nossa última citação, o IHGSP, como um grêmio científico, propunha a história como uma importante função pedagógica e definidora dos valores tradicionais dos antepassados instruindo as novas gerações e projetando os caminhos da modernidade. Os fatos deveriam ser conhecidos, as lacunas preenchidas e a geografia definida a partir dos vestígios do passado paulista com o intuito de impor a sua especificidade regional.

Embora ao longo do século XIX houvesse, no Brasil, inúmeras tentativas de se construir institutos históricos, assim como uma historiografia regional, a República potencializou a necessidade dos estudos que tivessem como recorte espacial as unidades federativas, antes províncias. A ampliação do contato do historiador com as fontes documentais gerou uma nova forma de se conceber a possível cientificidade na disciplina histórica e o desejo de recuperar ou tocar o passado. A historiografia local/erudita, apontam Bruno Medeiros e Valdei Araujo, mostrava-se necessária para defrontar o período de grande aceleração na percepção do tempo histórico do final do dezenove<sup>246</sup>. A história reagia a tais transformações que tendiam a romper com as tradições, por isso a grande preocupação desses institutos históricos citados anteriormente em recuperar e registrar as tradições locais.

<sup>245</sup> Ibidem, p. 126-127.

<sup>246</sup> MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Op. Cit.**, p. 29.

O resgate do passado, através do qual acontecimentos, personagens e ideais foram reafirmados, tinha a clara intenção de identificá-los com a nacionalidade, a Pátria. Assim, o culto ao passado traduzia uma preocupação em mostrar que a luta pela liberdade seria a própria essência da história<sup>247</sup>.

No caso mineiro, caro a nossa pesquisa, a ordem republicana sinalizava no estado, segundo Medeiros e Araujo, a preocupação com um novo regime de historicidade. A aceleração do tempo tornou-se mais evidente no momento em que a crise do Império produz uma sensação de atraso e letargia que o projeto republicano procuraria findar<sup>248</sup>. Mais uma vez o caso da transferência da capital do estado torna-se uma referência para compreender a cultura histórica que se estabelecia naquele momento. A capital Ouro Preto era vista no final do século XIX como o símbolo do atraso. Uma cidade suja e desorganizada, geograficamente mal localizada e urbanisticamente mal posta, representava aquilo que Minas moderna não deveria ser. No entanto, a cidade não poderia ser totalmente desprezada. Ouro Preto era também símbolo da tradição, o lugar fundador da identidade mineira. Se politicamente a cidade não era mais o centro do estado, cultural e historicamente poderia ser. Diogo de Vasconcellos, portanto, constitui o seu projeto historiográfico com o intuito de resgatar e eternizar os valores tradicionais que a cidade carregava.

Como já mencionado, o Arquivo Público Mineiro foi fundado com o claro objetivo de salvaguardar e divulgar a memória histórica do estado. O APM principalmente através da figura de seu primeiro diretor, o comendador José Pedro Xavier da Veiga, concentrou-se em reunir uma variada gama de fontes documentais pertinentes para o conhecimento da história e geografia de Minas. A instituição, por sua vez, não tinha apenas a função de servir como um depósito físico da tradição. O APM por meio da publicação de uma revista era lugar privilegiado para a escrita da história mineira<sup>249</sup>. Ensaios sobre a história de Minas e suas sub-regiões, biografias, e apresentação de documentos históricos ou pertinentes à geografia foram nos primeiros anos os principais temas que apareceram na revista<sup>250</sup>.

Nos estudos de Marisa Ribeiro Silva, o Arquivo Público Mineiro é uma instituição que em seus momentos iniciais agregou uma grande quantidade de homens de letras e políticos do estado de Minas, que tinham por “tarefa” contribuir para a

<sup>247</sup> ARNAUT, Luiz Duarte Haele. **Reinado do Direito** (Minas Gerais 1892-1911). (Dissertação de Mestrado em História). São Paulo: USP, 1997, p. 195.

<sup>248</sup> MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Op. Cit.**, p. 29.

<sup>249</sup> CARNEIRO, Edilane Maria de Almeida; NEVES, Marta Eloísa Melgaço. **Op. Cit.**, p. 27-28.

<sup>250</sup> ANTONIO DE PAULA, João. **Op. Cit.**

composição do acervo do Arquivo. Eram, na maioria, representantes diretos do governo republicano do estado ou importantes colaboradores do regime. Isso, como propõe a autora, foi um importante meio para que Xavier da Veiga estabelecesse correspondências e relações políticas dentro e fora de Minas. Facilitado pelo contexto federalista, o diretor do APM mantinha uma grande relação com outras instituições semelhantes de outras partes do país como forma de intercâmbio de publicações e documentos<sup>251</sup>.

Ainda assim, importantes nomes da política e das letras da época, em Minas, não tiveram uma participação oficial na composição do Arquivo, inclusive o ex-correligionário no Partido Conservador e amigo Diogo de Vasconcellos. O autor da *História Antiga das Minas Gerais* mesmo reconhecido como um grande conhecedor do passado mineiro não foi nomeado para ser um dos correspondentes do APM, o que não o impedia de contribuir com a instituição enviando obras raras sobre o período colonial e imperial.

(...) Muito apreciei a Revista e já dela me aproveitei, corrigindo uns erros em que me achava. Não tenho muito que dar ao Arquivo, os papéis que tenho são quase todos de família; e [ ] no melhor em Mariana, onde eu irei remexer a ver se esmerilho coisa de valor. Para que vossa Excia. porém não me averbe de ingratidão a sua benevolência envio-lhe [ ] dois volumes velhos, que supponho, ou são únicos, ou são raríssimos em Ouro Preto. Um é o espelho da época de Portugal, onde podemos colher o que era então o mundo. Outro contém esparsas as informações que habilitam reconstituir-se a idéia da organização do Reino. Por essas relações históricas não me parecem indignas de um lugar no Arquivo.

Sobre o *Áureo Trono*, como [ ] os mais volumes, que terei de enviar a VExcia. a [ ] no Arquivo depende de Excia. mas com uma condição, esta irredutível, e absoluta é que todos sejam oferecidos em *seu próprio nome*, como deles sendo o dono. Este meio é exigido. E verá que assim, sem prejudicar o destino, que a VExcia. agrada, e faz honra em servir, sirvo eu ao que mais tenho em vista: significar a VExcia. o apreço, bem que humildemente reconheça não ser de grande utilidade, à sua pessoa<sup>252</sup>.

Não foi apenas enviando documentos que Diogo de Vasconcellos contribuiu com o APM. Há ainda a publicação de alguns artigos na revista do Arquivo. Três temas distintos, mas que revelam muito o projeto historiográfico vigente em Minas no início do século XX. Temas importantes para a formação da identidade local. Biografia, questões de limites e elogios de cidades foram os temas abordados por Vasconcellos no afã de recuperar e reforçar as tradições mineiras. 1902 foi o ano da publicação de sua

<sup>251</sup> SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória. **RAPM**. Ano 43, nº 1. jan/jun 2007, p. 78-79.

<sup>252</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. *Apud*: SILVA, Marisa Ribeiro. **Op. Cit.**, p. 79.



primeira contribuição. Uma biografia de seu bisavô, o jurista e um dos primeiros memorialistas de Minas Gerais, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos. Em 1911 e publica o texto *Questões de Limites*, onde polemiza com Gentil de Assis Moura, membro do IHGSP, sobre os limites territoriais entre Minas e São Paulo. Em 1912 foi a vez de publicar o discurso em comemoração ao bicentenário de sua cidade natal, Mariana. O último texto de Vasconcellos publicado na revista foi uma republicação da tese apresentada no Primeiro Congresso de História Nacional, promovido pelo IHGB, em 1914, intitulada *Linhas gerais da administração colonial. Como se exercia. O Vice-rei, os Capitães-generais, os Governadores, os Capitães-mores de Capitânicas e os Capitães-mores de Ilhas e Cidades*. A versão da revista do APM foi publicada em 1921. Ainda, em 1908, podemos ainda encontrar o prefácio ao livro *Município de Cataguazes*, de Arthur Vieira de Resende e Silva, onde Diogo de Vasconcellos tece brevíssimo comentário sobre o escrever a história de Minas Gerais.

A segunda instituição responsável por delinear os caminhos da escrita da história mineira foi o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Uma agremiação fundada para ser uma continuadora do trabalho desenvolvido pelo APM viveu sempre à sombra deste. Embora também tivesse uma ampla participação de eminentes políticos e homens de letras da época, a instituição criada sob os auspícios do *Club Floriano Peixoto*, de Belo Horizonte, alinhava-se a outros projetos regionalistas de salvaguardar e divulgar os particularismos da história de Minas e dar voz ao passado. Augusto de Lima na ocasião da fundação do IHGMG disse:

Já era tempo de Minas fundar seu areópago histórico, quando quase todos os outros Estados da União já o fizeram. Não é demais recordar que Minas foi o foco mais intenso da formação da nossa nacionalidade, sendo precursora dos eventos mais notáveis da nossa evolução político-social. As lutas dos emboabas, os motins dos sertões, a erupção formidável de Felipe dos Santos, a tragédia sanguinolenta dos Conjurados, formam outros tantos marcos crescentes do caráter cívico mineiro através da história política. Minas, precursora política, foi também a precursora das reformas sociais, aquecidas pelo sol do cristianismo.<sup>253</sup>

Nesta citação notamos a semelhança do discurso encontrado no instituto baiano, quando seus membros reivindicavam para o estado nordestino o lugar central da nacionalidade brasileira. O instituto mineiro, então, nascia com o objetivo de formar um núcleo intelectual que fosse capaz de discutir o passado do estado. De acordo com

<sup>253</sup> ATA DE REUNIÕES Nº1 DO IHGMG, 1907, f. 1v.

Augusto de Lima, os registros e memórias dos antigos estavam espalhados por inúmeros motivos, o que dificultou que instituição semelhante pudesse ser estabelecida. O IHGMG figuraria, em tese, aquilo que Alceu Amoroso Lima chamou de “voz de Minas”, isto é, o que o estado representava para a construção da nacionalidade.

A *Voz de Minas*<sup>254</sup>, de Alceu Amoroso Lima, é uma das expressões máximas do regionalismo modernista brasileiro, que tentava construir através das características psicológicas o típico mineiro, que era formado por seu conservadorismo, pela hospitalidade, pela manutenção do espírito da família e de todo o folclore que se construiu sobre isso. Além de significar uma peça capaz de unificar simbolicamente os elementos culturais do estado. A ideia de “mineiridade”, por exemplo, também era utilizada como uma das principais formadoras da identidade nacional<sup>255</sup>.

105

(...) Minas é a imagem da tradição e do passado. Ora, nenhum progresso se faz sem respeito aos elementos profundos de nossa personalidade, individual ou coletiva. Minas deve figurar, perante o Brasil, como o espelho de sua consciência. É a raiz. É a âncora. É a conservação do que nos ficou de bom. É a preservação de nossa brasilidade tradicional. Aquele espírito de continuidade tão substancialmente mineiro, é que Minas tem de transformar numa força ativa de preservação. Pois defender o passado, defender as origens, defender a tradição não é, de modo algum, impedir o progresso. É impedir os desvios. É impedir a ruptura. É evitar os saltos no escuro. Minas é a voz do bom senso. É a voz dos nossos antepassados. Minas é o Brasil e sempre e não apenas o Brasil de ontem. É o Brasil da duração. (...) Só pode haver saúde coletiva onde houver obediência ao que Gonzagye de Reynold chamou de “as linhas de força de uma nacionalidade”. Essa fidelidade às raízes é que Minas tem por missão impor ao Brasil<sup>256</sup>.

O IHGMG traz para si a missão de organizar o passado mineiro e construir os mitos fundadores e promotores da identidade do estado. O passado colonial e a pujança

<sup>254</sup> Minas ao longo de sua história construiu sua memória sob bases regionais e entrelaçadas com os “ciclos” que movimentam sua economia desde o século XVIII. Mesmo o estado tendo diversas regiões com as suas vozes próprias, há, para Carvalho, três que se destacam e que se prendem em partes as regiões. Essas são: o ouro, a terra e o ferro: O ouro e a liberdade vinculam-se ao período áureo da história mineira, do momento inaugural da formação do estado, em que a imagem do extrativismo mineral na região abria as portas do Brasil para a civilização ocidental. A terra e a tradição é a mais forte que se estabelece na região. O tradicionalismo mineiro, por mais que incomode muitos, é o que mais se fixou a imagem do estado. A economia da terra ao mesmo tempo em que trouxe grande desenvolvimento para uma parte do território de Minas, acarretou o declínio de outros, instaurando uma grande desigualdade entre as suas sub-regiões. O ferro e o progresso marcam o papel econômico e político de Minas pós-Estado Novo. Ao mesmo tempo em que as marcas do passado fossem importantes para o estabelecimento de um discurso político sólido, é no futuro que Minas encontraria o seu apogeu. CARVALHO, José Murilo de. “Ouro, Terra e Ferro: Vozes de Minas”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

<sup>255</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 196.

<sup>256</sup> LIMA, Alceu Amoroso. **Voz de Minas** (Ensaio de sociologia regional brasileira). São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 120.

econômica da mineração eram os carros-chefes da história local. O passado não poderia ser restaurado, mas poderia atualizar o presente a partir das glórias de outros tempos. Para os fundadores da instituição não havia etapas melhores ou piores umas das outras, mas claramente a história colonial mineira era o momento inicial de formação da civilização brasileira, fazendo parte do processo evolutivo que desaguarda na modernidade republicana. O Instituto para Pedro Lessa:

106

(...) mostra o subsídio inigualável que fornece a História principalmente para a verdadeira apreciação dos fatos econômicos, quando males do presente podem ser evitados ou curados pela ilação de crises semelhantes no passado. Dentro das raias da contingência humana, é possível corrigir situações, que superficialmente se afiguram inauditas e que em verdade reproduzem fenômenos registrados pela História. Para só citar um caso que fere a retina de todo o mineiro; – na quadra colonial, região houve da capitania mineira, em que a opulência diamantina derramou por sobre ela todos os tesouros da civilização, estando o remoto sertão mineiro em contacto imediato com os grandes centros da Europa, com os quais permutava as pedras preciosas por tudo quanto de conforto e de luxo podia dar o progresso da época. Hoje, é de amargura e de desalento a impressão que recolhe quem visita o norte-mineiro, outrora cenário de riquezas que pareciam inesgotáveis e agora uma como que necrópole, que atesta na desolação a precariedade dos cometimentos que infringem as leis econômicas. O fato de ontem se espelha no fenômeno de hoje, na crise do café, a qual é a resultante da ilusão das tentativas de contrariar o processo natural do desenvolvimento econômico<sup>257</sup>.

Diogo de Vasconcellos foi o primeiro orador do instituto, cargo que exerceu até sua morte, em 1927. A atuação de Vasconcellos no IHGMG foi decisiva para o estabelecimento do projeto historiográfico da instituição. Os membros da agremiação projetavam uma história republicana, instrumento importante para a confecção de um projeto político moderno, Vasconcellos como ex-monarquista não necessariamente corroborava tal projeto, mas a linguagem do progresso e civilização era comum a cultura historiográfica mineira no início do século XX. Tradição e modernidade caminhavam juntas no instituto, segundo Vasconcellos, destinado às lições da história de Minas Gerais e de seus direitos para a construção de seu território sagrado.

Consagrado à história de Minas este Instituto, palpitante aspiração do tempo, vem completar entre nós o aparelho de que já se ufana a atividade intelectual do presente. O povo mineiro, que por sua história peculiar caracteriza-se desde seu advento, há dois séculos, diferenciando-se do seu destino, e formando já a maior casa de toda a América, sentia a falta de se lhe erigir a oficina central do pensamento, na qual se cuidam com esmero de fortificar a sua homogeneidade, e de unificar os seus elementos étnicos tradicionais<sup>258</sup>.

<sup>257</sup> ATA DE REUNIÕES Nº1 DO IHGMG, 1907, f. 3-3v.

<sup>258</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso de Inauguração do IHGMG, p. 214.

Com esta digressão foi possível perceber que a cultura historiográfica mineira no final do século XIX alinhava-se a grande parte das histórias regionais da época. Cada uma com suas especificidades procuravam inserir seu estado na história da nação, ou ainda fazer da sua história a da nação. O projeto civilizatório da modernidade, chave para o progresso político então iminente, encontrava-se no resgate e aprimoramento da história local. Diogo de Vasconcellos ao lado do APM e do IHGMG, de maneiras diferentes, foi um dos responsáveis pela elaboração de um modelo de história para Minas.

107

A história de Minas Gerais está ainda por ser feita. Excetuam-se a obra devida aos talentos e a pertinácia de Xavier da Veiga e aquela criada pelo espírito talentoso e beneditino de Diogo de Vasconcellos, e não se deparará ao estudioso desses assuntos senão a leve narrativa de episódios esparsos ou monografias que, embora meritórias, valem apenas como ligeiros lineamentos para as grandes generalizações que o historiador do futuro terá de lançar<sup>259</sup>.

Na próxima seção, a partir da concepção de cultura historiográfica de Diogo de Vasconcellos e dos debates sobre o lugar da história regionalista na constituição da história nacional na passagem do dezenove para o vinte, verificaremos como o conceito de civilização aparece na obra do autor da *História Média de Minas Gerais* e seu papel na formação da historiografia mineira daquele momento.

### 3.3. O conceito de civilização em Diogo de Vasconcellos

As “*verdades fundamentais da história*” – filosófica, religiosa e política – marcam no projeto historiográfico de Diogo de Vasconcellos uma espécie de filosofia da história orientadora. Talvez ainda, muito mais do que simplesmente orientadora, a conceito da história vasconcelliana gira em torno da compreensão do progresso que organiza o caos da história, e que vê no conflito constante os caminhos do progresso baseado no cristianismo e na liberdade. A combinação das três verdades, orientada pela pelos preceitos religiosos, leva a humanidade para a *civilização*. O projeto civilizador é, entre os séculos XVIII e XIX, de acordo com Jean Starobinski, o processo fundamental da história. Ao compreendermos a civilização como o produto final desse

<sup>259</sup> ANDRADA, Antonio Carlos Ribeiro de. A Oração do Sr. Presidente do Estado. **Revista APM**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927, p. 117.

desenvolvimento ela se torna um estado necessariamente antinômico em relação a estágios supostamente anteriores, tais como natureza, selvageria, barbárie, etc<sup>260</sup>.

As concepções do conceito de *civilização* diferenciam-se, segundo Pin der Boer, de seu habitual oposto: *cultura*. Enquanto esta tem sua origem derivada do léxico agrário, aquela possui uma raiz política. Do latim *civis*, é uma tradução do grego *polités*, cujo significado é *cidadão*. No início do século XIV, o termo *civilitas* foi amplamente usado no latim medieval designando uma comunidade política e, também, humanismo/humanidade. Não obstante, o seu significado tinha um valor estático, diferente do conceito moderno de civilização, que pressupunha uma ideia de movimento, de progresso<sup>261</sup>.

O uso do conceito de *civilização* nos primórdios da modernidade passou a ser amplamente utilizado mesmo que o de *civilidade* fosse ainda maior. Como aponta Boer, fisiocratas e outros economistas trabalhavam com a ideia de que a origem e o avanço da civilização estavam ligados à criação e desenvolvimento da produtividade fundiária e do comércio. Adam Smith ainda descrevia, em sua *Riqueza das Nações*, que a invenção da arma de fogo era um passo no progresso da civilização. Em contrapartida, o conceito de civilização continuava significando a valorização do direito moderno e da elevada noção de moral. Civilização sem justiça era algo que não poderia ser concebido<sup>262</sup>.

Ao longo do século XIX o termo civilização transformou-se em palavra de ordem. A Revolução Francesa, por exemplo, lançou os termos liberdade, igualdade e fraternidade, mas não incluíram civilização. Condorcet, que acreditava fortemente na ideia de progresso, defendia que o termo civilização era um conceito básico, central em sua análise do progresso da humanidade. Em grande medida, o conceito de civilização expressa ideia de movimento e dinamismo, a partir de seu surgimento no século XVIII, significando *processo*. Boer ainda aponta que o conceito de civilização adquiriu também uma forte conotação temporal, que o tornou tanto retrospectivo, ou histórico, quanto prospectivo, associado a uma visão de mundo singular empregado ao debate político<sup>263</sup>.

A concepção de civilização, em Diogo de Vasconcellos, em grande medida, segue o princípio de evolução dos homens e das sociedades. Tal qual proposto por Pin der Boer, o conceito de civilização no século XIX era dotado de um valor político forte. Um termo dinâmico cujas mudanças semânticas são as mais diversas. No que tange,

<sup>260</sup> STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 16.

<sup>261</sup> BOER, Pin der. **Op. Cit.**, p. 121-122.

<sup>262</sup> Ibidem, p. 125.

<sup>263</sup> Ibidem, p. 126.

portanto, o dinamismo do conceito, bem como sua carga política, percebemos que no pensamento de Vasconcellos a civilização surge na história com o papel de retirar o homem do primitivismo e da barbárie, inserindo-o em um estágio necessariamente melhor.

Uma das grandes marcas da narrativa de Diogo de Vasconcellos é mostrar a tensão que havia nas Minas durante o processo de formação da capitania nos dois primeiros decênios do século XVIII. A desorganização e a ausência de órgãos que aplicassem de forma efetiva as leis, no território mineiro, propiciava a constituição de um período de barbárie. O indivíduo, como destacamos na primeira seção deste capítulo, é quem assume a ação da história, não as grandes estruturas. A relação entre paulistas e emboabas, das famílias fundadoras, dos governantes e o povo, por exemplo, ilustram tal característica. Os personagens históricos mobilizados por Vasconcellos são os responsáveis absolutos pela construção da história mineira.

O século XIX traz em seu bojo outra característica fundamental para se pensar o conceito de civilização na sociedade brasileira: as letras. O desenvolvimento intelectual estabelecido a partir do conhecimento histórico, filosófico e literário demarcava os caminhos do progresso. A emancipação intelectual era ela mesma constituinte da identidade e direcionava para a civilização. De acordo com Mateus Pereira e Mauro Franco, havia, sobretudo na segunda metade do dezenove, uma luta para conjugar o nacional e o moderno na tentativa de inserir a singularidade brasileira, e para que o Brasil pudesse se ajustar entre os civilizados havia a necessidade de aproximação com a Europa, mas sempre buscando sua autenticidade<sup>264</sup>.

A busca pela cientificidade da história, de atribuir ao método e ao elogio documento na prática historiográfica, fazia com que historiadores como Pedro Lessa e Diogo de Vasconcellos recusassem determinismos, reducionismos e outros caminhos que fechassem o futuro para possibilidades. Os homens como figuras centrais para a construção da história deveriam encabeçar o movimento de constituição da ideia de civilização. No caso vasconcelliano há todo um movimento de caracterizar Minas Gerais como o local onde se primeiro constituiu a ideia de civilização no Brasil. Foi através da organização de seu espaço e da cultura mineradora do século XVIII que se possibilitou, então, que o Brasil integrasse o mundo ocidental. A recusa, por exemplo,

---

<sup>264</sup> PEREIRA, Mateus. H. F. ; FRANCO NETO, M. “Conflito de civilizações ou de mercado editorial? Brasil e Portugal nas páginas da Revista Brasileira (2a. fase: 1879-1881)”. In: **Colóquio Internacional A Circulação Transnacional dos Impressos** - Conexões, 2012, São Paulo, p. 4.

das proposições de Montesquieu acerca do fator climático na formação do indivíduo era fundamental para inserir o povo mineiro no rol dos civilizados<sup>265</sup>. De acordo com o filósofo francês, o clima quente era um fator determinante para a composição de um perfil preguiçoso e de falta de iniciativa por parte dos habitantes de regiões com essas características. Tal princípio é a representação de um intuito rotulador do espaço<sup>266</sup> partindo de um princípio de natureza global que determina e qualifica a força dos povos.

110

Essa área ideal corresponde à Europa e a partes da Ásia, habitada por “povos civilizados”, com vida regrada, doce e tranquila, e difere dos outros tipos climáticos, os climas frios e tórridos, tidos como desvios negativos quanto a um modelo de natureza. No novo mundo, as terras habitadas estariam na zona tórrida, cuja natureza seria menos “ativa” do que a do Antigo Mundo, com animais menos numerosos e de menor porte, devido ao calor e à umidade. Seus habitantes estariam em estado selvagem, com vida dispersa e errante, impedidos de vencer a natureza e se aperfeiçoar<sup>267</sup>.

Diogo de Vasconcellos, por sua vez, levanta o argumento de que o homem é o mesmo em toda parte e o seu “*instinto de perfectibilidade*” é geral. A questão racial e climática não podem ser os únicos elementos determinantes para qualificar o desenvolvimento da civilização. Tanto o movimento de progresso, quanto a própria estagnação de um povo pode ocorrer à revelia de sua condição climática. Povos europeus, dessa forma, tiveram tanta dificuldade em se civilizar quanto outros, africanos e americanos, por exemplo. Vasconcellos então expõe seu contra-argumento em relação às ideias do fator climático proposto por Montesquieu:

O incomparável autor do Espírito das Leis não se lembrou que debaixo do mesmo céu se achava Tebas a poucas milhas de Antenas, não se lembrou que os persas confinavam com as mais brilhantes cidades da Jônia, e nem ainda que os vândalos gerados nos mesmos ares, que os godos abraçaram no chão da Numidia e o professavam, o despotismo muçulmano! Vivesse Montesquieu e veria, repito, no sul da África ou nas ilhas ardentes da Oceania, os Anglos e Saxões tão liberais e zelosos como nos climas da Germânia e da Escandinava; sem falarmos dos países tropicais da América, onde a liberdade se expande mais a vontade que nas terras de seus povoadores<sup>268</sup>.

<sup>265</sup> MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O Espírito das leis**. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

<sup>266</sup> FRANÇA, Luiz Fernando. **Personagens negras na literatura infantil brasileira**: da manutenção à desconstrução do estereótipo (Dissertação de Mestrado). Cuiabá: UFMT, 2006, p. 14-15.

<sup>267</sup> VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 22.

<sup>268</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso de Inauguração do IHGMG, p. 216.

Em nossa hipótese, um dos fatores pelos quais Diogo de Vasconcellos rechaça as teorias deterministas além de buscar caminhos para uma história que pressupunha a noção de progresso era o de inserir os homens das Minas Gerais no rol dos civilizados ou civilizáveis. O caso indígena é um significativo exemplo disso. Partilhar da ideia de que o clima é um fator preponderante na formação do indivíduo e que as regiões quentes tendem a produzir homens de qualidade inferior era excluir automaticamente Minas e o Brasil da categoria de civilizados. Além disso, o homem poderia ser transformado e sair do estágio de bárbaro, por isso o índio, civilizável, não poderia se estagnar nesse quadro.

O processo civilizador no pensamento histórico de Diogo de Vasconcellos é, como já destacado, uma constante relação conflituosa. Essa tensão é na perspectiva do autor necessária para progresso do homem e do mundo em que ele vive. Nesse sentido, há uma positividade do conflito. Vasconcellos compara a relação entre colonizadores e indígenas no Brasil e nos Estados Unidos. Enquanto no norte houve a eliminação “*a ferro e fogo*” dos índios, a preferência sulina pela escravidão foi “*relativamente humana*”. Segundo o autor, para que fosse possível instaurar a ordem civil, vista como necessária para aquilo que ele chama de “*grandeza expansiva do mundo antigo*”, ou seja, a colônia, cativar os povos indígenas foi fundamental para o processo civilizador.

Todos estes fatos (...) dirigem-se a provar que a luta de nossos antepassados com os índios não foi, como se tem dito, uma estúpida carnificina e atroz. Sem embargo das crueldades inúteis, que foram muitas e sem justificativa, o caráter geral foi defensivo<sup>269</sup>.

François Hartog afirma que nos momentos iniciais da modernidade a descoberta do Novo Mundo inaugurou um novo espaço de tensão entre antigos e modernos, ao inserir um elemento até então desconhecido: o indígena. As descrições desses povos, nos primeiros relatos de europeus no Brasil, tendiam a aproximá-los dos antigos. Para Hartog, isso consistia em estratégia adotada no processo de “domesticação” do elemento selvagem, sendo necessário inscrevê-lo em uma teia de referências cômodas e conhecidas<sup>270</sup>. Criava-se então um paralelismo que contribuía para a construção da inédita ideia, na época, de que o afastamento no espaço equivalia ao distanciamento no tempo.

<sup>269</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. **Historia Antiga das Minas Geraes**, p. 74-75.

<sup>270</sup> HARTOG, François. **Os antigos, o passado e presente**. Brasília: UnB, 2003, p. 130



Com efeito, “ver” os selvagens, descrevê-los mediante referências antigas, conduziu, sem que se desse conta disso, a pôr a distância os antigos: a distância que nos separa deles seria medida quase fisicamente, e tornar-se-ia cada vez mais viva a ideia moderna de diferença entre os tempos. Daí em diante, entre os antigos e nós, havia ou acabaria por haver um oceano!<sup>271</sup>

Dessa forma, Vasconcellos utilizava-se desse tipo de artifício, o paralelismo, para aproximar as civilizações antigas da América das civilizações antigas da Europa. De acordo com o autor da *História Média de Minas Gerais*, a organização primitiva de todos os povos da história era a mesma. As tribos de Roma, os *clã* da Escócia, as *keza* helênicas, os *gael* germânicos, as federações antigas, etc., possuíam elementos comuns aos indígenas daqui. Vasconcellos ainda propunha que não era raro de se encontrar em museus europeus testemunhas materiais da antropologia entre os ancestrais dos atuais civilizadores. Dessa maneira, em seu argumento, nenhuma ou pouca diferença existia entre as civilizações, e apenas a distância espacial, como destacado por Hartog, contribuía para a distância temporal, bem como para o desenvolvimento da civilização<sup>272</sup>.

A história de Minas Gerais era, para Vasconcellos, também construída por incertezas e fábulas. A presença dos indígenas marcava a certeza de que as terras mineiras faziam parte de um mundo antigo com parentescos europeus. Mesmo assim, a própria existência dos nativos era motivo de mistério. O autor relata dois mitos que contribuem para fomentar a imaginação acerca do surgimento dos indígenas em Minas Gerais. O primeiro é sobre a suposta passagem do apóstolo São Tomé pelo sul mineiro, e o segundo é sobre as inscrições nas pedras de Lagoa Santa. Vasconcellos argumenta que essas inscrições, assim como outras que podem ser encontradas no Jequitinhonha, eram representações de povos mais avançados do que aqueles que se encontravam em terras brasílicas antes da chegada dos europeus. Para ele, esses germes de civilização mais avançadas não foram capazes de forçar o meio, mostrando-se apenas como lampejos efêmeros de inteligência em meio a uma enorme barbárie primitiva que tomou conta do território.

A massa indígena embrutecida pela própria natureza: e esta natureza também, a mais gigante do mundo, que resistiu a toda tentativa, foram obstáculos que só uma civilização aparelhada em ponto conseguiria debelar. Antes, pois, de

---

<sup>271</sup> Ibidem, p. 131.

<sup>272</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. **Historia Antiga das Minas Geraes**, p. 77.

se ter a Europa preparado, nem se quer deixaria sinais uma iniciação formal e completa<sup>273</sup>.

Além de se preocupar em buscar em algum momento histórico, mesmo mítico, possíveis manifestações de povos mais avançados do que aqueles que povoavam o Brasil do século XVI, Vasconcellos também procurava associar a povoação do território americano com a de outras partes do mundo dito civilizado. O autor afirma que o “*fenômeno humano*” remonta às Minas aos primeiros tempos da era quaternária fazendo, então, a aproximação do povoamento das terras americanas ao aparecimento do Homem ao mesmo tempo do resto do mundo. Estabelece-se, portanto, a íntima ligação entre os antepassados indígenas com outras civilizações do planeta.

O autor reconhecia os esforços das teorias poligenistas em explicar as diversas origens da humanidade. Não obstante, passava longe do crivo dele aceitar que os primeiros habitantes do Brasil pudessem ser classificados como raças inferiores, o que ia de encontro à sua justificativa quanto caráter civilizável dos índios. Com isso, Vasconcellos argumenta que as características naturais mais aceitáveis eram aquelas que remetiam à idade terciária, antes do cataclismo que deu origem ao dilúvio relatado por Moisés, no livro de Genesis. Assim, o homem de *Péringord* afastava-se mais do europeu atual e aproximava-se mais dos índios, fazendo-se crer, segundo Vasconcellos, na “*primogenese do homem americano*”<sup>274</sup>.

Em grande medida, essa concepção vasconcelliana de compreender a singularidade do elemento indígena como possível formador, ou membro em potencial, da civilização nos trópicos, confrontando às teorias deterministas europeias, aproximava-se muito dos interesses de Capistrano de Abreu em caracterizar o brasileiro autêntico, que via na miscigenação o particularismo tropical, que tinha totais condições de se construir uma civilização nas Américas<sup>275</sup>. No entanto, não percebemos em Vasconcellos que a questão da miscigenação fosse importante para a formação da civilização em Minas Gerais.

O elemento negro, por exemplo, tem um papel muito reduzido na obra de Vasconcellos assumindo um lugar muito diferente dado ao indígena. Enquanto os nativos fossem bárbaros e ferozes, mas com possibilidades de serem civilizados, principalmente os *puris* e os *tupis*, o negro era visto de uma forma ainda mais

<sup>273</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>274</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. **Historia Antiga das Minas Geraes**, p. 66.

<sup>275</sup> BARROS, José D'Assunção. Duas fases de Capistrano de Abreu. Notas em torno de uma produção historiográfica. **Projeto História**, nº 41, dezembro de 2010, p. 471-472.

depreciativa. O autor associava os negros à mão-de-obra necessária e à delinquência. Eram também disciplinados e obedientes. Os negros, para Vasconcellos, eram organizados e inteligentes e nem todos “*se tiravam de raças inferiores ou boçais*”, sendo esses que sabiam conspirar e organizar insurreições. Muito diferente daquilo que percebemos na biografia de D. Henriqueta, explorada no primeiro capítulo de nossa dissertação.

Curioso, porém, é a forma que descreve o Quilombo dos Palmares e seu líder Zumbi, na *História Média de Minas Gerais*, publicada originalmente em 1918. A organização do conglomerado e sua forma de governo eram comparadas às sociedades socialistas. Além de o Quilombo ser organizado em forma de comuna, seus membros não eram nem indigentes nem ricos, mas trabalhavam de maneira compulsória sob um severo olhar punidor.

114

Instituiu ele nos Palmares um governo forte e policiado para conter nessa cega obediência os súditos, como convinha em circunstâncias de um estado permanente de sítio. A povoação compunha-se de 20 a 30 mil indivíduos, de várias nações diversos em tudo, mas unido pelo mesmo interesse vivaz e supremo da vida e da liberdade. O terror de voltarem ao cativeiro foi o cimento inviolável da cooperatividade. O chefe, intitulado *Zumbi*<sup>276</sup>, personificava o povo e governava-o militarmente por meio de ministros e oficiais, que mantinham a ordem e castigavam severamente os culpados. A forma socialista consistia no trabalho forçado de homens e mulheres (...). Era, pois, uma comuna perfeita, na qual não havia nem indigentes nem ricos, visto como eram as colheitas recolhidas ao celeiro comum, de onde se distribuía víveres na proporção de cada família. Este regime, que também se praticou entre os incas, faz crer tenha sido o exórdio das repúblicas primitivas<sup>277</sup>.

Diogo de Vasconcellos, no entanto, reconhece a importância do negro como elemento importante para a manutenção da indústria mineradora em Minas, como mão-de-obra forte, bem como no auxílio na descoberta e defesa de populações, mas em sua grande maioria não contribuía de forma positiva para a formação da sociedade mineira<sup>278</sup>, aparecendo na obra do autor marianense com características “*meio-humana e meio-bruta*”. Eram em sua grande maioria “*semibárbaros*”, mas que tinham, entrem os cativos africanos alguns já “*ensaiados em civilidades*”, o que destoava de outros “*boçais*”. Mesmo assim eram perigosos para a ordem nas Minas<sup>279</sup>.

<sup>276</sup> Grifo do autor.

<sup>277</sup> VASCONCELOS, Diogo de. **História Média de Minas Gerais**, p. 24.

<sup>278</sup> ALBERTO, Helena Magela. **Diogo de Vasconcelos e a História de Minas Gerais: uma construção do conceito de nação na Primeira República**. (Monografia de Bacharelado). Mariana: UFOP, 2000, p.39.

<sup>279</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. **Historia Antiga das Minas Geraes**, p. 325-326.

O conceito de civilização possui cargas semânticas das mais variadas. Em alguns momentos definir com precisão o seu significado nos põe a frente de definições que podem ser até mesmo opostas. Como nos mostra Jean Starobinski, o conceito de civilização entre as transformações de seu significado e uso simultâneo de definições diferentes, entre o dezoito e o dezenove, poderia ser entendido como estágios de organização das sociedades humanas, processo de desenvolvimento do homem, estado de cultura e equipamento material, conflito contra a barbárie, definidor do comportamento humano, etc. Era um processo de idealização do indivíduo. Tudo aquilo que não era civilizado, afirma Starobinski, era configurado como um mal absoluto.

115

Tal como circula, essa palavra carrega significações diversas, contraditórias, exige esclarecimentos epítéticos (civilização cristã, ocidental, mecânica, material, industrial etc.). Ora, é evidente que, apesar de sua imprecisão, esse termo designa o meio humano no qual nos movemos, e em que respiramos o ar cotidiano: *in eo movemur et sumus*. Como não ser tentado a aí ver mais claro, elaborando uma teoria da civilização, que fixaria, daí por diante, toda uma filosofia da história<sup>280</sup>.

No século XVIII, por exemplo, o marquês de Mirabeau, um dos primeiros a utilizar o termo, procurou definir civilização atribuindo um valor moral para o termo com o intuito de entender ou distinguir a verdadeira da falsa civilização. Para o filósofo, assim como para Diogo de Vasconcellos, a civilização é a marca constante de conflitos. Guizot, no século XIX, compreendia que a civilização estabelecia-se dialeticamente a relação entre a liberdade e a ordem. Sabemos que Vasconcellos conhecia a obra desses dois pensadores e é possível creditar a eles, em alguma medida, certa influência na constituição do ideal de civilização, em Vasconcellos. Em nossa hipótese, porém, a noção de civilização de Vasconcellos se aproximava ainda mais de uma concepção kantiana do conceito.

Na concepção vasconcelliana de civilização, os elementos que se destacam, que possuem condições de melhor representar o progresso, são aqueles que se valiam da inteligência e do amor às artes para então superar a barbárie e se impulsionar ao largo da progresso. Tarefa difícil, pois significava também vencer, ou ao menos dominar, a natureza<sup>281</sup>. Os bandeirantes paulistas assumem, na historiografia de Vasconcellos, o papel desses desbravadores que levavam a civilização para as Minas. As *origens*

<sup>280</sup> STAROBINSKI, Jean. **Op. Cit.**, p. 54.

<sup>281</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. **Historia Antiga das Minas Geraes**, p. 67.

*históricas de Minas Gerais*, como destacado pelo autor estabeleceu-se quase como uma epopeia, que narrava justamente a luta contra a barbárie.

Essa característica de epopeia que talvez se possa conceder às *Histórias de Minas Gerais*, de Diogo de Vasconcellos pode ser atribuída à influência do poema *Vila Rica*, de Claudio Manuel da Costa, que foi uma das claras bases de sustentação da obra de do orador do Instituto Histórico de Minas Gerais. Não obstante, mesmo Claudio Manuel aparecendo como uma das principais influências em sua obra, como observa Francisco Iglesias, Vasconcellos não deixava de tecer suas críticas ao poeta árcade. Uma das duras críticas ao inconfidente refere-se ao descobrimento do Ribeirão do Carmo, hoje cidade de Mariana.

Era o Dr. Cláudio natural do Fundão, à margem do rio de Miguel Garcia, três léguas cerca de Mariana, e pois não se desculpa a incúria de não investigar por si mesmo, e diretamente, mas memórias que lhe afluíram na própria infância, contemporâneo como foi dos primeiros povoadores<sup>282</sup>.

Essa postura de Diogo de Vasconcellos em relação a Cláudio Manuel nos parece bem interessante quando analisamos a relação entre o autor e sua obra. Vasconcellos cobrava do poeta que, por ser um local – Cláudio Manuel nasceu em Mariana – e ter nascido próximo aos acontecimentos, se ativesse mais às fontes e fizesse uma maior análise crítica quanto aos fatos. Vasconcellos não era um historiador profissional, e é quase impossível apontar, em Minas Gerais no início do século XX, quem o fosse. No entanto, como observa seus comentaristas, ele era um grande conhecedor dos Arquivos disponíveis a ele no momento em que atuava. Quando na *Advertência* aos leitores, da *História Antiga das Minas Gerais*, indica que o livro continha as memórias que “*ele tinha*” sobre o passado colonial das alterosas, o que já dava indícios do tamanho da aproximação dele com a história local. Há quem diga que ainda o autor se valia de uma espécie de “história oral”, recolhendo memórias e narrando-as. Dessa maneira, por mais anacrônico que se possa pensar, a crítica que direcionava a Claudio Manuel encontrava-se entre o que considerava o fazer historiográfico.

Como assinalado anteriormente, a obra de Cláudio Manuel da Costa, e especificamente, os *Fundamentos Históricas* para o poema *Vila Rica* foi para Vasconcellos uma significativa referência. O poema do século XVIII consiste em uma exaltação dos bandeirantes paulistas confrontando, assim, a tradição emboaba. Uma

<sup>282</sup> Ibidem, p. 150.

perspectiva que tinha forte inspiração em Pedro Taques Paes Lemes, da *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, em que legava aos sertanistas um lugar de vanguarda na organização colonial. No que tange ao processo civilizador mineiro baseado no conflito a Guerra dos Emboabas, que marcou o sangrento conflito entre paulistas e forasteiros<sup>283</sup>, deu-se lugar de destaque para os primeiros, que dentro da obra de Vasconcellos aparecem como os principais elementos formadores da civilização mineira.

Para Adriana Romeiro, a descrição feita por Diogo de Vasconcellos acerca da Guerra dos Emboabas é um dos pontos fortes a ser notado na *História Antiga das Minas Gerais*. De acordo com a autora, a análise realizada no livro parte da constatação do estado de isolamento e dispersão dos núcleos populacionais no território mineiro no início do século XVIII. Essa característica, observa Adriana Romeiro, fazia com que esses núcleos fossem dominados por donatários autônomos gerando uma onda de conflitos entre eles resultando até mesmo num sentimento separatista. Diogo de Vasconcellos não considerava esse momento inicial da formação do território mineiro já com a emergência do conceito de pátria, mas era possível através dos particularismos formados pelo distanciamento do poder central que fosse criado um sentimento de nativismo que poderia ser partilhado tanto por paulistas quanto por emboabas<sup>284</sup>.

Mas nem se deve estranhar um tal estado de isolação, se era mesmo do Reino, que lhe provinha o exemplo. Formado de senhorios e conselhos autônomos, cada qual trazendo a sal história particular das vicissitudes da Península, mormente nas regiões em que os árabes deixaram livre todo o governo local, frações entrelaçadas pelo terror e pelo ódio de inimigos externos, o Reino fabricados aos poucos e aos pedaços, cimentou-se pelo interesse comum simbolizado na Coroa, mas nunca deixou de ser uma federação de distritos fundados pela política e nacionalizados pela história.

(...)

Não se tendo, sobretudo, concebido ainda esta ideia abstrata e consolidaria da pátria, que hoje nos congrega acima dos horizontes visuais, e dos sentimentos naturalistas, pouco importa acusar-se a gente paulista daquelas eras por considerar forasteiro, seu quase inimigo (*hostis*) o natural de outras províncias. E assim sendo, posto não tivessem direito, compreende-se a

<sup>283</sup> Segundo Diogo de Vasconcellos: “De duas origens vinham os forasteiros: *reinóis* – os que haviam nascido em Portugal ou nas Ilhas; *baianos* – o que haviam nascido na Bahia ou em outra capitania do norte do Brasil.

Os reinóis, como vinham usando calças compridas, ou polainas, que cobriam o peito dos pés, os paulistas por zombaria os chamavam *Emboabas*, que queria dizer – *pintos calçados*. Os indígenas chamava *Mbuãb* as aves, que tinham penas até os pés.

O *M* do princípio das palavras tinha o som de em ou um, sem fusão das duas letras; de onde saía essa pronúncia, aspirando-se a voz dos lábios para dentro da boca”. VASCONCELLOS, Diogo de. **Historia Antiga das Minas Geraes**, p. 200. (Grifos do autor)

<sup>284</sup> ROMEIRO, Adriana. Guerra dos Emboabas: balanço histórico. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano 45, n.1. Belo Horizonte, 2009, p. 110.

razão, por que os moradores entendiam pertencer-lhes o domínio exclusivo das minas por eles descobertas e povoadas no sertão adstrito aos destinos de sua pátria.

Uma das sensíveis marcas da historiografia brasileira no século XIX, durante o processo de emergência do conceito moderno de história, foi a constante aproximação da história da nação com elementos da antiguidade. O passado cada vez mais deixava de ser fonte de autoridade devendo, portanto, ser compreendido pela sua própria historicidade. Mesmo assim, Rodrigo Turin identifica, por exemplo, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma forte presença dos *antigos* nos textos da revista da instituição. Maria da Glória Oliveira observa que entre os membros do IGHB havia a tendência de aproximação entre a forma de se escrever a história do Brasil, naquele momento, os autores gregos e latinos. A relação que se estabelecia era de estreitamento e não de afastamento temporal<sup>285</sup>. Como observa a autora, a evocação da autoridade canônica servia como fonte de inspiração para o tipo de historiografia que se queria aplicar ali. De acordo com Maria da Glória, os homens do IHGB “autorizados” pelos antigos poderiam compor o seu “livro de Plutarco”, ou seja, marcar através dos exemplos biográficos as finalidades políticas no presente<sup>286</sup>.

Rodrigo Turin salienta que havia ainda nas primeiras décadas do século XIX uma influência determinante do *topos historia magistra vitae* com orientador do pensamento histórico no Brasil, mesmo o topos estando inserido em um constante processo de dissolução. A autoridade do passado, e dos antigos, sobretudo, era reformulada em um ambiente de disputas e indeterminações frente aos possíveis modelos de representação do passado, partindo de novas expectativas desses letrados em inserir o passado na nação brasileira numa ordem temporal singular<sup>287</sup>. Acreditamos ainda que possivelmente essa apropriação se estenda ainda mais ao longo da segunda metade do século, mais como um elemento retórico do que de aproximação temporal.

Reinhart Koselleck ao analisar a constituição da autonomia da história no século XVIII, no contexto alemão, levanta a questão da necessidade, então, de se desvincular o pensamento histórico moderno do antigo, esvaziando cada vez mais o *topos historia magistra vitae*. Houve na modernidade, de acordo com Koselleck, uma necessidade cada vez maior de compreender a história de uma nova forma, não mais aquela que

<sup>285</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história**. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 54.

<sup>286</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>287</sup> TURIN, Rodrigo. Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860). **L'Atelier du Centre de recherches historiques** (em linha), 2011.

tinha a antiguidade como modelo, e que passado, presente e futuro possuíam qualidades diferentes. Ao atribuir autonomia para a história, o passado tornava-se para os olhos do observador um objeto de investigação e não mais como um elemento exemplar<sup>288</sup>.

A *historia magistra vitae* orientou a maneira dos historiadores compreenderem o seu objeto ou sua produção. No entanto, mesmo que ao longo dos séculos manteve sua forma verbal, o seu valor semântico se alterou significativamente. A antiga historiografia por muito desabonou o *topos* como uma fórmula cega, que se limitava aos prefácios das obras. Assim, Koselleck diz que é ainda mais difícil entender a diferença entre o mero emprego do *topos* em um lugar-comum e seu efeito prático<sup>289</sup>. O *topos* além de ser antigo é flexível quanto as suas formulações. Koselleck aponta os casos de Montaigne e Bodin: enquanto o primeiro pretendia demonstrar que as histórias eram capazes de romper com quaisquer generalizações, para o segundo elas ajudavam a encontrar regras gerais. Mas o que era comum em ambos era a ideia de que as histórias eram fontes de exemplo para a vida<sup>290</sup>.

A história, seguindo o *topos*, pode conduzir o homem a um relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e dos posteriores, desde que seus pressupostos sejam semelhantes. A perpetuação do *topos* se mantinha pois as transformações sociais ocorriam de forma bem lenta e a longo prazo, o que fazia com que os exemplos do passado continuassem a ser proveitosos. Guicciardini, segundo Koselleck, opunha-se a ideia de que era possível aprender com a história. Ele considerava o futuro como incerto, eliminando a possibilidade do conteúdo antecipatório da história. Mas nem mesmo a vertente cética articulada ao Iluminismo deu conta de questionar o *topos*, mesmo assim o seu sentido foi se esvaziando<sup>291</sup>.

A modernidade deixa aos poucos de jogar luz ao passado para existir em função ao que estava por vir: o futuro. As novas experiências com o tempo faz com que o *topos* deixe de ser o orientador da história e passa ele mesmo a ter sua história. Quando história ganha uma ordem progressiva em seu desenvolvimento necessariamente o *topos* acaba por perder o seu valor ou seu sentido. O evento único e singular da educação do gênero humano faz com que cada exemplo particular do passado perca força. Passado e futuro jamais coincidem. Os acontecimentos decorridos não podem se repetir. Uma experiência acabada é tão completa quanto passada, e aquela que se realizará no futuro

<sup>288</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Op Cit.**

<sup>289</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>290</sup> Idem.

<sup>291</sup> Ibidem, p. 46-47.



desfaz-se em uma infinidade de diferentes extensões temporais. A partir do momento em que o futuro é reconhecido como imprevisível, o *topos* ganha outra dimensão. O historiador não deve apenas instruir, deve ele também proferir sentenças e juízos<sup>292</sup>.

No dezenove brasileiro a presença dos antigos era muito marcada na forma de epílogos, citações e comparações, indicando, segundo Turin, a familiaridade que os historiadores brasileiros tinham com esses autores de tradição clássica. Isso também pode ser vinculado ao papel da eloquência desempenhada no Império<sup>293</sup>. Para o autor, a constatação da presença do elemento antigo no discurso historiográfico brasileiro acarreta problemas para o entendimento do progresso formativo do conceito moderno de história no país. Como salienta Turin, os deslocamentos semânticos que fazem parte da formação de um regime moderno de historicidade levavam a uma perda da capacidade do passado em dispor lições para o presente<sup>294</sup>.

Ao nos depararmos com a historiografia de Diogo de Vasconcellos, em Minas Gerais, nos primeiros anos do século XX, podemos observar que embora a antiguidade não fosse exatamente um instrumento exemplar era um ponto comparativo extremamente importante e recorrente. A “tradição clássica” ainda estava disponível, ainda mais se admitirmos que um dos projetos historiográficos de Diogo de Vasconcellos era o de fundamentar a civilização mineira e inseri-la no mundo ocidental, e construir esse laço era primordial. Sobre a “tradição clássica”, Jacyntho Lins Brandão propõe:

a transmissão de um imaginário cujo ponto de partida se encontra na cultura greco-romana, imaginário que se apresenta como elemento dinâmico na configuração de diferentes culturas, ou seja, como aquilo em que se investe de modo diversificado até o ponto de poder-se dizer que conforma uma tradição comum porque já não mais de ninguém em particular. Já os estudos clássicos estão diretamente relacionados com a transmissão escolar dessa tradição, domínio em que sempre teve papel fundamental o estudo do grego e do latim<sup>295</sup>.

Diogo de Vasconcellos, desta maneira, vincula os elementos formadores de Minas Gerais a outros oriundos da tradição clássica. Acreditamos que este artifício além

<sup>292</sup> Ibidem, p. 53-56.

<sup>293</sup> TURIN, Rodrigo. Entre 'antigos' e 'selvagens'. notas sobre os usos da comparação no IHGB. Revista de História - edição especial (2010), p. 132. Sobre essa questão ver também: CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, nº1, 2000, pp. 123-152; SOUZA, Roberto Acízelo de. **O império da eloquência**. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

<sup>294</sup> Idem.

<sup>295</sup> BRANDÃO, Jacyntho Lins. *Apud*. JOLY, Fábio Duarte. Antiguidade europeia e modernidade latino-americana: a Tradição Clássica como matriz de identidades. **Praesentia** (Mérida), v. 10, 2009, p. 1.

de ser comum, aparece na obra do autor mineiro de forma deliberada e bem conduzida, isto é, as escolhas retóricas de Vasconcellos encaixavam de maneira harmônica naquilo que ele pretende argumentar. Tal artifício não é usado em qualquer ocasião, mas quando a comparação torna-se, ela mesma, o argumento. Retomando a discussão sobre os paulistas e o povoamento de Minas Gerais.

As Minas, como a Cólquida, tiveram o seu velocino de ouro defendido pelo dragão, que não dormia, e por touros, que vomitavam chamas. Os bandeirantes paulistas foram nossos argonautas. Depois, como a Lícia, viram-se elas devastadas também por uma quimera, que tudo destruía<sup>296</sup>.

121

Embora os paulistas fossem, então na perspectiva de Vasconcellos, os responsáveis por trazer para as Minas o caminho da civilização, o autor não deixava de destacar a aclamação de Manuel Nunes Viana como ditador emboaba, considerando sua sagração necessária no momento de crise que se instaurava naquele momento, “*que deu ao exórdio das Minas o prisma dos impérios romanescos*”, ou ainda concordando com Cláudio Manuel da Costa quando este compara Manuel Nunes a César.

O grande César, cuja fama voa,  
De sua própria pátria a fé quebranta.  
A dura espada toma.  
Aperta-lhe a garganta.  
Dá senhores a Roma.  
Consegue ser herói por um delito,  
Se acaso não vencesse então seria,  
Um vil traidor proscrito<sup>297</sup>.

O exemplo dos antigos também aparece na obra de Vasconcellos como parâmetro de como se escrever a história:

Já não escrevemos, como Heródoto, para as récitas ao ar livre dos jogos das Panateneias; pois a história não é mais a encenação emotiva do maravilhoso tendente ao furor patriótico de nossos ouvintes. Desde Tucídides, nosso primeiro mestre, só a verdade dos fatos educa<sup>298</sup>.

Ou ainda sobre o papel do historiador:

Não houvesse historiadores, quem hoje tiraria do limbo dos tempos a lição inesgotável, que se colhe, de Salamina e de Plateia; ou do estupendo

<sup>296</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. **Historia Antiga das Minas Geraes**, p. 364.

<sup>297</sup> COSTA, Cláudio Manuel. *Apud*. VASCONCELLOS, Diogo de. *Ibidem*, p. 225.

<sup>298</sup> *Ibidem*, p. 364.

sacrifício das Termopilas? Não é porventura daí que nos vem a certeza do que vale um punhado de patriotas contra milhares de mercenários e servos? E não é também dessas tragédias heróicas que aprendemos a preferir a liberdade com todos os seus defeitos ao despotismo com toda a sua perfeição?

Tito Lívio, senhores, justifica-nos a grandeza, e Tácito a decadência dos Romanos;<sup>299</sup>

Por fim, não podemos deixar de caracterizar o papel da religiosidade no processo formador da civilização, para Diogo de Vasconcellos. A filosofia da história vasconcelliana, a que tratamos no início desta seção, tinha como principal fundamento a verdade religiosa que atuava entre as verdades filosófica e política estabelecendo a ordem. Cristo, para o orador do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, como chefe da humanidade vivia “*necessariamente na história, e dentro dela*”. Vasconcellos, então, fixava o seu ideal de perfeição divina que abria o caminho à liberdade da alma e iluminava, segundo ele, toda vida no campo da civilização.

A civilização, como sabemos, não descreve círculos perfeitos nem caminha por linha reta. Como a nau sobre o movediço das ondas, afasta-se muitas vezes do rumo, batida pelos temporais, e luta para salvar-se; mas afinal voltam-se-lhe os ventos favoráveis e ela ganha de novo o caminho e chega ao porto desejado. É, senhores, que com a humanidade se realiza o símbolo da barca agitada no mar de Tiberíades. Um ser incompreensível a conduz e dorme dentro dela, para despertar a tempo e reagir no desânimo geral, fortificando a nossa fé, serenando as borrascas e mostrando em fim de contas o caminho andado na traça dos almejados destinos. A esse caminho chamamos nós o progresso e a esse poder, que está acima da previsão e vontade dos homens, chamamos Providência, e nem outro nome lhe pode convir, em que pese aos incrédulos<sup>300</sup>.

A busca pelos caminhos da civilização é uma importante peça na cultura historiográfica de Diogo de Vasconcellos. Estabelecer quais os elementos formativos da sociedade mineira e encontrar neles os germes da civilização marcava o lugar de Minas na história ocidental e moderna. A história era útil como conhecimento pedagógico sobre o passado, mas também era politicamente fundamental como construtora de um projeto modernizador. Conhecer e usar o passado não eram tarefas que deveriam ficar apenas nos livros ou entre muros dos Institutos Históricos e Arquivos. Na próxima seção deste capítulo demonstraremos o valor do passado minerador e o seu resgate, na contemporaneidade de Vasconcellos, como possível propulsor da modernidade.

<sup>299</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso de Inauguração do IHGMG, p. 214.

<sup>300</sup> Idem, p. 215.

## 4. DIOGO DE VASCONCELLOS: O ROMÂNTICO TARDIO?

### 4.1. Do memorialismo à história empírica

Ainda são raros os estudos que se dedicam a pensar o que foi a produção historiográfica mineira no período que se estende de 1870 a 1930. Assim como abordamos no capítulo anterior parece haver um grande hiato nesse período, como se não tivesse ocorrido uma grande e relevante produção de conhecimento sobre o passado. Vimos que o papel de instituições como Arquivos e Institutos Históricos foi fundamental para a instauração de uma cultura historiográfica regionalista que se baseasse de maneira efetiva na crítica sistemática do documento. Tal característica foi fundamental para estabelecer uma relação identitária do presente com o passado local, ligado justamente através desses vestígios. A publicação de documentos, biografias, debates sobre questões de limites, etc. contribuíam para o enriquecimento da historiografia local sobre a sustentação de uma visão erudita da história. Um novo tipo de linguagem emergia reivindicando um pretense espaço de cientificidade e tentando se afastar de um subjetivismo exacerbado comum às histórias locais do século XIX.

As pesadonas, prolixas e enfatuadas memórias, de que tanto se abusou, cedem lugar a obras objetivas, de estilo bem arquitetado e algo substancioso. Ainda não é a História Mineira escrita com os recursos proporcionados pelo progresso dos estudos históricos e de suas ciências auxiliares, mas é a história conscienciosa, documentada e, em parte, comentada, história que busca expor os acontecimentos e determinar-lhes as causas e os efeitos, nexos esse indispensável à compreensão dos fatos e dos personagens<sup>301</sup>.

Nesta seção procuraremos demonstrar como se deu, em Minas Gerais, a transição de uma historiografia memorialista para uma erudita pretensamente profissional e a nova percepção de tempo e história no estado a partir da escrita da história de Diogo de Vasconcellos. Em nossa hipótese, o autor da *História Antiga das Minas Gerais* inaugurou uma nova forma de se escrever a história do estado que se dava no limite entre uma narrativa subjetiva e a crítica documental. Isso é fundamental para a compreensão do projeto historiográfico proposto por Vasconcellos, bem como pela cultura historiográfica mineira na Primeira República.

<sup>301</sup> JOSÉ, Oíliam. **Op. Cit.**, p. 90.

O século XIX brasileiro é historiograficamente marcado por uma intensa produção, ou tentativa, de histórias gerais. Sobretudo após a Independência, em 1822. A ampliação do espaço público, as transformações provenientes disso e o papel que a nascente imprensa passou a ocupar no debate político no início do oitocentos, afirma Valdeí Araujo, gerou um alargamento no modo de produção e circulação das ideias. Um novo dinamismo na relação do indivíduo com a aceleração do tempo, das transformações político-sociais, bem como a emergência de novos sujeitos políticos e sociais necessitavam de formas mais eficientes de comunicação e legitimação dos governos. De acordo com o autor, a escrita da história acompanhava de perto esse movimento. A história aparecia para tentar controlar o futuro ou guardar a fama dos grandes homens e eventos<sup>302</sup>.

A história geral, propõe Araujo, surgia como um projeto que possuía o modelo clássico de escrita da história, onde se tratava sobre os grandes eventos da história política. Segundo o autor, esse projeto sofrera algumas adaptações ao se deparar com a emergência de um programa ilustrado de investigação que tinha como foco a busca pelas grandes causas das transformações históricas<sup>303</sup>. Essas grandes causas dariam, portanto, sentido e subsídios para a constituição da ideia de nação. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo, afluía o sentimento de retirar a história brasileira da escuridão. Procurava-se desvendar o caráter nacional<sup>304</sup>. Filiado ao sentido clássico de história, o que se propunha na primeira metade do século XIX era salvar as ações humanas do esquecimento, fazendo parte do processo civilizador que se configurava<sup>305</sup>.

Para a historiografia brasileira, a elaboração de uma narrativa nacional se tornou uma questão indispensável para a legitimação do regime monárquico e da pretensão de tornar um país ordeiro, integrado e desenvolvido na segunda metade do século XIX. A escrita da história do Estado garantia, assim, o processo de modernização e sobrevivência do país. No projeto de centralização promovido pela elite política e intelectual era extremamente importante o estímulo ao sentimento nacional para que se

---

<sup>302</sup> ARAUJO, Valdeí Lopes de. Formas de Ler e Aprender com a História no Brasil Joanino. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, no 1, jan/jun 2009, p. 87.

<sup>303</sup> *Ibidem*, 89.

<sup>304</sup> BRANCO, Gisele Cristina; MALACARNE, Vilmar. A questão da identidade nacional brasileira na obra *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen: cultura e educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.32, dez.2008, p. 101.

<sup>305</sup> MOLLO, Helena. "Varnhagen e a história do Brasil". In: **Anpuh - XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 2005, p. 4.

garantissem a integridade do território brasileiro, que se encontrava ameaçado pela instabilidade política nas primeiras décadas do dezenove<sup>306</sup>.

Acima de tudo, a escrita da história no início do século XIX tinha como missão a constituição de um passado para o Brasil. Esse passado legitimaria a ordem social vigente e ainda colaboraria para a construção de uma nação e uma identidade nacional brasileira<sup>307</sup>. Passado, presente e futuro uniam-se em um projeto de nação que era entendido como o desenvolvimento progressivo de uma substância histórica<sup>308</sup>. Medeiros e Araujo argumentam que o programa de história nacional precisava reunir e coordenar um forte modelo explicativo geral, um aparato crítico/documental e um novo tipo de decoro em relação ao Estado, que foi alcançado com a fundação do IHGB, onde se privilegiaria a história geral em detrimento das histórias particulares<sup>309</sup>, mas ainda assim, como já visto no segundo capítulo desta dissertação, houve tentativas de constituição de histórias particulares.

No processo de constituição de uma historiografia nacional que pudesse abarcar os principais temas a serem investigados sobre o passado brasileiro encontrava-se as memórias, corografias, anais, efemérides, crônicas, biografias, elogios acadêmicos, panegíricos, deduções cronológicas, notícias, resenhas, ensaios, compêndios, entre outros temas que em sua totalidade tinham a pretensão de se constituir a história geral do Brasil<sup>310</sup>. A princípio essa condição de escrever a história geral da nação anulava completamente a escrita da história regionalista, por exemplo. No entanto, vimos anteriormente que a história local embora se intensificasse com o advento republicano não foi uma exclusividade deste regime. Pensar o particular também se apresentava como uma demanda historiográfica.

Os estudos sobre a história regional foram produzidos, ao longo do século XIX e parte do século XX, fora das dependências acadêmicas, ou instituições que tinham por característica o fazer historiográfico no Brasil. As corografias e o memorialismo destacavam-se nesse cenário como meios privilegiados de se apreender o conhecimento sobre o passado que pudesse definir os valores da história regional. De acordo com

<sup>306</sup> KHALED JR, Salah H. **Horizontes Identitários**. A Construção da Narrativa Nacional pela Historiografia Brasileira do Século XIX. Porto Alegre: EdPUCRS, 2010, p. 46-48.

<sup>307</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>308</sup> ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845). (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003, p. 154.

<sup>309</sup> MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Op. Cit.**, p. 25.

<sup>310</sup> ARAUJO, Valdei Lopes de. Formas de Ler e Aprender com a História no Brasil Joanino, p. 87.

Marcos Lobato Martins, isso marcava a estreita ligação com os padrões observados na produção de cronistas coloniais<sup>311</sup>.

Marcos Lobato afirma que as corografias, em um amálgama de história, tradição e memória coletiva tomavam como seu fundamento decisivo de compreensão o espaço, não o tempo. Esse espaço era bem delimitado, considerado singular frente ao quadro natural presente e dos episódios históricos desdobrados nele. Há na corografia uma grande ênfase na demarcação de espaços dentro da vastidão do território nacional, estudado sem relação com esse todo maior. O autor propõe que o relacionamento do “nacional” com o “regional” e o “local” é reduzido à descrição dos impactos de grandes acontecimentos da história do país nesses espaços.

Por isto, as corografias eram geralmente recheadas de uma história apoteótica, laudatória, antes de tudo um exercício de exaltação dos feitos das elites regionais e locais. A narrativa, a seleção e o encadeamento dos fatos, a referência recorrente a determinados tipos de personagens, tudo isso objetivava mostrar que a região é o resultado do protagonismo de figuras extraordinárias<sup>312</sup>.

Além da afirmação de regionalismos consagradores das elites locais, as corografias ainda possuíam duas outras peculiaridades: o repúdio às inovações e a ignorância das diferenças entre o passado e presente. O passado das regiões mobilizadas pelos estudos corográficos era sempre tratado como glorioso e de grande pujança. O presente era uma mera projeção ou realização daquele passado, mesmo que em determinadas áreas pudesse ser notado certa decadência que reduzia o brilho econômico, social e político de outrora. Há uma perspectiva de continuidade na história local que interfere diretamente na composição do presente daquele que escreve. A história regional não era considerada como processual, mas algo dado *a priori*.

A corografia no Brasil, ainda, ofereceu uma possibilidade de enfrentar a dispersão real e simbólica do território nacional. A corografia, segundo Medeiros e Araujo, associava-se naquele momento ao memorialismo para a produção de um conhecimento orientado pela metáfora do mosaico, trabalhada por István Jancsó e João

---

<sup>311</sup> MARTINS, Marcos Lobato. **Os estudos regionais na historiografia brasileira.** (Acesso: [www.minasdehistoria.blog.br/wp-content/arquivos//2008/03/historia-e-estudos-regionais.pdf](http://www.minasdehistoria.blog.br/wp-content/arquivos//2008/03/historia-e-estudos-regionais.pdf). Em: 29/10/2010 às 17:50hs), p. 1.

<sup>312</sup> Ibidem, p. 3.

Paulo Pimenta<sup>313</sup>, em que a experiência do passado se apresentava com um conjunto de várias histórias, assim como os espaços também poderiam ser descritos a partir de unidades autônomas, sem que as lacunas existentes nesse processo oferecessem um obstáculo intransponível para o relato<sup>314</sup>.

O memorialismo do século XIX ligado substancialmente à produção de uma história regionalista é ainda hoje visto como um tipo de produção que não tinha um caráter erudito definido. Ligado a um tipo de escrita altamente subjetiva sua classificação transitava entre a literatura e uma escrita dileitante sobre o passado baseado apenas nas percepções de seu autor sobre um determinado acontecimento, ou conjuntos de fatos que formam/forjam a história de um local, ou histórias autobiográficas. Paulo Bungart Neto associa diretamente o memorialismo do século XIX à literatura romântica. Para o autor, o Romantismo produziu um salto qualitativo significativo na literatura brasileira, mas que não se restringia apenas a ela. Foi nesse momento em que aparecia pela primeira vez uma consciência nacional e a vontade de se produzir uma literatura genuinamente brasileira, que fosse capaz de mobilizar os aspectos da identidade coletiva da nação<sup>315</sup>. De acordo com o autor, o memorialismo romântico brasileiro procurou conciliar vida privada e pública. O processo de evolução da nação coincidia com a própria atuação do memorialista, isto é, havia a preocupação em vincular a imagem daquele que escreve à própria história do país.

Os memorialistas foram responsáveis por construir um pretense passado glorioso. As memórias orais eram transformadas em texto por eles. Relatos que por muitas vezes eram provenientes de terceiros e não do próprio autor. As memórias por se caracterizarem como testemunhos parciais possuíam, em geral, uma funcionalidade política latente. Os homens que as escreviam preocupavam-se em expor os valores de um grupo e defender seus interesses políticos impondo, assim, aspectos de uma cultura que acreditavam ser adequada ao ambiente em que se encontravam<sup>316</sup>.

A memória histórica produzida no século XIX era considerada, expõe Sandro Gomes, como compiladora de documentos e informações históricas diversas, que se

<sup>313</sup> Cf. JANCÓS, István e PIMENTA, João Paulo Garrido. "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta**. Formação história. A experiência brasileira. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

<sup>314</sup> MEDEIROS, Bruno Franco & ARAUJO, Valdeí Lopes de. Op. Cit., 24.

<sup>315</sup> BUNGART NETO, Paulo. "De Taunay a Nava: grandes memorialistas da literatura brasileira". In: **I Encontro "Diálogos entre Letras"** - Pesquisas e perspectivas: trocas na pós-graduação. Dourados, 12 a 14 de abril de 2011, p. 45.

<sup>316</sup> MORO, Nataniél Dal. Os memorialistas e a edificação de um passado glorioso. **Revista Crítica Histórica**. Ano III, nº6, dezembro/2012, p. 2.



aproximava de gêneros textuais como os comentários e relações. Para Moraes Silva e Oliveira Velho, a memória histórica, então, constituía-se como a primeira etapa na confecção da obra histórica. Ela era considerada inferior em relação à história geral. A função da escrita memorialística se resumiria em compilar e apurar a veracidade dos fatos para reconhecer suas causas<sup>317</sup>.

*Memórias*: escritos de narrações políticas, etc. *Memórias*, *Comentários*, *Relações*: tomamos aqui esses vocábulos por certas composições literárias, em que soem depositar-se os materiais da História. As *memórias* desenvolvem miudamente os fatos e as suas causas; discutem os que são duvidosos, determinam e verificam datas, copiam documentos, etc. O seu estilo deve ser simples, livre, corrente, e desafetado, e não admite o ornato, a nobreza, e a elevação da História. O nome de *memórias*, que indica o fim deste gênero de escritura, mostra também, de algum modo, qual deve ser o seu caráter. Quem quer conservar, ou deixar em *memória* os sucessos públicos do seu tempo, escreve tudo, escreve os fatos principais, e os menos principais, nota as causas e as consequências, etc. *Comentários* são memórias sumárias, apontamentos mais breves, quase um diário ou taboa, em que se notam os principais acontecimentos, mas em estilo menos seco, e menos apanhado, que o dos simples diários. *Relação* é a narração circunstanciada de um só fato, ou acontecimento notável, de uma empresa, de uma viagem, de um descobrimento, etc. Quem escreve uma *Relação*, refere com escolha, discernimento, e exata fidelidade, o que viu, presenciou, ou averiguou, não omitindo circunstancia alguma, que possa ser útil, para se formar um justo conceito do fato, em toda a sua integridade<sup>318</sup>.

128

Em Minas Gerais a tradição memorialística remonta às academias de letrados do século XVIII. De acordo com Iris Kantor, o programa historiográfico da Academia Brasileira dos Renascidos, por exemplo, orientava-se na composição de memórias históricas que equivaliam a instrumentos de pesquisa ou dissertações críticas, que eram utilizadas, portanto, como ponto de partida para a confecção de uma História Universal da América Portuguesa<sup>319</sup>. As memórias históricas, e também as científicas, tinham como ponto comum a produção de conhecimento sobre o território. Isso, como vimos anteriormente, foi importante como espaço de consolidação política de grupos hegemônicos.

<sup>317</sup> GOMES, Sandro Aramis Richter. **Descentralização e pragmatismo**: condições sociais de produção das memórias históricas de Antonio Vieira dos Santos (Morretes e Paranaguá, décadas de 1840-1850). (Dissertação de Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 2012, p. 23-24.

<sup>318</sup> SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portugueza composto por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Quarta edição, reformada, emendada, e muito accrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem, correcta, e enriquecida de grande numero de artigos novos e dos synonymos por Theotonio José de Oliveira Velho**, Tomo II. Lisboa: Impressão Regia. Anno 1831, pp. 300-301.

<sup>319</sup> KANTOR, Iris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004.

Para José Honório Rodrigues, a historiografia mineira começa com o texto, publicado na revista do Arquivo Público Mineiro em 1899, intitulado, *Os primeiros descobridores das Minas de Ouro na capitania de Minas Gerais*. Este artigo aparece na sua primeira forma como uma notícia compilada pelo Coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça e resumida por Manuel Pires da Silva Pontes. De acordo com o autor, Afonso Taunay acreditava que Silva Pontes além de apenas resumir as memórias, ainda calcou-se sobre fragmentos completando-os de forma arbitrária com passagens do *Fundamento Histórico*, de Cláudio Manuel da Costa. Segundo Orville Derby, o autor dessas memórias foi o próprio Cláudio Manuel, pois o estilo de escrita atribuída ao Coronel Bento Fernandes acusava antes um literato do que um sertanejo<sup>320</sup>.

Na descrição de Rodrigues, os relatos sertanistas também são de grande valia para a formação da historiografia mineira. Os primeiros relatos de viajantes que passaram pelas Minas foram organizados por Afonso Taunay. Os padres Diogo Soares e Domingos Capassi, os primeiros deles, foram enviados para a América Portuguesa a mando da Metrópole com o intuito de fazerem mapas de novos descobrimentos. De acordo com o autor, eram muito hábeis e as primeiras observações de latitude e longitude do sertão também se devem a eles. Ao padre Diogo Soares, Rodrigues também atribui a primeira iniciativa de história oral no Brasil. Com perguntas e respostas, a partir de dados fornecidos por participantes e testemunhas de suas andanças pela Colônia, o padre pôde escrever sobre seus descobrimentos por aqui<sup>321</sup>.

Seguindo o seu levantamento acerca dos primeiros relatos e descrições, José Honório Rodrigues lista alguns documentos que fazem parte da *Informação sobre as Minas do Brasil* composta por quatro códices da Biblioteca da Ajuda<sup>322</sup>, mandados copiar por Luis Camilo de Oliveira Neto e publicadas por Rodolfo Garcia, nos Anais da Biblioteca Nacional. Essa é a última análise que o autor faz em seu texto acerca das primeiras obras descritivas sobre as Minas. Curiosamente ele deixa de fora uma das mais importantes obras acerca dos primeiros descobrimentos das Minas, a *Cultura e Opulência do Brasil*, do padre André João Antonil, publicada em 1711.

<sup>320</sup> RODRIGUES, José Honório. **História da Historiografia do Brasil**, p. 162-163.

<sup>321</sup> Ibidem, 165.

<sup>322</sup> A **Biblioteca da Ajuda**, localizada no Palácio da Ajuda, em Portugal, desde 1880, foi criada no século XV e enriquecida por Dom João V, perdendo a maior parte de seu espólio no terremoto de 1755. Após a tragédia, a biblioteca foi reinstalada em casas anexas ao Paço da Madeira, na Ajuda. Em 1811, com as invasões francesas e com a Vinda da Família Real para o Brasil, a biblioteca foi transferida para o Rio de Janeiro, formando a Biblioteca Nacional brasileira.

De acordo com Fernando Filgueiras, pouco se fala do padre Antonil, mas muitos estudiosos atribuem sua obra uma descrição das condições econômicas e sociais do período colonial brasileiro, compreendendo o final do século XVII e início do século XVIII. Embora essa obra apresente e centralize tais questões, elas, segundo o autor, são abordadas a partir de um pano de fundo filosófico, informando o *logos* operacional da sistemática construída discursivamente por Antonil<sup>323</sup>.

Filgueiras aponta que o livro é despretensioso, que procura mostrar, com requintes realistas, as riquezas e os frutos que o Brasil, assim como as vantagens da economia da colônia para a Coroa portuguesa. Mesmo com sua suposta importância, a obra foi recolhida por Ordem Régia de 20 de março de 1711, devido ao fato de Dom João V ser contra a publicação das riquezas do Brasil, sobretudo as minerais, objeto muito detalhado nas descrições de Antonil. Em 1800 houve uma reedição da obra organizada pelo frei José Mariano Velloso, que se refere apenas aos engenhos de açúcar. Em 1837, a obra é mais uma vez reeditada na íntegra, e em 1923, com uma introdução de Afonso Taunay<sup>324</sup>.

*Cultura e Opulência*, para Oiliam José, não foi escrito propositalmente para estudar os primeiros tempos de Minas, nem sequer havia motivos para que isso ocorresse, pois ainda era uma região com pouco ou quase nenhum desenvolvimento, e longe do mar. As riquezas que havia naquelas terras ainda eram ignoradas<sup>325</sup>. Como aponta o autor, Antonil abordou temas mineiros ao narrar aquilo que sabia e/ou o que ele havia visto sobre as minas que pareciam ser abundantes. No terceiro capítulo de seu livro é que se encontram os relatos acerca das riquezas minerais e daquilo que era possível saber na época sobre Minas Gerais.

A descoberta de metais e pedras preciosas na região das Minas Gerais proporcionou a construção de uma sociedade diversificada e complexa. Sérgio Alcides diz que os primeiros arraiais surgiram de forma espontânea, junto dos veios auríferos, e que muitas vezes não eram recomendados para o estabelecimento de uma formação urbana. Com a imposição de uma estrutura estatal pelo capitão-general Antônio de Albuquerque, elevando os principais arraiais à condição de vila e estabelecendo órgãos administrativos responsáveis pela distribuição da ordem colonizadora no sertão,

---

<sup>323</sup> FILGUEIRAS, Fernando. O cabedal das virtudes. André José Antonil, a Continuidade e a Mudança no Pensamento Jesuíta do Brasil Setecentista. **Revista Intellectus**. Ano 4, vol. 1, 2005, p. 1.

<sup>324</sup> Ibidem, 2-3.

<sup>325</sup> JOSÉ, Oiliam. Op. Cit., p. 32.

desenvolveu-se nessas vilas minerais uma diversidade social pouco comum no resto da América Portuguesa<sup>326</sup>.

O autor pontua que naquele momento havia uma divisão em quatro faixas sociais distintas que formavam o quadro urbano de Minas. A faixa superior era a formada por grandes senhores de lavras e de fazendas, chefes militares e funcionários da administração colonial. O Bispo de Mariana e os demais dirigentes eclesiásticos, assim como os grandes comerciantes completavam essa camada. Em seguida havia uma faixa média, bastante heterogênea formada por mineradores e comerciantes de menor porte, tropeiros, lavradores, militares de baixa patente, artífices, artesãos, músicos e clérigos. Na terceira faixa estavam os homens livres, mulatos e negros alforriados. Na base dessa estrutura social estavam os escravos<sup>327</sup>.

Sérgio Alcides propõe que geralmente os letrados pertenciam à camada superior, vindos de Portugal nomeados por provisão real, assumindo cargos elevados na administração local, ou eram filhos de mineradores e fazendeiros abastados o suficiente para bancar os custos de uma formação acadêmica na Europa. No entanto, diz o autor, embora a situação social dos letrados fosse bem definida, no aspecto da cultura a condição desses homens parecia ser extremamente ambígua:

Eles eram os vetores que possibilitavam a transferência para a colônia da tradição da cultura letrada europeia, com seus valores e parâmetros de sociabilidade e distinção. Juntamente com os conhecimentos que encontravam uma aplicação quase que técnica ou meramente administrativa na ordem colonizadora, os letrados adquiriam no Velho Mundo um conjunto de aspirações intelectuais e espirituais absolutamente imprevisíveis por essa empresa e, no limite, incompatíveis com ela<sup>328</sup>.

O setecentos foi o século do Arcadismo e do despertar brasileiro para a literatura, principalmente pelos mineiros, que servem como referência para homens como Diogo de Vasconcellos, no século XX, a atribuir às Minas um papel vanguardista na inserção do Brasil na civilização<sup>329</sup>. Almeida Garrett disponibilizou um lugar de destaque para autores brasileiros em seu *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa*. Entre os mais notáveis cita Cláudio Manuel da Costa, Frei José de Santa Rita Durão, Tomás Antonio Gonzaga e José Basílio da Gama.

<sup>326</sup> ALCÍDES, Sérgio. *Op. Cit.*, p. 122.

<sup>327</sup> *Ibidem*, p. 123.

<sup>328</sup> *Ibidem*, p. 124.

<sup>329</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso de Inauguração do IHGMG, p. 219.

Claudio Manuel da Costa era considerado por ele o primeiro poeta do Brasil e um dos melhores de Portugal. Faz grande elogio a Tomás Antonio Gonzaga e sua *Marília de Dirceu*. Diz que não o censura pelo o que fez, mas pelo o que deixou de fazer. O criticava por não pintar o Brasil em suas penas. *Marília de Dirceu* ficaria muito mais rica se fosse cantada nos campos brasileiros ao invés da Arcádia, que não se assemelha a nossa natureza. Frei Santa Rita Durão e o seu *Caramuru* devolveram ao estilo épico o seu lugar. No entanto, não é uma obra com grandes feitos heróicos, mas com um refinado poder descritivo, mas que Garrett diz ser gongórico<sup>330</sup> muitas vezes. E Basílio da Gama com o *Uruguay* construiu uma poesia verdadeiramente nacional. Soube pintar a paisagem brasileira com bons olhos<sup>331</sup>.

José Honório Rodrigues, em seu texto sobre a historiografia mineira colonial, põe em evidência três autores em que considera os mais importantes daquela fase. O primeiro é o próprio poeta árcade Cláudio Manuel da Costa, sempre resgatado como um pensador que trouxe contribuições importantes para a escrita da história em Minas Gerais. Sua vida, segundo Rodrigues, está associada à história de Minas, tanto pelo seu trabalho como poeta, quanto por ser um inconfidente, tendo sua prisão, suicídio ou assassinato possível de ser estudado nos próprios Autos da Devassa da Inconfidência Mineira<sup>332</sup>.

Segundo Rodrigues, o melhor texto da *Memoria Historica e Geographica da Descoberta de Minas* é aquele publicado no periódico *O Patriota*, depois mudado para *Fundamento Histórico*, na edição do poema *Vila Rica*. Existem algumas variantes entre um e outro texto, observadas primeiramente por Teixeira de Melo, mas Honório Rodrigues não comenta sobre elas. Seguindo o autor, também não está devidamente apurado se Cláudio Manuel da Costa se valeu das informações contidas nos *Primeiros Descobrimientos das Minas Geraes*, de Bento Fernandes Furtado, ou se ele mesmo teria redigido esta notícia segundo as informações de Bento Fernandes.

A *Memória* de Cláudio Manuel é a mais bem feita, a mais sintética, e a mais fluente. Ela se mostra uma obra concisa, que revela como os paulistas, conhecidos como homens que não se sujeitavam a nada e nem a ninguém, faltas de conhecimento e respeito, mas eram aqueles que davam as maiores provas de obediência, fidelidade e

<sup>330</sup> **Gongorismo** ou **Cultismo** é um estilo de escrita barroca atrelada ao poeta espanhol Luís de Gôngora. Sua característica está ligada à simples descrições de objetos aplicando uma linguagem rebuscada, culta e extravagante. Abusa do emprego de figuras de linguagens.

<sup>331</sup> ALMEIDA GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de. "Bosquejo da História da Poesia e Lingua Portuguesa" In: **Parnaso Lusitano**. 1ª Ed. Paris: Em Casa De J. P. Aillaud, 1826, p. xlv-xlvij.

<sup>332</sup> RODRIGUES, José Honório. **Op. Cit.**, 178.

zelo pelo Rei e pela Pátria<sup>333</sup>. Essa obra conta as primeiras investidas de Minas em busca mais de ouro do que de índios. Depois disso, o autor trata uma a uma da vila do Carmo, hoje Mariana, Ouro Preto, Sabará, Caeté, Serro Frio, Vilas do Rio das Mortes, vilas de São João e São José. Ainda Cláudio Manuel trata da série de governadores, da anexação da conquista com São Paulo e São Vicente ao Rio de Janeiro, até o governo do Conde de Valadares.

O segundo autor apontado por Rodrigues é José Rodrigues da Rocha. Segundo o autor, pouco se sabe sobre Rodrigues da Rocha. Foi sargento-mor de ordenança das Minas Novas, vivia de negócio, e serviu de testemunha no processo da Conjuração Mineira. Em um de seus depoimentos, José Joaquim fez menção de ter oferecido ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, o mapa da população da capitania, muito provavelmente a de Minas Gerais, incumbido de fazê-lo a mando de Generais da Capitania de Minas<sup>334</sup>.

José Joaquim da Rocha é o autor do *Mapa da Capitania de Minas Gerais* (1777), do *Mapa da Comarca do Rio das Mortes* (1778), do *Mapa da comarca de Vila Rica* (1778), do *Mapa do Julgado das cabeceiras do rio das Velhas e parte da capitania de Minas Gerais* (1796) e do *Mapa da Comarca do Serro Frio*. Com isso, o geógrafo e cartógrafo tinha condições excelentes para compor a *Memória Histórica da Capitania de Minas Geraes*. Obra descritiva, segundo José Honório Rodrigues, que se baseia no *Fundamento Histórico* de Cláudio Manuel, mas que existe na maior parte da obra características bem particulares.

O terceiro autor mencionado por Rodrigues é Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. Autor do *Descobrimento de Minas Geraes* ou *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, e que de acordo com Rodrigues, perpetuaram-lhe, nessa obra, a memória mais do escritor que o depoimento da testemunha, de um português aliado do colonialismo lusitano.

A obra de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos foi publicada no volume 29 da Revista do IHGB sob o título, já citado, *Descobrimento das Minas Geraes*. Nessa edição a memória foi publicada sem assinatura, mas a atribuição à Diogo Ribeiro de Vasconcelos sempre foi posta, pois, de acordo com o introdutor dessa obra na edição da

---

<sup>333</sup> Idem.

<sup>334</sup> Ibidem, p. 180.

Revista do APM, em 1901, mesmo sendo um português de nascimento era considerado um dos mais ilustres homens de letras em Minas, no início do século XIX<sup>335</sup>.

A edição da Revista do IHGB não traz o título geral da obra, que é *Descobrimiento de Minas Geraes* ou *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, que se mostra muito mais compreensivo das matérias tratadas no texto. Segundo a introdução da RAPM, essa não é a única deficiência da edição mencionada. A memória foi publicada com a omissão do capítulo final, que se remete a listagem dos homens notáveis de Minas, do elogio preliminar dirigido ao governador Athayde e Mello, dos artigos correspondentes à descrição da capitania, seus principais rios e sua natureza vegetal e animal, úteis para o conhecimento da fauna e flora mineira<sup>336</sup>.

Ribeiro de Vasconcelos ainda escreveu outra importante memória, *Minas e quintos de ouro*, publicada no Diário Oficial do Rio de Janeiro, em 1892, devido à iniciativa de Capistrano de Abreu, que dispunha do respectivo manuscrito. Assim como a anterior, essa memória foi publicada anonimamente, mas em carta, Capistrano de Abreu comentou a conveniência de se reproduzir tal obra na Revista do Arquivo, juntamente com a Descrição de Minas Gerais, lembrando que o autor das duas obras era o mesmo, devido à semelhança de estilo dos dois escritos, e em algumas passagens era quase a reprodução um do outro<sup>337</sup>.

Fundou-a, com efeito, o dr. Diogo em documentos e dados estatísticos que, ainda agora existentes no Arquivo Público Mineiro, no da extinta tesouraria e nos das câmara de Ouro Preto, Sabará e Mariana, comprovam a exatidão das suas observações e veracidade da sua narrativa, salvo qualquer controvérsia sobre as ideias políticas e econômicas do autor, adepto confesso do absolutismo e das regalias ilimitadas da coroa<sup>338</sup>.

Em 1896, então, a Revista do APM publicou o 12º capítulo, inédito até então, das memórias de Diogo Ribeiro de Vasconcelos, dedicado às pessoas ilustres da capitania<sup>339</sup>. É uma lista dos nomes mais importantes, no julgamento do autor, que habitaram aquelas terras em seu tempo. Fato curioso que aponta Rodrigues é a omissão

<sup>335</sup> MEMÓRIAS sobre a Capitania de Minas Geraes pelo Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos. **Revista do APM**. Ano VI, Vols. 3/4, 1901, p. 757.

<sup>336</sup> Ibidem, p. 758.

<sup>337</sup> Ibidem, p. 759.

<sup>338</sup> Idem.

<sup>339</sup> VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Parte inedita da monographia do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos sobre a Capitania de Minas - Geraes, escripta no primeiro decenio do presente seculo (capitulo 12 - Pessoas illustres da Capitania). **Revista do APM**. Ano I, n. 3, pp. 443-452, 1896.

do nome de Cláudio Manuel da Costa nessa lista. O bisneto de Vasconcelos, o historiador e principal sujeito deste trabalho, Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos, defende seu bisavô dizendo que mesmo se incluísse o nome do poeta, a censura o eliminaria por ter sido Cláudio Manuel declarado infame e também porque teria que aceitar o suicídio, versão oficial de sua morte<sup>340</sup>:

A "Breve Descrição Geográfica, Física e Política" é uma fonte primordial da história de Minas Gerais e das três comentadas a mais completa, embora o estudo da história de Minas não dispense os ensaios de Cláudio Manuel da Costa e de Joaquim José da Rocha. É uma narrativa completa com a descrição geográfica, os descobrimentos, a descrição política, as cidades e suas dioceses, dados estatísticos e econômicos, a agricultura, as manufaturas e o comércio de cada cidade ou vila, a navegação, as formas militares, a povoação e os costumes, as Minas e os Quintos, as casas de fundição, os diferentes sistemas de arrecadação dos quintos, e a tábua estatística do rendimento do Real Quinto<sup>341</sup>.

De maneira geral, os memorialistas são concebidos como escritores que se valiam de ferramentas e fontes diversas para a produção de seus textos, que em muitas vezes resultava em textos autobiográficos em que os autores utilizavam de suas experiências e a tradição oral da localidade de onde se pretendia relatar, sem que utilizassem de normas metodológicas e técnicas de escrita acadêmica. Para Viviane Domingues, não havia regras teórico-metodológicas estabelecidas previamente para a produção de memórias. As narrativas eram compostas de formas, com suportes e para grupos diferentes, seguindo suas temporalidades e avanços da ciência histórica no Brasil<sup>342</sup>. Marcos Lobato segue esta perspectiva. Para o autor, as “memórias” combinavam de formas diferentes o exame de aspectos da tradição e dos costumes. Martins aponta que o século XIX produziu ao menos duas grandes memórias históricas em Minas.

A primeira obra indicada por Martins a intitulada *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*, de Joaquim Felício dos Santos, publicada em

<sup>340</sup> Diogo de Vasconcellos bisneto publicou, em 1901, no volume 7 da Revista do Arquivo Público Mineiro uma pequena biografia de Diogo de Vasconcelos bisavô. O texto tem quatro páginas e traz informações genealógicas básicas a respeito do português. No segundo volume da História Antiga das Minas Gerais, o bisneto dedica mais uma parte de seus estudos a memória de seu bisavô, onde tece as defesas acerca de sua postura na omissão do nome de Cláudio Manuel entre os nomes mais ilustres de Minas no final do setecentos. A figura do bisavô como um estudioso do passado mineiro é de forte inspiração ao bisneto, e o tem como umas das principais, e talvez uma das mais claras, referências em sua obra.

<sup>341</sup> RODRIGUES, José Honório. **Op. Cit.**, 184.

<sup>342</sup> DOMINGUES, Viviane Pedroso. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho 2011, p.2.



1868. Originalmente escrita para os leitores do jornal *O Jequitinhonha*, com as modestas intenções de levar a conhecimento do povo de Diamantina sua história e auxiliar os mineradores na identificação de áreas outrora exploradas. A obra se propagou para além das fronteiras do antigo Tijuco. Martins diz que a obra traz a percepção da Demarcação Diamantina como uma porção atípica do mundo colonial, sendo, dessa forma, uma espécie de “estado dentro do estado”. As *Memórias* narram os principais episódios e processos da história de Diamantina, redigida, segundo o autor, nos cânones da época. Linear e factual enfatizava os acontecimentos políticos e as alterações da legislação relativa à mineração<sup>343</sup>.

Oíliam José diz que Joaquim Felício dos Santos não possuía uma gala erudita, mas as *Memórias do Distrito Diamantino* eram uma grande obra histórica pelo modo simples com que o autor evoca e narra os episódios, e os envolve, segundo José, em agradáveis legendas literárias. Joaquim Felício pormenorizava os problemas humanos que existiam no Tijuco setecentista, tais como as diferenças psicológicas entre o minerador e o agricultor, mesmo havendo naqueles homens uma base comum de ideias e sentimentos.

Para isso, muito pesquisou, selecionou e concluiu, esforçando-se sinceramente para ser imparcial. Perpassam essas páginas as chispas de vigoroso e legítimo nacionalismo, a narrar os crimes cometidos pela Metrópole na ânsia de satisfazer sua insaciável fome de ouro e pedrarias<sup>344</sup>.

A segunda memória indicada por Marcos Martins refere-se a Campanha, no sul do estado, escrita por Francisco de Paula Ferreira de Rezende entre 1887-1888. Intitulada *Minhas Recordações*, essa obra é autobiográfica, feita apenas das memórias do autor e um pouco às pressas, de acordo com o próprio Ferreira Rezende. Ela tinha como objetivo salvar do completo esquecimento os costumes e tradições de seu tempo. A obra descreve e analisa de variados aspectos a vida do Sul de Minas, entre 1830 e 1890.

Independência, moderação, equilíbrio seriam atributos mineiros por excelência, pensava Ferreira Rezende. A autobiografia do fazendeiro e magistrado campanhense afigura-se como uma das formulações pioneiras do “espírito de Minas”, da mineiridade, a ideologia política que garantiu coesão

<sup>343</sup> MARTINS, Marcos Lobato. **Op. Cit.**, p. 5.

<sup>344</sup> JOSÉ, Oíliam. **Op. Cit.**, 69.

às elites dirigentes mineiras na República e contribuiu para projetar nacionalmente sua influência<sup>345</sup>.

A instauração de institutos históricos e arquivos públicos no final do século XIX, como movimentos regionalizados de instituição da memória histórica, também acompanhava as medidas de cientificização da disciplina. Uma das principais características desse processo foi a ampliação do uso e rigor analítico das fontes documentais. A história erudita passava a ocupar um lugar de destaque na produção do conhecimento histórico. No entanto, o que se nota é que não há uma ruptura entre os dois modos de produção historiográfica, mas, a princípio, uma sobreposição dessas duas formas de narrativa. Em Minas isso pode ser notado através das publicações da Revista do APM em seus primeiros anos.

Na primeira fase da revista (1896-1913), de acordo com João Antonio de Paula, três foram os principais temas abordados pelo periódico: a publicação de documentos oficiais dos séculos XVIII e XIX; a publicação de documentos pertinentes à história do estado; e a publicação de memórias, estatísticas e corografias municipais. A revista se recusava a ser uma mera peça de antiquário, que fosse útil apenas à erudição. Ela mostrava-se como um instrumento útil para a pesquisa histórica, com aspectos inovadores e modernizantes<sup>346</sup>. A revista mesclava vários tipos de saberes historiográficos que ocupavam o mesmo espaço de produção. A história erudita não anulava a memória, mas aos poucos contribuía para sua transformação.

Diogo de Vasconcellos acompanhava esse processo de transformação da escrita da história em Minas Gerais. Sua obra é composta pela interseção entre os fazeres memorialistas e eruditos. Vasconcellos não era historiador de formação. Polígrafo preocupava-se em manter as tradições que a modernidade republicana procurava superar. A *História Antiga das Minas Gerais* surgiu no cenário historiográfico do início do século XX como produto dessa tradição. O livro representa, para Oiliam José, a primeira história dos primórdios da “civilização mineira”, contrastando, dessa maneira, com tudo que havia sido escrito até então (memórias, relatos, notícias e efemérides). Era a primeira vez se realizava um “estudo sistemático e vitorioso do passado mineiro”<sup>347</sup>. Na resenha da *História Média de Minas Gerais*, escrita para o periódico O Imparcial, em 15 de outubro de 1918, João Ribeiro dizia:

<sup>345</sup> MARTINS, Marcos Lobato. *Op. Cit.*, p. 6.

<sup>346</sup> ANTONIO DE PAULA, João. História revista e passada a limpo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLIII, 2007, p. 63.

<sup>347</sup> JOSÉ, Oiliam. *Op. Cit.*, 93.

O autor (Diogo de Vasconcellos) possui em alto grau o estilo verdadeiro da história. É eloquente sem ênfase, simples sem trivialidades, por vezes magnífico sem exagero. A frase e os pensamentos fluem com elegância e amenidade de expressão. O livro é encantador como se fora um romance, tal o colorido, e interesse e o sentimento da narrativa.

(...)

A História das Minas soube ser um livro de mérito, é de alcance fora do comum. Em geral, os nossos pesquisadores são vazios de ideias, por vezes ignorantes da sua ciência, quase sempre estreitos, apoucados e de limitada instrução; põem todo o garbo em manusear e cotejar documentos, verificar algumas datas, e cozer numa manta de retalhos, a sua literatura fastidiosa e ilegível.

(...)

Diogo de Vasconcellos é um espírito de altas ideias, dotado da imaginação essencial ao historiador, e que, com estranha magia, evoca o passado, instrui-nos do presente, ao mesmo tempo que nos sugere a grandeza do futuro<sup>348</sup>.

A história baseada tanto no memorialismo quanto na sistemática crítica das fontes foi a grande marca da historiografia de Diogo de Vasconcellos, e ao mesmo tempo motivo de intensas críticas. Para ele, a história encontrava-se na fronteira os dois gêneros e explorava isso em sua narrativa. Vasconcellos não se furtava em corrigir a história, ou corrigir os enganos que se produziram sobre ela. Na perspectiva de Vasconcellos, a história deveria ser severa, leal e verdadeira. A crítica, para ele, precisava ser imparcial e justa, tanto com o tempo quanto com os homens. Os povos não poderiam ser condenados por ideias que não tiveram, julgados por leis de tempos nos quais não viveram<sup>349</sup>, por isso o historiador, assumindo uma difícil tarefa, possuía o dever de revelar de maneira isenta as verdades históricas.

Como já mencionado nesta dissertação, mesmo inspirando-se na obra de Cláudio Manuel da Costa para escrever suas *Histórias de Minas Gerais*, Vasconcellos também “corrigia” o poeta quando lhe era possível. Ele o faz à luz de sua perspectiva de história verdadeira e dinâmica. O historiador deveria além de escrever o fato como realmente aconteceu deveria, também, corrigir aquilo que a tradição erroneamente propagou ao longo dos anos. Isso era feito a partir de uma leitura densa das fontes, que embora não ganhassem destaques ao longo do texto, eram apresentadas por Vasconcellos em determinados momentos para justificar as referidas correções. Criticava, portanto, o uso equivocado dos documentos por seus antecessores.

<sup>348</sup> RIBEIRO, João. *Crítica*. Vol. VI – Historiadores. Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 1961, p. 56-59.

<sup>349</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso de Inauguração do IHGMG, p. 218.

O dr. Cláudio, afeiçoado esta notícia como haurida nos apontamentos de Bento Fernandes Furtado de Mendonça, filho do coronel Furtado, e Silva Pontes dizendo-se compilador de tais apontamentos, mereceram fé no mesmo grau de autoridade: mas a verdade é que não a mereceram tanto quanto seria justo, se tais apontamentos fossem originais. E ainda mesmo que eles fielmente os seguissem, o dr. Cláudio caiu em um engano, que debilitaria a nossa confiança. Acreditou o dr. Cláudio que Bento Fernandes fosse testemunha e ajudante do coronel, seu pai, no período dos primeiros descobrimentos: e Silva Pontes, igualmente iludido, apresenta-nos o mesmo Bento por descobridor próprio do ribeirão do Bom Sucesso em 1700, e das minas do sertão do Guarapiranga em 1703-1704. Bento Fernandes, porém, nascido em 1689 ou 90, é claro que andava na primeira puerícia, quando seu pai partiu pata Itaverava em 1695.

Além disso, o dr. Cláudio inverteu os papéis, escrevendo uma história para o poema, e não uma poema para a história, razão pela qual enxerto ficções, que seus plagiários têm perpetuado até hoje, como que pesarosos de corrigirem a licença do mestre<sup>350</sup>.

Como frequentemente apontam seus comentaristas, em grande parte com razão, Diogo de Vasconcellos mesmo citando pouco suas referências não deixa de usá-las. Francisco Iglésias afirma que o historiador marianense conhecia muito o acervo do Arquivo Público Mineiro, e bem como foi exposto em nossa dissertação, ele também contribuiu para a formação do acervo daquela instituição. Além disso, valia-se das seções de cronologia e publicação de documentos, da Revista do APM, para constituir o seu *corpus* documental. Assim como as correções feitas a Cláudio Manuel, há momentos em que o autor chama atenção para possíveis equívocos em publicações de datas e fatos, que na sua concepção de história eram fundamentais para se apreender aquilo que foi narrado<sup>351</sup>.

Curioso notar que o trato com o documento, por Vasconcellos, se dava para legitimar a verdade histórica totalmente apreensível através da crítica dos testemunhos. Há sempre um grande esforço em corrigir os erros da historiografia, principalmente aquelas produzidas por memorialistas do setecentos, mas pouco se afastava da própria forma como aqueles homens retratavam a história, ou o que viviam. Na seção “Apêndices”, da *História Antiga das Minas Gerais*, onde Vasconcellos reservou lugar para publicar e comentar inúmeros documentos relativos aos primeiros momentos da capitania imputa ao passado um pesado olha subjetivo sobre as fontes retratadas, as mesmas que para ele julgam os fatos do passado<sup>352</sup>.

A história mobilizada por Diogo de Vasconcellos possuía a tendência de não se prender ao fatural *stricto sensu*. As *Histórias de Minas Gerais* não foram compostas por

<sup>350</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. *Historia Antiga das Minas Geraes*, p. 132.

<sup>351</sup> *Ibidem*, p. 135.

<sup>352</sup> *Ibidem*, p. 181.

macronarrativas que dessem conta de explicar a totalidade das origens de Minas com grandes modelos analíticos. Os grandes temas aparecem na escrita vasconcelliana eram questões que envolviam os estudos dos poderes locais, administração, revoltas, sistema econômico, entre outras matérias fundamentais para o conhecimento e exploração da história local, mas que não sucumbiam ao fatalismo. Vasconcellos preocupava-se em entender os sistemas que organizavam o passado mineiro, mas se afastava do ultra-específico.

A busca pela composição historiográfica pautada no uso da fonte documental segue toda a narrativa vasconcelliana. Ao mesmo tempo nos parece que a sua forma de apreender e traduzir as informações que possuía era feito de uma forma mais livre. Como ressaltou Oíliam José, os “*historiadores clássicos*” de Minas Gerais, isto é, aqueles que, contemporâneos a Diogo de Vasconcellos, estabeleceram os primeiros pressupostos de uma pretensa historiografia erudita mineira, nos finais do dezenove, não eram profissionais tal concebemos hoje. O empirismo mobilizado por eles ainda era constituído por inúmeras lacunas.

Entre os temas abordados por Vasconcellos que revelam a transição entre o memorialismo e o empirismo foi a biografia. Assim como já abordado nesta dissertação, o papel do indivíduo foi fundamental, de acordo com a historiografia vasconcelliana, para a formação da identidade regional mineira. O processo civilizatório iniciado no século XVIII além de ser impulsionado pelo conflito teve a ação dos homens como elemento decisivo nesse processo. Tanto na *História Antiga* quanto na *História Média*, sempre há a preocupação de registrar pequenos esboços biográficos dos considerados mais “*notáveis*” membros do passado formador de Minas Gerais. No memorialismo do dezenove, uma das principais características formativas daquele tipo de narrativa era vincular a própria biografia do autor com a história local ou da nação. As *Histórias de Minas Gerais* não foram compostas como autobiografia de Vasconcellos, e mesmo que em alguns momentos a sua relação com o passado ressalte no texto, os livros não são biográficos. No entanto, membro de uma família opulenta e politicamente influente em Minas nos séculos XVIII e XIX, Vasconcellos não hesita em inserir a sua própria família como uma das responsáveis pela formação da identidade mineira<sup>353</sup>.

---

<sup>353</sup> Vimos no primeiro capítulo a biografia elaborada por Diogo de Vasconcellos acerca de sua avó materna, D. Henriqueta da Rocha. No esboço, publicado no jornal *A União*, em janeiro de 1887, o autor vincula a história de sua avó com a história do Império. Além disso, a vida de D. Henriqueta era uma espécie de sustentáculo do próprio passado do historiador marianense. Assim como o faz com seu bisavô

Na *História Média de Minas Gerais*, Vasconcellos repete o elogio biográfico dedicada a seu bisavô, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos na RAPM. Era para o historiador marianense, um exemplo daquilo que o homem civilizado deveria ser, um amante das letras, sendo ele mesmo um poeta. No entanto, diferentemente de Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel, “*não podemos dizer de seu trato com as Musas, pois bem lhe faltou para ser um mau poeta*”<sup>354</sup>. Não obstante, o que lhe faltava para se tornar um bom poeta era o suficiente para escrever capítulos relevantes sobre o então passado de Minas Gerais. O capítulo sobre as “pessoas célebres” de Minas escrita pelo seu bisavô, publicado pela primeira vez na Revista do APM, revelava o espírito mineiro, formado pela obra incomparável dos antepassados.

Essa lista serve também para de certo modo desagrar a tradição, que nos representa o período colonial como abafado na mais pesada atmosfera do despotismo.

Porque, se assim fosse, quanto se diz, a culpa cairia sobre nossos antepassados, que teriam educado tantos instrumentos para servi-lo e as pedras de nosso ódio teriam de virar contra a cabeça de tantos mineiros, que o exerceram, e que todavia consideramos esplendor de nossa pátria.

(...)

Melhor, portanto, será reconhecer, que cada regime tem a sua razão de ser, ou a sua missão histórica, e nesse sentido nossos pai convincentemente o serviam.

A Independência com efeito, por si só, não faria o milagre da liberdade, se esta, pelo menos, como as crisálidas, não estivesse encerrada nas formas antecedentes<sup>355</sup>.

A citação se mostra muito elucidativa quanto ao valor político que a história possuía. Como bem já discutido, Vasconcellos foi um político atuante tanto em momentos decisivos da Monarquia, revelando-se um combatente do regime republicano, sobretudo no que tange aos debates, na década de 1870, acerca das reformas do gabinete do Visconde do Rio Branco<sup>356</sup>. Mas, no próprio regime republicano Vasconcellos foi igualmente um ator com voz ativa no cenário político mineiro. A *História Média* foi publicada no ano de 1918, um ano antes de seu retorno à arena política estadual como senador, no Congresso Mineiro. Evidentemente que, tendo em vista a última citação, não se pode afirmar categoricamente o alinhamento de

---

Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, destacado como um dos grandes nomes de Minas Gerais nos finais do século XVIII, D. Henriqueta é exemplo irrefutável para o século XIX.

<sup>354</sup> VASCONCELOS, Diogo de. **História Média de Minas Gerais**, p. 305.

<sup>355</sup> Ibidem, p. 306.

<sup>356</sup> Sobre o assunto consultar nossa monografia de bacharelado: SILVA, Rodrigo Machado da. **A Experiência do Passado: A escrita da História como discurso da civilização** (Monografia de Bacharelado). Mariana: UFOP, 2010.

Vasconcellos ao regime governamental de sua época - mesmo que seja absolutamente possível -, não dispomos de material documental que nos dê indícios disso, mas legitima a construção da hipótese de que, na tradição política que identificamos em Diogo de Vasconcellos, os regimes existem e mesmo não concordando com seus supostos projetos políticos era necessário respeitá-los.

Por fim, uma das questões que mais chamaram atenção dos historiadores mineiros do final do século XIX, e que teve a Revista do Arquivo Público Mineiro como um espaço privilegiado de defesa, foi a questão territorial de Minas Gerais. O território possuía um valor histórico tão forte quanto o próprio tempo, por isso o sucesso das corografias. Esse gênero narrativo ainda garantia um significativo espaço entre as publicações históricas da época. Não apenas as corografias regionais, e em sua maioria municipais, possuíam notoriedade. Os limites do estado com outras unidade federativas eram fundamentais para a ordem política, e defendê-los validaria a história regional.

Em carta datado de 22 de agosto de 1910 e publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XVI, volume 1 de 1911, endereçado à Gabriel Santos, Diogo de Vasconcellos tratou de questões referentes, então, aos limites entre o Estado de Minas Gerais e de São Paulo, em resposta a um artigo publicado em 1º de janeiro de 1910, no jornal *Estado de S. Paulo*, de Gentil de Assis Moura, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Esse tema, segundo o relato de Vasconcellos, estava em desenvolvimento por ele, e que tinha intenção de publicá-lo com maior rigor.

Diogo lembrava Gabriel Santos que prometera, na advertência da *História Antiga das Minas Gerais*, desenvolver mais dois capítulos que não se encontravam na edição original, a publicada em 1901. O primeiro seria dedicado à Revolta de 1720 e o segundo acerca da formação do circuito mineiro. O primeiro tema aparece na edição ampliada de, de 1904, mas o segundo, de “*modo involuntário*”, estava em materiais confusos e demorando a sair:

Envolvendo tal capítulo interesses permanentes, sempre atuais, depende a sua final redação, que eu a remate acertando-a com pesquisas acuradas no limbo de muitos arquivos, pelos quais tenho pacientemente perdido, as vezes, o meu tempo, como quem procura fosseis em cavernas, ou a pesca do coral<sup>357</sup>.

<sup>357</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. Questão de Limites. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XVI, Volume 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1911, p. 107.

Vasconcellos ao escrever a *História Média de Minas Gerais* publica o seu estudo acerca dos limites entre Minas e São Paulo, em um capítulo aditivo intitulado, “Limites”. Não obstante, nota-se que Vasconcellos não desenvolveu o assunto como propunha, pelo contrário. A versão definitiva, publicada anos mais tarde do que a original carta traz menos detalhes do que os comentários feitos por Vasconcellos a Gabriel Santos, cita menos documentos e não tece críticas aos estudiosos de São Paulo que ainda insistiam em fazer do Sul de Minas a sua “Alsácia”, diferente do texto de 1911.

Embora naquela época os limites dos Estados já estivessem definidos, Vasconcellos propunha que tal questão deveria ser discutida com calma, uma vez que os laços entre mineiros e paulistas estavam historicamente ligados, assim como pelo incômodo que tal querela trazia a ele. O autor observava que na história colonial brasileira havia uma paixão dos governadores, das quais promoviam até mesmo lutas materiais, por amor de fronteiras, embora o país fosse unido pela mesma soberania e sua divisão ser meramente administrativa, e não havia conflitos de raças ou individualizações políticas<sup>358</sup>.

O principal problema apresentado com relação ao marco divisório é o da comarca do Rio das Mortes, em Minas, com a de Guaratinguetá, em São Paulo. D. Brás Baltasar ao assumir o governo de São Paulo e Minas de Ouro, erigiu em 1714 três comarcas, entre elas a do Rio das Mortes. Havia decretado como limite sul a Serra da Mantiqueira e o oeste o sertão desconhecido. Fora colocado um marco de pedra no alto da dita serra para demarcar o então limite. Enviados da comarca de Guaratinguetá, em 16 de setembro de 1714, foram até Caxambu e por conta própria demarcaram ali o os limites divisórios das comarcas ampliando seus domínios<sup>359</sup>.

Ao saber do procedimento realizado por Guaratinguetá, São João Del-Rei enviou representantes para então arrancar o marco de pedra outorgado pelos paulistas e mandou levá-la novamente ao local onde havia sido mandado colocar por D. Brás Baltasar, no alto da Serra da Mantiqueira. Quando a Capitania de Minas foi criada separada de São Paulo, em Carta Régia de 22 de dezembro de 1720, o marco divisório estabelecido foi o determinado por D. Brás. Tal ordem, que segundo Vasconcellos fora por muito omitida pelos paulistas, gerou muitas reclamações, mas surtiu pouco efeito para os reclamantes.

---

<sup>358</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>359</sup> Ibidem, p. 109.



A partir, principalmente, desse ato que a querela entre as duas Capitanias pelo domínio territorial do sul de Minas Gerais se inicia com maior força.

O governador da Capitania de São Paulo, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, em 1766 escreveu uma carta endereçada ao conde de Oeiras, mais tarde Marquês de Pombal, que havia tido seis divisas entre Minas e São Paulo. A primeira e mais antiga demarcação obtida pela Capitania de São Paulo foi a do Rio Grande ou Paraná, até o ano de 1690, momento em que os paulistas descobriram os cataguases. Vasconcellos contesta essa afirmação. Para ele tal questão nem merece muitos comentários, pois, “*caçadores de índias, bandoleiras ou facínoras não fazem demarcações*”<sup>360</sup>. A segunda, de acordo com D. Luiz António, foi feita pelo morro de Caxambu, quando a Câmara de Guaratinguetá foi criar a comarca do Rio das Mortes, dividindo as comarcas no ano de 1714. Outro absurdo, para o historiador mineiro. Quem criou a Câmara de São João Del-Rei, não foram os guaratinguetaenses, mas o próprio D. Brás em pessoa, quando passara pela região em 1713.

Sobre as terceira e quarta divisas, Vasconcellos também não fez nenhum comentário. Aquela foi posta na Mantiqueira, quando os moradores da região quebraram o marco e a colocaram no alto da serra nova chicana. Esta se refere à Carta Régia de 1731, que definia Caxambu como o limite das comarcas. A quinta se deu quando o Ouvidor do Rio das Mortes foi tomar posse da Campanha do Rio Verde, acrescentando-a até a Serra da Mantiqueira, depois até o Rio Sapucaí, em 1743. Vasconcellos também é contrário a tal afirmação, dizendo que por ali não havia passado “*desarmação*” alguma. A sexta, de acordo com D. Luiz se estabeleceu pelo Morro do Lopes, Serra de Mogi-Guaçu, que se dá no caminho de Goiás, também estabelecida em 1743<sup>361</sup>.

Diogo contesta todas as afirmações feitas pelos paulistas. Ele diz que todo o seu texto está sendo desenvolvido acompanhando o folheto de Assis Moura, passo a passo. O interessante é que, mesmo dizendo que estava seguindo os mesmos passos do estudioso paulista, Vasconcellos em nenhum momento faz citações do texto contestado, apenas das ideias possivelmente propostas pelo paulista. Ao longo da carta, o mineiro faz citações de inúmeros documentos, Cartas Régias, ordens entre outras matérias documentais que mostram o domínio de Minas Gerais das regiões disputadas com São Paulo.

---

<sup>360</sup> Ibidem, p. 116.

<sup>361</sup> Ibidem, p. 116-118.

Por motivos de recorte não nos é possível retratar todos os exemplos possíveis do como Diogo de Vasconcellos mobilizava o seu conhecimento histórico e transitava entre o memorialismo e o empirismo. Mesmo no último caso retratado aqui, em que se baseia fundamentalmente no rigor da crítica documental, o faz para reafirmar os valores mineiros através de seu território. O fato de Assis Moura chamar o sul mineiro de “Alsácia Paulista” feria a soberania histórica de Minas, e isso deveria ser corrigido pela verdade histórica. Vasconcellos transitava por duas tradições historiográficas, a dos memorialistas e a dos empiristas. Não havia uma grande separação entre os dois gêneros, mas pelo seu projeto de realizar uma história que fosse verdadeira e justa, a empiria sobressaía-se frente ao pretense memorialismo, embora a narrativa propriamente dita filiava-se mais aos letrados do final dos séculos do XVIII e XIX, do que pelos historiadores metódicos do início do século XX.

145

#### 4.2. Sinceridade, cientificidade e instrumentalidade na história

A história para Diogo de Vasconcellos possuía significados e funções variadas. Não era um gênero anedótico diletante produtor de curiosidades. A história tinha propósito. O conhecimento do passado era um dos principais instrumentos de preparação da mocidade para o futuro. A identidade do povo era formada pelo legado do passado e recuperar seus vultos era iluminar os caminhos do progresso e a civilização. A história era pedagógica e sua pretensão de verdade levava ao aperfeiçoamento da inteligência e da moral, bem como a eternização dos grandes feitos e homens.

Até hoje a vaidade humana, pressurosa apreendia todas as ocasiões de perpetuar-se no mundo da matéria. As estátuas de bronze e os monumentos de mármore eram os recursos com que os homens contavam para insultarem os nevoeiros da história e atalharem o esquecimento da posteridade. Daqui em diante, porém, reconhecida a insuficiência destes meios, demanda-se a imortalidade mesmo em suas divinas regiões, onde o cinzel imparcial e severo da civilização talha monumentos eternos a seus gênios tutelares. O tempo tudo abate e consome. Com duas asas sombrias percorre o mundo e no pó das cidades sacode a memória dos povos. Só não pode abater e consumir a solidariedade do espírito humano, reproduzida, de século em século, na glória das letras<sup>362</sup>.

---

<sup>362</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. “Discurso pronunciado perante a Sociedade Propagadora da Instrução (1872)”. In: \_\_\_\_\_. **História do Bispado de Marianna**. Bello Horizonte: Edições Apollo, 1935, p. 141.

Seus contemporâneos e comentaristas mais próximos ressaltavam que a narrativa vasconcelliana era imparcial. Essa característica fundia-se, então, com sua escrita fluente. Nas palavras do primeiro secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Henrique Raffard: “*Esmerilhando fatos, descobrindo novos documentos, fez o Dr. Diogo perfeito quadro sintético do desenvolvimento social e político de Minas, revelou-se escritor e imparcial*”<sup>363</sup>. Mas afinal, o que isso representava na historiografia de Vasconcellos frente à cultura histórica da virada do século?

Em um importante artigo de Sérgio Buarque de Holanda publicado originalmente no *Correio da Manhã*, de 15 de julho de 1951, o autor discorre sobre o pensamento histórico no Brasil ao longo da primeira metade do século XX. Esse texto é considerado um dos primeiros dedicados à história da historiografia no país. Sérgio Buarque, acadêmico da Universidade de São Paulo, em seu exercício de constituição do cânone historiográfico brasileiro do sua época elegeu Capistrano de Abreu como o grande historiador da geração que atuou na virada do século, um historiador que percebia a história como a reconstituição e reconstrução, no presente, da experiência única e múltipla no tempo a partir da pesquisa empírica<sup>364</sup>. Para o autor de *Raízes do Brasil*, os *Capítulos da história colonial*, de Capistrano, apresentavam “*os aspectos mais nitidamente políticos e os que dependem da pura ação individual, dificilmente redutíveis a qualquer determinismo, cedem passo a outros, aparentemente humildes e rasteiros, que mal encontravam guarida na concepção tradicional de história*”<sup>365</sup>. Capistrano quebrou com a tradição que pensava a história a partir da colonização para dar lugar à *sociedade colonial*.

Para Sérgio Buarque, escrevendo em um momento em que a disciplina comaçava a se solidificar como ciência valoriza uma das características, na obra de Capistrano, que foi fundamental para se constituir a escrita da história cientificamente conduzida no Brasil no início do vinte: a utilização do método. A publicação de documentos era para Buarque de Holanda um importante instrumento para os estudos do passado. O autor ressaltava essa importância para os estudos do pretérito paulista,

<sup>363</sup> RAFFARD, Henrique. Relatório Anual do Primeiro secretário Commendador Henrique Raffard lido na sessão magna em 15 de dezembro de 1905. **RIHGB**. Tomo LXVIII, Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, p. 648.

<sup>364</sup> PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Op. Cit.**, p. 157.

<sup>365</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos”. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 602.

mas que podemos seguramente transportar para uma cultura historiográfica mais abrangente, na primeira metade do século XX.

Na perspectiva de Ricardo Benzaquen, Capistrano de Abreu no afã de constituir uma história verdadeira, ou uma verdade histórica, dedicou-se de forma voraz à tarefa da sua tradução e publicação, procurando estabelecer a identidade dos seus atores, e estimulando a pesquisa das fontes históricas por todos os meios que tivesse alcance. Sobretudo, aponta Benzaquen, o distanciamento do autor em relação aquilo que era estudado mostrava-se fundamental para a validação do método crítico, que se constituía pela leitura das fontes, testemunhas e documentos<sup>366</sup>. Característica da concepção moderna de história.

Capistrano de Abreu preocupava-se, também, em empreender esforços em direção de se conhecer os limites do próprio fazer historiográfico. Não apenas olhava para o estudo dos acontecimentos, mas desenvolveu discussões acerca das possibilidades de se conhecer a história, tomando-a como objeto de estudo<sup>367</sup>. Capistrano era muito atento com as questões de metodologia na prática historiográfica que, para Fernando Amed, talvez fosse por entender que era o que faltava para aqueles que se preocupavam com a história. Não bastava afastar-se das crônicas, como sugeria o IHGB naquele momento, era preciso desenvolvê-las com métodos bem definidos.

Francisco Falcon aponta que nascido sob o signo da historiografia romântica, Capistrano de Abreu afirmou-se já na era do cientificismo. Sua carreira, porém, revela uma progressiva transformação de pressupostos filosóficos e ideais historiográficos. Inicialmente predominavam, nele projetos ambiciosos e críticos face ao cenário intelectual dominante. Aos poucos, propõe Falcon, os grandiosos planos e as certezas filosóficas foram cedendo terreno às dificuldades do próprio trabalho de historiador, assim como dos problemas reais que suscita toda interpretação histórica<sup>368</sup>. Falcon ainda propõe que mesmo preocupado com a materialidade e valorização do texto documental, Capistrano não era um empirista. Para o historiador cearense, a objetividade histórica não consistia em deixar-se escravizar ao conteúdo do documento. Importante seria a

---

<sup>366</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna. narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 33-34.

<sup>367</sup> AMED, Fernando. "Ser historiador no Brasil: João Capistrano de Abreu e a anotação da *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen". In: NEVES, Lucia Maria Bastos das; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GONÇALVES, Marcia Almeida e GONTIJO, Rebeca. **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

<sup>368</sup> FALCON, Francisco José Calazans. **Op. Cit.**, p. 155.

relação entre o material documental e as visões teórico-interpretativas do historiador, cabendo propor questões e possíveis respostas.

A história, no sentido dos acontecimentos passados, constitui para Capistrano um objeto real – trata-se da própria realidade histórica. No entanto, quando se analisa o seu discurso histórico, nem sempre conseguimos distinguir entre história-matéria e história-disciplina. Tão pouco se observa com clareza algo como certa forma de consciência acerca da subjetividade do historiador como problema na produção do discurso histórico<sup>369</sup>.

148

Diogo de Vasconcellos era contemporâneo de Capistrano de Abreu. Não nos é possível afirmar se havia algum tipo de contato intelectual entre os dois, mas frente as questões que se levanta, na época, sobre o fazer historiográfico no Brasil nos é lícito promover algumas aproximações. O autor da *História do Bispado de Marianna* ao mesmo tempo em que valorizava o uso do documento como principal meio de se alcançar a verdade histórica não deixava que o trato com as fontes impedisse a utilidade descritiva da história. Distinguir e conhecer as lições sintetizadas nas “*páginas descritivas do passado*” proclamava, para Diogo de Vasconcellos, o triunfo infalível da virtude sobre o vício, do direito sobre a tirania, atribuindo à crítica uma elevada missão criadora.

A crítica tem de ser por isso mesmo imparcial e justa, não somente com os tempos, senão ainda mais com os homens. Si os povos devem ser julgados no país em que habitam nossos pais, como eles não podem ser acusados ou defendidos senão pelas leis do século, em que viveram; nem ser condenados por ideias, que não tiveram submetidos como eram ao meio em que se nivelavam com todos os seus contemporâneos<sup>370</sup>.

A história escrita por Diogo de Vasconcellos é uma história patriótica. No entanto, a relação com a pátria se desenrola de maneiras distintas daquelas que se pode perceber em autores como Varnhagen, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e até mesmo Capistrano de Abreu. Seu projeto historiográfico estava ligado a um regionalismo mineiro. A escrita sobre o passado de Minas ao mesmo tempo contribuía para a formação da história da nação e da identidade local. Seus métodos não eram bem definidos, e por mesclar memorialismo e empirismo, por vezes, oscilava entre as formas antigas e modernas de história, mas respondendo aos pressupostos de sua época.

<sup>369</sup> Ibidem, p. 157.

<sup>370</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso de Inauguração do IHGMG, p. 218.

A concepção clássica de história, predominante até por volta da metade do século XVIII tinha como principal característica a crença na unidade essencial do gênero humano, único, portanto, capaz de validar a organização da história como se ela fosse, como propõe Ricardo Benzaquen, um palco onde um conjunto de cenas, que não necessariamente tenham relações entre si, seria continuamente representado em prol do aperfeiçoamento político e moral de seus expectadores. O autor afirma que essa concepção não abdicava da distinção entre futuro e passado. No entanto, observa, a decisão de como, quando e em que direção agir dependia de uma cuidadosa avaliação dos ensinamentos armazenados nesse modelo de história, baseada no já discutido *topos* ciceroniano da *historia magistra vitae*<sup>371</sup>.

Quanto à concepção moderna de história havia um posicionamento crítico em relação à tradição, onde o ideal de uma verdade exata, rigorosa, que pretendia, então, se relacionar com as ações dos homens para além dos valores, dos debates éticos que proporcionaram, enfatizando na verificação se, quando e onde existiram. Benzaquen propõe a fórmula explicativa sobre a concepção moderna de história que se revelava como a passagem de uma verdade considerada *ética* se opondo ao *erro*, para uma verdade que se confunde com o *fato* projetando um afastamento das fronteiras da fantasia ou da imaginação<sup>372</sup>. A verdade histórica para Diogo de Vasconcellos, nessa perspectiva, era ensinada pela erudição, por isso o uso da documentação e sua crítica sistemática eram fundamentais. Isso se unia à retórica na construção de um princípio que fosse ao mesmo tempo filosófico e teológico. Escrever a história, para ele, não se resumia em relatar os fatos em seu movimento, mas se posicionar claramente em favor da civilização. A narrativa ganha um elevado peso a partir deste ponto, que em um tom encomiástico sobre os grandes homens e feitos, unia descrições poéticas sobre o passado sem, naturalmente, se afastar da verdade.

Pertence aos nossos poetas contarem essa idade de ouro nesta terra de ouro; mas a verdade histórica nos põe diante da pobreza e da miséria, da barbaria e da imoralidade, quando para aqui veio D. Manoel encetar o seu trabalho apostólico, ajudando aos poucos, e obstado por muitos de quantos deveria esperar o concurso. A luta, porém, maior não foi de propriamente com o povo, que, se não era, desejava ser cristão e amava a Igreja, não obstante as imperfeições da fé e as lacunas da doutrina (...)<sup>373</sup>

<sup>371</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Op. Cit.**, 29.

<sup>372</sup> *Ibidem*, p. 30-31.

<sup>373</sup> VASCONCELLOS, Diogo. **Historia do Bispado de Marianna**, p. 92-93.

Retomando as questões relativas à concepção moderna de história, o historiador deveria abandonar a pretensão em emprestar um sentido ético e pedagógico à sua atividade, para se concentrar na busca de um ponto de equidistância entre os mais variados princípios, valores e padrões em conflito. O historiador então renunciaria a qualquer um deles para a obtenção de um acesso o mais objetivo da realidade possível. Enquanto na concepção clássica o exame crítico da tradição se mostrava relativo, na modernidade ele se torna absoluto. O passado era cada vez mais observado com desconfiança e submetido a um contínuo e minucioso quadro crítico, convertendo o historiador de especialista em alguém que trabalha sob certo método acessível depois de um árduo aprendizado<sup>374</sup>.

O conceito moderno de história, nesses moldes, não se impôs imediatamente. Esse foi um processo longo que atravessou todo o século XIX, e ao mesmo tempo possuía o conceito clássico como concorrente, e em algum ponto também se é possível notar focos de interseção entre essas duas formas de pensar a história. Para Diogo de Vasconcellos, já no século XX, a história era o “*quadro magistral*” que oferecia ao agitado “*oceanos dos tempos*” os caminhos possíveis para que a mocidade evitasse os erros, condenar os vícios, fortificar as virtudes e converter as paixões em instrumento do progresso.

Escrevendo esta História<sup>375</sup> é bem claro que não tive somente em vista instruir alunos, senão também educá-los civicamente, pois convencido sou da influência moral que a História exerce no próprio sentimentalismo dos moços, oferecendo-se-lhes um inventário exato e verdadeiro do passado. É preciso que eles saibam o que a nossos pais custou a formação de uma pátria e que bem compreendam, como também são e serão operários transitórios desta obra, que cumpre e nunca retroceda. Servida infelizmente pela nossa imperfeita natureza, todo o esforço é pouco para melhorá-la, pois muitas se têm visto degenerar e todas sucumbir, quando os moços se descuidam e se corrompem<sup>376</sup>.

Nas proposições de Rodrigo Turin, houve uma forte tendência entre os historiadores do século XIX brasileiro em ligar-se à nação. Vínculo este formalizado no período imperial, e que ganhou uma nova forma durante o início do regime republicano, evidenciando-se como uma nova forma de escrever a história. De acordo com o autor, esse era um meio usado por esses intelectuais para justificar a obra que apresentava. Ressaltar as questões que envolviam a *sinceridade*, a *dificuldade* e a *utilidade* daquele

<sup>374</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Op. Cit.**, 31.

<sup>375</sup> Referindo-se ao livro “História Antiga das Minas Gerais”.

<sup>376</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Geraes**, p. 418-419.

empreendimento, o autor da obra inseria seu trabalho no espaço letrado. Escrever a genealogia nacional, dessa maneira, implicaria em uma espécie de tomada pública que caracterizava o par autor-nação.

Ato essencialmente político, a escrita da história nacional reclamava por parte de seu autor a reflexão sobre esse vínculo visceral. Pode-se mesmo dizer que a própria possibilidade de se escrever a história da nação passava pelo estabelecimento prévio de uma relação entre a pessoa que escreve, o lugar que lhe é próprio e o projeto que defende<sup>377</sup>.

151

Como muito se discute na historiografia, a constituição da história como disciplina foi vinculada à formação dos Estados nacionais modernos. No Brasil isso se acentuou ao delegar à instituição monárquica construir e legitimar o espaço do discurso histórico nacional. Turin aponta que na Europa, no dezenove, o processo de institucionalização da história estava em um processo de “*profissionalização*” ao ter a universidade como um espaço privilegiado de produção enquanto no Brasil, o produzir a história estava ainda vinculada às academias cujos cargos de composição eram preenchidos basicamente por suas relações sociais<sup>378</sup>.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição símbolo desse ideal, orientava-se à organização de uma história nacional centrada na unidade territorial e política. Cabia ao historiador delinear o perfil da nação brasileira, garantindo a alteridade frente ao conjunto das nações, baseando-se nos princípios que organizavam a vida social do século XIX. Baixo à tutela do Imperador, a escrita da história encarada como uma tarefa oficial e a obra realizada, um bem nacional. Era em nome e pela nação que os letrados do IHGB atuavam. O historiador, naquele momento, ao tentar escrever a história “oficial” do Estado tornava-se um dos braços mais importantes na construção de uma identidade coletiva e dos modelos de ação para o governo<sup>379</sup>.

Escrever a história, no dezenove, era um grande exercício de afetividade. Há, assim como no memorialismo apresentado na seção anterior, a construção de uma relação íntima entre a história da nação e seu narrador. Von Martius em sua famosa monografia ressaltava a necessidade do historiador em escrever uma história patriótica, prestando um serviço a ela. Para o cronista alemão, ao escrever sobre o pretérito o historiador deveria ser sincero quanto a seu propósito, e deixar claro a quem ou ao que ela era endereçada, somente assim a narrativa se tornaria verdadeiramente um bem para

<sup>377</sup> TURIN, Rodrigo. **Op. Cit.**, p. 14.

<sup>378</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>379</sup> *Idem*.



a nação<sup>380</sup>. A criteriosa seleção dos temas narrados eram fundamentais para que tal empreendimento fosse cumprido. Essa característica é clara para Vasconcellos. A história para ele deveria servir como meio de exaltação seja ela da pátria, da província/estado, ou da cidade. Ela era a mantedora das tradições e construtora do progresso. Essa era sua missão patriótica, como podemos perceber em seu discurso e homenagem ao bicentenário de sua cidade natal:

Quiseram com efeito os destinos, que fosse aqui em nosso afortunado torrão, onde se iniciassem, fase por fase em Minas os fastos da vida organizada; e neste sentido, Mariana, senhores, é bem que se ufane de ter sido o berço do povo mineiro. A história particular de Mariana pode servir por isso de prêmio à história geral de Minas; e não exagero dizendo que o arraial do Carmo foi a Alba Longa de um novo Lácio. E na verdade, se Minas deve a sua existência aos descobridores do ouro, Minas aqui surgiu no dia em que foi descoberto o ribeirão do Carmo<sup>381</sup>.

152

A história como construtora de identidade e ele com os antepassados e a tradição era, sobretudo, um instrumento para a formação de um sentimento regionalista, que de certa forma andava junto com o nacional, mas deveria aparecer primeiro, pois é com o orgulho que se tem de sua terra que os homens poderiam estabelecer sua unidade.

A história local, que aos espíritos fúteis, poderá parecer mesquinha, tem toda a vantagem que se deseja para que não se confirme o antigo ditado, que Plutarco lembra na vida de Arauto, que – filhos desgraçados fazem o elogio dos pais.

(...)

Mostrar como as povoações se fundaram, como progrediram, como lutaram, como em certas épocas se perturbaram e decaíram, parece-me de mais utilidade e de mais senso prático, do que a narrativa das grandes tragédias humanas.

(...)

Auxiliar esse encanto natural, mostrando aos moços os elementos de que sua terra está pejada e que podem desenvolver, sem invejarem outra, concentrando toda a sua atividade em melhorarem a que tem, eis o lado mais belo, por que encarei este livro, cujo valor moral crescerá no futuro, transmitindo-lhe a imagem do presente<sup>382</sup>.

Na escrita de Von Martius, diz Turin, a sinceridade afetiva é que qualifica o pacto com o leitor, e que de certa forma também ressalta a dificuldade que implica produzir a obra. Assim, escrever uma história científica era, para o autor alemão, um

<sup>380</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Como se deve escrever a historia do Brazil. Revista do IHGB.

<sup>381</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. Bi-centenário de Marianna (Villa de Nossa Senhora do Carmo). **RAPM**. Ano XVII. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1912, p. 23.

<sup>382</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. “Prefácio”, p. 646-647.

exercício árduo de abnegação. Não era qualquer um que teria condições de fazer uma história assim. Para cumprir tal missão, o historiador teria, então, que sacrificar a si próprio, esforçar-se ao máximo na coleta, crítica e exposição dos documentos em uma “*narrativa apropriada*”. Francisco Iglésias ponderava que Diogo de Vasconcellos, retornando ao nosso caso, não era um historiador profissional. Faltava-lhe formação para isso, e só dedicava aos trabalhos historiográficos nas horas vagas, o que não o tornava um amador, uma vez que tinha total consciência do que realizava. Vasconcellos elaborou o que sabia e colheu os elementos para enriquecer o quadro informativo que construiu. Mas compreendia também as limitações de seu trabalho e fazia ele também seu pacto com o seu leitor. Isso fica evidente ao analisarmos a sua “Advertência” para a *História Antiga das Minas Gerais*. Alongar-nos-emos um pouco mais nesse curto texto para compreendermos como se forma tal pacto e como Vasconcellos apresenta seu projeto historiográfico.

Diogo de Vasconcellos em sua “Advertência” sela o seu primeiro contato com o leitor. Aquele não é um espaço destinado pelo autor para apresentar a sua obra como um todo, mas uma área destinada para que ele pudesse justificá-la. A história para Vasconcellos ainda estava viva, e suas marcas ainda eram fortes para o povo mineiro. O historiador deixava isso transparecer em seu texto, pois esse era o pacto de sinceridade e sensibilidade que ele assumia com a própria obra.

Em 1898, no dia de S. João, tendo na forma do antigo costume, ouvido a Missa na Capela do Morro, por aí me conservei algumas horas em meditação depois que o povo retirou-se. Fazia no ato dois séculos que a bandeira de Antônio Dias ali chegou para descobrir o Ouro Preto<sup>383</sup>.

No primeiro trecho destacado nota-se o peso da tradição como elemento compositor de memória e identidade. O “antigo costume” de ouvir a missa em uma capela setecentista em pleno dia de São João, justamente na data que se comemorava os duzentos anos da chegada do paulista Antônio Dias na região onde é Ouro Preto ressaltava muito mais do que uma feliz coincidência, mas evidenciava o lugar de pertencimento na história. Esse pertencimento já não podia ficar apenas na tradição, precisava ser organizado e registrado. Dessa forma, Vasconcellos apresentava seu projeto historiográfico.

<sup>383</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Geraes*, p. 3.

Concebi então o projeto de reunir as memórias que tinha, dos fatos sucedidos nessa época remota, pouco estudada, e muito mal dirigida pelos Escritores até hoje aceitos, como depositários da tradição. O meu projeto, apenas começando, vi que não era tão simples como supus. A história não se pode discernir aos pedaços. Assim o que aqui apresento não está bem nas condições como desejei, e apenas poderá despertar algum gosto pelas coisas antigas, a quem as quiser com elementos melhores de sucesso.

Acresce que, precisando eu de cuidar constantemente das necessidades da vida, só pude empregar as horas vagas e os dias de férias, alternativas, que o leitor facilmente observará na desigualdade das páginas escritas; e assim desculpará os muitos defeitos, que infelizmente encerram<sup>384</sup>.

A “Advertência” traz alguns elementos interessantes para a compreensão da relação do autor com a obra e a maneira que ele teve para transparecer isso para o leitor. No segundo trecho destacado podemos perceber, por exemplo, a humildade posta pelo autor como não sendo a pessoa mais indicada para escrever uma história daquele porte ou, ao menos, o trabalho que havia realizado na verdade estava incompleto. A história era um gênero que para Vasconcellos estava sempre em aberto para ser registrada. A obra dele seria então a porta de entrada para pesquisas posteriores e com um grau maior de profundidade. Esse é o projeto que será difundido anos mais tarde pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, instituição que surgiu para complementar o Arquivo Público Mineiro, e que seria, em tese, responsável por constantemente reescrever a história de Minas.

A questão personalista do texto aumenta quando nos deparamos com as justificativas dadas pelo autor acerca da fragmentação de sua obra. Vasconcellos constrói uma relação de proximidade com o leitor ao mostrar que pelas “*necessidades da vida*” não pode desenvolver da melhor forma o seu trabalho. Vasconcellos foi um homem multifacetado ao atuar em diferentes frentes tais como a política, o jornalismo, a advocacia e a história. A somatória desses elementos forma a cultura histórica vasconcelliana, e como projeto político isso deveria ser evidenciado.

Entrementes, o que queremos destacar aqui é a concepção do projeto historiográfico encaminhado por Vasconcellos. Os comentaristas da obra do autor de *História Antiga das Minas Gerais* tendem a destacar que as intenções de Diogo de Vasconcellos era escrever uma “história geral de Minas Gerais”, reunindo memórias do passado daquele estado. Mas se relermos com atenção sua obra, ele não diz em nenhum momento que esse era seu projeto escriturário. Vasconcellos destaca que, disposto a organizar os estudos sobre o passado mineiro, reuniria as memórias que *ele tinha* sobre

<sup>384</sup> Ibidem, p. 3-4.

a matéria. Arriscamos a afirmar que a *História Antiga* foi um projeto, assim, muito mais pessoal. Desdobraremos nossos argumentos após a próxima citação.

O contato, em que andei com o passado, deu-me de lucro recolher algumas outras notas, que farei todo o possível de consertar para a publicidade, como são as referências ao conflito dos *Emboabas*, e os *Limites de Minas*, história última esta, que ainda não foi publicada e nem escrita<sup>385</sup>.

O primeiro item que chamaremos atenção é tópico frasal do parágrafo destacado acima: “*O contato, em que andei com o passado, deu-me de lucro recolher algumas outras notas (...)*”. Mais uma vez Diogo de Vasconcellos indica a sua íntima relação com o passado vivo. Isso pode ser observado de dois modos: o primeiro é pela própria experiência do tempo, de fazer parte de uma história sobreposta que ainda não teve o seu fim e está tanto com o passado quanto o futuro em aberto. A memória aqui se ativa com o propósito de controlar o passado, e por consequência o presente. De acordo com esta perspectiva, reler o passado tendo como ponto de partida o presente permite controlar a materialidade expressa pela memória<sup>386</sup>. A forma de chegar até esse passado que não passa é o que se verifica no segundo modo de Vasconcellos se relacionar com o pretérito, através do documento.

Autores como João Ribeiro, Francisco Iglesias, Basílio de Magalhães, Oiliam José, entre outros, destacam o profundo conhecimento que Diogo de Vasconcellos possuía dos arquivos mineiros. Essa relação entre autor e documento é o ponto chave da historiografia vasconcelliana. Há em vários momentos de sua obra em que ele cita e transcreve documentos sem indicar suas fontes. Ao fazer isso, Vasconcellos despertou muito desconforto tanto em autores mais clássicos como Teófilo Feu de Carvalho<sup>387</sup>, quanto para autores mais próximos ao nosso tempo como Charles R. Boxer<sup>388</sup>. No entanto, dentro do escopo geral da escrita da história em Diogo de Vasconcellos essa escolha faz sentido, por dois motivos.

O primeiro se dá pelo estatuto empregado ao documento. Para Vasconcellos o documento é um fragmento do passado que guarda a verdade sobre ele. É o registro

<sup>385</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>386</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. “Percurso de memórias em terras de história: problemáticas atuais”. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 42.

<sup>387</sup> CARVALHO, Teófilo Feu de. Questões históricas e velhos enganos. **RAPM**. Ano 24, nº1, 1933, pp. 3-42.

<sup>388</sup> BOXER, Charles R. **A idade de ouro do Brasil**: Dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

daquilo que realmente aconteceu. Vasconcellos como um historiador erudito vai ao arquivo consultar as fontes gerando, dessa forma, um caráter de autoridade sobre o que está ali registrado. Dentro dessa chave de leitura, Diogo de Vasconcellos consultou o documento, que é a verdade histórica, logo ele conhece essa verdade que deve ser resignificada e se isenta da necessidade de citar as fontes, uma vez que esse é o pacto que o leitor deveria fazer com ele e acreditar na idoneidade do autor e no que estava narrado no livro. O segundo é perceptível quando levamos em consideração o público alvo ideal da *História Antiga das Minas Gerais*.

Como observado por André Coura Rodrigues em sua dissertação mestrado<sup>389</sup>, a *História Antiga* foi concebida como um livro de cunho didático, para ser usado em sala de aula e não um livro escrito para os pares. Essa questão é destaca pelo próprio Diogo de Vasconcellos em uma carta endereçada a Avelino Ferreira e que está reproduzida da edição de 1904 da *História Antiga*. Embora não tenha se tornando o principal livro de história a ser usado pelas escolas mineiras, a obra foi impressa e distribuída pelo governo do estado, o que nos faz avançar na leitura da “Advertência”.

A *Guerra dos Emboabas* é um dos temas mais recorrentes na *História Antiga*. Mas a questão dos *Limites de Minas* é a que nos chama mais a atenção. Em nossa perspectiva, esse é um dos elementos fundamentais para compreender o projeto historiográfico de Vasconcellos. A primeira edição da *História Antiga das Minas Gerais* foi publicada em apenas um volume na cidade de Ouro Preto, em 1901. Já em 1904, a Imprensa Oficial do estado de Minas Gerais reedita a obra. A princípio, a versão original do livro surgiu como uma resposta ao vazio político-cultural que Ouro Preto se encontrava nos momentos imediatos à transferência da capital. Narrar as origens de Minas até desaguar na criação da capitania, em 1721, e destacar Ouro Preto como o centro da civilização mineira era o caminho natural a se seguir. Na segunda edição isso não fazia mais sentido, ou o argumento final não poderia ser mais esse.

Embora Ouro Preto se mantivesse como uma espécie de metonímia para o estado de Minas Gerais, o grande berço dos heróis, da cultura e da tradição, a história de Minas não poderia ser mais resumida naquela cidade. Com o financiamento do estado e a distribuição do livro em todo território mineiro, as outras sub-regiões precisavam compartilhar da mesma identidade histórica que tinha a região mineradora. Dessa maneira, incluir na obra estudos que tratassem das questões de limite com Goiás, Bahia,

---

<sup>389</sup> RODRIGUES, André Coura. **Op. Cit.**

Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo era fundamental para formar uma unidade sólida para Minas, e de forma pragmática distribuir o livro.

O autor então termina sua “Advertência” oferecendo o livro aos seus leitores, obra, que segundo ele, foi concebida por inspiração ao bicentenário da chegada dos paulistas a Minas. Um texto de apenas cinco parágrafos que expressam o acordo que Vasconcellos traça com a sua própria obra e com seus leitores, inserindo-se na história e justificando o seu trabalho.

Oferecendo, pois, este meu trabalho aos leitores, espero compensar em outros as faltas, que não pude agora evitar. Inspirado no dia do 2º Centenário de Ouro Preto, bem é que o ponha sob os auspícios de tantos corações, que prezam a esta nossa amada Cidade. "*Procerum generosa propago; armorum legumque parens*"<sup>390</sup>.

Para Varnhagen, por exemplo, o método histórico garantia a suspensão do sujeito e a neutralidade do enunciado, que se mostravam traços fundamentais de uma história que se denominava científica. O pacto, implícito, de sinceridade e afetividade não comprometia a legitimidade do enunciado histórico como verdade. A sinceridade e a cientificidade, que eram necessárias para a escrita da história nacional garantia a utilidade da empreitada. A história possuía um forte caráter pedagógico<sup>391</sup>.

Algumas transformações na historiografia ocorridas no Brasil a partir da década de 1870 com a geração de intelectuais que se formava naquele momento foram, segundo Turin, tanto no âmbito formal que compunha a enunciação histórica – sinceridade, cientificidade e instrumentalidade -, como na tematização e organização da narrativa historiográfica. Havia de um lado a busca pela autonomização do historiador quanto produtor de conhecimento, e de outro a reconfiguração da “*trama histórica*” herdada pela tradição imperial. O povo, a partir desse momento, passa a ser visto como um corpo homogêneo, cuja unidade deveria ser reivindicada a partir de sua formação histórica, tornando-se um objeto de imenso investimento discursivo<sup>392</sup>.

Embora na obra de Vasconcellos as autoridades coloniais tenha maior destaque no processo de organização do território mineiro, o povo aparece como um elemento também fundamental na constituição tanto do território quanto da memória histórica de Minas Gerais. O povoamento e as rebeliões são elementos que, através do constante

<sup>390</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. *Historia Antiga das Minas Geraes*, p. 4.

<sup>391</sup> TURIN, Rodrigo. *Op. Cit.*, 18-19.

<sup>392</sup> *Ibidem*, p. 20.

conflito, surgem na obra de Vasconcellos para destacar o dinamismo da sociedade colonial e o lugar do povo na história.

Além da sinceridade para com o estado de Minas Gerais, a história e todo o seu processo de investigação e escrita não poderiam deixar de passar pela luz da religiosidade, marca de seu pensamento social, político e intelectual. A Providência, para Diogo de Vasconcellos, em grande medida, aparece em sua escrita como a mão definidora em momentos decisivos, ou até mesmo com uma visão cíclica dos acontecimentos. Cada uma das sociedades sofria dos mesmos problemas, o da tensão cíclica do combate entre forças antitéticas. Devemos lembrar que o ideal de civilização e identidade em sua obra deriva do embate dos homens no tempo e no espaço. Minas, como uma sociedade em formação passava, na concepção vasconcelliana pelos mesmos processos de sociedades do passado. As constantes comparações com a antiguidade ou com tempos mais remotos servem como ilustração desse visão de tempo cíclico.

O cristianismo era a base da moral e da civilização, e a história da humanidade, pelo menos no mundo ocidental, constituía-se, na perspectiva vasconcelliana, através de sua verdade. O mundo intelectual, para ele, transformava-se ao longo do tempo unindo-se ao trabalho das gerações, documento imperecível que imprimia o gênio severo e grandioso do cristianismo. A *“centelha divina, (...) que trouxe na cabeça erguida para o céu, foi suficiente para iluminar os séculos passados, e para afervorar esperanças do porvir, que sempre reluzem ainda nas mais apressadas e tristes vicissitudes da história humana”*<sup>393</sup>. A religiosidade era base fundamental para a formação do indivíduo crítico, devendo até mesmo ser ensinada nas escolas como disciplina regular<sup>394</sup>.

<sup>393</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. “Discurso pronunciado perante a Sociedade Propagadora da Instrução (1872)”, p. 135.

<sup>394</sup> Como presidente da Câmara Municipal e agente executivo de Ouro Preto, em 1892, Diogo de Vasconcellos laçou a proposta de incluir, no ensino público, aulas de catecismo. Não sabemos o resultado da propostas, mas reproduzimos aqui o documento: *“Paço da Câmara Municipal de Ouro Preto 12 de Agosto de 1892. Illmo. Snr. Ao digno Sr. Juiz de Paz desse distrito, e ao Revmo. Vigário tenho solicitado intervenham para que ao menos um dia na semana sejam os meninos dessa localidade instruídos nas verdades do catecismo. Este serviço não é somente da Igreja, conquanto seja ela a Mestra única instituída por Jesus Cristo, nosso divino Salvador para manter e conservar a luz do Evangelho. A sociedade civil tem visto mais interesse do que a própria Igreja, pois que a Igreja vive sem a cidade, mas a cidade é que não terá fundamento seguro senão no temor de Deus. Por isso avultando de modo assustador a propaganda de doutrinas materialistas e anárquicas, sendo espantosa a concepção de costumes, que se ostentam desapoderados de todo peso, entendo que é necessário [ ] o incêndio que não atinja as premissas do futuro semeadas na infância. É a razão porque vou rogar a V. Sa. que de acordo com aquelas referidas influencias e com os conselheiros Distritais, sucedam os pais, e à todos da conveniência de uma campanha metódica e [ ] para se evitar a calamidade ou do altruísmo ou das superstições com que as teorias modernas ameaçam devastar o povo e a sociedade. Neste sentido espero que em dia certo e marcado seja dado às crianças o ensino das verdades cristãs: sendo este empenho o que mais recomendo a V. Sa. como digno auxiliar e órgão dos meus sentimentos. Deus Guarde a V. Sa. Sn. Professores do Distrito de ..... = Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos”*. OURO PRETO.

Limpar no coração as veredas da Providência; libertar a razão das fantasias, que desvairam; ensinar, enfim, benigno emprego à atividade, fazendo cessar a tendência das paixões insensatas, eis também o mais instante e mais justo reclamo da política e da religião, dessas duas celestes irmãs, que entre si dividirão (sic) o império do mundo, tomaram o homem no berço e foram desde logo o leito e as margens ao curso de sua existência<sup>395</sup>.

Diogo de Vasconcellos, portanto, ainda no século XX convergia em seu pensamento historiográfico inúmeras matrizes que a princípio parecem ser antagônicas, mas dentro do projeto escriturário vasconcelliano fundia-se na pretensão de ao mesmo tempo dar importância para o documento e para a narrativa, mesmo que seja poética e imaginativa em algum momento. Uma história que embora fosse um elogio ao estado de Minas Gerais, servia para fortalecer também os aspectos da religiosidade cristã, fundamental para se construir os caminhos claros para a civilização. A sinceridade no fazer historiográfico, a cientificidade no método, mesmo nitidamente confusa na obra do historiador marianense, e a utilidade desse conhecimento para a formação identitária e política mineira colocava Diogo de Vasconcellos na gangorra que balançava entre o conceito clássico e moderno de história, fazendo-o um típico historiador romântico.

159

### 4.3. Diogo de Vasconcellos: um romântico tardio

Diogo de Vasconcellos propôs no final do século XIX a escrita de uma grande síntese da história de Minas Gerais, tendo como interesse o reconhecimento das vicissitudes do passado local. O constante conflito dos homens com a natureza, e dos homens com os próprios homens geravam a tensão necessária para que se constituísse o molde da civilização mineira. Vasconcellos amparava-se em um imenso *corpus* documental, que na maioria dos casos era completamente omitido pelo autor ao longo de sua narrativa, e com isso enfatizava o texto, que embora notavelmente fragmentado, justificado pelo próprio autor como causa da não dedicação completa ao seu trabalho de historiador. Uma narrativa fluida, rica em detalhes e imaginação, que tornou o autor conhecido por possuir uma característica “romanesca” de narrar o passado mineiro. Tal princípio contrariava, portanto, um ideal cientificista de relatar o passado, que via na

---

**Livro de Registro de Ofícios e Portarias expedidas pela Câmara Municipal.** (Correspondência do Dr. Diogo Luís Almeida Pereira de Vasconcelos). 1892 a 1893. 251f (Folhas 216 a 251 em branco). Termos de abertura e de encerramento. Microfilme: volume 0213. Caixa 22 L 1.

<sup>395</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. “Discurso pronunciado perante a Sociedade Propagadora da Instrução (1872)”, p. 136.



erudição, isenção completa do historiador e o rigor no uso do documento os melhores caminhos para se produzir história.

Com uma mistura de memorialismo e empirismo, Vasconcellos procurou em suas *Histórias de Minas Gerais* a atualização de uma pretensa historiografia que apenas se baseava na tradição, que não se preocupava com os fatos. Dessa maneira, no afã de corrigir os erros sobre o passado tece críticas às suas referências. No entanto, suas próprias “correções” geravam críticas de seus contemporâneos ou historiadores que depararam com sua obra posteriormente. Teófilo Feu de Carvalho, diretor do Arquivo Público Mineiro nas décadas de 1920 e 1930, acusava Diogo de Vasconcellos de desconsiderar toda literatura anterior ou contemporânea a ele, cometendo, também, erros.

Afirmações e correções, em meu obscuro pensar, envolvem, alguma responsabilidade moral e, por isso, deve-se antes bem estudar e melhor verificar, pensando o que se diz e se assevera, para não se corrigir o que está certo e evitar uma falsa posição<sup>396</sup>.

Sua obra historiográfica teve início em um momento de grandes mudanças políticas e sociais no Brasil. A nascente ordem republicana trouxe consigo uma nova forma de perceber o tempo de maneira mais acelerada. Isso forçava uma ideia de modernização que acompanhava o modelo de civilização aos moldes europeus. Outros modelos passavam a vigorar. Em Minas, a necessidade de se alcançar a modernização o mais rápido e a todo custo fez com que as autoridades locais projetassem uma capital totalmente planejada. Retirava-se, assim, o poder de um dos símbolos de um passado glorioso, da opulência de Minas advinda do século XVIII e que já não mais existia. Ouro Preto deveria ser superada para que o estado, enfim, se modernizasse. No entanto, frente à cultura histórica de Vasconcellos, mesmo que essas transformações devessem acontecer, e na maioria das vezes justificada como evolução natural de algum movimento tradicional, as raízes deveriam ser mantidas. Construir um novo estado era antes de tudo reforçar sua memória histórica e a sua identidade. Para alcançar esse objetivo, dever-se-ia resgatar as origens históricas de Minas Gerais.

Entre seus temas preferidos estão as primeiras expedições, no século XVII, que exploraram as terras da colônia; a chegada dos paulistas nas terras auríferas de Minas Gerais; o conhecimento sobre os índios e a relação com os primeiros povoadores; os

<sup>396</sup> CARVALHO, Teófilo Feu de. Questões históricas e velhos enganos, p. 12.

descobrimientos de novas terras e a formação de novas vilas; as revoltas e rebeliões ao longo do século XVIII; o processo de formação do território; a questão administrativa da capitania/província, bem como seu processo de organização, peça chave para o caminho do progresso. Outros temas também aparecem ao longo de sua produção que ressalta a vitória da civilização sobre a barbárie. Tipicamente romântico, aponta Francisco Iglesias, o historiador marianense apresenta uma obra que pretendia reconstituir o passado de maneira pormenorizada, levando-o até mesmo a sugerir pensamentos e intenções dos protagonistas<sup>397</sup>.

161

Antônio Albuquerque montou a cavalo e partiu a toda pressa, querendo ver se ainda chegava a São Paulo a tempo de evitar a invasão e o conflito dos contendores. Na Ponta do Morro severamente repreendeu, e ameaçou os imprudentes provocadores; e seguiu. Chegando, porém, a Guaratinguetá, soube que os paulistas estavam dali a um dia de viagem; e por isso, enviou logo um portador, convidando a uma entrevista o capitão Amador Bueno, ao que este prontamente atendeu, vindo a Guaratinguetá, aonde ambos se encerraram num quarto em demorada conferência. Ninguém até hoje soube o que entre eles se discutiu<sup>398</sup>.

A concepção de história em Diogo de Vasconcellos baseava-se na interseção entre o conceito antigo e moderno. Ao mesmo tempo em que tinha na exemplaridade dos grandes feitos e homens do passado como paradigma, na sua contemporaneidade, e também com perspectiva cíclica dos acontecimentos, não desconsiderava os contextos singulares e originais. Essa concepção advinha de seu apreço pela crítica documental e da narrativa, que se completavam como método fundamental de se compreender e registrar os eventos do pretérito. O historiador deveria ao mesmo tempo aprender com o passado e confrontá-lo de maneira isenta, sem deixar que suas paixões influenciassem sua visão sobre ele. A história deveria ser justa e o pesquisador verdadeiro.

Para julgarmos, portanto, a situação do Conde [de Assumar] convém, visto que não podemos fazer aquele mundo reaparecer, voltarmos a ele, como simples viajante em país longínquo, estudando coisas e os homens em seu meio, e não os querendo prejudicar segundo as nossas ideias, nossos costumes, nossos sentimentos e moralidade; a menos, que em lugar da história ponhamos a vida de figuras romanescas.

Já não escrevemos, como Heródoto, para as recitas ao ar livre dos jogos e das Panateneas; pois a história não é mais a encenação emotiva do maravilhoso tendente ao furor patriótico de nossos ouvintes. Desde Tucídides, nosso primeiro Mestre, só a verdade dos fatos educa<sup>399</sup>.

<sup>397</sup> IGLESIAS, Francisco. “Reedição de Diogo de Vasconcelos”, p. 23.

<sup>398</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. **Historia Antiga das Minas Geraes**, p. 258

<sup>399</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. **Historia Antiga das Minas Geraes**, p. 363-364.

Essa questão pode ser entendida a luz do próprio pensamento Romântico, que prevaleceu ao longo do século XIX, no Brasil, mas que inegavelmente teve ainda no início do século XX, de forma tardia, grande influência. Vasconcellos embora tivesse vivido na passagem entre os dois séculos e ter atravessado mudanças de culturas tinha o Romantismo como principal chave de pensamento. O Romantismo como modo de estar no mundo e/ou como estética mostrava-se ao mesmo tempo reacionário e revolucionário, realista e fantástico<sup>400</sup>. A obra de Diogo de Vasconcellos, assim como sua própria ação intelectual e política podem se caracterizar através de uma postura por vezes contraditória. Era, sem sombra de dúvidas, um defensor das tradições, mas estava aberto para possibilidades modernizantes. Dessa forma é que Vasconcellos caracterizava a história de Minas, construída pela junção do tradicional com o moderno, sem que nenhum retirasse o espaço do outro.

Comumente entende-se a passagem do dezenove para o vinte como momento marcado por inúmeras mudanças que expunham contradições e descompassos no processo de modernização do país em relação ao resto do mundo ocidental. Ao mesmo tempo, criava-se um clima de otimismo em relação às possibilidades que as transformações tecnológicas traziam naquele momento<sup>401</sup>. Pode-se ainda dizer que o novo dinamismo que se estabelecia, e que alteravam também as hierarquias sociais, as noções de espaço e tempo dos indivíduos, bem como os modos de perceber do cotidiano<sup>402</sup>. Em Minas Gerais a necessidade de se atingir esse estágio era muito intenso, projetando-se mudanças radicais. A transferência da capital quebraria o laço temporal do presente com o passado. Na perspectiva defendida por Diogo de Vasconcellos, porém, defender esse elo era fundamental para a manutenção da ordem.

Conservar a tradição não necessariamente significava romper com o progresso, pelo contrário. Manter a ordem permitiria que as transformações sócio-culturais, sem que elas interrompessem o legado deixado pela história. Ouro Preto, a “*mais generosa terra da família mineira*”, era o que mantinha o povo unido aos antepassados. Era o símbolo e a metáfora idealizada de Minas Gerais. Construir a identidade do povo e do estado era preservar suas bases, sua origem, e isso só poderia ser encontrada na cidade de Ouro Preto. No entanto, Vasconcellos em alguns momentos, mesmo sendo um não-

<sup>400</sup> SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 375.

<sup>401</sup> COSTA, Tiago Leite. **Confissões/Ficções de Nelson Rodrigues**. (Dissertação de Mestrado em Comunicação Social). Rio De Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007, p. 18.

<sup>402</sup> LARocca, Liliana Müller, **Higienizar, cuidar e civilizar: O discurso médico para a Escola Paranaense (1886-1947)**. (Tese de Doutorado em Educação). Curitiba: UFPR, 2009, p. 10.

mudancista convicto, parecia se conformar com a possibilidade da perda da sede do governo. Ao tratar da questão com o então presidente da República, o marechal Deodoro da Fonseca, disse:

Pois mais doloroso, generalíssimo, que seja o golpe vibrado sobre a velha cidade, berço de nossa história, sacrário ainda vivo e o mais santo de seus campanários, acompanhará de boa vontade, como carinhosa metrópole que é e será sempre de todo o povo mineiro, o voto soberano, expressado pelo congresso; e, se perder o seu diadema de capital, guardará, com tem até hoje guardado e nobremente defendido com honra e com dignidade, o seu diadema de glória<sup>403</sup>.

163

A *História Antiga das Minas Gerais* surgiu depois do episódio da transferência da capital, em 1897, como uma forma de recuperar através da escrita da história aquilo que havia sido perdido com a mudança da sede do governo. Tal questão revê uma das contradições perceptíveis ao contexto abordado. O posicionamento de Vasconcellos contrastava com outros intelectuais de orientação republicana que concebiam na mudança da capital justamente a forma de inserir Minas na história da civilização, enquanto Vasconcellos defendia que a civilização mineira se constituiria ao longo do processo político e geográfico de formação do estado através de Ouro Preto. Não obstante, a transferência da capital não seria verdadeiramente o fim da história de Minas, mas certamente romperia com os mais vigorosos laços da tradição.

Arno Wehling aponta que uma das características do romantismo oitocentista foi o problema da “moral”, que partia de duas premissas fundamentais, a relatividade da arte e do belo, e a utilidade destes. O primeiro aspecto, segundo o autor, submetia-se à imensa variedade das condições incidentes sobre os grupos humanos tais quais raça, clima, religião e sociedade. O objeto de arte então era alargado para além dos padrões clássicos. A arte, a partir do século XIX, não possuía mais um valor por si mesma, como na perspectiva clássica e parnasiana, mas mostrava-se como um veículo de aperfeiçoamento da sociedade<sup>404</sup>.

Os monumentos e as obras de arte para Diogo de Vasconcellos, embora nem sempre apresentados de forma grandiosa, fixavam os marcos iniciais de toda civilização. Quaisquer que fossem, grandes ou pequenos, bem ou mal acabados,

<sup>403</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. “A Capital de Minas”. In: **A Ordem**. Ouro Preto, 13 de dezembro de 1890. N. 84. SIA-APM. Notação: JM-1242284; Filme: 063. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=24964>

<sup>404</sup> WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 59.

constituíam o patrimônio herdado pelas sociedades, e cada um deles, “na proporção de seu valor ou de sua lenda”, concorria para o conjunto das tradições. No caso ouropretano, segundo Vasconcellos, fazia da cidade o centro e o coração da história. A arte, o monumento e a arquitetura tinham o papel de transformar a natureza selvagem. O primitivismo era expurgado na medida em que os homens passassem a fixar-se na terra.

Logo que, porém, novos horizontes se iluminaram com a certeza do ouro e os caminhos retificados foram servindo de passagem aos mestres e aos instrumentos, as construções de madeira aparelhada não se fizeram esperar, sendo, antes de tudo, substituídas as palhoças que se destinaram a oratórios por edifícios mais regulares, cujo modelo, sempre uniforme, podemos ainda ver nas capelas do Arraial Velho, Roça Grande e outros muitos lugares onde subsistem mais ou menos no estado primitivo<sup>405</sup>.

164

Vasconcellos era católico fervoroso. Entretanto, afirma Francisco Iglésias, soube evitar que essa condição interferisse em sua interpretação da história mineira. Sua formação no Seminário Menor de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, foi fundamental para a composição de seu pensamento político e intelectual. Para Iglésias, embora fosse um religioso apaixonado compreendeu bem o papel da Igreja e do clero na sociedade colonial. Segundo o comentarista, o retrato que Vasconcellos traça dos padres é objetivo e desapassionado, enfatizando que assim como a grande parte daquela sociedade mineradora lutavam por riquezas. Muitos na época optaram pelo sacerdócio por se mostrar uma via fácil para ascensão social<sup>406</sup>.

Nas Minas não obedeciam os clérigos a ninguém. Isentos da jurisdição civil, não respeitavam nem seu Bispo, e os frades apóstatas não o reconheciam por seu prelado. Daí a libertinagem e a simonia e apenas um haveria menos concorrente aos gozos materiais, que a riqueza e o luxo sabem engendrar. Eram negociantes, mineiros, senhores de engenho e de escravos; mas sobretudo fatores desabusados e sem peias dos contrabandos e extravios do ouro. As autoridades não podiam tocá-los, e em geral não havia quem mal os quisesse por esta conveniência de extraviarem o ouro para si e para os amigos<sup>407</sup>.

Na década de 1950, Oiliam José, católico ainda mais ferrenho, apontou que a crítica que Diogo de Vasconcellos faz ao clero foi um lapso. De acordo com o autor ultraconservador, Vasconcellos deixou-se levar pelos dados apresentados por José João Teixeira Coelho, no qual afirmava que os sacerdotes e religiosos eram elementos mais

<sup>405</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. “As obras de arte”, p. 144

<sup>406</sup> IGLÉSIAS, Francisco. **Op. Cit.**, p. 25-26.

<sup>407</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. **Historia Antiga das Minas Geraes**, p. 301.

subversivos e imorais da capitania. No entanto, para Oiliam José, na realidade eles mesmo errando na vida íntima ensinaram o bem, a moral e a concórdia entre os mineiros<sup>408</sup>.

Para Vasconcellos, as belas artes nasceram do sentimento religioso. Os palácios reais, que deixaram ruínas gigantescas no Egito e na Assíria, tiveram razão de ser em um regime teocrático, no qual os soberanos se impunham como personagens celestes. De acordo com o autor de *As obras de arte em Ouro Preto*, o despotismo, naquela ocasião, o nascimento e a expansão da arquitetura inspirada no conceito de onipotência humana revestida pelas formas, que na concepção de um Deus terrível e absoluto, escravizava as massas e seus representantes. A Grécia, para Vasconcellos, não deixou notícia além dos templos consagrados aos deuses, nunca de palácios pertencentes aos homens, por mais poderosos que tenham sido. A democracia grega, deduzida dessas duas filosofias, não permitiu que os governantes criassem palácios iguais aos templos. Apenas com a divinização dos Césares é que isso foi possível. No entanto, a figura de Jesus Cristo permitia que a arte se expressasse, a partir de sua grandeza, a sensibilidade artística dos mestres.

165

A figura dominante de Jesus Cristo, com as duas naturezas, a divina refletindo-se na humana, foi o sinal de partida para a redenção também da pintura. Vem dessa união o esforço da inteligência, para achar, pela arte, a expressão a alma em figuras sensíveis. E, assim generalizado o fenômeno, os afetos, as paixões, os pensamentos, o espírito, tudo, enfim, que ainda não tinha, procurou ter, na sensibilidade estética dos artistas, o modo como se comunicasse aos olhos e refluísse nos sentimentos<sup>409</sup>.

Diogo de Vasconcellos tinha como uma de suas características românticas uma tendência à reação ao cientificismo ou aos determinismos filosóficos vigentes em seu tempo, assim como ressaltado no capítulo anterior. Essa característica era uma reação à possibilidade de não se construir, teoricamente, em Minas Gerais, os caminhos para a civilização. A história e a arte, conduzidas pelas mãos do cristianismo, eram úteis principalmente para a instrução. Não foi poucas vezes que Vasconcellos defendeu o ensino religioso nas escolas públicas, principalmente quando esteve à frente da presidência da Câmara Municipal de Ouro Preto, entre os anos de 1892 e 1893.

Entretanto, se o ensino do Estado é positivista, o que vale dizer-se ateu, um gravíssimo inconveniente aí surge, visto como os Bispos não podem custear

<sup>408</sup> JOSÉ, Oiliam. **Op. Cit.**, p. 94.

<sup>409</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. “As obras de arte”, p. 165.

fábricas de materialismo; e duas correntes de educação têm de formar-se, temíveis consequências para a unidade espiritual da nação, ponto de que esta, se fosse prudente, não deveria tirar os olhos, pois bem sabido é quanto lhe custou amalgamar os fatores étnicos e consolidar o território, obra incontestável do catolicismo<sup>410</sup>.

A religiosidade e a resistência aos determinismos não impediam Diogo de Vasconcellos ser um leitor das ciências. Conhecia bem as obras de Isaac Newton, Urbain Le Verrier, Gottfried Wilhelm Leibniz e Blaise Pascal. Entendia o problema do movimento dos astros e as leis da física que permitiam o estudo da astronomia. No entanto, a ciência, por mais positivista que fosse não conseguia negar a existência de Deus, que por sua vez era o sustentáculo da ciência. Usava todo o seu aparato literário e retórico para através do “*método indutivo*” provar que contraditoriamente o universo era finito e infinito ao mesmo tempo, contralado pela presença de Deus. A ciência, para Vasconcellos, serviria para atestar as forças divinas que regeriam o universo. Conhecer as leis da ciência, e entendê-las não era, em absoluto, negar sua crença religiosa.

166

Vós, pois, ó Senhor! que sois a verdade, o caminho, e a luz! Vós que em vossa própria individualidade sois uma ciência, um método, uma doutrina e uma lei; vós em quem se vê o homem em deus, e Deus no homem, a mais sublime fórmula de nossa inteligência, não me desampareis! Vós mesmo fostes amparado na solidão angustiada hesitando à vista do amargo cálice! Não me abandoneis por tanto á mim que tenho na alma as sombras de uma infinita e incurável tristeza, que tenho também meu rosto coberto de suor e de sangue, inclinado já na dor funesta do sepulcro! Ah! Não me deixeis duvidar! Meu Deus, e Meu Pai!<sup>411</sup>

No entanto, o que mais se pode chamar atenção para a obra de Diogo de Vasconcellos é a preocupação em pormenorizar o processo de ocupação do território mineiro. Isso o conduziu a ser um grande conhecedor e colaborador da Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro. As *Histórias de Minas Gerais* foram escritas para caracterizar este momento de forma mais abrangente possível. Afirmar que Vasconcellos conduziu seu trabalho para uma possível *História Moderna e História Contemporânea* de Minas Gerais não passa de uma falácia especulativa. Na nota introdutória “Aos Leitores”, na *História Média de Minas Gerais*, o autor mais uma vez expunha o seu projeto historiográfico.

<sup>410</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. **Historia do Bispado de Marianna**, p. 96.

<sup>411</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. “Folhetim – Noite de Reis”. In: **A Província de Minas**. Ouro Preto, 31/01/1884. SIA-APM. Notação: JM-1243279.

O acolhimento, que teve a História Antiga das Minas Gerais, animou-me a perseverar na esperança de dar sua continuidade até os fins do período colonial. Tendo aquele volume compreendido a narração dos descobrimentos até a instalação da Capitania de Minas, separada de São Paulo, chegará este até 1785, e não passará, porque daí em diante vem raiando o episódio da Inconfidência, e esta, como fato culminante, exige maior tratamento.

O período colonial, sepultado no maior e mais crasso esquecimento, sendo referido apenas em pontos salteados e odiosos, segundo as paixões, esperava, para ser definitivamente julgado, o processo regular e método da crítica.

Sendo, pois, esta a primeira tentativa neste sentido, tenho confiança na benevolência dos leitores para me relevarem as imperfeições, que não pude evitar e que a mais abalizados escritores compete emendar a bem de nossa história.

Os descobrimentos das terras onde hoje compõem a região central do estado de Minas Gerais foi para Diogo de Vasconcellos um dos maiores feitos da história nacional. No entanto, tal descoberta, efetuada pelos bandeirantes paulistas, foi mais uma obra do acaso do que algo previamente premeditado, pois as investidas no sertão em grande medida se davam sempre em busca de um ouro hipotético e da caçada de gentios<sup>412</sup>. Esse foi o momento chave para a constituição do território mineiro, bem como o início do povoamento da região e convergência de todo tipo de gente.

A exploração do sertão era, para o autor, um fator fundamental na luta entre o homem e a natureza, e que no Brasil teve como ápice a descoberta das Minas. Toda a primeira parte da *História Antiga das Minas Gerais* é dedicada às primeiras expedições pelo território da colônia, que tiveram papel determinante na constituição do território mineiro. As investidas no sertão do século XVII teria, portanto, seu desdobramento no descobrimento do ouro no Tripuí.

Nestas conjunturas, coisa foi que a todos surpreendeu, a descoberta das Minas Gerais. Em menos de dois lustros o território abriu-se de lado a lado; surgiram como que por encanto as povoações; completou-se a conquista. E não foi somente o fenômeno, mas a novidade dos meios, o que mais se admirou. Já não foi com efeito de São Paulo, sim de Taubaté, que partiu o movimento; nem para algum distrito dos até então perlustrados, mas para outros distantes, impenetrável, deserto de índios, sobre o qual nunca se lançou um olhar sequer de esperança. Além disso, não foram bandeirantes na genuína extensão da palavra os descobridores; porque não subiram armados de privilégios, investidos de autoridade, tampouco animados pelos favores e subsídios do governo. Pelo contrário, subiram às caladas, à custa da própria fazenda, aos poucos, e disfarçados em traficantes de gentios, coisa então que passava sem dar na vista<sup>413</sup>.

<sup>412</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. **Historia Antiga das Minas Geraes**, p. 89.

<sup>413</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. **Historia Antiga das Minas Geraes**, p. 88.



Os povoadores das terras alterosas também são importantes, para Vasconcellos, na constituição da identidade do povo mineiro. O descobrimento de Ouro Preto foi então o ponto culminante da história antiga de Minas. Foi este o momento em que a era de fábulas e aventuras haviam cessado. Os bandeirantes perderam a razão de ser, o sertão havia se removido, e a ordem civil estava cada vez mais bem instaurada e, “*raiou para nunca mais se obumbrar na noite selvagem*”. A figura do sertanista Antônio Dias aparece como o grande conquistador do território mineiro, que via os tempos de barbárie cada vez mais distante.

Como já sabido, Diogo de Vasconcellos dedicou seções, tanto na *História Antiga* quanto na *História Média*, às biografias dos homens mais notáveis nesse processo de colonização. Januário da Cunha Barbosa, em seu famoso discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro argumentou que era a partir da vida dos grandes homens que se aprendia a conhecer as aplicações da honra, a apreciar a glória e afrontar os perigos que, por vezes, engrandecia ainda mais as glórias. O gênero biográfico era, para Cunha Barbosa, uma excelente escola que oferecia os mais nobres exemplos. A história brasileira, dizia o orador, era abundante de modelos de virtudes, mas ainda grandes números de feitos gloriosos morriam ou dormiam na obscuridade. Era necessário, para ele, alguém que ordenasse uma galeria de notáveis colocando-os segundo os tempos e lugares<sup>414</sup>. Diogo de Vasconcellos incorporava esse pensamento para a execução da história de Minas Gerais.

Foi através da ação dos notáveis que Minas se constituía, na visão de Vasconcellos. Dessa maneira, para se desenvolver um laço de identidade do presente com o passado seria através da exemplaridade daqueles que corajosamente venceram o estágio de barbárie e engendraram Minas no caminho da civilização. Os primeiros povoadores, segundo o autor, nutriam-se ainda de fábulas a seu respeito, como no caso do coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, descobridor do Carmo:

A figura do Coronel particularizava-se por ser a que mais nitidamente conseguimos trazer à rampa História. Por ela é dado aferir-se o tipo desses homens possantes, que descortinaram o sertão e criaram a nossa pátria. Entretanto, para os que amam a legenda povoado dos mitos, e nutrem a imaginação no leite de fábula, tão própria aliás de façanhas inauditas, como foram as que encheram o cenário de uma terra bravia, consequência é que em nossa própria mente arrefeçam-se as emoções romanescas. Os Borbas, os Anhangueras, os Hércules, em suma, do sertão voltam para dentro do seu

<sup>414</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso do Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto. **Revista do IHGB**, t. I, 1899, p. 14-16.

natural e se apresentam quais na realidade foram, homens como em geral os homens, cheios de valor e de fraquezas, de abnegação e de egoísmo<sup>415</sup>.

Diogo de Vasconcellos, seguindo o propósito de valorização da identidade, constituição da territorialidade e consolidação do federalismo no Brasil, também reservou um lugar de importância para o local onde se organiza o sentimento de nacionalidade ou regionalidade. A partir de um lugar de origem, de um berço, é que se faria possível a constituição das forças políticas, sociais e culturais que moldaram Minas Gerais no tempo. A unidade territorial era acima de tudo um dos principais constituidores da identidade mineira. O espaço constituía-se como elementos amalgamadores dos valores e ideais do povo, criando certa noção de pertencimento. Essa questão foi muito desenvolvida no final do século XIX na historiografia mineira. Como vimos, o Arquivo Público Mineiro através de sua revista contribuiu para divulgação de estudos que se dedicassem a pensar os limites do estado formando, portanto, um sentimento de nativismo. Vasconcellos em 1911 já havia publicado na própria revista um estudo acerca dos limites de Minas Gerais com o estado de São Paulo, e na *História Média de Minas Gerais* retoma o tema.

A historiografia de Diogo de Vasconcellos surge, portanto, no início do século XX com a clara intenção de responder aos problemas políticos e culturais que se impunham no Brasil naquele momento. As rápidas transformações geradas com os avanços tecnológicos, e os turbilhões de ideias que pululavam no país naquela época geravam a necessidade de se constituir laços identitários. Isso ficava cada vez mais evidente com o Estado Federativo, que forçava a autonomização das antigas províncias. Encontrar um lugar na história regional, e constituir os laços de identidade com o passado e com a tradição.

Dessa maneira, as *Histórias de Minas Gerais*, bem como boa parte da produção intelectual de Diogo de Vasconcellos apontam para uma tendência romântica de pensar a história de Minas Gerais reconstituindo suas origens, seus fatores religiosos e modernizantes, a importância do espaço e da experiência dos grandes homens que lançavam bases para a civilização e deram condições para que no presente o estado se tornasse o símbolo do progresso, integrador nacional e modelo para a nação. Mesmo escrevendo no século XX sob os auspícios de um cientificismo que buscava seu espaço na pesquisa historiográfica, Diogo de Vasconcellos era um romântico, característica que

<sup>415</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. **Historia Antiga das Minas Geraes**, p. 162.

o acompanhou desde sua formação. Seu projeto historiográfico pousa entre a erudição e a literatura, guardada as devidas proporções. Não dispensava o uso sistemático do documento, mas, sem dúvida, priorizava uma narrativa que embora plástica, era considerada por ele verdadeira, mesmo que isso possa ser questionável em alguns momentos.

Acreditamos ser falacioso atribuir o início da historiografia empírica/erudita, em Minas Gerais, a Diogo de Vasconcellos. Entretanto, é inegável que ele fez parte desse processo. O autor inseria-se em uma cultura historiográfica no fim do século que se preocupava profundamente em dar contornos históricos para o estado. Acompanhando o Arquivo Público Mineiro e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, bem como vários outros “historiadores clássicos”, Vasconcellos ajudou a constituir uma tradição historiográfica que coloca o passado colonial como o carro-chefe da historiografia mineira, e que em grande medida até hoje vigora entre os pesquisadores que voltam seus esforços para investigar o passado das alterosas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais são as principais características de um intelectual?<sup>416</sup> Questão ampla, capciosa, e que não possui uma resposta direta, ou ao menos, não condiciona a uma resposta que seja plenamente satisfatória. Edward Said vê os intelectuais como sujeitos que possuem a capacidade de pensamento e discernimento, dos quais os habilita a representar a “melhor” ideia, isto é, o de sua própria cultura, fazendo-a prevalecer. Para Said, o intelectual está sempre envolvido e desafiado pela questão da lealdade. Uma vez que todos nós somos pertencentes a alguma comunidade nacional, religiosa ou étnica, ninguém – nem mesmo o intelectual – está acima de laços orgânicos que vinculam o indivíduo as esferas da sociedade, tais como família, a comunidade e a nacionalidade<sup>417</sup>. Esses são alguns exemplos daquilo que um intelectual deveria possuir, mesmo sabendo que há muito que ser acrescentado a esta lista.

Os campos de atuação do Homem no mundo estão cada vez mais fragmentados. A política, a economia, as ciências, assim como outros, são campos que parecem distantes entre si, desenvolvidos e controlados por diferentes segmentos profissionais. O intelectual, por sua vez, esconde-se atrás desses segmentos, já não são tão visíveis como se poderia supor que fossem até meados do século XX. Não queremos dizer que o intelectual hoje está afastado desses ambientes, mas a Academia tem aprisionado ideias, construído fortalezas que separam o “mundo real” do que se ensina nas Universidades. Essas são realidades que ao voltarmos para fins do oitocentos eram muito mais complementares. Cada peça possuía sua própria característica, a política continuava política, as letras continuavam letras, mas os intelectuais estavam presentes em todas elas, e baseavam seus projetos na união delas. Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos foi um intelectual que possuiu um amplo projeto, o de potencializar a *Civilização Mineira*. Para isso diferentes elementos foram mobilizados.

---

<sup>416</sup> De acordo com Jean Paulo Pereira de Menezes, a palavra “intelectual” começou a ser empregada a partir de 1898, referindo-se a Emille Zola e seus correligionários que interferiam, pelo viés crítico, no espaço público da política francesa dos finais do dezenove. A princípio, argumenta o autor, a palavra “intelectual” carregava em si uma conotação pejorativa, uma vez que o grupo de Zola era considerado como bisbilhoteiro do cenário político da época. No entanto, o termo logo passa a significar algo positivo, já que naquela época, o indivíduo intelectual buscava a preservação de valores burgueses, tais como liberdade e justiça. MENEZES, Jean Paulo Pereira de. O que é ser um intelectual pós-moderno? Uma estratégia do pós-moderno diante do projeto emancipatório marxiano do Homem. **Revista Labor**, n. 4, vol. 1, 2010, p. 1-2.

<sup>417</sup> SAID, Edward W. **Representações do intelectual**. As conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 41-50.

Diogo de Vasconcellos ao longo de sua trajetória acumulou funções das quais ele mantinha uma espécie de ligação umas com as outras. Dedicou a maior parte de sua vida política atuando como um porta-voz do clericalismo no parlamento imperial na década de 1870, bem como defensor de uma ordem política que pudesse conceder às Minas Gerais o *status* de bloco mais importante da nação, sobretudo após a proclamação da República. Preocupava-se com questões que perpassavam pela recuperação econômica dos antigos centros de extração mineral; da ordem e permanência do Partido Conservador no poder, no Império, e de formulação do Partido Católico, na República; e da construção da memória bem definida do povo mineiro, atrelada à tradição, ao conservadorismo, à religião, à moral e os bons costumes. Estes eram os principais elementos que constituíam o Estado ideal, e a civilização ocidental então se instauraria no Brasil com a fortificação dessas características, guiada pela prosperidade de Minas Gerais. Propagar, então, essa modernidade conservadora não se limitava apenas ao púlpito. Através da edição de inúmeros jornais na capital mineira, Ouro Preto, e da escrita de importantes livros de história regional, Vasconcellos esboçou seus principais projetos políticos.

Em face destas questões, o principal desafio de nossa pesquisa foi compreender como essas instâncias eram articuladas por Vasconcellos. Na medida em que pudemos perceber que os elementos acima não poderiam ser radicalmente separados, deveríamos constituir uma chave de leitura que nos desse elementos satisfatórios para visualizar a amplitude do projeto de Vasconcellos. Nicolau Sevcenko, Ângela Alonso, Roberto Ventura, José Murilo de Carvalho, entre outros autores, chamam atenção para o fato de que em grande medida a separação de campos na virada do século ainda não era clara no Brasil, nem na Europa, de onde, segundo Alonso, vinha grande maioria das bases do pensamento político, filosófico e sociológico brasileiro<sup>418</sup>. Com isso, a interseção entre os estudos em história política e história da historiografia proporciona os elementos necessários para a execução de nossa investigação.

Ao longo de nossa dissertação buscamos expor os principais elementos mobilizados por Diogo de Vasconcellos entre os séculos XIX e XX para construir a memória histórica de Minas a partir de uma cultura que remetia ao passado minerador os tempos de glória do estado e da nação. Além disso, nossa maior preocupação, então, foi compreender o que efetivamente Vasconcellos fazia quando se propões a escrever a

---

<sup>418</sup> ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, p. 30.

história mineira. Esse projeto mobilizou uma gama de interesses e *topoi* que vigorava no país, e no caso de nosso personagem, em Minas Gerais. Assim, surgia uma cultura historiográfica voltada para a valorização do elemento regional. A proclamação da República, em 1889, permitiu que as antigas províncias desenvolvessem maior autonomia política e identitária. Cada qual à sua realidade buscou-se os melhores caminhos para inserção em um país que se modernizava. Alguns trabalhavam com a ideia de superação do atraso advindo do Império e fortificado na República, outros tentavam alcançar um espaço de hegemonia na política nacional.

Minas Gerais, portanto, encontrava-se em meio a um momento de grandes transformações, principalmente, na ordem temporal. A aceleração do tempo provocada pela mudança de regime trouxe às novas autoridades do estado um sentimento/necessidade de transformar, no âmbito político, os caminhos do progresso. A primeira grande medida, e que para nossa pesquisa se mostra como o principal elemento constituidor da cultura historiográfica de Diogo de Vasconcellos no final do século, foi a transferência da capital do estado. A então sede do governo mineiro, a cidade de Ouro Preto, no final do século XIX apresentava-se caótica, suja, mal localizada e decadente. Essa condição era contrária aos ideais modernizantes da República. Dessa forma, o governo mineiro decide transferir sua máquina administrativa para uma cidade completamente nova e planejada, que ao mesmo tempo conservaria as melhores tradições de Minas e impulsionaria o estado para o progresso. Em 1897, portanto, fundara-se Belo Horizonte.

Com a transferência, Ouro Preto viveu um período de esvaziamento político, urbano e cultural. Grande parte de sua população migrou para Belo Horizonte acompanhando os órgãos burocráticos do estado. Dessa maneira, a antiga capital perdeu sua centralidade. Intelectuais ouropretanos passam a incorporar a ideia de transformar a cidade novamente em um lugar onde a tradição e a cultura mineira fossem estabelecidas. Assim, projetos historiográficos surgiram com o propósito de constituir a identidade do povo mineiro a partir do legado deixado por Ouro Preto. Diogo de Vasconcellos foi um desses intelectuais que voltou esforços para desenvolver uma síntese do passado mineiro e projetar, a partir desse ponto, os caminhos do progresso e da civilização. O passado setecentista, então, passava a ser o carro-chefe dos estudos históricos mineiros, representando sob um ponto-de-vista romântico, ao menos em Vasconcellos, o momento chave da história nacional.

A definição de nação dentro do projeto político de Diogo de Vasconcellos tem em si também a sua particularidade. Sem sombra de dúvida essa questão preocupava a grande maioria dos políticos e intelectuais até boa parte do século XX. Não obstante, ela não pode ser encarada como uma simples ideia comum. Em grande medida há sim uma perspectiva mais geral de como se identificar o Brasil, mas em nossa perspectiva isso se dava a partir da definição daquilo que entendemos como regionalismo. Com o fim da centralização do Império isso fica ainda mais visível. Katherine Vendery propõe que a nação é um dos elementos mais importantes dos sistemas de classificação social dos últimos séculos. A nação, dessa maneira, é um aspecto de ordem política e simbólico-ideológica, assim como do mundo da interação e dos afetos sociais, que na modernidade tornou-se um símbolo potente no sistema internacional dos Estados nacionais. A nação para Vendery é importante tanto para o modo como o Estado se liga aos seus membros, diferenciando-os de outros, assim como em um ambiente estatal mais amplo<sup>419</sup>. A nação como símbolo, na perspectiva de Vendery, tem a função de evocar nos membros que a compõe sentimentos e disposições em relação a ela.

A partir desta perspectiva, podemos identificar que a questão regional surge como uma agenda política fundamental no final do século XIX. Vasconcellos constrói em seu discurso, uma necessidade de resgatar a força que Minas Gerais teve no passado. Dentro de sua proposta esse resgate surgia como modelo ideal de se reestabelecer uma linha progressista bem definida para o estado, numa forma de explorar as potencialidades que Minas possuía<sup>420</sup>. Uma vez isso feito a superestrutura política e

---

<sup>419</sup> VERDERY, Katherine. Para onde vão a ‘nação’ e o ‘nacionalismo’? In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 240.

<sup>420</sup> As “campanhas” a favor das potencialidades de uma região parece não ser apenas uma proposta vinda da política e endossada pela intelectualidade, o contrário é verdadeiro. Rui Fernandes analisa o interessante caso do curso de extensão promovido pela Faculdade Fluminense de Filosofia (FFF), entre os anos de 1953 e 1956, intitulado, “Estudos Fluminenses”. Não era um curso de história do estado do Rio de Janeiro, mas um fórum de discussões sobre a situação sócio-econômica e cultural local. Mesmo assim as questões históricas da formação da região eram de grande preocupação dos conferencistas. A intenção desse curso era de firmar a FFF como um espaço privilegiado de reflexão sobre o estado do Rio de Janeiro em um momento em que os discursos políticos e intelectuais locais afirmavam a necessidade de recuperação e de soerguimento das terras fluminenses no cenário nacional. Os estudos apresentados deveriam ter um caráter prático, apontando soluções para problemas que se enfrentavam no estado. Para isso, era necessário inventariar, produzir um diagnóstico da realidade, sobretudo geoeconômico do Rio. Todas as conferências concordavam com a afirmação de que suas falas eram um “levantar questões” para estudos futuros que a faculdade desenvolveria. A história era importante, mas deveria ser prática. Apresentar tradições locais e reafirmar as vocações estaduais eram os sólidos caminhos para o desenvolvimento futuro fluminense. Acreditamos que esse tipo de discurso torna-se fundamental para que cada estado da federação criasse mecanismos históricos, políticos e econômicos que possibilitasse, então, que planos de desenvolvimento pudessem ser implementados. Para saber mais sobre os “Estudos Fluminenses” ver: FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. “Estudos fluminenses: a Faculdade Fluminense de Filosofia e a identidade regional” In: NEVES, Lucia Maria Bastos das; GUIMARÃES,

econômica era posta, possibilitando a constituição de uma identidade comum para todos os mineiros, que viria através da escrita de sua história.

A *História Antiga das Minas Gerais*, sua primeira e uma das mais importantes obras, surge neste cenário com um propósito até então inédito, no estado. Diogo de Vasconcellos propôs reunir em um livro grande parte das memórias que ele tinha notícia sobre o passado colonial mineiro, com a intenção de conhecer os momentos das origens de Minas e narrar a vitória do indivíduo sobre a barbárie e a natureza rumo à civilização. Essa tensão era constante. O conceito de civilização na obra de Vasconcellos emerge justamente do conflito. O passo de superação se dava no momento de constituição de uma sociedade civil, organizada e desenvolvedora de arte. A instauração das vilas, constituição de uma arquitetura e arte voltada para o religioso, e a administração de homens fortes e competentes faziam de Minas “*a maior casa de toda a America*”<sup>421</sup>, segundo Vasconcellos.

O autor concebeu seu projeto historiográfico no ano de 1898, momento em que a escrita da história no Brasil passava por um processo de cientificização, ou ao menos o caráter erudito de assumir uma postura mais crítica frente ao documento se intensificava. Vasconcellos então unindo um estilo narrativo herdado do memorialismo dos séculos XVIII e XIX, com a erudição, consultando e mobilizando um *corpus* documental significativo, inaugurou um tipo de historiografia que se pretendia sintética e verdadeira, sem desprezar a narrativa, que na escrita vasconcelliana é uma marca forte, que gerou críticas e elogios de contemporâneos e comentaristas ao longo do século passado.

A história naquele momento não era apenas uma disciplina cuja característica era elaborar um conhecimento sobre o passado. No escopo de sua cientificização ela também assumia características úteis claras. A historiografia não era um reflexo de seu tempo, mas uma resposta ao ambiente político, social e cultural de uma época. O discurso histórico unia-se ao político para pensar os caminhos da modernidade. Era o próprio projeto historiográfico um elemento para a constituição de um projeto político com a intenção de colocar Minas em um lugar de destaque no cenário nacional da Primeira República.



Afirmar categoricamente que a carreira política de Diogo de Vasconcellos influenciou diretamente sua escrita da história é causalmente falaciosa, ao mesmo tempo que ela é verdadeira. Este paradoxo é simples de ser resolvido. Nossa hipótese imediata nos levou a pensar que as práticas políticas diretas de Vasconcellos, seja como deputado geral, vereador ou senador estadual, respectivamente, influenciaram sua produção intelectual. Propomos-nos a pensar, então, que a escrita da história em Diogo de Vasconcellos estava balanceada em duas equações: a primeira como um projeto de legitimação política forte, uma agenda partidária bem definida; a segunda como um projeto escriturário que busca além de tudo a construção do conhecimento histórico local.

Através do escopo apontado aqui, podemos perceber que a historiografia tem andado por caminhos diversos, e considerado múltiplas possibilidades de análise. Ao estudarmos a trajetória de Diogo de Vasconcellos levando apenas o caráter de sua escrita da história é certamente deixar de lado um campo de extensas possibilidades de análise, muito pouco explorada até hoje. As ações políticas, burocráticas, religiosas, entre outras, são dimensões que merecem ser analisadas, e que em grande medida são fatores importantes para o desenvolvimento de sua obra.

Política e letras, dois campos tão distintos, mas que possuem uma fronteira extremamente porosa. Diogo de Vasconcellos as explorava de maneira a agregar valores das duas frentes e usando-as para o mesmo propósito. A *Civilização Mineira* estava sendo construída a partir de uma série de discursos que procurava mesclar o uso do passado como história e como possibilidade de futuro, para então através da técnica, do moderno e inspirado no progresso o sucesso de Minas Gerais se efetivasse. A escrita da história em Diogo de Vasconcellos parte desses pressupostos, indissociáveis ao voltarmos nossos esforços para esse personagem.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### - Fontes Primárias

#### Periódicos

BUENO, Julio. "Republica Brasileira - 15 de novembro". In: **A Revolução**. Campanha. 23 de novembro de 1889. N. 38. SIA-APM. Not.: JM-1235338; Filme: 014. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=4835>

CASSIANO JR. Luiz. "Viva a Republica!". In: **A Folha Sabarense**. Sabará, 24 de Nov. de 1889. N. 24. SIA-APM. Not.: JM-1260571; Filme: 318. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=18462>

FERREIRA, Joaquim Gonçalves. "É hoje o dia de nossas glórias!". In: **O Movimento**. Ouro Preto, 21 de abril de 1890. Ano II, n. 71. SIA-APM: Notação: JM-1233186; Filme: 001. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=344>

MAIA. A. "Vinte e Um de abril". In: **O Movimento**. Ouro Preto, 21 de abril de 1890. Ano II, n. 71. SIA-APM: Notação: JM-1233186; Filme: 001. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=344>

MOURÃO, Aureliano. "Ao partido conservador do 6º districto de Minas". In: **A Pátria Mineira**. São João del Rei, 21 de novembro de 1889. N. 28. SIA-APM. Not.: JM-1248832; Filme: 096, p. 3. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=111868>

**O Estado de Minas Geraes**. Ouro Preto, 23 de novembro de 1890. N. 2. SIA-APM. Not.: JM-1262173; Filme: 056. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=15317>

**O Jornal de Minas**. Ouro Preto, 02 de janeiro 1890. N. 1. SIA-APM. Not.: JM-1242335; Filme: 064. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=25130>

**O Jornal de Minas**. Ouro Preto, 06 de outubro de 1890. N. 216. SIA-APM. Not.: JM-1242743; Filme: 065. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=26580>

**O Jornal de Minas**. Ouro Preto. 11 de fevereiro de 1890. nº 34. SIA-APM. Notação: JM-1242368. Filme: 064. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=25250>

PINHEIRO, João. "Não foram correctos". In: **O Movimento**. Ouro Preto, 01 de outubro de 1890. N. 91. SIA-APM. Not.: JM-1233206; Filme: 001, p. 1. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=1950>

PINHEIRO, João. "Os Estados Unidos do Brazil". In: **O Movimento**. Ouro Preto, 23 de Nov. de 1889. N. 42. SIA-APM. Not.: JM-1233157; Filme: 001. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=201>

PINHEIRO, João. "Por Que?". In: **O Movimento**. Ouro Preto, 05 de outubro de 1890. N. 92. SIA-APM. Not.: JM-1233207; Filme: 001, p. 1. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=1970>

PIRES, Antonio Olinto dos Santos. "Atos do Governador do Estado de Minas Geraes". In: **O Estado de Minas Geraes**. Ouro Preto, 20 de novembro de 1890. N. 1. SIA-APM. Not.: JM-1262172; Filme: 056, p. 2. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=76903>

ROCHA, Antonio Vieira da. "Sete Lagoas". In: **O Movimento**. Ouro Preto, 23 de Nov. de 1889. N. 42. SIA-APM. Not.: JM-1233157; Filme: 001, p. 3. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=201>

SETTE, Sebastião. "Viva o Independente Estado de Minas Geraes". In: **A Pátria Mineira**. São João del Rei, 21 de novembro de 1889. N. 28. SIA-APM. Not.: JM-1248832; Filme: 096. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=22697>

SILVA, João Pinheiro da. "Ordem do dia à Guarnição da capital de Minas Gerais". **O Movimento**. Ouro Preto, 21 de abril de 1890. Ano II, n. 71. SIA-APM: Notação: JM-1233186; Filme: 001. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=344>

VASCONCELLOS, Diogo de. "Biographia – 12 de Janeiro" (parte 1). In: **A União**. Ouro Preto, 19 de janeiro de 1887. N. 41. SIA-APM. Notação: JM-1241229; Filme: 058. Acesso: 03/12/2013. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=332>

VASCONCELLOS, Diogo de. "Biographia – 12 de Janeiro" (parte 2). In: **A União**. Ouro Preto, 26 de janeiro de 1887. N. 42. SIA-APM. Notação: JM-1241230. Filme: 058. Acesso: 03/12/2013. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=1537>

VASCONCELLOS, Diogo de. "Biographia – 12 de Janeiro" (parte 3). In: **A União**. Ouro Preto, 29 de janeiro de 1887. N. 43. SIA-APM. Notação: JM-1241231. Filme: 058. Acesso: 03/12/2013. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=1574>

VASCONCELLOS, Diogo de. "23 de abril de 1890". In: **O Jornal de Minas**. Ouro Preto, 23 de abril de 1890. Ano XIII, n. 88. SIA-APM, Notação: JM-1242531; Filme: 064, p. 1. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=126611>

VASCONCELLOS, Diogo de. "9 de junho de 1890". In: **O Jornal de Minas**. Ouro Preto, 09 de junho de 1890. N. 120. SIA-APM. Not.: JM-1242563. Filme: 064, p. 1. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=123540>

VASCONCELLOS, Diogo de. "A Capital de Minas". In: **A Ordem**. Ouro Preto, 13 de dezembro de 1890. N. 84. SIA-APM. JM-1242284; Filme: 063. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=24964>

VEIGA, Francisco Luiz da; XAVIER DA VEIGA, José Pedro. "A Ordem" In: **A Ordem**. Ouro Preto, 27 de novembro de 1889. N. 1. SIA-APM. Not.: JM-1242070; Filme: 063. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=24240>

VIANNA, Mello. "Adesão". In: **A Folha Sabarense**. Sabará, 24 de Nov. de 1889. N. 24. SIA-APM. Notificação: JM-1260571; Filme: 318, p. 3. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=90863>

### Cartas

OLINTO, Antonio. **Carta a Diogo de Vasconcellos**, 27 de novembro de 1890. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Arquivo 4 – Gaveta 2 – Pasta 8.

OURO PRETO. **Livro de Registro de Ofícios e Portarias expedidas pela Câmara Municipal**. (Correspondência do Dr. Diogo Luís Almeida Pereira de Vasconcelos). 1892 a 1893. 251f (Folhas 216 a 251 em branco). Termos de abertura e de encerramento. Microfilme: volume 0213. **Caixa 22 L 1**.

VASCONCELLOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. **Carta a D. Silvério Gomes Pimenta**. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Arquivo 4 – Gaveta 2 – Pasta 8.

### Atas de Reunião

ATA DE REUNIÕES Nº1 DO IHGMG, 1907.

### Fontes Historiográficas

ANDRADA, Antonio Carlos Ribeiro de. A Oração do Sr. Presidente do Estado. **Revista APM**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.

MEMÓRIAS sobre a Capitania de Minas Geraes pelo Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos. **Revista do APM**. Ano VI, Vols. 3/4, pp. 757-760. 1901.

PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. A Proclamação da República em Minas Geraes: O 15 de novembro em Ouro Preto. **Revista do Archivo Público Mineiro**. Ano 21, n. 2. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1927.

**REVISTA do Archivo Publico Mineiro**. Ano XIV - 1909. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes.

**REVISTA do IHGSP**. São Paulo. v.I, 1895, p. I.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portugueza composto por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Quarta edição, reformada, emendada, e muito accrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem, correcta, e enriquecida de grande numero de artigos novos e dos synonymos por Theotônio José de Oliveira Velho**, Tomo II. Lisboa: Imprensa Regia. Anno 1831.

180

VASCONCELLOS, Diogo de. “As obras de arte”, In: DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim (org.). **Ouro Preto: cidade em três séculos; Bicentenário de Ouro Peto: Memória Histórica [1711-1911]**. Ouro Preto: Editora Liberdade, 2011.

VASCONCELLOS, Diogo de. “Discurso no dia 08 de julho de 1911”. In: DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim (org.). **Ouro Preto: cidade em três séculos; Bicentenário de Ouro Peto: Memória Histórica [1711-1911]**. Ouro Preto: Editora Liberdade, 2011.

VASCONCELLOS, Diogo de. “Discurso pronunciado perante a Sociedade Propagadora da Instrução (1872)”. In: \_\_\_\_\_. **História do Bispado de Marianna**. Belo Horizonte: Edições Apollo, 1935.

VASCONCELLOS, Diogo de. “Folhetim – Noite de Reis”. In: **A Província de Minas**. Ouro Preto, 31/01/1884. SIA-APM. Notação: JM-1243279.

VASCONCELLOS, Diogo de. “Prefácio”. In: RESENDE E SILVA, Arthur Vieira de. O município de Cataguazes: Esboço Histórico. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Ano XIII - 1908. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1908.

VASCONCELLOS, Diogo de. **Bi-centenário de Marianna** (Villa de Nossa Senhora do Carmo). RAPM. Ano XVII. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Gerais, 1912.

VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso de Inauguração do IHGMG. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Ano XIV. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1909.

VASCONCELLOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Geraes**. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1904.

VASCONCELLOS, Diogo de. Questão de Limites. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Ano XVI, Volume 1. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1911.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Média de Minas Gerais**. 4ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Parte inedita da monographia do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos sobre a Capitania de Minas - Geraes, escripta no primeiro decenio do presente seculo (capitulo 12 - Pessoas illustres da Capitania). **Revista do APM**. Ano I, n. 3, pp. 443-452, 1896.

VEIGA, José Pedro Xavier da. "Palavras Preliminares". **RAPM**, julho a setembro de 1896, fascículo I.

181

### - Artigos, Livros, Teses e Dissertações

ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. (Tese de Doutorado em História). São Paulo: USP, 1985.

ALBERTO, Helena Magela. **Diogo de Vasconcelos e a História de Minas Gerais: uma construção do conceito de nação na Primeira República**. (Monografia de Bacharelado). Mariana: UFOP, 2000.

ALCÍDES, Sérgio. **Estes Penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a Paisagem das Minas 1753-1773**. São Paulo: Hucitec, 2003.

ALMEIDA GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de. "Bosquejo da História da Poesia e Lingua Portuguesa" In: **Parnaso Lusitano**. 1ª Ed. Paris: Em Casa De J. P. Aillaud, 1826.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**. A geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMADO, Janaína. "História e Região: reconhecendo e construindo espaços". In: SILVA, Marcos A. **A República em migalhas: História regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

AMED, Fernando. "Ser historiador no Brasil: João Capistrano de Abreu e a anotação da *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen". In: NEVES, Lucia Maria Bastos das; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GONÇALVES, Marcia Almeida e GONTIJO, Rebeca. **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

ANTONIO DE PAULA, João. História revista e passada a limpo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. XLIII, 2007.

ANTUNES, Álvaro de Araújo; SILVEIRA, Marco Antonio. Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais. **Revista Eletrônica Cadernos de História**. Ano II, n.01, março de 2007.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna. narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)**. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Formas de Ler e Aprender com a História no Brasil Joanino. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, no 1, jan/jun 2009.

ARAUJO, Valdei Lopes de. História dos Conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade Ibérica. **Almanack Braziliense**, v. 7, 2008.

ARNAUT, Luiz Duarte Haele. **Reinado do Direito** (Minas Gerais 1892-1911). (Dissertação de Mestrado em História). São Paulo: USP, 1997.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ATHAYDE, Tristão de. Política e Letras. In. CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história da República**. Recife: Editora Massangana, 1990.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso do Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto. **Revista do IHGB**, t. I, 1899.

BARROS, José D'Assunção. Duas fases de Capistrano de Abreu. Notas em torno de uma produção historiográfica. **Projeto História**, nº 41, dezembro de 2010.

BARROSO, Marco A. A influência do espiritualismo eclético para a filosofia no Brasil. **Revista Ibérica**, Ano I, Nº 3, Juiz de Fora, Março - Maio/2007.

BERSTEIN, Serge. "A cultura política". In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

\_\_\_\_\_. "Culturas políticas e historiografia". In: AZEVEDO, Cecília... [et al.]. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BEVIR, Mark. **A lógica da história das idéias**. Bauru: Edusc, 2008.

BLAJ, Ilana. **Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial**. Revista de História, São Paulo, nº 142/143, 2000.

BOEIRA, Luciana Fernandes. Quando historiar é inventar a nação. uma reflexão sobre o espaço de atuação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro na construção da ideia de nação brasileira no século XIX. **A MARGem - Estudos**, Uberlândia - MG, ano 1, n. 1, jan./jun. 2008.

BOER, Pin der. "Civilização: comparando conceitos e identidades". In: FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo (orgs.). **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Editora PUC/Edições Loyola/IUPERJ, 2007.

BORHEIM, Gerd A. “O conceito de tradição” In: BORHEIM, Gerd; et al (orgs.). **Cultura Brasileira: Tradição/Contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Funarte, 1987.

BOSI, Alfredo. “O tempo e os tempo”. In: NOVAES, Adauto. **Tempo e História**. São Paulo: Cia. das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1996.

BOXER, Charles R. **A idade de ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRAGA, Vanuza Moreira. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança. o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto** (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2010.

BRANCO, Gisele Cristina; MALACARNE, Vilmar. A questão da identidade nacional brasileira na obra *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen: cultura e educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.32, dez.2008.

BUNGART NETO, Paulo. "De Taunay a Nava: grandes memorialistas da literatura brasileira". In: **I Encontro "Diálogos entre Letras"** - Pesquisas e perspectivas: trocas na pós-graduação. Dourados, 12 a 14 de abril de 2011.

CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 40, 2001.

CAMPOS, Germano Moreira. **Ultramontanismo na Diocese de Mariana. o governo de D. Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875)** (Dissertação de Mestrado). Mariana: UFOP, 2010.

CARNEIRO, Edilane Maria de Almeida e NEVES, Marta Eloísa Melgaço. “Introdução” In: VEIGA, José Pedro Xavier da – **Efemérides Mineiras 1664-1897**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. “Ouro, Terra e Ferro: Vozes de Minas”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, nº1, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Trajetórias Republicanas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XLIV, nº 2, julho/dezembro de 2008.



CARVALHO, José Raynaldo de Salles. **Tudo que é cânone desmancha no ar.** a rizomática literatura comparada do tempo presente (Dissertação de Mestrado em História). Brasília: UnB, 2006.

CARVALHO, Teófilo Feu de. Questões históricas e velhos enganos. **RAPM.** Ano 24, nº1, 1933.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. História local e seu devir historiográfico. **MÉTIS: história & cultura** – v. 2, n. 2, jul./dez. 2002.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. 2ª Ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

COSTA, Guilherme Meirelles da. A formação política de João Pinheiro da Silva (Dissertação de Mestrado em História). Belo Horizonte: UFMG, 2006.

COSTA, Tiago Leite. **Confissões/Ficções de Nelson Rodrigues.** (Dissertação de Mestrado em Comunicação Social). Rio De Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

CUNHA, Tiago Donizette da. Igreja e Política durante a Primeira República: o caso do cônego José Valois de castro. **Revista Brasileira de História das Religiões.** ANPUH, Ano III, n. 7, Maio. 2010

DIAS, Roberto Barros. **"DEUS E A PÁTRIA":** Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930) [Dissertação de Mestrado]. João Pessoa: UFPB, 2008.

DIEHL, Astor Antônio. **A Cultura Historiográfica Brasileira.** Do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DIEHL, Astor Antônio. Considerações para uma teoria da cultura historiográfica. **História Revista,** 7 (1/2): 79-116, jan/dez, 2002.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica.** Memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

DOMINGUES, Viviane Pedrosa. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas. Definições, usos, genealogias. **Varia História.** n. 28. Dezembro/2002.

FALCON, Francisco José Calazans. “Capistrano de Abreu e a historiografia cientificista: entre o positivismo e o historicismo”. In: NEVES, Lucia Maria Bastos das;

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GONÇALVES, Marcia Almeida e GONTIJO, Rebeca. **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. “Estudos flumineses: a Faculdade Fluminsense de Filosofia e a identidade regional” In: NEVES, Lucia Maria Bastos das; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GONÇALVES, Marcia Almeida e GONTIJO, Rebeca. **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente. Preservação e patrimônio no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1937). **Patrimônio e Memória**; UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, jun. 2011.

FILGUEIRAS, Fernando. O cabedal das virtudes. André José Antonil, a Continuidade e a Mudança no Pensamento Jesuíta do Brasil Setecentista. **Revista Intellectus**. Ano 4, vol. 1, 2005.

FLORES, Moacyr. **A Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FRANÇA, Luiz Fernando. **Personagens negras na literatura infantil brasileira: da manutenção à desconstrução do estereótipo** (Dissertação de Mestrado). Cuiabá: UFMT, 2006.

GODOY, Marcelo Magalhães. Minas Gerais na República: Atraso econômico, estado e planejamento. **Cad. Esc. Legisl.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, jan./jun. 2009.

GOMES, Ângela de Castro. “Memória, Política e Tradição familiar: os Pinheiros das Minas Gerais”. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 45-46.

GOMES, Daniela Gonçalves. **Ordens terceiras e o ultramontanismo em Minas**. Catolicismo leigo e o projeto reformador da Igreja Católica em Mariana e Ouro Preto (1844-1875) (Dissertação de Mestrado). Mariana: UFOP, 2009.

GOMES, Edgar da Silva. **A Separação Estado - Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca** (Mestrado em Teologia Dogmática). São Paulo: Centro Universitário Assunção. Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora Assunção, 2006.

GOMES, Sandro Aramis Richter. **Descentralização e pragmatismo: condições sociais de produção das memórias históricas de Antonio Vieira dos Santos (Morretes e Paranaguá, décadas de 1840-1850)**. (Dissertação de Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 2012.

GONÇALVES, Irlen Antônio. Os projetos de educação dos republicanos mineiros. **Pensar a educação, pensar o Brasil - 1822-2022**. s/d.

GONÇALVES, Sérgio Campos. O pensamento civilizador e a cultura historiográfica brasileira no século XIX. **Revista Fazendo História**. Ano I, Edição II, pp. 128-147, 2008.

GONTIJO, Rebeca. Tal história, qual memória? Capistrano de Abreu na História da Historiografia Brasileira. **Projeto História** nº 41. Dezembro de 2010.

GUIMARÃES, Berenice Martins. “Minas Gerais: a construção da nova ordem e a nova Capital”. In: **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 8, nº 2/3, maio/dez, 1993.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos históricos**, nº1, 1988.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Depois de ‘Depois de aprender com a história’. O que fazer com o passado agora?”. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeí Lopes de. *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HARTOG, François. **Os antigos, o passado e presente**. Brasília: UnB, 2003.

HOBSBAWM, Eric. "Introdução: A invenção das tradições". In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos”. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. **Análise & Conjuntura**. Belo Horizonte, 1 (2): pp. 11-142, mai/ago, 1986.

IGLESIAS, Francisco. Reedição de Diogo de Vasconcelos. In: VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol.1, 4ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta**. Formação história. A experiência brasileira. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. **RBCS**, vol. 20, nº 57 fevereiro/2005.

JOLY, Fábio Duarte. Antiguidade europeia e modernidade latino-americana: a Tradição Clássica como matriz de identidades. **Praesentia** (Mérida), v. 10, 2009.

JOSÉ, Oiliam. **Historiografia Mineira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959.

JULIÃO, Letícia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. **História** (São Paulo) v.30, n.1, p.114-147, jan/jun 2011.

KANTOR, Iris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004.

KHALED JR, Salah H. **Horizontes Identitários**. A Construção da Narrativa Nacional pela Historiografia Brasileira do Século XIX. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.UERJ, 2006.

LAMB, Nayara Emerick. **História de Farrapos**: biografia, historiografia e cultura histórica no Rio Grande do Sul oitocentista. Rio de Janeiro: UERJ, 2012

LAROCCA, Liliana Müller, **Higienizar, cuidar e civilizar**: O discurso médico para a Escola Paranaense (1886-1947). (Tese de Doutorado em Educação). Curitiba: UFPR, 2009.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. Memória e identidade no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923): Origens da Casa da Bahia e celebração do 2 de julho. **Patrimônio e Memória**; UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, jun. 2011, p. 57.

LENCLUD, Gérard. A tradição não é mais o que era... **história, histórias**. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Notícias Históricas** (de norte a sul). Rio de Janeiro: Livros de Portugal S. A., 1953.

LIMA, Alceu Amoroso. **Voz de Minas** (Ensaio de sociologia regional brasileira). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LIMA, Kleverson Teodoro de. “Reconstrução identitária de Ouro Preto após a mudança da capital”. In: **Anais do II Encontro Memorial do ICHS**. Mariana, 2009.

- LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, 65.
- MALATIAN, Teresa M. **Os Cruzados do Império**. São Paulo: Editora Contexto, 1990.
- MARTINS Marcos Lobato. Regionalidade e história: Reflexões sobre regionalização nos estudos historiográficos mineiros. **Revista Caminhos da História**. v. 15, n. 1.
- MARTINS, Marcos Lobato. **Os estudos regionais na historiografia brasileira**. (Acesso: [www.minasdehistoria.blog.br/wp-content/arquivos//2008/03/historia-e-estudos-regionais.pdf](http://www.minasdehistoria.blog.br/wp-content/arquivos//2008/03/historia-e-estudos-regionais.pdf). Em: 29/10/2010 às 17:50hs), p. 1.
- MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Como se deve escrever a historia do Brazil. **Revista do IHGB**. 6:381-403, 1844.
- MATA-MACHADO, Bernardo. O poder político em Minas Gerais: estrutura e formação. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, 2 (1), jan/abr 1987.
- MATTOS, Ilmar Rohrlhoff de. Do Império à República. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989.
- MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdei Lopes de. A história de Minas como história do Brasil. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. XLIII, 2007.
- MEDEIROS, Bruno Franco. História, Memória e Identidade no Arquivo Público Mineiro. **Anais do I Encontro Memorial do ICHS**, 2006, p. 1.
- MENEZES, Jean Paulo Pereira de. O que é ser um intelectual pós-moderno? Uma estratégia do pós-moderno diante do projeto emancipatório marxiano do Homem. **Revista Labor**, n. 4, vol. 1, 2010.
- MOLLO, Helena Miranda. “Formas e dúvidas sobre como aprender com a história: um balanço”. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- MOLLO, Helena. "Varnhagen e a história do Brasil". In: **Anpuh - XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 2005.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O Espírito das leis**. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MORO, Nataniél Dal. Os memorialistas e a edificação de um passado glorioso. **Revista Crítica Histórica**. Ano III, nº6, dezembro/2012.
- NABUCO, Joaquim. “A República é Incontestável”. In: **Discursos Parlamentares**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Introdução de Gilberto Freire. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2001. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira)

NASCIMENTO, George Silva do. Cultura historiográfica e Cultura histórica: conceitos antagônicos ou complementares? In. MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (orgs.). **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edufop, 2009.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: A Construção de uma Cidade Histórica, 1881-1933**. (Dissertação de Mestrado em História).Campinas: Unicamp, 2007.

NATAL, Caion Meneguello. Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica. **Urbana** - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. 1, 2006.

NETO, Silveira. **Instituições republicanas mineiras**. Belo Horizonte: Editora Lemi; FDUFGM, 1978.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 196.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **História**, São Paulo, v. 26, n.1, 2007.

\_\_\_\_\_. **Escrever vidas, narrar a história**. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

PAIM, Antonio. **História das idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1967.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Como (re)escrever a história do Brasil hoje. **História & Perspectivas**, Uberlândia (40): 151-175, jan.jun. 2009.

PEREIRA, Mateus. H. F. ; FRANCO NETO, M. Conflito de civilizações ou de mercado editorial? Brasil e Portugal nas páginas da Revista Brasileira (2a. fase: 1879-1881). In: **Colóquio Internacional A Circulação Transnacional dos Impressos - Conexões**, 2012, São Paulo.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. "História regional e transformação social". In: SILVA, Marcos A. **A República em migalhas: História regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

POCOCK, John. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

PRIORI, May Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009.

RAFFARD, Henrique. Relatório Annual do Primeiro secretário Commendador Henrique Raffard lido na sessão magna em 15 de dezembro de 1905. **RIHGB**. Tomo LXVIII, Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

REZENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação de estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional**. Práticas e estratégias intelectuais. 1889-1930 (Tese de doutorado). Recife: UFPE, 2009.

RIBEIRO, João. **Crítica**. Vol. VI – Historiadores. Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 1961.

RODRIGUES, André Coura. **Manuais didáticos e conhecimento histórico na Reforma João Pinheiro**. Minas Gerais, 1906-1911. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

RODRIGUES, José Carlos. **Ideias filosóficas e políticas em Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1986.

RODRIGUES, José Honório. **História da Historiografia do Brasil**. 1ª Parte. Historiografia Colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil** (Introdução Metodológica). 5ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

ROMEIRO, Adriana. Guerra dos Emboabas: balanço histórico. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano 45, n.1. Belo Horizonte, 2009.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual**. As conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. V.4, p. 125-163, jan./dez. 1996.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso: A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Israel Silva dos. A Igreja Católica na Bahia da Primeira República (1890-1930). **Revista Aulas**, n. 4, abril/julho, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva**. tradução Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SEIXAS, Jacy Alves de. “Percurso de memórias em terras de história: problemáticas atuais”. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (orgs.). **Memória e (re)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. “Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **História da Vida privada no Brasil: da Belle Époque à era do rádio**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

\_\_\_\_\_. **Literatura como missão**: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Marisa Ribeiro. **História, Memória e Poder**: Xavier da Veiga, o Arconte do Arquivo Público Mineiro. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. O artífice da memória. **RAPM**. Ano 43, nº 1. jan/jun 2007.

SILVA, Rodrigo Machado da. **A Experiência do Passado**: A escrita da História como discurso da civilização (Monografia de Bacharelado). Mariana: UFOP, 2010.

\_\_\_\_\_. A Caducidade das Disposições Transitórias: o polêmico debate a respeito da transferência da capital mineira (1890-1893). **Outros Tempos**, vol. 09, n.14, 2012. p.72-97.

SIQUEIRA, Antonio Jorge. Nação e Região: Os discursos fundadores. **Ciclo de Conferências Brasil 500 anos realizado pela Fundação Nacional de Arte - FUNARTE** - em sua quarta edição Nação e Região, no Rio de Janeiro, aos 11 de outubro de 2000.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **O império da eloquência**. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TORRES, João Camillo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, 1962.

TÔRRES, João Camillo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. v. 1. 3. ed. Belo Horizonte : Lemi; Brasília: INL, 1980.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, n. 2, pp. 12-28, março/2009.

\_\_\_\_\_. Entre 'antigos' e 'selvagens'. notas sobre os usos da comparação no IHGB. **Revista de História** - edição especial (2010), 131-146.



\_\_\_\_\_. Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860). **L'Atelier du Centre de recherches historiques** (em linha), 2011.

VEIGA, José Pedro Xavier da – **Efemérides Mineiras 1664-1897**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERDERY, Katherine. Para onde vão a 'nação' e o 'nacionalismo'? In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. "Elites Políticas Mineiras na Primeira República Brasileira: Um Levantamento Prosopográfico". In: **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**, 2000, Porto Alegre. CD-ROM das Primeiras Jornadas de História Regional Comparada – Países do Mercosul, 2000. v. 1.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, pp. 39-56, 1995.

VITA, Luís Washington. **Antologia do pensamento social e político no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1968.

WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WIRTH, John D. Minas e a nação: um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937. In: FAUSTO, Boris (dir). **O Brasil Republicano**. 2ª Ed. t. 3v. 1: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1977.

WIRTH, John. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.